

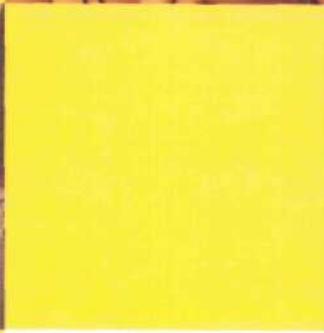
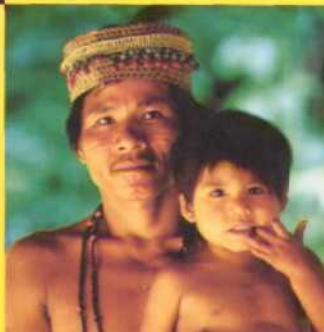
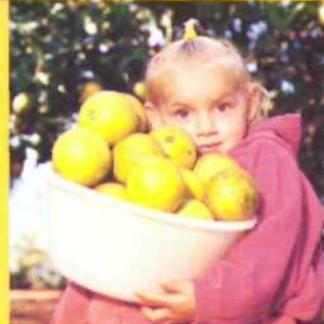
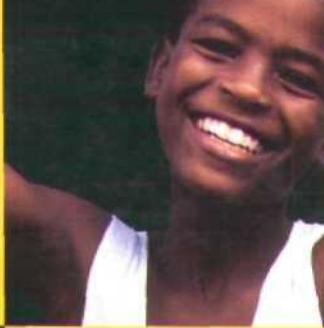


Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





Presidente Luiz Inácio Lula da Silva



Mensagem ao Congresso Nacional





Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

M e n s a g e m a o C o n g r e s s o N a c i o n a l



© 2004, Presidência da República do Brasil

Brasil. Presidente (2003 – :L.I. Lula da Silva)

Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura / Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004.

260p. – (Documentos da Presidência da República)

I. Política e governo – Brasil. I. Lula da Silva, Luiz Inácio, 1945. II. Título. III. Série.

CDD 320.981



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Ministro de Estado da Defesa

José Viegas Filho

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado da Fazenda

Antônio Palocci Filho

Ministro de Estado dos Transportes

Anderson Adauto Pereira

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues

Ministro de Estado da Educação

Tarso Fernando Herz Genro

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Ministro de Estado da Previdência Social

Amir Francisco Lando

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Patrus Ananias de Sousa

Ministro de Estado da Saúde

Humberto Sérgio Costa Lima

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Luiz Fernando Furlan

Ministra de Estado de Minas e Energia

Dilma Vana Rousseff

Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Guido Mantega

Ministro de Estado das Comunicações

Eunício Lopes de Oliveira

Ministro de Estado da Ciéncia e Tecnologia
Eduardo Henrique Accioly Campos
Ministra de Estado do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Ministro de Estado do Esporte
Agnelo Santos Queiroz Filho
Ministro de Estado do Turismo
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Ministro de Estado da Integração Nacional
Ciro Ferreira Gomes
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Miguel Soldatelli Rossetto
Ministro de Estado das Cidades
Olívio de Oliveira Dutra
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidéncia da República
José Dirceu de Oliveira Silva
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidéncia da República
Luiz Soares Dulci
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidéncia da República
José Aldo Rebelo Figueiredo
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidéncia da República
General-de-Exército Jorge Armando Felix
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidéncia da República
Luiz Gushiken
Advogado-Geral da União
Alvaro Augusto Ribeiro Costa
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Francisco Waldir Pires de Souza
Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidéncia da República
Nilmário de Miranda
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidéncia da República
Nilcéa Freire
Secretário Especial de Aquicultura e Pesca da Presidéncia da República
José Fritsch
Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
Jaques Wagner
Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidéncia da República
Matilde Ribciro

Sumário

Apresentação, IX

A Mudança já Começou

- Economia com os pés no chão, 3
- Um novo projeto nacional em construção, 5
- Gerando crédito, emprego e renda, 6
- Prioridade para os mais pobres, 7
- Enfrentando desafios históricos, fazendo as reformas, 9
- Crescimento sustentado, 11
- Inserção soberana no mundo globalizado, 12
- Nova relação com a sociedade, 13

Preparando o Crescimento

- Estabilizando para crescer, 17
- Recuperação da atividade econômica, 18

Reformas Estruturais

- Reforma tributária, 23
- A reforma da previdência, 25

Novo Modelo de Desenvolvimento

- Criando condições para o desenvolvimento, 29
 - 1. Política industrial, tecnológica e de comércio exterior, 30
 - 2. Fortalecimento do setor produtivo, eficiência e redução do custo do crédito, 34
 - 3. Política de comércio exterior, 35
 - 4. Expansão da produção agropecuária, 39
 - 5. Pesca, 44
 - 6. Desenvolvimento agrário, 47
 - 7. Apoio às microempresas, pequenas e médias empresas, 54
 - 8. Políticas de incentivo ao trabalho, 59
 - 9. Pesquisa, 66
 - 10. Turismo, 73
 - 11. Desenvolvimento regional, 77
 - 12. Sustentabilidade ambiental e respeito ao meio ambiente, 83

13. Alternativa de financiamento para infra-estrutura, 89
14. Energia elétrica, 89
15. Petróleo e Gás, 94
16. Recursos Minerais, 98
17. Infra-Estrutura de Recursos Hídricos, 99
18. Transportes, 103
19. Telecomunicações, 107

Cidadania e Inclusão Social

1. Prioridade para os mais pobres, 115
 - Programa Bolsa Família, 115
 - Fome Zero, 118
 - a) Ações emergenciais do Fome Zero, 119
 - b) Ações Estruturais do Fome Zero, 120
2. Educação, 126
 - a) Alfabetização, 126
 - b) Educação Básica, 127
 - c) Ensino Superior, 130
 - d) Educação Especial, 130
3. Saúde, 135
 - a) Fortalecimento da Atenção Básica, 135
 - b) Ampliação do Acesso da População à Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar e aos Medicamentos e Insumos Estratégicos, 136
 - c) Atendimento às Necessidades de Grupos Estratégicos, 138
 - d) Reorganização da Rede de Serviços de Atenção à Saúde no SUS, 138
 - e) Combate às Epidemias e Endemias (dengue, malária, tuberculose, hanseníase e outras), 140
 - f) Saneamento Básico em Saúde, 140
 - g) Vigilância Sanitária, 141
4. Assistência Social, 145
 - a) Erradicação do Trabalho Infantil, 145
 - b) Atenção à criança de 0 a 6 anos, 146
 - c) Brasil Jovem, 147
 - d) Programa Sentinelas, 147
 - e) Atenção à pessoa com deficiência, 147
 - f) Atenção ao Idoso, 147

5. Políticas Afirmativas, 151
 - Igualdade de gênero: condição para uma gestão democrática, 151
 - Povos Indígenas, 156
6. Direitos Humanos, 159
 - a) Erradicação do Trabalho Escravo, 159
 - b) Registro Civil de Nascimento, 159
 - c) Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 160
 - d) Adolescentes Autores de Ato Infracional, 160
 - e) Assistência a Vítimas e Testemunhas, 161
 - f) Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, 161
 - g) Atenção à Pessoa com Deficiência, 162
 - h) Anistia, 162
7. Previdência Social, 164
 - a) Inclusão previdenciária, 164
 - b) Previdência Complementar, 165
 - c) Reconhecimento de direitos, 166
8. Cultura, 169
 - a) Setor de Cinema e Audiovisual Brasileiro, 169
 - b) Memória e Patrimônio Cultural, 170
 - c) Democratização da Produção Cultural, 171
9. Esporte, 175
10. Justiça e Segurança Pública, 178
 - a) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), 178
 - b) Combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro, 181
 - c) Sistema Penitenciário, 184
 - d) Redução da demanda de drogas no Brasil, 185
 - e) Reforma do Judiciário, 186
 - f) Estatuto do Desarmamento, 186
 - g) Fiscalização nas rodovias e estradas federais, 187
 - h) Defesa dos direitos do consumidor, 187
 - i) Segurança Institucional, 187
11. Habitação e Infra-Estrutura Urbana, 189
 - a) Nova política e ação habitacional, 189
 - b) Regularização Fundiária, 191
 - c) Nova política e ação em saneamento, 192
 - d) Mobilidade e Transporte Urbano, 192
 - e) Trânsito Urbano, 193
 - f) Capacitação dos municípios para a Política Urbana, 193

Inserção Soberana

- Liderança Internacional por um mundo mais justo, 201
- Paz e segurança internacional, 201
- Um mundo mais solidário, 202
- Prioridade para a América do Sul, 203
- Relações com a África, 206
- Cooperação Trilateral África do Sul–Brasil–Índia e Avanços da Diplomacia nos Países Árabes, 206
- Construção de um novo ambiente de participação do Brasil na economia internacional, 207
- Integração do mundo do trabalho nas Américas, 210
- Defesa Nacional, 211

Democracia e Diálogo

- Novo Pacto Federativo, 217
 - Interlocução com os municípios, 218
 - Interlocução com os estados, 219
 - Relação com a Sociedade Civil, 219
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 221
- Plano Plurianual Participativo, 223
- Conferências nacionais, conselhos temáticos e fóruns, 224

Nova Gestão do Estado e Combate à Corrupção

- Intersetorialidade das Ações, 231
- Transparência das Ações, 232
- Valorização do Planejamento, 234
- Melhoria da Gestão Pública, 235
- Governo Eletrônico, 239
- Otimização do Uso dos Recursos Públicos, 241
- Combate à Sonegação e às Fraudes, 243
- Combate à Corrupção, 245

Senhoras e Senhores Membros do Congresso Nacional,

IX

No início desta nova Sessão Legislativa, reafirmo o meu reconhecimento ao inestimável trabalho do Poder Legislativo durante 2003 e ao seu insubstituível papel na vida democrática de nosso País.

Apresento aqui, como é meu dever constitucional, o trabalho realizado pelo Executivo em 2003 e o nosso Plano de Ação para 2004.

O ano passado foi de sacrifício e reconstrução. Agimos com urgência e firmeza, desde o primeiro dia de governo, para enfrentar e vencer a grave crise que desestabilizara a nossa economia. Mas, apesar das limitações conhecidas, demos início a vários programas sociais de grande relevância, com destaque para o Fome Zero, que contaram de imediato com intensa e solidária mobilização de amplos setores sociais.

Além disso, construímos, junto com o Congresso, governadores e prefeitos, a base política e parlamentar para aprovar reformas estruturais necessárias e justas. Ampliamos e aprofundamos o diálogo com a sociedade para governar com maior participação democrática. Fizemos do Brasil um interlocutor muito mais respeitado na diplomacia e no comércio internacional.

Hoje vivemos um período em que, recuperada a estabilidade econômica e a credibilidade interna e externa, o nosso País está preparado para retomar um ciclo histórico de crescimento sustentado.

O grande desafio que o Brasil e muitos outros países em desenvolvimento têm pela frente – neste e nos próximos anos – é fazer da inclusão social um fator determinante do desenvolvimento, mantendo, ao mesmo tempo, a estabilidade conquistada.

O Congresso Nacional tem sido – e, com certeza, continuará sendo – protagonista fundamental na construção desse novo ciclo de mudanças. A aprovação da reforma previdenciária e tributária é um exemplo marcante de um processo que, além dos méritos próprios do conteúdo das propostas, revelou profundo respeito à democracia, à independência dos poderes e ao pacto federativo.

Esse mesmo espírito público esteve presente na recuperação, atualização e aprovação de projetos importantes na pauta do Poder Legislativo, tais como o Estatuto do Idoso, do Desarmamento e do Torcedor, entre outras leis.

E agora se estende à preparação de outras reformas estruturais que o Governo tem compromisso de encaminhar até 2006, como a do Judiciário, a política, a sindical e a trabalhista.

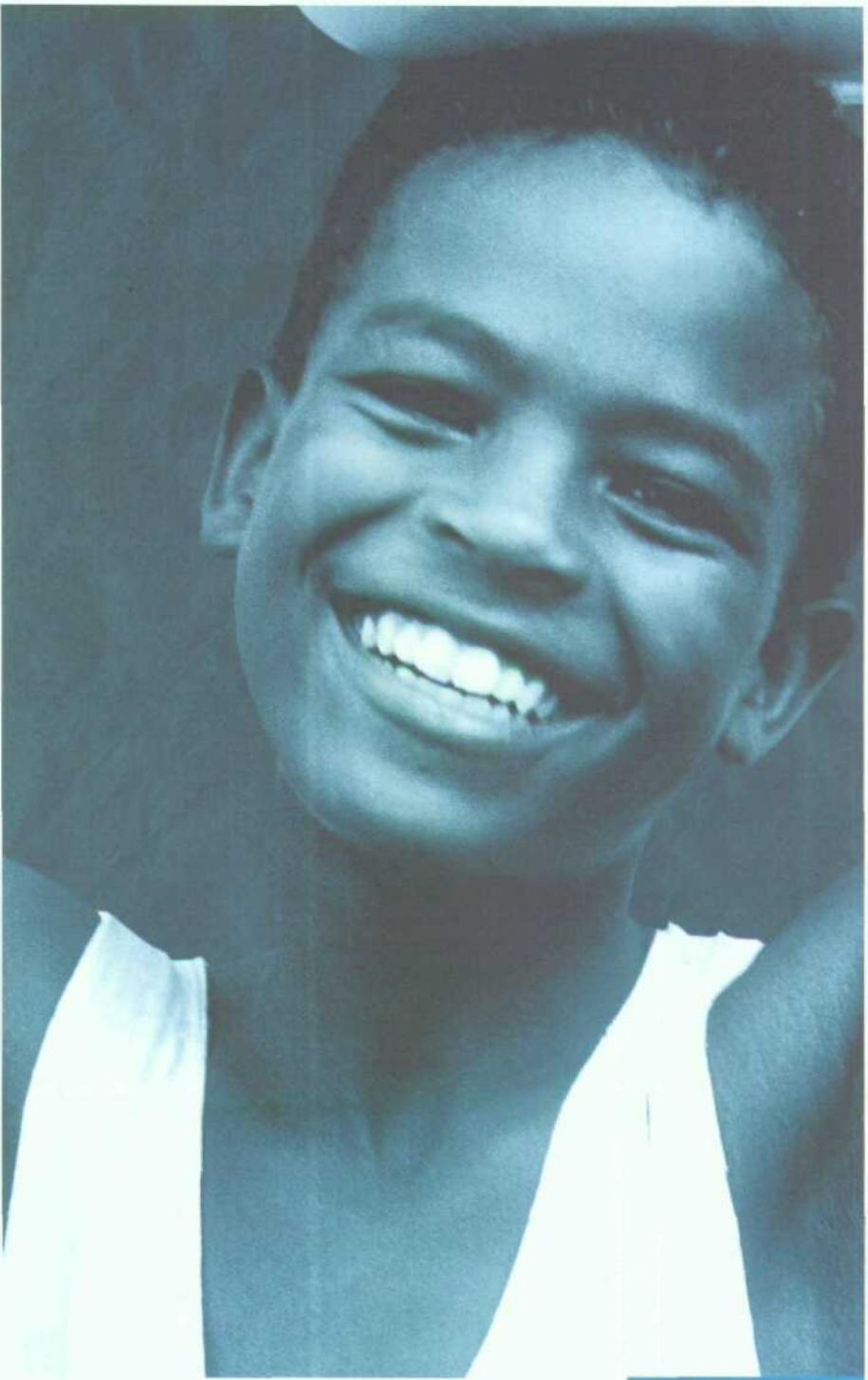
As nossas prioridades em 2004 são a geração de emprego e os investimentos na área social e de infra-estrutura. Vamos investir o necessário para que o País volte a crescer com estabilidade.

O apoio firme e decidido do poder Legislativo é fundamental também para debater, aprimorar e aprovar medidas relativas à definição de novos marcos regulatórios e outras normas que certamente contribuirão para os objetivos maiores do nosso País.

Continuando a trabalhar juntos, tenho certeza, os poderes da República e a sociedade seremos capazes de fazer surgir um novo Brasil, mais desenvolvido e socialmente mais justo.

Brasília, 16 de fevereiro de 2004

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República



A Mudança já Começou

2004

Ao final do primeiro ano de mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito sob o símbolo da esperança de milhões de brasileiros, o Brasil pode exibir com orgulho os sólidos alicerces construídos em ações firmes que levam à garantia de uma estabilização econômica duradoura. A consequência é o início da retomada de um crescimento econômico sustentável e compatível com o combate à miséria e à fome, de modo a permitir que os benefícios do desenvolvimento alcancem todos os brasileiros.

Mesmo diante do grave cenário encontrado pelo atual governo e da secular injustiça e exclusão social, foi possível avançar na recuperação da estabilidade econômica e na construção das bases para a retomada de um processo sustentado de desenvolvimento. Também foi possível caminhar na definição de diretrizes que indicam, desde já, um futuro diferente para todos os brasileiros. Ao final do primeiro ano, está delineada a forma de um novo projeto de Nação, tarefa que exige a participação de todos, para que possam ser contemplados com o progresso econômico, social e humano.

Economia com os pés no chão

Ao contrário do que acontecia no final de 2002, quando o caos rondava a economia, os indicadores mostram uma reversão de tendência: câmbio estabilizado, inflação sob controle, Risco-Brasil em queda, indicando o aumento da confiança internacional, taxa de juros em queda consistente e gradativa e, principalmente, a clara sinalização quanto à retomada do crescimento.

Nada disso aconteceu por acaso. O governo, cumprindo os compromissos assumidos com o povo brasileiro e com nossos parceiros econômicos e comerciais, agiu com firmeza para debelar a crise que ameaçava levar o País a mais um quadro de insolvência, que tanto penaliza os mais pobres.

O governo herdou uma inflação em alta. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 3,02% em novembro de 2002, correspondendo a uma taxa anualizada de 43%. O Risco-Brasil ultrapassou 2.400 pontos ao final de setembro de 2002, com o câmbio depreciando progressivamente e uma política econômica cujos principais instrumentos estavam esgotados. Além de tudo, o financiamento dos desequilíbrios fiscais realizava-se por meio de elevação da carga tributária ou por receitas extraordinárias. O Brasil de 2002 legou para o Brasil de 2003 um quadro com elevado índice de desemprego e de crescimento da relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), que alcançou a casa dos 62,3% em setembro de 2002. Ainda que a confiança interna e externa tenha começado a retornar no dia seguinte às eleições, só quando o atual



governo adotou medidas rigorosas de controle das contas públicas a situação começou a ficar sob controle. Tais medidas foram adotadas de forma pública e transparente. O governo elevou a meta de superávit primário para 4,25% do PIB, contingenciando o orçamento fiscal em R\$13 bilhões para reduzir a fragilidade das finanças públicas, sem recorrer à elevação da carga tributária, e ajustou a política monetária para controlar a inflação e reduzir nossa vulnerabilidade externa. Foi fundamental neste período o apoio da população, ao compreender as iniciativas do governo, que não cedeu à possibilidade de tomar medidas paliativas que oferecessem uma falsa sensação de prosperidade, tão comuns em passado recente.

Reverteram-se completamente as expectativas mais pessimistas, de que haveria um agravamento da desorganização da economia e das finanças públicas. As medidas foram duras, mas necessárias, e os resultados não demoraram a aparecer. Sem elas não teria sido possível recuperar a confiança interna e externa em nossa economia e na capacidade do País em retomar uma trajetória de crescimento sustentável. Ainda no primeiro semestre, a inflação começou a ceder e hoje é possível projetá-la na casa dos 6% para 2004, metade do que era esperado no início de 2003. Também no primeiro semestre, as linhas internacionais de crédito foram restabelecidas, os investimentos externos começaram a ser retomados, a credibilidade do País só cresceu e o Risco-Brasil caiu para menos de 800 pontos. Controlada a inflação, a taxa de juros básica pôde ser reduzida em 10 pontos percentuais no segundo semestre e os depósitos compulsórios em 15 pontos percentuais, o que se refletiu na redução da taxa de juros às empresas e consumidores e pelo início de redução dos *spreads* bancários.

Mas a grave crise de 2002 mostrou seu custo: a atividade industrial e de serviços sofreram retração; os empregos gerados não foram capazes de absorver as novas demandas por trabalho e de reverter os altos e crescentes índices de desemprego com os quais o País já convivia. A renda média dos trabalhadores e os investimentos públicos e privados diminuíram. Mas a população e governo sabiam que recuperar a estabilidade da economia em um País com histórico de crises sucessivas e duradouras como o Brasil exigia medidas duras. Elas foram tomadas e mostraram-se acertadas e capazes de permitir ao País voltar a trilhar o caminho do crescimento e da distribuição de renda.

Tais quedas só não foram mais pronunciadas porque os setores produtores de bens comerciais e voltados à exportação, em particular o agronegócio, garantiram níveis bastante significativos de investimento, produção e emprego. Entretanto, a partir do segundo semestre de 2003 a indústria de transformação iniciou a retomada de suas atividades. Entre junho e

dezembro a produção de bens de capital cresceu 13,3%, bem acima da média da indústria que expandiu 6,4%. O aumento da produção de bens de capital indica no segundo semestre de 2003 uma recuperação do investimento no País, o que nos faz prever um 2004 com crescimento sustentável da renda e criação de postos de trabalho. Até novembro, foram gerados 945.351 novas oportunidades de trabalho no mercado formal. Outra grande conquista de 2003 foi o ajuste estrutural da conta de transações correntes de nosso balanço de pagamentos, liderado pelo desempenho da balança comercial. Este deveu-se tanto à política ofensiva de promoção de exportações e conquista de novos mercados pelo governo quanto por ganhos de produtividade das empresas advindas de economias de escala e escopo e de investimentos em novos equipamentos. A articulação público-privada no setor externo resultou no maior superávit comercial de nossa história (US\$24,8 bilhões) e em superávit de transações correntes de mais de US\$4 bilhões, permitindo cumprir com folga nossos compromissos internacionais.

Um novo projeto nacional em construção

O governo começou a implementar políticas de repartição desses ganhos. Aos primeiros sinais de retomada da economia, o governo colocou em prática uma política de distribuição dos ganhos, ampliação das oportunidades de investimento, unificação das políticas de transferência de renda, criação de programas de bancarização da população de baixa renda, de microcrédito e a lei de crédito em consignação.

São sinais claros de que um novo projeto de Nação começa a se desenhar. Transformações estruturais demandadas há tempos foram tomadas como prioridade. Reformas como a da Previdência e Tributária foram conduzidas com coragem pelo governo e encaminhadas ao Congresso com apoio da sociedade. As novas diretrizes estabelecidas para a política industrial privilegiam a criação de um ambiente favorável à produção, estimulando e norteando os investimentos privados em segmentos promissores. O governo faz sua parte, dando condições para que a iniciativa privada coloque em prática a criatividade, a capacidade empreendedora e o conhecimento acumulado pelas empresas. O moderno programa de reforma agrária; o aumento de nossa inserção soberana no mundo; as inovações na gestão do Estado, por meio dos mecanismos de participação e consulta; defesa da ética e da transparência; programa de parceria público-privada que redefine o papel do Estado na sociedade, como indutor e participante do crescimento sustentável; a renovação do papel dos bancos públicos; e o fortalecimento dos novos marcos regulatórios são resultado do esforço do Governo Federal e de sua base no

Congresso. Além disso, a recuperação, atualização e aprovação de projetos importantes na pauta do poder Legislativo, como o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Desarmamento, o Estatuto do Torcedor e a Lei do ISS, todas essas iniciativas visam à construção de um projeto de Nação sonhado pela população.

Gerando crédito, emprego e renda

As políticas de incentivo ao crédito para pequenos tomadores (microcrédito, crédito para aquisição de eletrodomésticos, linha de crédito para aposentados, créditos consignados à folha de pagamentos), bem como a ampliação do número de famílias atendidas por políticas de transferência de renda (Fome Zero e Bolsa Família), aumentaram a circulação de dinheiro na economia, melhorando a distribuição da renda e valorizando a cidadania dos setores mais pobres da nossa sociedade em dimensões inéditas em nosso País.

A esse movimento somou-se a retomada da função dos bancos públicos também como fomentadores da economia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem intensificado suas linhas para as pequenas empresas e aumenta em 40% os empréstimos a este segmento em relação a 2002. O Banco do Brasil atua no apoio à exportação por pequenas firmas. O Banco da Amazônia (BASA) e o Banco do Nordeste (BNB) trabalham amplamente no microcrédito. Novas linhas de crédito foram abertas, desburocratizadas, permitindo o acesso rápido, por exemplo, aos R\$32 bilhões de crédito agrícola disponibilizados pelo governo ou aos inéditos R\$5,4 bilhões de créditos para a agricultura familiar.

O BNB aplicou em 2003 R\$1,6 bilhão em financiamentos ao setor produtivo regional, dos quais R\$1 bilhão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). É o melhor desempenho dos últimos 10 anos e corresponde a um crescimento de quatro vezes em relação a 2002. Com esse marco, o BNB retorna ao verdadeiro papel de instituição financeira de desenvolvimento regional, atingindo participação de 80% do total de aplicações ativas do sistema financeiro do Nordeste.

Dentro dos rumos do governo do presidente Lula, a gestão do BNB enfatiza a atuação creditícia, acessível a maior número de nordestinos, como principal ação de fomento ao desenvolvimento. Complementarmente, promove em conjunto com organizações parceiras outras iniciativas que devem preceder e acompanhar o crédito – assistência técnica, infra-estrutura, capacitação, convivência com o semi-árido, potencializando os efeitos dos financiamentos.

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, além de investir fortemente no microcrédito, ampliou seus financiamentos em habitação e saneamento. Neste último setor, assinou contratos de cerca de 1,6 bilhão de reais, o que representa mais do que o dobro da soma que foi investida na área, nos três últimos anos do governo anterior. Somando-se às operações das instituições privadas, o montante chega a R\$1,72 bilhão.

A política de incentivo ao microcrédito patrocinada pelo governo recebeu a adesão dos bancos públicos e dos bancos privados. Juntamente com o recurso vem cidadania, pois, só na Caixa Econômica Federal, mais de um milhão e meio de cidadãos antes excluídos dos serviços bancários puderam abrir suas contas e, por intermédio de créditos de até R\$1 mil, investiram em pequenos negócios que vão gerar renda e ajudar a impulsionar a economia, principalmente nas periferias das grandes metrópoles. No Banco Postal o mesmo movimento foi verificado. As novas normas legais deram segurança aos credores, autorizando o desconto no contracheque do pagamento das dívidas contraídas e viabilizaram cidadania aos trabalhadores. Com menos risco de inadimplência, os juros caem significativamente.

Todos esses projetos e programas têm como objetivo central garantir que, numa mesma fase de crescimento econômico, a distribuição de renda e de oportunidades seja tomada como meta estruturante na construção de um novo projeto de Nação.

Prioridade para os mais pobres

O governo assumiu o compromisso de melhorar a qualidade das políticas voltadas à inclusão social. O maior desafio era unificar diversos programas de transferência de renda, nem todos eficientes e justos, e combater a fome em todo e qualquer lugar. O Bolsa-Família é mais eficiente porque reúne em um só programa de transferência de renda condições para a universalização da saúde, educação e segurança alimentar, tornando sua administração mais barata e racional. Também busca corrigir distorções e injustiças dos programas sociais anteriores que, muitas vezes, tinham os recursos drenados pela ineficiência administrativa. Encerramos o ano de 2003 com 3,6 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Até o final do governo, serão 11,4 milhões. O valor médio recebido por família beneficiada pelos programas sociais cresceu de R\$28,00/mês para R\$75,00/mês. As famílias beneficiadas precisam atender às seguintes condições, entre outras: manter seus filhos na escola, participar dos programas básicos de saúde pública, vacinação, pré-natal.

O programa Fome Zero, que teve o grande mérito de colocar a discussão e o enfrentamento da fome na pauta nacional, superou suas expectativas. Ele está presente em 1.277 municípios do País, atendendo a 1,3 milhão de famílias, cerca de cinco milhões de pessoas, e com ampla participação da sociedade. Nas cidades em que os projetos de nutrição e controle da mortalidade infantil; agricultura familiar; microcrédito; qualificação profissional; alfabetização; e distribuição de merenda para crianças na pré-escola estão implementados, os indicadores da melhoria da qualidade de vida são animadores. Em Guaribas e Monsenhor Hipólito, no Piauí, e em São Bento do Norte e Tenente Laurentino Cruz, no Rio Grande do Norte, não houve óbito algum de crianças menores de um ano e a atividade econômica dos pequenos empreendimentos floresceu. Milhares de cisternas começaram a ser construídas numa parceria do governo, moradores, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e empresas, para garantir o acesso à água e livrar essas populações da indústria da seca, que há séculos explora o Nordeste brasileiro. Para além dos resultados concretos, o Fome Zero mostrou que a sociedade brasileira é capaz de se sensibilizar e se mobilizar em múltiplas e generosas iniciativas.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais em saúde e educação mantiveram seu dinamismo e avanços importantes foram alcançados. Na saúde, houve expressivo aumento dos investimentos no atendimento básico e no número de agentes do programa Saúde da Família. As campanhas de vacinação alcançaram índices recordes de atendimento e as inovações começam a ser implantadas em iniciativas como o Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (SAMU), que levará 800 ambulâncias com serviço de UTI Móvel a todo o País.

Na educação, o governo lançou um ousado programa de alfabetização de adultos – o Brasil Alfabetizado –, que, em parceria com a iniciativa privada e a sociedade, está alfabetizando mais de 3 milhões de adultos e pretende alcançar 20 milhões de cidadãos até 2007.

Na segurança pública, além da participação em operações importantes como o combate ao crime no Rio de Janeiro e a repressão ao crime organizado, no Espírito Santo, o Governo Federal vem articulando com os estados a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Comando Unificado do Sudeste para, com planejamento, inteligência e integração, tornar mais eficiente a ação policial no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Da mesma forma, o governo se empenhou na aprovação do projeto de lei que estabelece o desarmamento e um maior controle do uso de armas pela população.

As ações desenvolvidas pelo governo na área social, mesmo diante das dificuldades econômicas, mostram que proteger os mais pobres é uma meta inalienável. As iniciativas foram das grandes

medidas – como a unificação das políticas de transferência de renda; o lançamento do programa Primeiro Emprego, por meio do qual as empresas são estimuladas a contratar jovens, sem desempregar trabalhadores experientes; e o programa Luz para Todos, que já está em andamento e levará, até 2007, energia elétrica para 2,5 milhões de famílias que ainda hoje não têm acesso a esse serviço básico – às ações pontuais, que em muito favorecem quem precisa. Essas iniciativas traduzem os compromissos históricos do governo. Pode ser citada a antecipação da data de pagamento de benefícios do INSS; a ampliação da repressão ao trabalho escravo e o combate ao trabalho infantil; a adoção de medidas de proteção às nações indígenas e à mulher vítima de violência; o combate à discriminação racial; a defesa dos direitos humanos e a reparação das vítimas da ditadura militar.

Enfrentando desafios históricos, fazendo as reformas

Uma nova etapa nas relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário foi inaugurada no Brasil. Desde o primeiro momento, o governo chamou ao diálogo as várias instâncias do poder. Um exemplo foi a presença do Presidente da República na sessão de instalação do ano legislativo no Congresso Nacional. Essa postura conciliatória, agregadora e inovadora contribuiu sobremaneira para que fossem viabilizadas as condições da governabilidade e as grandes reformas que vão redesenhar o Estado brasileiro, como a Previdenciária e a Tributária. O Governo valorizou o diálogo, o entendimento e a negociação, sem, contudo, perder a firmeza nas decisões quanto a temas polêmicos. Em nenhum momento abriu-se mão da responsabilidade de se fazer o que precisava ser feito.

A Reforma Agrária foi e continua sendo um compromisso prioritário. O governo concentrou esforços, no primeiro semestre de 2003, na recuperação e desenvolvimento da agricultura familiar. Nada menos que 1,8 milhão de famílias vive e produz em pequenas propriedades em todo o País, respondendo por importante parcela do abastecimento. Ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foram destinados R\$5,4 bilhões neste ano agrícola para financiar a safra. O Presidente da República determinou que os agentes financeiros públicos assegurem que esse volume inédito de recursos seja, de fato, emprestado aos pequenos produtores. Parte dessa verba está atendendo a cerca de 400 mil famílias em assentamentos da reforma agrária. Ainda não é o bastante para resgatar a dignidade das famílias assentadas em governos passados, sem as condições necessárias para produzir e viver. Milhares de brasileiros foram lançados em áreas rurais imprestáveis para a agricultura, sem energia elétrica, serviços de saúde, educação e sem condições técnicas de aumentar a

produtividade, armazenar e comercializar sua produção. O Governo atual tem o compromisso de recuperar os assentamentos precários – cerca de 80% do total existente – e de dar acesso à terra para 530 mil famílias até o ano de 2006. É um compromisso que desperta a confiança dos movimentos de trabalhadores rurais e tranquiliza os proprietários de terras produtivas. É assim que se enfrenta a histórica tensão no campo: fazendo avançar a reforma agrária, pacificamente, dentro da lei.

A Reforma da Previdência, demandada pelo País e sempre adiada por sucessivos governos, foi realizada e criou condições para uma previdência economicamente equilibrada e socialmente justa. A regulamentação do sistema de previdência complementar cria condições para que os trabalhadores brasileiros possam optar com segurança por complementos de renda na aposentadoria.

Ao mesmo tempo, o consenso obtido em torno de temas centrais da Reforma Tributária abre caminho para que o Brasil tenha um sistema tributário mais justo, equilibrado, racional e eficiente, capaz de eliminar, com o tempo, a regressividade resultante da estrutura tributária atual, que penaliza os mais pobres.

A desoneração definitiva das exportações, a nova Cofins não-cumulativa, a redução da tributação sobre folha de pagamento e a desoneração dos bens de capital são medidas que terão grande impacto na economia, na medida em que melhoram a qualidade dos tributos e incentivam a atividade produtiva e a alocação eficiente de recursos.

A desoneração da cesta básica de alimentos e dos medicamentos, além da constitucionalização do direito à renda mínima, contribui para a gradativa construção de um novo sistema tributário não-regressivo e mais justo que o atual.

No âmbito da discussão da Reforma Tributária, o governo consolidou um compromisso fundamental de não aumentar a carga tributária frente às necessidades de equilíbrio de suas contas.

As duas reformas – Tributária e da Previdência – só puderam ser encaminhadas pela disposição do Governo de ouvir e negociar com governadores, prefeitos, parlamentares e setores da sociedade. Um amplo, profundo e permanente diálogo revela o respeito à democracia, à independência dos poderes e ao pacto federativo por parte do Governo Federal.

Esta atitude se prolonga nos processos preparatórios para outras reformas que o governo tem compromisso de encaminhar até 2006, como a Sindical e a Trabalhista. Além disto, o Congresso já debate a Reforma Judiciária e a Política. Iniciativas como a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto por representantes dos mais variados segmentos da sociedade para, junto com o governo, definir e preparar a pauta para um novo projeto de Nação, o Fórum Nacional do Trabalho e a criação da Secretaria da Reforma do Judiciário apontam para um prognóstico animador no encaminhamento das reformas estruturais.

Está sendo implementado um conjunto de ações para melhorar o serviço público no Brasil, recuperar a capacidade de intervenção do Estado e elevar a auto-estima do servidor público. A reestruturação das carreiras de Estado, com ganhos salariais efetivos; a abertura de concursos, em particular para a Polícia Federal, universidades e hospitais universitários; e a adequação funcional das agências reguladoras garantirá, em futuro próximo, a prestação de um serviço público de melhor qualidade para os brasileiros.

Crescimento sustentado

A redefinição de marcos regulatórios na área de energia, telecomunicações, transportes, saneamento e do papel das agências reguladoras está avançada. Por meio desses marcos, o governo pretende, dialogando com os agentes envolvidos, criar condições para que os investimentos nesses setores possam crescer com segurança, ao mesmo tempo em que garante à população qualidade de serviços com tarifas compatíveis.

A Parceria Público Privada (PPP), cujo projeto o Governo já enviou ao Congresso Nacional, é peça decisiva para a retomada dos investimentos em infra-estrutura no Brasil. As restrições orçamentárias e fiscais, combinadas com a gravidade das demandas existentes nesta área, em especial na área de saneamento e transporte, exigiram que o governo adotasse uma solução criativa, caracterizada pela parceria entre o poder público e o setor privado, viabilizando investimentos na área de infra-estrutura, que nenhum dos dois setores conseguiria fazer sozinho.

As medidas destinadas a estimular o crescimento estão sintonizadas com as preocupações ambientais. A realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente reafirmou os compromissos do governo nessa área, já manifestados nas operações de combate ao desmatamento e ao corte

illegal de árvores na Amazônia, na criação de novas áreas de preservação e na defesa do Parque Nacional de Foz do Iguaçu. Deve ser citado também o Projeto de Lei sobre Biossegurança enviado ao Congresso Nacional. O governo entendeu que este é o fórum adequado à discussão sobre a regulamentação da pesquisa e comercialização de produtos geneticamente modificados, com o devido cuidado no seu impacto para a saúde e meio ambiente, bem como para a adoção de outra atitude diante dos impasses entre progresso e meio ambiente, como é exemplo a construção da BR-163, uma estrada cuja implantação contará com critérios ambientais bem-definidos.

Inserção soberana no mundo globalizado

O Brasil está praticando uma política externaativa e criativa, valorizando as suas maiores riquezas: a população pluriétnica, o vasto território, a convicção democrática, a vocação pacifista, a convivência entre diferentes e a economia diversificada. A competência diplomática dá consequência às iniciativas políticas e comerciais do governo. No Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no Fórum Econômico Mundial em Davos, em Evian, na reunião do G-8 e na abertura da Conferência das Nações Unidas, em setembro, o Presidente do Brasil pautou a questão da fome como tema de preocupação e ação internacional. O governo brasileiro posicionou-se de maneira clara contra o terrorismo e pela paz, unindo-se a países que, com o mesmo espírito, condenaram tanto a barbárie dos atentados quanto a reação militar unilateralista que a ela se seguiu.

A partir da iniciativa de recuperação política e comercial do Mercosul, o governo brasileiro reforçou e ampliou as relações com os vizinhos do continente sul-americano, visando a uma efetiva integração da região, inclusive fisicamente por meio de obras de infra-estrutura. Os interesses comerciais e estratégicos do País estão sendo defendidos com vigor em todas as instâncias de negociação. Com ousadia e criatividade, nossa diplomacia articolou a formação do G-20, que estabeleceu um novo e importante pólo de referência na OMC e fez sua última reunião no Brasil em dezembro de 2003.

O mesmo pode ser dito da atuação do Brasil nas negociações visando à constituição da Alca, nas quais o País atuou no sentido de fazer avançar os entendimentos, respeitando a soberania dos países envolvidos e seus interesses específicos. Para o sucesso dessa política, o entendimento com grandes países, como Índia, China, África do Sul e Rússia, reforçou nosso peso político e comercial, além de abrir novos mercados para nossos produtos. Corretamente, o Brasil vem lutando pela superação de barreiras artificiais no comércio exterior. O superávit comercial

obtido está diretamente relacionado com a abertura de novos mercados e o incremento do comércio com países só agora incluídos, com o destaque merecido, no mapa do comércio e da diplomacia brasileira. Prova disso é a expressiva multiplicação de nossas relações comerciais com a China – que se transformou este ano em nosso segundo maior parceiro – e países como o Irã, por exemplo, além do sucesso na mundialização da atuação de empresas nacionais como a Petrobras, Vale do Rio Doce e Embraer. Ao mesmo tempo, o Presidente Lula e nossa diplomacia defendem, em todas as oportunidades, uma reforma profunda e democrática nos organismos internacionais, notadamente nas Nações Unidas, uma reforma que faça prevalecer a convivência pacífica entre as nações, o combate à fome e à injustiça em escala mundial e a predominância de um entendimento multilateral entre os países. O apoio explícito de diversas nações e chefes de Estado à ampliação do Conselho de Segurança da ONU, muitos deles referendando a indicação do Brasil para membro permanente de um novo conselho, confirma o acerto da política externa do governo Lula.

Nova relação com a sociedade

O primeiro ano de governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi profundamente marcado pela participação da sociedade na definição de políticas públicas. Provavelmente, nunca a sociedade brasileira esteve tão ávida e disposta a participar de um projeto comum de reconstrução do País, como nos dias de hoje. O desafio de retomar o crescimento com justiça social, geração de emprego e distribuição de renda é capaz de unir as mais diversas organizações sociais e mobilizar energias em todo o Brasil.

O diálogo social está permitindo ao governo formular e executar políticas públicas capazes de responder às expectativas da maioria da população nas mais diversas áreas, desde o acesso ao crédito por parte dos trabalhadores até o plano nacional de reforma agrária. Os ministérios promoveram conferências nacionais temáticas para definir políticas na área de saúde, meio ambiente, pesca, assistência social, direitos da criança e do adolescente e cidades.

Também pela primeira vez na administração federal, o planejamento do País a médio e longo prazo foi definido em ampla consulta à sociedade civil. A elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 resultou de debates que envolveram, em todos os estados, representantes de 2.170 entidades da diversa e plural sociedade brasileira.

Esse novo método de governar mostra-se ainda mais relevante do ponto de vista da democratização, quando substitui a tradição autoritária do Estado, marcada pela

desconsideração – quando não até criminalização – dos movimentos reivindicatórios, pelo reconhecimento da legitimidade das entidades da sociedade civil e pelo tratamento respeitoso que confere às demandas apresentadas pelos mais diversos setores.

O compromisso com o diálogo democrático reflete-se na agenda de trabalho do Presidente Lula. Neste primeiro ano, ele recebeu ou foi recebido pelas mais expressivas entidades brasileiras. Foi o primeiro Presidente da República a visitar a Assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e todas as entidades nacionais de empresários, além da Associação Brasileira de ONGs. O Presidente manteve reuniões, audiências e encontros com mais de 150 entidades da sociedade civil em 2003.

Esse novo modelo de gestão, somado a outras iniciativas já descritas, repousa num sólido compromisso ético e de transparência, na valorização das instituições democráticas, na correta administração dos recursos públicos e num compromisso de combater a corrupção, a impunidade e a injustiça.



Preparando o Crescimento

2004

Estabilizando para crescer

O ano de 2003 foi o ano do ajuste, o ano da consolidação de condições para o crescimento. A agenda econômica do governo nestes últimos meses teve dois momentos: um primeiro, de enfrentamento dos grandes desequilíbrios macroeconômicos herdados do governo anterior, em que se destacaram um firme ajuste fiscal e o combate à inflação – compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, no Programa de Governo e na Carta ao Povo Brasileiro. Passada a fase crítica da estabilização, o segundo momento foi de criação de condições para a retomada, em bases sólidas, do crescimento e para a melhora da distribuição de renda no País.

O objetivo inicial do governo foi restaurar a credibilidade na política econômica e, principalmente, nos rumos da economia nacional, de modo a garantir a superação do ciclo inflacionário que se iniciava, a recuperação das linhas de financiamento externo e, principalmente, criar condições para um ciclo de crescimento sustentado.

A política econômica desse período teve como um de seus aspectos centrais a construção de condições fiscais que garantissem a sustentabilidade da dívida pública. Por essa razão, uma das primeiras medidas do governo foi elevar a meta de superávit primário para 4,25% do PIB, nível suficiente para, num primeiro momento, estabilizar e, num prazo mais longo, reduzir a relação entre a dívida pública e o PIB.

Ao contrário da política fiscal do governo anterior – que se caracterizou por um aumento contínuo da carga tributária, passando de 25% do PIB em 1993 para 36% do PIB em 2002 –, o ajuste das contas públicas em 2003 se deu num contexto de queda da carga tributária.

Reconhecendo que a carga tributária já estava muito elevada, o governo reagiu a esta queda de receita por meio de um corte expressivo das despesas. Foi um ajuste duro, mas necessário para garantir a solvência das contas públicas. Foi também uma clara indicação de que a política fiscal deste governo é qualitativamente diferente da adotada pela administração anterior.

O ajuste externo – que se reflete num superávit comercial superior a US\$24,8 bilhões em 2003 – resulta, em parte, do patamar bastante favorável da taxa de câmbio efetiva real, mesmo após a valorização nominal do real ocorrida no ano. Mas este é também consequência da vitalidade das empresas brasileiras, que vêm cada vez mais aprendendo a explorar os mercados externos, minimizando o efeito da contração da demanda doméstica ocorrida em 2003.

Recuperação da atividade econômica

Uma vez controlada a inflação, o Banco Central promoveu um processo de redução consistente da taxa básica de juros, que foi diminuída em 10 pontos percentuais entre junho e dezembro. Deu-se início, assim, ao processo de recuperação do crescimento econômico, que tende a se consolidar ao longo dos próximos meses.

Na retomada do crescimento, o governo adotou algumas medidas específicas, que contribuíram para estimular a recuperação da demanda doméstica. Entre essas se destacam medidas de estímulo ao crédito, bem como a redução temporária das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos, com forte reflexo no aumento das vendas de automóveis entre setembro e dezembro. Destaca-se também a criação de uma linha de crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para aquisição de eletrodomésticos da chamada linha branca, que induziu as lojas a baixar os juros nas vendas de eletrodomésticos. O impacto nas vendas foi bastante positivo.

Hoje já podemos apresentar resultados favoráveis quanto à recuperação da atividade econômica e vislumbrar uma trajetória clara de consolidação do crescimento. A produção industrial cresceu 6,4% entre junho e dezembro. O mais importante é que esta expansão vem sendo acompanhada por um aumento expressivo da produção de bens de capital, indicando uma ampliação da capacidade de investimentos – essencial para sustentar o crescimento no longo prazo.

Embora o processo de recuperação do crescimento esteja apenas se iniciando, as condições macroeconómicas para a consolidação de um ciclo prolongado de desenvolvimento são muito boas. Sempre que há um desajuste relevante em alguma variável macroeconómica – inflação elevada, contas públicas desajustadas ou fragilidade nas contas externas –, o processo de ajuste acaba limitando o crescimento econômico.

Nesse sentido, a atual situação econômica do País – caracterizada por inflação em queda e sob controle, por uma política fiscal que permitirá a redução progressiva da dívida pública e por uma situação bastante sólida nas contas externas – é muito propícia ao crescimento, ao contrário do que ocorreu nos últimos anos. Trata-se de uma conjunção de variáveis macroeconómicas que não se observa no Brasil desde o início dos anos 70.

É essencial que essa consistência macroeconómica, cuja consolidação tanto custou para o País, seja preservada nos próximos anos. Só com a manutenção prolongada da estabilidade

econômica é que poderemos romper com a trajetória de curtos períodos de crescimento, seguidos de crises, que marcou os últimos anos.

A política macroeconômica, no entanto, é apenas parte do trabalho a ser realizado. A agenda para os próximos anos deverá estar muito mais centrada na criação de condições para o desenvolvimento, por meio do crescimento sustentado da economia e da redução das desigualdades sociais do País.



Reformas Estruturais

2004

Reforma Tributária

O tema Reforma Tributária foi recorrente no debate nacional ao longo dos últimos anos sem, entretanto, lograr-se êxito na efetivação das mudanças almejadas para a simplificação e a racionalização do sistema tributário nacional.

O governo priorizou a reforma, ciente da necessidade da elevação da eficiência econômica do País, com vistas a estimular a produção, o investimento produtivo e a geração de emprego e de renda.

Na elaboração da proposta, alguns princípios fundamentais foram fixados, com vistas a sua neutralidade, com destaque para o não-aumento da carga tributária e a manutenção dos níveis de receita dos estados e municípios. Por seu lado, foram estabelecidas condições para que os que têm mais contribuam com mais e os que têm menos contribuam com menos.

Resultado desse esforço foi a aprovação de parte dessa reforma, com a edição da Emenda Constitucional nº 42, promulgada em 31 de dezembro de 2003.

A Reforma Tributária aprovada já implementou inúmeros avanços na tributação brasileira que contribuirão muito para o crescimento da nossa economia. É o caso da não-cumulatividade das contribuições sociais sobre faturamento, da incidência dessas contribuições sobre as importações, da redução do custo do emprego, mediante substituição da contribuição sobre folha pela contribuição sobre faturamento, desoneração dos bens de capital, entre outros.

Ficou estabelecido na reforma o princípio da não-cumulatividade das contribuições sobre o faturamento, eliminando os perversos efeitos da incidência em cascata, que induzem as empresas a se verticalizarem, em detrimento de arranjos produtivos mais eficientes.

A reforma definiu também a isonomia entre os produtos nacionais e importados na incidência destas contribuições, eliminando outra significativa distorção de nosso sistema, que cria vantagens para os produtos importados sobre a produção nacional.

Essas mudanças já estão em fase de implementação, por meio da instituição do regime de não-cumulatividade para a Cofins (MP nº 135/03, convertida na Lei nº 10.833/03), que começa a produzir efeitos em fevereiro de 2004, e a cobrança das contribuições na importação (MP nº 164/04), que produzirá efeitos a partir de maio de 2004.

A reforma aprovada prevê, ainda, a substituição de parte da contribuição sobre a folha de salários por outra incidente sobre o valor adicionado, reduzindo os encargos sobre o emprego formal e estimulando, portanto, a formalização das relações de trabalho e a competitividade dos setores da economia que empregam mais trabalhadores.

Para incentivar o investimento produtivo, a reforma definiu a desoneração dos impostos sobre os bens de capital por meio da redução do IPI, cuja implementação já se iniciou com a edição do Decreto nº 4.955/04.

Outra medida de relevante impacto econômico já aprovada na Reforma Tributária é a criação de um sistema único de tributação para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, que poderão contar com um regime favorecido e bastante simplificado de cobrança de tributos. Reconhece-se, assim, o significado deste segmento para a produção e, principalmente, para a geração de empregos no Brasil. O projeto de lei complementar criando o novo sistema deverá ser brevemente apresentado ao Congresso Nacional, podendo a respectiva lei ser sancionada ainda em 2004.

Mais avanços importantes da Reforma Tributária ainda se encontram na pauta de votação do Congresso Nacional, por meio da Proposta de Emenda Constitucional nº 228/04, como é o caso da unificação do ICMS.

A estrutura atual do ICMS induz a uma série de distorções da atividade econômica. O ICMS apresenta-se como um tributo de grande complexidade, com 27 diferentes legislações a ser observadas pelos contribuintes e uma grande diversidade de alíquotas e de benefícios fiscais, que caracterizam a chamada “guerra fiscal”, que traz fortes desequilíbrios concorrenciais e insegurança na definição de investimentos.

Com a reforma tributária, nos termos da PEC nº 228/04, que tramita na Câmara dos Deputados, o ICMS passará a ter uma legislação única, com um máximo de cinco alíquotas diferentes, ficando proibida a concessão de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros. A medida propiciará o fim da competição predatória entre os estados e o fechamento de brechas que viabilizam a evasão fiscal. Fica, ainda, constitucionalizada a desoneração das exportações, assegurando-se o aproveitamento ou a manutenção integral dos créditos relativos aos insumos dos produtos exportados, revertendo-se a situação atual, na qual muitas empresas têm dificuldade em recuperar seus créditos nas exportações.

Do ponto de vista social, uma medida de grande relevância é a redução da carga tributária das populações de menor renda mediante redução dos impostos sobre os bens de consumo popular – em especial, sobre os gêneros alimentícios de primeira necessidade e os medicamentos –, que, na incidência do ICMS, serão isentos do imposto ou terão uma alíquota reduzida. Também está contemplada na segunda etapa da reforma (a chamada PEC paralela) a criação de programa de renda mínima, destinado a assegurar a subsistência e manter a dignidade das famílias de baixa renda. A reforma tributária contribuirá para a consecução dos objetivos do programa de governo e para a criação de um novo Brasil, à medida que cria condições para um crescimento mais acelerado – portanto, propícia para a ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores – e concorre diretamente para a melhoria da distribuição de renda.

A Reforma da Previdência

A aprovação da Reforma Previdenciária, em dezembro de 2003, cumpriu uma etapa importante na agenda do País.

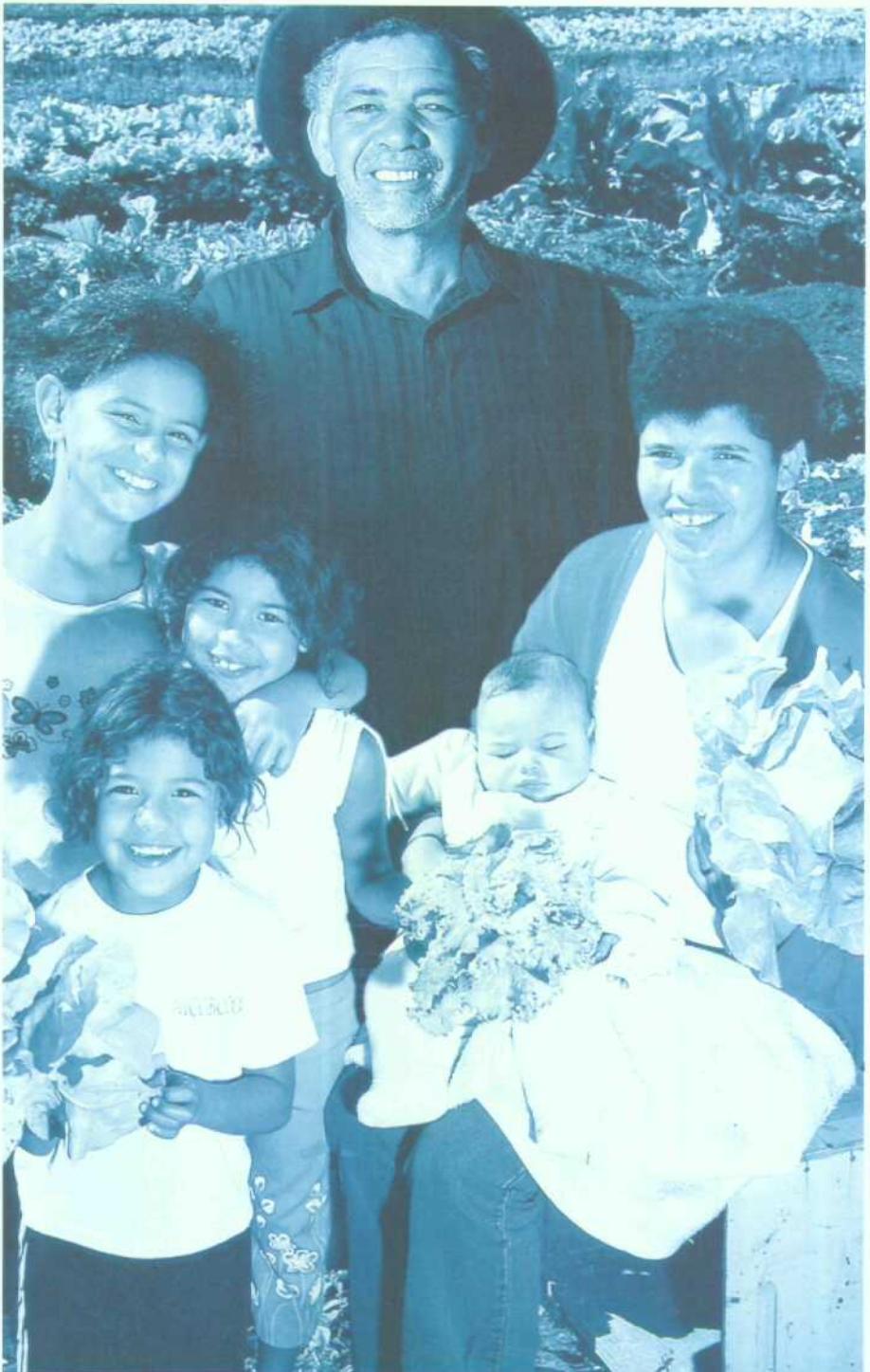
Desde que assumiu, o Governo abriu um amplo debate sobre a necessidade de se fazer a Reforma da Previdência. O assunto foi discutido com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com sindicalistas, governadores e prefeitos. O Governo dialogou também com mais de 150 entidades, esteve em vários estados e foi oito vezes ao Congresso para debater o tema. O resultado desses intensos debates foi transformado em proposta de emenda à Constituição e entregue pessoalmente, no dia 30 de abril, pelo Presidente da República e governadores aos parlamentares.

As mudanças na Previdência eram necessárias para tornar o sistema de aposentadorias e pensões mais justo, reduzindo as desigualdades entre aposentados do serviço público (trabalhadores da União, estados, Distrito Federal e municípios) e aposentados do INSS (trabalhadores do setor privado, na cidade e no campo). Além disso, era preciso tornar o sistema sustentável, enfrentando o grave desequilíbrio entre as receitas e o volume de benefícios.

Em 2002, os benefícios pagos a 2,5 milhões de servidores públicos aposentados apresentaram uma necessidade de financiamento de R\$39,8 bilhões, enquanto o setor privado, que pagou cerca de 18,9 milhões em benefícios, já deduzidos os assistenciais, requereu financiamento de R\$17 bilhões. O desequilíbrio do sistema previdenciário, especialmente o do setor público, é um dos elementos que compromete a implementação de políticas destinadas a garantir o desenvolvimento nacional.

Para alcançar o objetivo de mais justiça e sustentabilidade do sistema, adotou-se o princípio do cálculo do benefício com base nos salários de contribuição efetivamente registrados ao longo da trajetória contributiva do servidor; o não-incentivo para aposentadorias precoces; o estímulo à permanência dos servidores em atividade; a diminuição dos supersalários; a contribuição sobre os proventos de inativos e pensionistas; o aumento do teto previdenciário para os trabalhadores da iniciativa privada; e a possibilidade de criação de sistemas complementares para servidores, a exemplo da previdência complementar dos trabalhadores do setor privado. Além disso, a Reforma da Previdência pauta-se pelo absoluto respeito aos direitos adquiridos, bem como pelas regras de transição para os servidores atualmente ativos.

A tramitação no Congresso Nacional, em tempo recorde, de uma proposta complexa como a da Reforma da Previdência, mantendo-se sua concepção central, só foi possível devido à sensibilidade de deputados federais e senadores em relação à matéria, ao empenho do Governo Federal e dos governadores nessa questão e ao forte apoio da opinião pública, que compreendeu e se sensibilizou.



Novo Modelo de Desenvolvimento

2004

Criando condições para o desenvolvimento

Para consolidar um processo de desenvolvimento equilibrado nos próximos anos, a política de inclusão social – que constitui a base do projeto deste governo – deverá ser acompanhada por medidas voltadas à ampliação e ao financiamento adequado dos investimentos, bem como por medidas de estímulo ao aumento da eficiência, produtividade e competitividade das empresas brasileiras. Só assim se criam condições para que o crescimento seja sustentável e, portanto, para a redução do desemprego e o aumento da renda dos trabalhadores.

Mesmo em 2003, ano marcado pela estabilização, várias medidas econômicas voltadas para o longo prazo já foram tomadas ou pelo menos iniciadas. Entre estas se destacam as referidas reforma previdenciária, socialmente justa e com impactos positivos sobre as finanças públicas, e a reforma tributária, que tem como objetivos principais o aumento da eficiência econômica e a melhora da distribuição de renda.

Outras medidas voltadas ao fortalecimento do setor produtivo também foram tomadas, como por exemplo a redução do custo do crédito, o estímulo ao comércio exterior e ao financiamento do investimento, assim como o apoio às microempresas, pequenas e médias empresas.

Em particular, já se definiram as diretrizes para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo, que deve ser implementada ao longo dos próximos anos. Entre os principais objetivos dessa política está o aumento da competitividade das empresas brasileiras – com reflexos no crescimento sustentado das exportações do País.

Os objetivos de aumento da eficiência e de estímulo à concorrência e respeito ao consumidor – além, é claro, do objetivo fundamental de melhoria da distribuição de renda e inclusão social – não se manifestam apenas no âmbito das medidas institucionais, mas permeiam toda a ação setorial do governo.

Como se detalha a seguir, também permearam o conjunto das ações de desenvolvimento – no âmbito da indústria, da agricultura, do desenvolvimento agrário, da infra-estrutura e da ciência e tecnologia – a preocupação com o meio ambiente, com a redução das desigualdades regionais e com a geração de empregos.

As medidas implementadas em 2003 são apenas o início de um extenso conjunto de mudanças que têm como objetivo viabilizar o maior crescimento possível da economia brasileira nos próximos anos.

É essencial criar condições para viabilizar os investimentos – tanto públicos quanto privados – em infra-estrutura, para evitar gargalos que impeçam o crescimento nos próximos anos. Também é essencial o estabelecimento de marcos regulatórios transparentes e bem-definidos para os setores de infra-estrutura, reduzindo a incerteza e, consequentemente, estimulando a participação da iniciativa privada na expansão destes, sem comprometer a concorrência e o respeito ao consumidor. A definição do novo modelo para o setor elétrico foi um avanço importante nesta direção, mas ainda há muito a fazer – especialmente no caso do saneamento.

O ano de 2003 foi o ano da estabilização e da criação das condições para o crescimento. Nos próximos anos teremos de transformar este potencial em desenvolvimento. Há muito a fazer, mas, como se demonstra a seguir, os primeiros passos que já foram dados indicam que é possível construir um Brasil diferente – um Brasil de oportunidades, mais justo e mais equilibrado.

1. POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR

O governo lançou publicamente as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, fruto de trabalho conjunto de vários ministérios, no âmbito da Câmara de Política Econômica do Conselho de Governo. Uma nova trajetória de desenvolvimento requer políticas públicas que aumentem a eficiência produtiva, diminuam a vulnerabilidade externa e estimulem a taxa de investimento e da poupança como fração do PIB. Para dinamizar a estrutura produtiva, a política industrial deve integrar a busca da eficiência econômica com a inovação tecnológica e a ampliação do comércio exterior. É dada ênfase não apenas aos tradicionais aspectos de capacidade física de produção, mas também à eficiência do negócio, como pesquisa, desenvolvimento e engenharia, patenteamento, logística e comercialização.

A Política se desdobra em 4 linhas de ação:

- a) Inovação e desenvolvimento tecnológico, com a estruturação de um sistema nacional de inovação, incentivo às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e apoio a áreas portadoras de futuro como nanotecnologia e biotecnologia;
- b) Inserção externa, a partir do Programa Brasil Exportador, apresentado em novembro, com medidas de curto prazo e alto impacto no processo de exportação;
- c) Modernização industrial, não só de equipamentos como também de gestão e organização dos empreendimentos e apoio a arranjos produtivos locais; e

- d) Capacidade e escala produtiva, visando ao incentivo ao investimento em aumento de capacidade de setores que estão operando com elevada taxa de ocupação.

Foram definidas, além disso, quatro opções estratégicas: a) semicondutores; b) *software*; c) fármacos e medicamentos; e d) bens de capital. São opções que a experiência internacional mostra serem: portadoras de dinamismo crescente e sustentável, responsáveis por parcelas expressivas do investimento internacional em P&D; promotoras de novas oportunidades de negócios; envolvidas diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; capazes de adensar o tecido produtivo; importantes para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior baseia-se, portanto, num conjunto articulado de medidas que buscam o aumento da eficiência e da competitividade. De forma inédita no País, integra comércio exterior, inovação e desenvolvimento tecnológico. É voltada para o futuro, para que o Brasil dê um salto de qualidade na sua estrutura produtiva, desenvolvendo um novo compromisso pela produção.

A proposta foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) no início de dezembro e está em discussão na sociedade. O conjunto dos programas e ações deverá estar detalhado até março de 2004. Não obstante, o direcionamento proporcionado pelas Diretrizes permite que medidas possam ser implantadas antecipadamente. Bons exemplos são os casos de ampliação dos desembolsos do BNDES, dos atuais R\$34,7 bilhões para R\$47,3 bilhões em 2004; da desoneração das exportações, com previsão de desoneração gradual dos bens de capital, e da simplificação de importações.

As aplicações do Banco do Nordeste no setor industrial nordestino atingiram o montante de R\$438 milhões, correspondendo a uma elevação de 713% em relação ao ano anterior.

Inovação e competitividade do setor produtivo brasileiro

Regulamentação da Lei nº 10.637/02, que trata de incentivo às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e de registro de patentes no País; Lei de Inovação, em análise pelo Congresso Nacional e que está sendo objeto de reexame pelo governo; o programa de nanociência e nanotecnologia, área decisiva para o futuro da produção, na qual o Brasil dispõe de todas as possibilidades de desenvolver vantagens comparativas dinâmicas; lançamento pela Finep do Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (PAPPE) e do Programa de Criação de

Tecnologia (CRIATEC), envolvendo BNDES, Finep e MCT, para apoio à geração de pequenas empresas de base tecnológica; desenvolvimento de projetos integrados entre o BNDES e a Finep, associando investimentos em capacidade produtiva com investimentos em inovação.

Desenvolvimento da indústria

O governo conta para o desenvolvimento da indústria com os Fóruns de Competitividade, mecanismo que propicia ambiente para o diálogo entre os elos que integram cada cadeia produtiva (empresários e trabalhadores) e o setor público, visando ao aumento da competitividade por meio da superação de gargalos e busca de maior eficiência produtiva. Em 2003, foram instalados 7 novos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas – Siderurgia; Farmacêutica; Indústria Aeroespacial; Automotiva; Bens de Capital; Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Indústria de Defensivos Agrícolas. Nestes fóruns e nos outros 6 que foram reinstalados – Couro e Calçados, Têxtil e Confecções, Construção Civil, Plástico, Complexo Eletrônico e Madeira e Móveis – buscou-se um envolvimento maior dos trabalhadores no diálogo para a busca de aumento de competitividade.

No âmbito do Fórum do Complexo Eletroeletrônico instituiu-se uma política de adensamento da cadeia produtiva, induzindo uma maior utilização de componentes, partes e peças nacionais. O instrumento do Processo Produtivo Básico (PPB), quer na Zona Franca de Manaus, quer nas demais regiões do País apoiadas pela Lei de Informática, tem permitido a indução deste adensamento de forma mais efetiva. Dentro do fórum estão sendo desenvolvidos mecanismos que levem à redução do “mercado cinza” (contrabando), que prejudica sobremaneira a indústria nacional.

Outras iniciativas importantes são o apoio ao investimento em setores produtores de bens intermediários (aço, celulose, petroquímica, etc.) para que não haja gargalos no sistema produtivo nacional; o incentivo à indústria naval e seus fornecedores por meio das licitações da Petrobras (plataformas P-51 e P-52); o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP), articulado pelo Ministério de Minas e Energia. Além disso, o Brasil poderá contar com o centro de prototipagem de circuitos integrados como forma de desenvolver capacitação e prestação de serviços ao sistema produtivo brasileiro. Finalmente destacam-se a constituição da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRAS), com dotação prevista no orçamento da União; o Programa do Biodiesel, cuja Comissão Executiva Interministerial para coordenar sua implementação já foi instalada no mês de fevereiro de 2004.



Regime dos Ex-Tarifários

Em 2003 esse regime apresentou significativo crescimento. Foram concedidos 560 ex-tarifários para o setor produtivo. O regime permite a redução para 4% do imposto de importação de bem de capital sem similar nacional, sendo um estímulo para os investimentos em bens de capital destinados à ampliação e reestruturação do parque industrial do País. Os resultados contribuíram para a viabilização de investimentos da ordem de US\$11,4 bilhões. Este ano, com o intuito de dar maior transparência à concessão deste benefício, foram reformuladas as exigências para a concessão, instituindo a obrigatoriedade de Consulta Pública à sociedade.

Propriedade Intelectual

O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) realizou esforços para a adequação da legislação penal, com tipificação de novos crimes e aumento das penas, visando a fortalecer o combate à pirataria na área de propriedade industrial, marcas e patentes, direito do autor e *software*. Em outra vertente, continuaram os avanços na adequação da legislação visando à promoção da saúde pública em relação à proteção patentária.

Marinha Mercante

O Fundo da Marinha Mercante obteve visível salto de qualidade em suas atividades. Voltado para o incentivo à marinha mercante e à construção naval, o Fundo teve um acréscimo de 207% no volume de recursos contratados, em relação a 2002, referentes à construção de 28 embarcações. Houve, igualmente, um crescimento no volume da liberação de recursos relativos aos contratos assinados, que passaram de R\$298,6 milhões para R\$523,2 milhões, considerando-se as liberações até o mês de novembro e as previsões para dezembro, o que representa um acréscimo de 75%. O benefício imediato foi o crescimento de 19% na geração de empregos nos principais estaleiros brasileiros, em 2003, passando de 10,8 mil, em 2002, para 12,8 mil trabalhadores.

Democratização do acesso aos títulos públicos

Por meio da expansão e do fortalecimento do programa Tesouro Direto, procurou-se facilitar o acesso de pequenos investidores ao mercado de títulos públicos. Trata-se de medida que fortalece a cidadania, pois torna mais transparente para os investidores a forma como o governo se financia. Trata-se também de medida importante para a política de ampliação do universo de agentes que negociam no mercado de títulos públicos, hoje muito concentrado e, portanto,



sujeito a mudanças de humor de um número limitado de grandes bancos e administradores de carteira.

2. FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO, EFICIÊNCIA E REDUÇÃO DO CUSTO DO CRÉDITO

Crédito com consignação em folha de pagamento

Com a Medida Provisória nº 130, os trabalhadores passam a poder realizar empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil autorizando o desconto das respectivas prestações diretamente na folha de pagamento do respectivo empregador. Essa faculdade confere maior segurança aos provedores de crédito, uma vez que minimiza os riscos da inadimplência (principal componente do *spread* bancário). Os primeiros resultados apontam para uma sensível redução de *spreads* nesses empréstimos, com impacto positivo especialmente sobre as famílias.

Concorrência bancária

O governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que estende a aplicação da legislação antitruste ao setor bancário. Com isso, o Banco Central ficará encarregado de determinar, dentre os casos de fusões e aquisições no âmbito do sistema financeiro, aqueles que envolvem risco sistêmico e cuja análise do ato de concentração caberá ao Banco Central. Todos os demais casos que não apresentem risco sistêmico serão enviados para a análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Está em fase de implantação o sistema de informações de crédito do Banco Central, reduzindo a informação privilegiada de cada banco sobre seus clientes, estimulando a competição bancária e favorecendo a redução de *spreads* e tarifas bancárias, na diminuição da taxa de juros e melhoria das condições de acesso ao crédito para as famílias.

Lei de Falências

A nova Lei de Falências contribuirá para estimular o mercado de crédito ao setor produtivo e viabilizar a recuperação de negócios economicamente viáveis, bem como a preservação de ativos (tangíveis e intangíveis), produção, emprego e renda. O Projeto de Lei, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado Federal, tem, entre outros, o objetivo de substituir a concordata pela figura da recuperação extrajudicial e judicial, estabelecendo assim um novo ambiente de negociação com a participação dos credores. A alteração no Código

Tributário Nacional, encaminhada ao Congresso juntamente com o Projeto de Lei, encerra uma discussão de anos, com a extinção da sucessão tributária, tanto na recuperação quanto, principalmente, na falência. Essa medida permitirá que os ativos sejam alienados de forma mais rápida e a preço de mercado, diminuindo a resistência dos bancos a emprestar, aumentando as chances de sobrevivência das empresas recuperáveis.

Fim da cumulatividade da Cofins

Por meio da Medida Provisória nº 135 (convertida na Lei nº 10.833, de 29/12/2003), o governo está regulamentando o fim da cumulatividade da Cofins. Devido ao efeito cumulativo da Cofins, a carga tributária efetiva que incidia sobre os diversos setores de atividade dependia crucialmente da estrutura de produção, em particular, do número de etapas envolvidas no processo produtivo.

3. POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações brasileiras, no período de janeiro a novembro de 2003, atingiram a cifra recorde de US\$72 bilhões, o que representou crescimento de 22,1% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho do setor exportador foi fundamental para impulsionar a atividade produtiva do País, contribuindo também para a geração de emprego e renda. A expansão das exportações em 2003 é resultante do aumento da competitividade do produto brasileiro e da diversificação de mercados compradores, sobretudo para regiões não-tradicionais. O desempenho das exportações no ano é ainda mais significativo quando comparado com a expectativa de crescimento do comércio mundial, que é de apenas 2,9% para este ano.

O superávit comercial superior a US\$24,5 bilhões, igualmente recorde, tornou-se elemento essencial para diminuir a vulnerabilidade externa e a melhoria do balanço de pagamentos brasileiro.

Fortalecimento do Ambiente Institucional

As duas principais ações institucionais tomadas pelo governo foram a criação logo no mês de janeiro de 2003 da Agência de Promoção de Exportações Brasileiras (APEX-BRASIL), com fonte de recursos permanente e flexibilidade para fazer a promoção comercial do Brasil junto ao mercado externo, constituindo-se em antiga demanda do setor exportador, e a reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Nessa reestruturação incluem-se

no Grupo Gestor cinco ministérios com objetivo de dinamizar e democratizar o Comércio Exterior. Também estão sendo criados os Conselhos Consultivos Empresariais, que reforçam o diálogo do setor público com o privado, no âmbito da Camex. Essa nova estrutura visa a dar maior agilidade às decisões do Comércio Exterior brasileiro, com a finalidade de viabilizar o aumento das exportações.

Com o intuito de promover os produtos e serviços brasileiros, o Governo Federal, por meio da APEX-Brasil, apoiou 40 setores participando de 244 feiras internacionais, 38 missões comerciais e da constituição de 20 consórcios de exportação de pequenas e médias empresas. Essas ações representaram o auxílio a aproximadamente 8 mil empresas, sendo 70% de pequeno e médio porte.

Programa Brasil Exportador

Em novembro deste ano, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Exportador. O objetivo é formular, consolidar e racionalizar as ações de Promoção das Exportações. Ele é constituído por 45 programas que visam a articular os diferentes agentes no sentido de racionalizar, especializar e desenvolver ações que viabilizem a expansão sustentada das exportações. Trabalha com um horizonte temporal de 3 anos e tem como meta prioritária alcançar o valor exportado de 100 bilhões de dólares em 2006.

Fazem parte desse programa medidas de revisão dos mecanismos de apoio ao financiamento e à garantia das exportações. São mudanças na atuação do PROEX-Financiamento, do PROEX-Equalização e Seguro de Crédito:

- Extinção do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação (Medida Provisória nº 143/2003) e criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG), unificando as competências do Comitê de Crédito à Exportação (CCEX) e do conselho extinto;
- Criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas (PROPEX), viabilizado pelo Tesouro Nacional, posto que as garantias exigidas pelos bancos inviabilizam o crescimento das exportações desse segmento;
- Revisão da Resolução Camex nº 33, de 16/12/2002, para permitir que, nas operações de co-financiamento da Cooperación Andina de Fomento (CAF), o Proex finance 85% das

exportações brasileiras de bens e serviços, com garantia da própria CAF e que ela financie os gastos locais e o *down payment* das exportações brasileiras;

- Inclusão de organismos financeiros internacionais no PROEX-Equalização;
- Revisão do seguro de crédito nas operações com Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR). Todas as operações financiadas pelo Proex ou BNDES garantidas com CCR serão classificadas, para efeito de seguro de crédito, como operações do grupo de risco 1, aumentando a competitividade das exportações brasileiras;
- Revogação das limitações de valores e prazos ao uso do CCR;

Democratização das informações sobre exportação

Foram intensificadas ações no sentido da democratização das informações sobre exportação, o que proporcionou aos empresários de todas as regiões do Brasil conhecer as vantagens da atividade exportadora. Entre estas, destacam-se os Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), nos quais cerca de 8.000 profissionais tiveram contato com informações sobre comércio exterior e puderam conhecer atividades desenvolvidas pelo Governo Federal e por várias entidades parceiras. No Projeto Redeagentes – Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior, cerca de 1.800 pessoas, entre empresários e Agentes de Comércio Exterior, foram capacitadas.

Desburocratização das Exportações

Também foram tomadas medidas para a simplificação e desburocratização das normas e procedimentos operacionais das exportações brasileiras. Em 10 anos, foi o primeiro trabalho de consolidação e simplificação dos inúmeros atos normativos que regem as exportações brasileiras. Em um único documento de oito folhas, foram substituídos os 83 atos de comércio exterior, de mais de 200 folhas. A iniciativa trouxe benefícios aos exportadores brasileiros e compradores estrangeiros, sobretudo os de pequeno e médio porte. No lado das importações, o projeto de desburocratização foi lançado em dezembro de 2003, com o objetivo de simplificar os procedimentos administrativos das importações brasileiras, e será divulgado mediante a publicação das normas simplificadas das importações. São 12 anos de espera para a consolidação dos atos normativos que regem as importações brasileiras. A medida beneficiará 1.600 bens de capital. Ficará mais fácil importar esses bens com alíquota reduzida amparada por ex-tarifários.



Sistema Brasileiro de Defesa Comercial

Lançada em setembro, a nova estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial é uma resposta aos seus usuários que pleiteavam medidas que aumentassem a eficácia dos instrumentos de defesa comercial (investigações de *dumping*, subsídios e salvaguardas; aplicação de direitos provisórios e medidas compensatórias; avaliação de desempenho de importações, etc.). Dessa forma, os procedimentos para a abertura e conclusão de investigações contra práticas desleais de comércio tornaram-se mais ágeis.

Alerta Exportador

O Alerta Exportador é uma ferramenta eletrônica (disponível na Web), por meio da qual o empresário brasileiro, pequeno, médio ou grande, recebe gratuitamente as notificações encaminhadas à OMC por países importadores do Brasil, sobre regulamentos técnicos e exigências a respeito de produtos a ser exportados por empresas nacionais. É um projeto inédito que recebeu inúmeros elogios da OCDE e da própria OMC e tido como referência internacional de assistência à PME. Os países do Mercosul já apresentaram pleito no sentido de ter o Alerta Exportador para eles disponibilizados.

Exportação de Serviços

Por meio do Fórum de Competitividade de Serviços, o governo está promovendo uma importante revisão na política de exportações desse setor. As empresas brasileiras, principalmente de engenharia, têm reconhecida capacitação e experiência internacional, podendo ocupar papel importante nesse mercado. Para isso estão sendo criadas condições de financiamento pelo Proex e pelo BNDES, envolvendo convênios com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BID, que viabilizem, inclusive, a Integração de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Financiamento às Exportações

Os principais produtos da Carteira de Crédito Internacional do Banco do Brasil são o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC (concedido no período anterior ao embarque) e o Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE (a partir da saída da mercadoria ao exterior). Essas operações possibilitam competitividade negocial com o importador estrangeiro, devido aos prazos e custos comparáveis com o mercado internacional. De janeiro a setembro de 2003, as

operações contratadas de ACC/ACE atingiram o volume de US\$6,7 bilhões, um incremento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2002.

Foram fortalecidos igualmente os mecanismos de seguro às exportações, com o aumento dos recursos do Fundo de Garantia à Exportação, de US\$1,7 bilhão ao final de 2002 para US\$3,5 bilhões em outubro de 2003.

4. EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção de grãos na safra 2002/2003 alcançou 122,4 milhões de toneladas, com crescimento de 26,5%, uma safra recorde. O agronegócio obteve também um saldo recorde nas exportações, atingindo US\$30,6 bilhões, crescimento de 23% em relação ao valor exportado em 2002, que foi de US\$24,8 bilhões. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total das exportações brasileiras alcançou 42%. O País assumiu o posto de maior exportador do complexo soja, superando os Estados Unidos. São 37 milhões de toneladas contra 34 milhões de toneladas exportadas pelos EUA e 32 milhões de toneladas da Argentina. Em 2003, o Brasil superou a Austrália, tornando-se o maior exportador mundial de carne bovina. No total do setor as exportações atingiram US\$4,1 bilhões.

A ação do governo de janeiro a novembro de 2003 viabilizou a aplicação do crédito rural no valor de R\$27,8 bilhões, distribuídos entre custeio, investimento e comercialização. O número de beneficiados foi de 1,7 milhão. No mesmo período de 2002 o crédito rural foi de R\$20,5 bilhões, representando um aumento de 35,6%.

No plano agrícola e pecuário 2003/2004, o Governo Federal destinou R\$32,5 bilhões ao crédito rural, valor 26% maior do que o da safra 2002/2003. O plano contém diversas inovações: Proger Rural Familiar; Linha Especial de Comercialização (LEC). As perspectivas são positivas: estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indica que a safra de grãos a ser colhida em 2004 poderá atingir 130 milhões de toneladas. Só o Banco do Brasil aplicará nesta safra recursos da ordem de R\$20 bilhões, incremento de 33,3% em relação à safra anterior. Nos seis meses da safra 2003/2004, o banco já aplicou volume de recursos de R\$14,1 bilhões – 50% superior aos montantes emprestados no mesmo período do ano-safra 2002/2003. Outra fonte importante é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que aprovou para o ano de 2004 a aplicação de mais de R\$1,5 bilhão para a atividade agrícola e pecuária do Nordeste, o que contribuirá para a maior competitividade da produção regional, com destaque para os pólos de grãos e fruticultura irrigada, que exportam boa parte de sua produção.



Diante da crise do abastecimento no início do ano, o governo adotou medidas específicas para incentivar o plantio de milho, sorgo e dos cereais de inverno. Em março de 2003, foi lançada a Linha Especial de Comercialização que estimulou a produção de milho e sorgo na segunda safra. Até dezembro de 2003 foram liberados R\$2,9 bilhões de financiamento para custeio do milho, enquanto, em 2002, esse total foi de apenas R\$1,8 bilhão. Para o sorgo, o financiamento chegou a R\$33,3 milhões, contra R\$11 milhões, em 2002. Além disso, por meio dos contratos de opção de venda, o governo adquiriu 1,2 milhão de toneladas de milho e 46,5 mil toneladas de sorgo para compor o estoque governamental, o que forneceu maior segurança ao produtor. Como resultado, a produção de milho bateu recorde, alcançando 47,5 milhões de toneladas (35,2 milhões em 2002). Só o sorgo atingiu 1,7 milhão de toneladas, contra 800 mil toneladas em 2002, representando um aumento de 112,6%.

Os produtores de leite obtiveram uma vitória com a inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos. Esta decisão estratégica permitiu o financiamento da estocagem dos derivados a taxas de juros do crédito rural. Houve também incremento de 50% no limite de crédito por produtor de leite, passando de R\$60 mil na safra 2002/2003 para R\$90 mil na safra 2003-2004.

A produção de trigo alcançou 5 milhões de toneladas, com aumento de 90,5% sobre a colheita anterior. A importação de trigo no ano-safra correspondeu a 49% do consumo, contra 70% em 2002. Além disso, o Brasil está exportando trigo, um fato inédito.

A produção de carne bovina foi de 7,6 milhões de toneladas, 6,7% maior que em 2002. A produção de frango alcançou 7 milhões de toneladas, com crescimento de 12%. Por sua vez, a produção de carne suína chegou a 2,87 milhões de toneladas, sendo 7% maior do que no ano anterior.

No período da safra 2003-2004, serão colhidos 384 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 345 milhões de toneladas destinadas à produção de açúcar e álcool. Com um trabalho coordenado com a cadeia produtiva, a produção de açúcar atingirá o recorde histórico de 24,3 milhões de toneladas. A produção de álcool será de 14,4 bilhões de litros, normalizando o abastecimento. Com isso, as vendas de veículos novos movidos a álcool ou bicompostíveis ultrapassaram 83 mil unidades, um crescimento superior a 48%. O acompanhamento do setor sucro-alcooleiro está sendo sistematicamente realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Observou-se, entre os produtores de açúcar e álcool, o cumprimento do acordo firmado em fevereiro de 2003, com a produção de álcool crescendo em 1,8 bilhão de litros. Esse aumento da oferta contribuiu para a estabilização dos preços em patamares razoáveis, tanto para os produtores quanto para os consumidores.

A potência instalada para co-geração de energia elétrica pelas usinas e destilarias, com a queima do bagaço da cana, atingiu 2,1 MW/h. Desse total – percentagem próxima a 3% da geração nacional, 620MW/h foram comercializados com os distribuidores de energia e complementaram a oferta.

A busca de estabilização da renda dos produtores e recomposição de estoques públicos é uma meta deste governo. Cabe destacar, entre as medidas nessa área, a introdução do café na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O lançamento de opção de compra para 3 milhões de sacas de café, das quais foram exercidas 980 mil, registrou impacto financeiro de R\$190 milhões. O programa de venda em balcão atendeu a pequenos granjeiros e moinhos de arroz, com a venda de milho e arroz em casca. Adicionalmente, o governo repassou 192 mil toneladas de milho e sorgo para o atendimento à avicultura e suinocultura da região Norte e Nordeste e norte de Minas Gerais. Para apoiar a comercialização de trigo e garantir a renda do produtor, foram colocados no mercado contratos de opção de venda, totalizando 1,7 milhão de toneladas até o final do ano.

Em 2003, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada a Lei de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Certificação e qualidade dos alimentos

No ano de 2003 o governo consolidou importantes frentes de trabalho, na intenção de aumentar a competitividade da empresa nacional, com ênfase na pequena e média empresa, processo conduzido pelo MDIC e pelo MAPA. A essas ações foram agregadas iniciativas para garantir a proteção e informação ao cidadão como consumidor.

Está em curso o programa de certificação por meio de sistemas de produção integrada de frutas e flores. Tem o objetivo de assegurar, por meio de monitoramento e controle realizado por auditoria técnica independente, a qualidade das frutas brasileiras, sobretudo no que diz respeito a agroquímicos, fertilizantes, sementes, embalagem e estocagem. Denominado Programa Integrado de Frutas – PIF, consolida-se no País e já é reconhecido pela União Européia. Existem hoje seis frutas certificadas (maçã, manga, uva, mamão, caju e melão). O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas e coloca no mercado externo apenas 1,5% de sua produção. O potencial de exportação é, portanto, enorme, além do benefício direto para o cidadão brasileiro, que é ter frutas comprovadamente saudáveis.



Também as cestas de alimentos estão sendo certificadas. O governo implantou um sistema de certificação de cestas de alimentos com o objetivo de assegurar um padrão de qualidade aos usuários de cestas, em geral, camadas mais desfavorecidas da população. Hoje, cerca de 80% das cestas comercializadas no País têm certificação; garantia de alimento mais seguro para o trabalhador, em sintonia com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Outra frente crucial para o futuro da agropecuária brasileira é a de controle de doenças e, por conseguinte, da qualidade dos alimentos. Com o aprimoramento e consolidação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), ultrapassou-se o número de 10 milhões de animais rastreados, contra 1,8 milhão em dezembro de 2002. Quanto à febre aftosa, além dos serviços de manutenção em 15 estados, Rondônia foi declarado como área livre de febre aftosa com vacinação. Com relação à chamada Síndrome da Vaca Louca, procedeu-se ao rastreamento dos animais importados dos Estados Unidos e Canadá, assegurando ao País a condição de região de menor risco nessa doença, garantindo vantagens na exportação. O estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal foram declarados áreas livres da doença de New Castle, permitindo a continuidade do aumento das exportações. Realizou-se uma parceria público-privada para a implementação de programa de combate à Morte Súbita dos Citros na região Centro-Sul, onde se localiza o maior parque produtor de citrinos do mundo. A implementação de sistemas de mitigação de risco, viabilizando a exportação de frutas para vários países, deu-se a partir da qualificação de áreas livres de pragas e doenças; ao mesmo tempo, com o aprimoramento do sistema de análise de risco de pragas, conferiu-se maior segurança fitossanitária às importações brasileiras.

Em face do crescimento da agricultura orgânica, o governo criou um programa específico e iniciou o desenvolvimento das bases jurídicas e da infra-estrutura organizacional para o fomento a esse mercado em alta, no Brasil e, sobretudo, no plano internacional.

Para melhorar a qualidade e combater a fraude no setor de frango e leite, estabeleceu-se um programa de fiscalização, em conjunto com o setor privado. As primeiras ações mostraram resultados com a apreensão de 250 toneladas de leite em pó. No caso do frango, a ação de fiscalização e combate à adição de água às carcaças subiu de 67% para 72% das empresas.

Fortalecimento dos instrumentos de política agrícola

A fim de reduzir os riscos da produção, o MAPA ampliou o zoneamento agrícola e publicou novos zoneamentos para o milho, sorgo e caju, no Nordeste, e trigo, para o Mato Grosso.

Para apoiar a formulação de políticas foram instaladas 13 câmaras para açúcar e álcool; carne bovina; ciências agrárias; culturas de inverno; eqüideocultura; flores e plantas ornamentais; fruticultura; fumo; hortaliças; leite e derivados; milho e sorgo, aves e suínos; negociações agrícolas internacionais; viticultura, vinhos e derivados.

A agilização do processo de registro de produtos e estabelecimentos ganhou um novo reforço: a incorporação dessas ações ao governo eletrônico, que, por meio do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE), permitirá maior eficiência, reduzindo prazos e custos para setor privado e governo.

O associativismo e o cooperativismo poderão contar, em 2004, com um plano de desenvolvimento do cooperativismo. As diretrizes estão sendo elaboradas em colaboração com um Grupo Interministerial, conforme estabelece o decreto presidencial de 4 de julho de 2003, editado por ocasião da celebração do Dia Internacional do Cooperativismo. O Programa de Desenvolvimento Cooperativo (PRODECOOP) viabilizou a ampliação de 80% do volume de recursos em relação ao ano anterior, chegando a R\$450 milhões, mantendo a taxa de juros fixa de 10,75% ao ano, com prazo de pagamento de até 12 anos. Na área de capacitação e apoio ao desenvolvimento de cooperativas realizaram-se 723 eventos, envolvendo 250 cooperativas e 92,5 mil beneficiários diretos.

Para 2004, o MAPA deverá regulamentar a atuação das cooperativas na área de trabalho e produção autogestionada, possibilitando a criação de opções viáveis de trabalho e renda para trabalhadores do meio rural e urbano. A intenção é ampliar a atuação técnico-governamental, em apoio ao desenvolvimento das cooperativas de trabalho e produção com mecanismos de autogestão, por meio de ações de educação, formação e capacitação de cooperados, gestores e dirigentes; difusão dos fundamentos do cooperativismo; pesquisa de novos modelos de sociedade cooperativa; parcerias internacionais; intercooperação; apoio às pequenas cooperativas; e incentivo à formação de capital social, que resulte em maiores e melhores oportunidades de trabalho e renda.

Pesquisa

A biotecnologia tem se destacado como um setor de importância crescente no mundo e no Brasil, em especial para o aumento da competitividade e a agregação de valor na economia na agropecuária. A engenharia genética vem tendo papel relevante no aumento das exportações brasileiras, com ganhos de produtividade e qualidade proporcionados ao agronegócio.



A atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) coloca o País na vanguarda da pesquisa genética. Em 2003, a empresa apresentou seu segundo bovino clonado. Participante ativa da elaboração da Lei de Biossegurança, a Embrapa está implantando, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (MCT), procedimentos para avaliação da segurança ambiental e da saúde alimentar. Além de gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades geneticamente modificadas, a empresa desenvolve pesquisas com o objetivo de compor métodos, protocolos e roteiros para identificação e caracterização dos organismos transgênicos e seus eventuais efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente, em observância ao princípio da precaução, um compromisso do governo.

5. PESCA

O ano de 2003 foi marcado pela criação da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República, e de suas unidades regionais e estaduais. Além disso, estabeleceram-se as bases de uma política de desenvolvimento sustentável para o setor.

Com isto, já foi possível incrementar a produção de peixes de água doce em 25% e obter resultados ainda melhores com relação ao camarão, que se transformou no destaque de nossa pauta de exportações com o crescimento do setor em até 50% em relação a 2002.

Subvenção ao preço do diesel

Durante 2003, a concessão de subvenção econômica ao preço do óleo diesel aplicado para embarcações pesqueiras alcançou 1.618 barcos, sendo que os principais beneficiários são pescadores profissionais, armadores de pesca, empresários (indústrias) e proprietários de embarcações. Atualmente 11 estados – Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo – beneficiam-se da medida, com uma redução média de 25% do preço final do óleo diesel.

Registro nacional da atividade pesqueira

As atividades do Registro Geral da Pesca (RGP) têm sido executadas nos Escritórios Estaduais da Seap. Dos cerca de 320.000 novos registros, 90% referem-se ao Pescador Profissional e os 10% restantes dizem respeito às demais categorias de registro (embarcações pesqueiras, armador de pesca, indústria pesqueira, aqüicultor e pesque-pague). Desse total, mais de 100 mil foram oriundos da região Sudeste/Sul, existindo uma pequena quantidade na região Centro-Oeste, tendo em vista a proibição da pesca profissional em alguns estados dessa região.

Financiamento à pesca e à aquicultura

Para tentar reverter uma herança de exclusão do setor pesqueiro e aquícola do acesso a instrumentos econômicos de desenvolvimento consolidados em outras atividades produtivas, a Seap conduziu um processo de estruturação de linhas de crédito acessíveis aos produtores pesqueiros. Nesse contexto, destacam-se o Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA), o Programa de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Norte e Nordeste, os Programas Especiais de Financiamento para a Pesca Artesanal e para Piscicultura nos Assentamentos de Reforma Agrária e o Pronaf Pesca.

Em 2004, a Seap planeja incentivar a produção, agregação de valor, comercialização e redução da rede de intermediação do pescado, por meio dos seguintes instrumentos: Proger Pescador – linha de financiamento para atendimento a 2.500 famílias de pescadores artesanais e 100 cooperativas; Proger Piscicultor – atendimento a 2.500 famílias de assentados e 100 cooperativas em assentamentos; Profrota Pesqueira – financiamento para a construção de 30 embarcações para pesca oceânica, conversão de 47 embarcações para pesca costeira e 30 embarcações para pesca oceânica e substituição de 22 embarcações na pesca costeira; Projeto de desenvolvimento da aquicultura e pesca na região Norte e Nordeste – estimativa de aplicação de até R\$88 milhões do Fundo Constitucional do Norte e de até R\$200 milhões do Fundo Constitucional do Nordeste.

Seguro-desemprego para o pescador artesanal

Foi sancionada a Lei nº 10.779, de 25/11/2003 que dispõe sobre a concessão do benefício durante o período de defeso – época do ano em que há impedimento do exercício da profissão, em razão de preservação de espécies. Destina-se ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Além dos benefícios diretos com a remuneração recebida, a concessão do seguro contribui para o ordenamento pesqueiro, uma vez que o recebimento pelo pescador de um salário mínimo no referido período contribui sobremaneira para a recuperação do estoque pesqueiro.

Marco regulatório da pesca

Alguns passos foram dados em relação às normas que regem a aquicultura e a pesca no Brasil. Tem-se agora um marco legal para o uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da



União para fins de aquicultura (Decreto nº 4.895, de 25/11/2003). Outra medida que se fazia necessária avançou com a Revisão do Regime de Arrendamento de Embarcações Estrangeiras (Decreto nº 4.810, de 19/8/2003).

No campo da regulação, a Seap buscará, em 2004, facilitar os procedimentos para concessão da subvenção ao óleo diesel; agilizar os procedimentos para autorização de uso para fins de aquicultura em águas públicas de domínio da União; e, sobretudo, iniciar o recadastramento de todas as categorias de registro – registrar 50% de todos os pescadores profissionais existentes no País e obter o panorama de todas as categorias de registros.

Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura

Prevê-se, para 2004, a criação de número significativo de empregos diretos e indiretos, estabelecimento de alternativa de renda para os pescadores de pequena escala e pequenos produtores rurais, aumento na produção de pescado nacional em cerca de 75.000 toneladas. Para isso foram programadas diversas iniciativas como o estabelecimento de 20 Parques Aquícolas no litoral e nos reservatórios (com ênfase nos reservatórios de Itaipu, Furnas, Três Marias, Serra da Mesa, Sobradinho e Tucuruí); implantação de 3 projetos integrados de aquicultura na região do semi-árido, com suas respectivas áreas aquícolas e planos de manejo; construção de 3.000 hectares de viveiros; instalação de 6 unidades demonstrativas no litoral (camarão, ostras, mexilhões e peixes); instalação de 4 unidades de processamento de pescado; regularização de 30% dos empreendimentos já instalados; e estruturação de 30 associações e cooperativas de produtores.

Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pesca

Espera-se, para este ano, a geração de empregos diretos e indiretos no âmbito da cadeia produtiva da pesca. Além disso, a produção extrativa de pescados deverá atingir 800.000 toneladas, a partir da pesca oceânica de atuns e afins e da captura de espécies atualmente subexploitadas, com ênfase na anchoita, lulas e espécies demersais de profundidade (40% desse crescimento). Para isso estão previstas medidas como a implantação de 12 unidades de beneficiamento; adequação de 11 portos para recepção do pescado; implantação de 6 entrepostos e terminais pesqueiros; e formação e habilitação de 500 pescadores profissionais (incluindo 135 patrões de pesca).

Inclusão social a partir da pesca artesanal e pequena aquicultura

Visa ao aumento da renda dos pescadores artesanais e pequenos aquicultores, bem assim ao atendimento das especificidades das mulheres marisqueiras, catadoras de caranguejo,

pescadoras e aquicultoras. Deverá beneficiar um número significativo de famílias de pescadores artesanais e de famílias de aquicultores direta e indiretamente.

6. DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PLANO SAFRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Em julho de 2003, o governo lançou o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, que se constituiu no mais forte conjunto de ações já destinado ao setor, permitindo acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização e garantia de renda aos agricultores e assentados da reforma agrária. Construída coletivamente com movimentos sociais, sindicatos e entidades do meio rural, a iniciativa reafirma o compromisso governamental com a produção rural familiar, ao passo que consolida o protagonismo dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas, numa relação mais transparente com a sociedade civil.

O Plano Safra, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conta com R\$5,4 bilhões, volume recorde de crédito para uma única safra, 25% superior ao disponibilizado na safra passada. A execução do plano se dá no período de julho de 2003 a junho de 2004, para quando se projeta a aplicação do total dos recursos em 1,4 milhão de contratos de financiamento.

O governo, além de ter lançado, pela primeira vez, planos de safra exclusivos para a região Nordeste e Norte, está também antecipando a liberação dos recursos de acordo com o calendário agrícola de cada região, ao contrário dos anos anteriores, quando o dinheiro era repassado tardiamente. Foram tomadas medidas para desburocratizar o acesso aos financiamentos, como o Cartão Pronaf, instituído pelo Banco do Brasil em parceira com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que permite a contratação do crédito de maneira rápida e simples. O agricultor que pagar o financiamento até o prazo de vencimento terá seu crédito renovado por um período de até seis anos. O objetivo é reverter um padrão de contraste entre o crédito anunciado e o montante contratado nos últimos anos. Dos R\$4,2 bilhões previstos para a safra passada, apenas R\$2,3 bilhões chegaram às mãos dos agricultores.

Entre julho de 2003 e junho de 2004, o Plano Safra destinou R\$5,4 bilhões para a agricultura familiar, a maior oferta de crédito já alocada ao setor. O desempenho do programa entre julho e dezembro de 2003, com a execução de R\$3,1 bilhões e 954 mil contratos, autoriza a previsão de que no primeiro semestre deste ano será atingida em 100% a meta estabelecida. Para o segundo

semestre está previsto o lançamento do Plano Safra 2004-2005, que deverá manter e ampliar a oferta de crédito para a agricultura familiar e para os assentados da reforma agrária. Por meio da Compra Direta e da Compra Antecipada, será ampliado o Programa de Aquisição de Alimentos, ação interministerial em parceria com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab.

Do total de R\$5,4 bilhões anunciados pelo governo para a agricultura familiar, o Banco do Brasil aplicará R\$3,3 bilhões, montante este 57,4% superior ao aplicado na safra anterior. No período de julho/dezembro-2003, a agricultura familiar recebeu tratamento especial do Banco, com créditos de 2,4 bilhões, o que representa um aumento de 82% em relação ao mesmo período da safra passada. Os recursos beneficiaram cerca de 720 mil famílias, número 34% superior ao verificado anteriormente. O Pronaf efetuará, de julho a dezembro de 2003, um total de 880.000 financiamentos rurais para agricultores familiares, soma 30% superior à que foi efetivada no mesmo período de 2002.

O Banco do Nordeste aplicou no ano de 2003 o montante de R\$319,4 milhões nos diversos grupos do Programa, conforme tabela que se segue:

BNB – VOLUME DE APLICAÇÕES DO PRONAF EM 2003

GRUPO	QUANTIDADE	VALOR CONTRATADO
A	11.889	129.749.118,16
AGREGAR	3	84.165,25
B	150.847	134.599.440,64
C	14.122	30.508.369,93
CA	724	1.389.670,47
D	3.356	23.084.596,05
TOTAL	180.941	319.415.360,50

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Foram criadas, ainda, linhas especiais de crédito voltadas às mulheres, jovens e às especificidades da região Nordeste.

Para o combate à seca, foi criado o crédito especial, com recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água, com juros de apenas 1% ao ano.

Outra novidade que está funcionando em todo o País, com prioridade para a região Nordeste, é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab. Foram realizadas as compras diretas da agricultura familiar dos produtos milho, feijão e leite, para o estado de Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, São Paulo e Amazonas, atendendo a 2.570 agricultores e totalizando 6.980 toneladas de alimentos, no valor de R\$4,871 milhões. Na modalidade Compra Antecipada (CPR Alimentos), 36.560 agricultores familiares e assentados da reforma agrária foram beneficiados, num total de R\$67,253 milhões. Na Compra Local (CPR Especial), foram 7.472 agricultores e assentados, com R\$11,079 milhões.

Renegociação das dívidas dos assentados e agricultores familiares

A reivindicação histórica dos movimentos sociais da agricultura familiar brasileira foi tornada realidade. Mais de 313 mil agricultores (cerca de 40% do total previsto) já foram beneficiados. Para que a totalidade dos cerca de 815.000 agricultores efetue a renegociação de suas dívidas, foi prorrogado o prazo para 31 de maio de 2004.

A renegociação de suas dívidas permite que os agricultores se tornem adimplentes e assim possam reivindicar novos financiamentos rurais, além de continuar na atividade produzindo alimentos. Sem essa providência, mais de 800 mil agricultores estariam fora do Pronaf.

Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

O acesso ao conhecimento é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Foi elaborada uma nova política nacional de assistência técnica e extensão rural, a partir de um amplo processo de consulta aos agricultores, movimentos sociais e prestadoras de serviço.

O MDA promoveu convênios com organizações estatais de Ater e com organizações não-governamentais. Foram efetivados 30 contratos de Ater, somando R\$21,4 milhões, e 116 contratos de capacitação, no valor de R\$18 milhões.



Os serviços de assistência técnica e extensão rural, incorporados à responsabilidade do MDA ao longo de 2003, serão ampliados em 2004 por meio de convênios com os órgãos estaduais de Ater e com outras organizações públicas e ONGs. Além dos recursos orçamentários destinados a essas ações deve-se destacar que 10% dos valores financiados para os agricultores assentados (grupo A do Pronaf) e 3% dos financiamentos aos agricultores enquadrados no grupo B são destinados a esses serviços. A meta em 2004 é atender, diretamente e indiretamente, a 1,6 milhão de agricultores familiares e técnicos.

Garantia-Safra

O Garantia-Safra representa uma ação fundamental para a convivência com o problema da seca no semi-árido brasileiro, promovendo a segurança alimentar das famílias rurais atingidas pela estiagem. No Nordeste, o seguro Garantia-Safra paga uma renda mínima de R\$550,00, dividida em seis parcelas, aos agricultores que tenham perdas a partir de 50% da safra, em decorrência da seca. No ano de 2003, 35.118 agricultores familiares, em 114 municípios do estado da Paraíba, Alagoas, Piauí e Pernambuco receberam o benefício, totalizando R\$16,7 milhões. O programa deve cobrir 550 mil agricultores no ano de 2004.

O Garantia-Safra traz uma nova maneira de lidar com o problema da seca no semi-árido brasileiro, ao introduzir o reconhecimento de que esse é um problema cíclico e ao incentivar a agricultura familiar na região, assegurando ao agricultor meios de sobrevivência. O programa também promove ações de capacitação, com ênfase na adoção de tecnologias e culturas apropriadas.

Além disso, introduz-se a participação e responsabilização dos três entes federativos – (União, estados e municípios –, em relação ao problema da seca, pois agora todos são chamados a contribuir para um fundo. A participação da sociedade civil e dos movimentos sociais também é fundamental. O objetivo é que a sociedade exerça o controle social e participe do processo de sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais para a adesão ao Garantia-Safra antes da ocorrência da seca.

Pronaf Infra-Estrutura

A ação do Pronaf Infra-Estrutura viabiliza obras fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, suprindo as comunidades rurais de infra-estrutura pública; reduzirá também o risco de aplicação do crédito rural, assegurando o trinômio energia-água-irrigação,

e dá condições de escoamento da produção, viabilizando a comercialização. Este apoio prioriza as ações intermunicipais, que representam projetos negociados entre o poder público e organizações da sociedade civil, visando ao desenvolvimento territorial.

REFORMA AGRÁRIA

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal irá permitir o acesso à terra a 530 mil famílias, até 2006.

Serão 400 mil famílias assentadas e outras 130 mil receberão terras por meio do crédito fundiário. Além dos assentados, outras 500 mil famílias, a maioria concentrada na região Nordeste, serão contempladas com a regularização de suas terras: mais de 1 milhão de famílias beneficiadas com o novo plano. O objetivo do governo é transformar o meio rural brasileiro num espaço de paz, produção, qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável. O passivo fundiário herdado pelo atual governo é enorme – principalmente no que se refere à infraestrutura. Das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas e 53% não receberam tipo algum de assistência técnica. O acesso à terra é apenas o primeiro passo para uma reforma agrária massiva e de qualidade.

Infra-estrutura no campo

O MDA vem trabalhando para melhorar a infra-estrutura dos assentamentos, por meio de convênios e acordos. Alguns exemplos são convênios firmados com o Ministério de Minas e Energia, Petrobras, Sebrae, Embrapa, estados e municípios para disponibilizar energia elétrica, assistência técnica e sistema viário às famílias. Nessa mesma direção, o MDA está fomentando uma maior presença de políticas públicas em áreas como educação, cultura e saúde para uma vida digna dos assentados.

Resultados de 2003

Diante de todas as dificuldades herdadas pela atual administração, foram assentadas, no ano de 2003, 36.301 famílias; 35.628 ganharam concessão de crédito para instalação. Foi garantida assistência técnica para 121.634 famílias assentadas, além de infra-estrutura básica para outras 51.885. Além disso, 41.018 famílias já estão com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) em andamento e serão beneficiadas em breve.



Foi inaugurada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma nova metodologia para ações de Assistência Técnica aos beneficiários, fundamentada em sua participação efetiva no processo de seleção das entidades prestadoras desses serviços.

Na composição de quadros técnicos multidisciplinares, buscou-se romper com o conceito de que assistência técnica para os assentados é exclusividade das Ciências Agrárias. A denominação atualmente utilizada pelo Incra é Assessoria Técnica e Social para Reforma Agrária (ATES/RA).

O governo também está empenhado na promoção de estudos de mercado e apoio logístico para definir as culturas e modelos tecnológicos que garantam maior valor agregado à produção dos assentamentos. O objetivo é implantar modelos de reforma agrária compatíveis com as potencialidades de cada região do País e fomentar a integração territorial dos assentamentos. Ao atuar conjuntamente, numa estratégia de produção e comercialização, as famílias assentadas terão maior capacidade produtiva e força de inserção no mercado.

Programa Nacional de Crédito Fundiário

Um novo decreto regulamenta o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, efetivando, como instrumento complementar, o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Construído com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-SUL), o programa financia a compra de terras não-desapropriáveis, bem como a infra-estrutura inicial de produção e assistência técnica a trabalhadores rurais semterra. Dentre as novidades está a criação de uma linha de financiamento para os jovens (Nossa Primeira Terra) e de ferramentas de controle e participação social. Em 2003, o programa beneficiou 7.889 famílias com acesso à terra; 3.926 famílias com acesso a investimentos comunitários; e 9.832 pessoas com ações de capacitação.

Sustentabilidade ambiental dos assentamentos

Os novos modelos de assentamento são centrados no desenvolvimento sustentável e em conformidade com as características dos biomas e das populações tradicionais onde serão implantados. Esse novo modelo prevê ações tais como o licenciamento ambiental dos assentamentos e projetos de energia alternativos, como o biodiesel. A Resolução do Conama

nº 289/2001 exige o licenciamento ambiental de todos os assentamentos implantados até hoje – cerca de 4.500 –, o que está sendo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Reforma Agrária em 2004

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em novembro de 2003, definiu as grandes metas do Governo Federal nesse setor, tendo como horizonte o ano de 2006. Elaborado com a colaboração de uma equipe de técnicos do MDA, Incra, universidades e centros de pesquisa e a participação dos diversos setores dos movimentos sociais, o PNRA concentra os grandes objetivos do Governo Federal para transformar o meio rural brasileiro em um espaço de paz, produção e qualidade de vida. Entre as metas do PNRA destacam-se:

- 400.000 novas famílias assentadas, sendo 115.000 em 2004;
- 500.000 famílias com posses regularizadas (150.000 em 2004);
- 130.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário (37.500 em 2004);
- Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
- Cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
- Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
- Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
- Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; e
- Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

O PNRA se traduzirá em um novo padrão de assentamentos, com viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento com base no crescimento e na distribuição de renda, democratizando a propriedade da terra, reforçando a agricultura familiar, a produção de alimentos e as formas de produção cooperativas.

7. APOIO ÀS MICROEMPRESAS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As empresas de menor porte representam uma base produtiva essencial à elevação da competitividade sistêmica da economia brasileira. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000 existiam cerca de 4,1 milhões de empresas no Brasil, sendo que as MPEs respondiam por cerca de 98% deste total. Em relação ao mercado de trabalho, existiam cerca de 30,5 milhões de trabalhadores no Brasil nas empresas formais, dos quais 45% estavam trabalhando em MPEs. Esses dados revelam a importância deste segmento para o desenvolvimento do País.

O governo reforçou em 2003 sua atuação nos principais problemas enfrentados pelas empresas de menor porte para desenvolverem suas atividades produtivas e gerarem mais empregos. Para realizar esse esforço de forma consoante às expectativas do setor, o governo promoveu o Relançamento do Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. É um espaço para a conjugação de esforços dos órgãos governamentais e da iniciativa privada para a formulação de medidas de apoio e proposição de ajustes e aperfeiçoamentos necessários à plena implantação do Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Os trabalhos do Fórum contemplam as seguintes ações: a) apoio à promoção de tecnologia e inovação tecnológica; b) formação e capacitação empreendedora; c) promoção das exportações e inserção internacional das microempresas e empresas de pequeno porte; d) aprimoramento do marco legal das microempresas e empresas de pequeno porte e racionalização burocrática; e) inserção das MPEs no universo digital e gestão da informação.

Crédito para microempresas, pequenas e médias empresas

O Governo Federal lançou um programa para financiar a compra de caminhões novos e usados por autônomos e microempresas, pequenas e médias empresas. O Modercarga tem como objetivo reduzir a idade média dos veículos de transporte e mercadorias, que hoje fica em torno de 18 anos, por meio de financiamento com taxa de juros fixa (17% ao ano). Com isso, busca-se também uma diminuição dos níveis de acidentes nas estradas e dos índices de poluição ambiental e de consumo de combustível. Os recursos virão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e serão operacionalizados pelo BNDES, num total de R\$2,0 bilhões, que permitirão a compra de 20 mil unidades novas e usadas.

Por meio da Medida Provisória nº 122, de 25/6/2003, conferiu-se ao CMN competência para regulamentar a aplicação de parte dos depósitos à vista das instituições financeiras, incluindo

as cooperativas de crédito de microempreendedores e aquelas de livre admissão de associados, em operações de microcrédito para população de baixa renda e a microempreendedores. Com base nessa atribuição, a Resolução CMN nº 3.109, de 24/7/2003, fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista a ser destinado ao microcrédito, com as seguintes principais condições: crédito máximo de R\$1.000,00 para microempreendedores (investimento) e de R\$500,00 para pessoas físicas (consumo); taxa de juros máxima de 2% ao mês; Taxa de Abertura de Crédito (TAC) máxima de 4% para microempreendedores e de 2% para pessoas físicas; e prazo mínimo da operação de 120 dias.

Até dezembro, Banco do Brasil e Caixa, para o financiamento a microempresas e pequenas empresas, desembolsaram respectivamente R\$9,7 bilhões e R\$1,7 bilhão. Somado ao desembolso do BNDES, o financiamento das instituições oficiais de crédito terá ultrapassado R\$16 bilhões em 2003. Até outubro, o BNDES efetuou desembolsos da ordem de R\$7,9 bilhões, restando apenas R\$900 milhões para o alcance da meta estabelecida para o ano. O montante é 24% superior ao do mesmo período do ano passado. Adicionalmente, o banco consolidou o Cartão BNDES, que amplia o crédito rápido e barato para o segmento. São 90 empresas ofertando 2.147 produtos financiados pelo banco, que dispõe uma dotação inicial de R\$300 milhões para 2003.

O Banco do Brasil vem sucessivamente fazendo crescer sua linha de produtos para o segmento. O aumento significativo do volume de crédito destinado às microempresas e pequenas empresas foi possível em função da implementação de ações, como a adequação do BB Giro Rápido, produto destinado ao atendimento das necessidades de capital de giro, com recursos do FAT, sendo este o principal produto de crédito do banco destinado a esse segmento. O público-alvo foi estendido, passando a auxiliar empresas com faturamento anual de até R\$5 milhões. O teto dessa linha de crédito também foi elevado de R\$50 mil para R\$100 mil. Houve ainda a redução de encargos financeiros, que passaram de pós para pré-fixados. Até dezembro de 2003, 535 mil empresas já haviam sido atendidas.

Ao longo de 2003, o número de concessões mensais de crédito da Caixa Econômica Federal para as microempresas e pequenas empresas teve uma expansão de 56%. Com isso, atualmente, 96% das concessões de crédito da Caixa são direcionados para empresas desse porte.

Na região Norte, as microempresas e pequenas empresas hoje contam com uma linha de crédito específica – Basa/FNO-Micro e pequena empresa –, destinada a financiar uma variedade de atividades produtivas para esse segmento. O orçamento da linha para 2004 foi estimado em R\$128,8 milhões.

O Banco do Nordeste do Brasil já contrata mais de 90% de suas operações de financiamento do FNE para negócios de micro, pequeno e médio porte em todas as atividades, projetando-se para 2004 um montante aproximado de R\$1 bilhão direcionado para esse segmento.

Inclusão Bancária

Em um esforço para a democratização dos serviços bancários, a Caixa lançou a Conta Caixa Aqui. Com ela, cerca de 1.122.000 brasileiros puderam, pela primeira vez, dispor de uma conta e de um cartão bancário garantindo assim condição mais digna e promissora para a administração de seu dinheiro. Por essa mesma conta, um crédito rotativo de R\$200,00 já está disponível para mais de 275 mil trabalhadores, muitos dos quais estão utilizando o recurso para adquirir ferramentas que possibilitarão ampliar sua renda no futuro.

MICROCRÉDITO

Lançado em 2003, sob a coordenação do Ministério da Fazenda, o programa de apoio às ações de crédito e microcrédito para as microempresas, pequenas, médias empresas e empreendedores informais tem o propósito de melhorar as condições de acesso ao crédito e ao microcrédito, com capacitação e consultoria. Igualmente, visa a dar suporte às instituições privadas que trabalham com microcrédito.

O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste foi criado em 1998 com o objetivo de desenvolver o setor microempresarial nordestino. Maior programa de microcrédito da América do Sul, concentra 75% dos empréstimos desse gênero no Nordeste. É um instrumento de redução das desigualdades sociais da região. Este ano, com as aplicações de R\$368 milhões, o Crediamigo superou a marca de R\$1 bilhão, aplicados em cinco anos de existência, com uma média de 1,6 mil operações por dia. O programa está presente em 1.172 municípios da área de atuação da empresa e emprega mais de 800 colaboradores. Além disso, o Banco vem implementando mudanças na operacionalização do Crediamigo, com o objetivo de ampliar a agilidade e a produtividade do programa. Dentre essas alterações, convém ressaltar: o lançamento do Giro Popular Solidário, linha de crédito destinada a operações de R\$100,00 a R\$1.000,00, com redução dos encargos financeiros (juros de 2% ao mês); incremento de 100% nos valores máximos por empréstimo, passando de R\$4 mil para R\$8 mil, e aumento de 67% no limite de endividamento do cliente, passando dos atuais R\$6 mil para R\$10 mil por cliente.

Os empreendimentos de microporte e pequeno porte contarão também com recursos da ordem de R\$480 milhões para negócios no âmbito do microcrédito (programa Crediamigo), que atende inclusive ao empreendedor informal, com empréstimos que podem chegar a R\$8 mil por operação.

A Caixa oferece aos clientes Caixa Aqui uma linha de crédito rotativo no valor de R\$200,00 com juros de 2% mensais. Ao final de 2003, mais de 275 mil clientes já tinham essa linha de crédito pré-aprovada, o que significava disponibilizar R\$55 milhões para trabalhadores e microempresários que antes só conseguiam obter crédito por intermédio de agiotas.

APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

Com o intuito de promover os produtos e serviços brasileiros o Governo Federal por meio da APEX-Brasil apoiou mais de 5 mil pequenas e médias empresas em 40 setores distintos levando as PMEs a participar de 244 feiras internacionais, 38 missões comerciais e na constituição de 20 consórcios de exportação. Isso representou um aumento significativo da participação das PMEs no comércio exterior.

As ações de financiamento à exportação a incorporação progressiva de microempresas, pequenas e médias empresas com investimento em produtos de maior valor agregado. Verifica-se um sensível crescimento da carteira de MPEs exportadoras, tanto em termos de desembolso quanto em quantidade de empresas. De janeiro a setembro de 2003, as liberações, que atingiram US\$73 milhões, representaram um incremento de 76% frente ao igual período de 2002. A carteira atual totaliza 127 microempresas, pequenas e médias empresas, 56% do total atendido pela Área de Comércio Exterior do Banco este ano. O crescimento deveu-se principalmente à automatização operacional do programa de pré-embarque e ao lançamento do pré-embarque de curto prazo, bastante demandados por MPEs dos mais diversos segmentos.

Por meio do Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), do Banco do Brasil, foram beneficiadas até outubro 1.710 empresas, ou seja, 73,7% da meta proposta para o ano, resultado que supera em 2% o observado no mesmo período de 2002. Em consonância com o programa do atual governo, o Banco do Brasil lançou, em agosto de 2003, o PGNI-MPE específico para o segmento de microempresas e pequenas empresas, reunindo um portfólio de produtos e serviços que facilitam a inserção das MPEs no comércio exterior, sendo a maioria com isenção de tarifas.



O Banco do Brasil também é o gestor do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Do total de operações aprovadas em 2003, 97% foram de exportações no valor de até US\$1 milhão. O número de microempresas beneficiadas é o maior desde a criação do programa, com aumento de 50% em relação a 2002. As exportações financiadas pelo programa, antes direcionadas principalmente à América Latina, apresentam atualmente destinos mais diversificados, tais como China, Japão, Croácia, Tailândia, Romênia, República Tcheca, Estados Unidos, Canadá, Itália e França.

Serviço Postal para as microempresas e pequenas empresas

Para estimular as exportações, foi ampliado o serviço Exporta Fácil – Brasil Correios, uma solução logística que facilita os processos operacionais e alfandegários com o envio, para 241 destinos internacionais, de remessas de até 30 quilos e valor máximo de US\$10 mil. Por meio desse serviço as pequenas empresas têm acesso ao mercado internacional de forma simplificada e econômica. Em 2003 foram para o exterior 19.631 remessas, totalizando R\$35,5 milhões em valores exportados.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) estima atingir a marca de 34.360 remessas ao exterior através do Exporta Fácil, num montante de R\$70 milhões em valores exportados, o que reflete o esforço da empresa em ampliar a participação das empresas de pequeno porte no comércio internacional.

Simplificação do registro e da legalização de empresas na esfera federal, estadual e municipal

O governo está dando continuidade à implantação do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE), que incorporará informações cadastrais das empresas registradas nas 27 Juntas Comerciais do País. Esse cadastro fornecerá dados sobre o universo empresarial, o que subsidiará a formulação de políticas públicas e o planejamento empresarial, bem como fornecerá informações aos órgãos públicos das três esferas de governo e à sociedade, com mais agilidade e eficiência.

Apoio e fomento à microempresa, pequena e média empresa de mineração

Numa iniciativa inédita no setor mineral, está sendo formulado um programa de apoio a empresas de pequeno porte, por meio de convênio entre o MME e o BNDES. A idéia central é assegurar o acesso a financiamentos nas instituições de fomento oficiais, utilizando as reservas

minerais identificadas nas concessões como garantia. O MME está adotando também políticas de incentivo à formação de arranjos produtivos locais de base mineral. O objetivo é fortalecer as pequenas e médias empresas por meio da agregação de valor aos produtos, do aumento da competitividade e da geração de renda e de novos empregos.

Tecnologia para microempresas, pequenas e médias empresas

Utilizando-se dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), o Ministério das Comunicações priorizou, no ano de 2003, ações dirigidas à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias no setor. O Fundo tem como objetivo estimular o processo de inovação tecnológica; incentivar a capacitação de recursos humanos; gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Dentre as ações, destaca-se o desenvolvimento da tecnologia nacional Trópico de redes NGN (Next Generation Networks) um dos mais relevantes nichos de mercado de, integrando comunicação de voz e dados por meio de uma plataforma de voz em Protocolo Internet (IP).

Telecentros de Informação e Negócios

Destinado a promover a inclusão digital das microempresas e pequenas empresas, até o final de outubro de 2003 foram instalados 14 Telecentros no Brasil, resultado de parcerias diversas (envolvidos: ministérios, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Confea, CNC, Codevasf, Unesco, Cendotec, CNI, Itaipu Binacional, Embrapa).

Lançamento do Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (PAPPE)

A Finep formalizou convênios com 19 estados, mobilizando recursos dos Fundos Setoriais da ordem de R\$87 milhões, que, somados às contrapartidas estaduais, totalizam R\$174 milhões para o estímulo ao desenvolvimento e agregação de valor a produtos e processos inovadores nas pequenas empresas.

8. POLÍTICAS DE INCENTIVO AO TRABALHO

EMPREGO FORMAL

Em que pese o esforço do Governo Federal para implementar suas políticas, há de se considerar que o quadro de ajuste macroeconômico impôs pesados desafios para o cumprimento da

missão de inclusão social pela via do trabalho, emprego e renda. O crescimento econômico por si não é condição suficiente para que se alcance o desenvolvimento econômico com inclusão social. No entanto, é uma condição necessária e irrefutável. O ano de 2003 deve ser entendido como o primeiro momento do processo de transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o País. À medida que as ações de desenvolvimento sejam implementadas, consolidar-se-á um ciclo de crescimento de longo prazo, com elevação do investimento, especialmente na infra-estrutura, viabilizando uma melhor distribuição de renda mediante a transferência de ganhos de produtividade para a população trabalhadora.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) confirmam o crescimento do emprego formal. Em 2003, foram gerados mais de 645 mil novos postos de trabalho no mercado formal. Parte desse resultado ocorreu graças à fiscalização: 534.125 trabalhadores, dos quais 103.545 (19%) no meio rural, foram formalizados sob ação fiscal, que, ao todo, atingiu 285.241 estabelecimentos e alcançou 22 milhões de trabalhadores.

Primeiro Emprego

O programa foi implementado a partir da Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, e nesta fase inicial já está operando em todas as capitais. A meta é atender, em um ano, a 250 mil jovens já inscritos no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

O programa atua sob as seguintes modalidades:

- Subvenção econômica: cerca de mil empresas assinaram, em 2003, o termo de adesão para colocação de jovens.
- Estímulo à responsabilidade social: até dezembro de 2003, cerca de 22 mil vagas foram oferecidas por grandes empresas que dispensarão a subvenção econômica.
- Consórcios da Juventude: sete Consórcios da Juventude estão em implantação em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Goiânia e ABC Paulista, com capacidade de atendimento prevista de 8.500 jovens. Os consórcios começaram a ser implantados em novembro de 2003, mas a maioria será inaugurada em fevereiro de 2004.

A preparação de jovens para o primeiro emprego possui duas ações importantes em andamento: o Serviço Civil Voluntário, em parceria com os estados, que possui a meta de qualificar 5 mil

jovens até junho de 2004 e colocar, no mínimo, 20% deles no mundo do trabalho; e a qualificação de 16 mil jovens interessados em desenvolver o empreendedorismo, no âmbito do programa de Geração de Emprego e Renda Jovem Empreendedor (PROGER), por meio de curso de 80 horas e elaboração de Plano de Negócio a ser implantado com financiamento do FAT (R\$100 milhões), ao final do curso.

Investimento do FAT na geração de empregos

O Governo Federal adotou um conjunto de medidas para criar novos postos de trabalho, entre as quais se destaca o impulso aos programas de geração de emprego e renda. Foram autorizados R\$8,2 bilhões de recursos do FAT, dos quais R\$5,7 bilhões foram liberados até o fim do exercício de 2003. A meta do programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda para 2003 (220 mil operações de crédito) foi superada: de janeiro a outubro foram realizadas 841 mil operações de crédito, alcançando um total de R\$4,9 bilhões. O volume de recursos empregados e o valor dos empréstimos cresceram 61% em relação ao mesmo período de 2002.

Entre as linhas de financiamento, cabe mencionar as principais oferecidas por meio dos agentes financeiros, até novembro de 2003: Proger-Urbano (R\$1.609 milhões); Proger-Rural (R\$186 milhões); Pronaf (R\$961 milhões); ProEmprego (R\$1.541 milhões); FAT-Habitação (R\$110 milhões) e FAT-Empreendedor Popular (R\$263 milhões). O Proger-Urbano foi o que mais cresceu em 2003, registrando um salto de 78%. Parte desse crescimento deve-se à reestruturação do programa, que financia investimento e capital de giro associado, para microempresas e pequenas empresas, cooperativas e profissionais liberais.

Investimento do FGTS para a geração de empregos

O Conselho Curador do FGTS aprovou para 2003 a aplicação de R\$4,5 bilhões, dos quais R\$2,7 bilhões destinados à habitação, R\$1,35 bilhão para saneamento e R\$450 milhões para outras operações. Na área de habitação, 93% foram repassados à Caixa Econômica Federal e, desses, 92,5% foram empréstimos ao público.

Em 2003, houve um recorde de arrecadação líquida do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): R\$4,4 bilhões, 57,5% acima do obtido no ano anterior. A arrecadação bruta do FGTS em 2003 foi 9,5% maior que em 2002, atingindo R\$24,5 bilhões. O fundo proporcionou uma movimentação de R\$33 bilhões na economia em 2003.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

O PNQ tem por finalidade aperfeiçoar a qualificação profissional do trabalhador. O novo plano foi iniciado com um padrão ético diferenciado, dentro das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Os convênios passaram a ser celebrados respeitando regras rígidas de monitoramento. O objetivo central é desenvolver ações de qualificação profissional articuladas com a elevação da escolaridade e com as demais políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda. A partir de 2003 passou a ser exigida carga horária mínima de 40 horas e média de 120 horas. Em 2004 a carga horária média deverá ser de 200 horas.

Todos os estados e muitas organizações, inclusive consórcios municipais, apresentaram seus Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) ou Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs). Os municípios, antes excluídos, passaram a ser atores importantes no processo de qualificação e na sua articulação com o desenvolvimento local.

Economia Solidária

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) incorpora definitivamente a economia solidária entre as dimensões de um modelo de desenvolvimento, que tem no bojo um novo conceito do mundo do trabalho, com a universalização dos direitos trabalhistas. Uma interlocução democrática e qualificada foi estabelecida com setores da sociedade excluídos e de baixa representatividade na definição de políticas públicas: desempregados, autônomos, pequenos produtores rurais e urbanos, trabalhadores informais e redes de economia solidária.

Foi instalado o Fórum Nacional de Economia Solidária, que, juntamente com os Fóruns Estaduais, vem dando voz aos segmentos sociais não representados nos demais grupos do Fórum Nacional do Trabalho e levantando o debate sobre a extensão dos direitos a todos os trabalhadores.

Cooperativismo

A ampliação e democratização do acesso ao crédito e a outros produtos financeiros foi fortalecida pela criação das cooperativas de crédito de livre admissão, com regras prudenciais que fortalecem o papel das cooperativas centrais e permitem a extensão do atendimento pelas cooperativas de crédito a amplos segmentos da população.

Na área das cooperativas agrícolas, a ênfase das ações recaiu sobre a profissionalização da gestão na formação de redes de negócios. O investimento foi de R\$5,6 milhões, com a realização de 723 eventos, envolvendo 250 cooperativas e 92,5 mil beneficiários diretos.

Proteção ao Trabalhador

O programa Segurança e Saúde do Trabalhador conta com as ações integradas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador (DSST) e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo para Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO). Além dos exames laboratoriais e ensaios em equipamentos de proteção individual, estão sendo desenvolvidos estudos sobre exposição a produtos nocivos à saúde do trabalhador, como cancerígenos e agrotóxicos e sobre prevenção de acidentes na pesca artesanal e industrial.

A Fundacento ampliou o conceito de saúde e segurança no trabalho quanto à questão do meio ambiente e convocou os sindicatos de empresários e de trabalhadores, as universidades, o Ministério Público, o Poder Judiciário e demais segmentos envolvidos para participar de suas decisões, ampliando o controle social dos serviços prestados e oxigenando os trabalhos que agora poderão ser mais bem direcionados e otimizados.

Ao considerar a questão do meio ambiente entre suas atividades, a entidade assumiu que a proteção dos recursos naturais requer processos sustentáveis de trabalho, o que passa necessariamente pela segurança e saúde do trabalhador.

Em 2004, prevê-se que o nível de emprego e a renda real do trabalhador deverão apresentar uma recuperação, com a previsão de crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a expectativa de uma inflação baixa.

A renda real será beneficiada devido aos reajustes salariais acordados no final de 2003, maiores que as projeções de inflação de 2004. Com isso, a taxa de desemprego deverá cair. Esse movimento ocorre devido à procura por emprego feita por membros que não são o chefe de família, como filhos estudantes, o que deve diminuir com a recomposição da renda. É fundamental, nesse contexto, estabelecer um processo de discussão e definição da política de recomposição do valor real do salário mínimo, que valide a relevância estratégica desta remuneração para a geração de trabalho e renda e tenha um cronograma coerente com os impactos fiscais da iniciativa. Isso garantirá o aumento da renda entre segmentos mais pobres da população e a dinamização do consumo de bens populares, ao lado de outros mecanismos de geração de emprego.

A partir deste ano, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) receberá 15% dos recursos com base no princípio da focalização no atendimento aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e afrodescendentes.

O Programa Primeiro Emprego atenderá a mais de 200 mil jovens no seu primeiro ano de funcionamento. A adesão de empregadores e o apoio recebido de parceiros institucionais demonstram que a inclusão social dos jovens pela via do trabalho é o caminho para a nossa sociedade. Ainda no início de 2004, serão inaugurados os Consórcios Sociais da Juventude na região do ABC Paulista, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e respectivas regiões metropolitanas.

No sentido de democratizar as relações de trabalho, o Fórum Nacional do Trabalho encaminhará à Presidência propostas para reforma da legislação sindical e trabalhista brasileira.

O Ministério do Trabalho e Emprego buscará fortalecer e divulgar ações de economia solidária, levando ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) a idéia de linha de crédito para o fomento da economia solidária.

Outro objetivo relevante é ampliar a cobertura e a efetividade das ações para assegurar proteção aos trabalhadores (segurança e saúde no trabalho) e garantia dos direitos trabalhistas (combate ao trabalho infantil e à discriminação no trabalho, erradicação do trabalho escravo, redução da informalidade). Para 2004, no planejamento da fiscalização, o combate à informalidade é prioridade, especialmente no meio rural. A meta estabelecida é registrar, sob ação fiscal, 579.199 trabalhadores.

O estímulo ao desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda, por meio do aprimoramento dos mecanismos de aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), será uma das grandes realizações de 2004. Para tanto, o MTE deverá: estabelecer novas linhas de crédito; articular com outros ministérios a elaboração e implementação de linhas especiais de crédito com recursos do FAT. Como exemplos desta modalidade pode-se mencionar a linha de crédito Proger Jovem Empreendedor, para jovens beneficiados pelo Programa Primeiro Emprego e capacitados pelo Sebrae, e a linha de crédito para pescadores artesanais e cooperativas de pescadores, desenhada em conjunto com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

Coordenação de ações para a geração de trabalho e renda

As ações de cada ministério contribuem para a geração de emprego, trabalho e renda. Articuladas intersetorialmente, elas podem ser ainda mais efetivas no desenvolvimento do mercado de trabalho. A coordenação deverá gerar sinergia para acentuar os impactos dos gastos e investimentos públicos sobre o nível de emprego e renda, induzindo as inversões desejadas e evitando a fragmentação de políticas. Para que essa coordenação se efetive, os ministérios devem identificar, entre suas ações prioritárias com maior potencial de geração de emprego e renda, aquelas que, implementadas de forma coordenada, poderiam atingir suas metas em prazo mais curto.

Reforma sindical e trabalhista

Durante o ano de 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego instalou e coordenou as atividades do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), concebido com o objetivo de promover o diálogo e a negociação sobre a reforma sindical e trabalhista.

Nos 27 estados ocorreram Conferências Estaduais do Trabalho, com o objetivo de promover um debate mais amplo sobre a reforma sindical e trabalhista. Participaram 9.715 pessoas, dentre representantes de trabalhadores, empregadores, entidades da área trabalhista e outros setores. Os eventos preparatórios envolveram mais de 20 mil pessoas.

Também foi instalada a Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho (CNDRT), reunindo 35 especialistas e profissionais ligados a entidades da área trabalhista. A CNDRT foi concebida como um canal de consulta a juristas, operadores do direito e representantes de entidades da área de relações do trabalho.

A primeira rodada de negociações do Fórum sobre a Reforma Sindical já está concluída. Os consensos alcançados servirão de base para a elaboração de um anteprojeto da Reforma Sindical a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 2004.

Entre os consensos já estabelecidos, destaca-se: o reconhecimento jurídico das centrais sindicais, admitindo o surgimento de um novo padrão para as relações de trabalho no País e a possibilidade de organização dos trabalhadores e empregadores, de maneira diferenciada, sem a obrigação de obedecer ao atual sistema confederativo.

Outro princípio que deve figurar na nova legislação é a adoção de mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem, sobretudo para resolver conflitos surgidos na esfera da negociação coletiva, de natureza econômica.

Alguns consensos bilaterais também foram firmados. Eles dizem respeito ao poder normativo da Justiça do Trabalho, ao direito de greve, à representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, à proteção contra práticas anti-sindicais e ao novo modelo de organização sindical.

9. PESQUISA

Realizações dos Fundos Setoriais

A gestão dos Fundos Setoriais foi reformulada. Dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária de 2003 para os Fundos Setoriais, da ordem de R\$659 milhões, a parcela de R\$445 milhões refere-se a compromissos assumidos até 2003. Restam R\$214 milhões, que estão sendo destinados a novos projetos, por meio de 76 editais já lançados pelo CNPq e pela Finep. Entre as áreas contempladas vale lembrar a segurança alimentar, software livre, semicondutores e biodiesel, rede de laboratórios de DNA forense e uma rede de laboratórios de microscopia eletrônica aplicada à balística forense, em apoio científico às Polícias Técnicas Estaduais, sustentabilidade do semi-árido.

O MCT, por meio do CNPq, também está incentivando pesquisas na área de segurança alimentar, com bolsas de estudos, equipamentos e materiais de custeio. Esta é a primeira vez que o Governo Federal incentiva pesquisas de combate à fome. Inscreram-se 289 projetos. Os pesquisadores desenvolverão tecnologias e métodos de educação alimentar e controle de substâncias antinutricionais. Ainda serão avaliados hábitos alimentares e as necessidades funcionais de cada etnia, visando ao gênero, idade, renda e territórios.

O Pronex, programa que financia a melhoria das condições físicas e laboratoriais dos núcleos de excelência existentes no País, foi reformulado, passando a ser desenvolvido em parceria com as Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais. Após a reformulação, o Pronex selecionou 89 projetos, com investimentos de R\$25 milhões.

Reformulação da gestão da Finep

O MCT realizou o saneamento financeiro e estancou o processo de descapitalização da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A atual gestão trouxe a visão do cliente para dentro da Finep. Em

janeiro de 2003 havia R\$161,2 milhões de inadimplência. Até outubro de 2003 a inadimplência foi reduzida em 22%. Além disso, o MCT estabeleceu parceria com o BNDES para financiar com capital de risco a criação de microempresas e pequenas empresas de base tecnológica.

Reativação do Programa Aeroespacial Brasileiro

Desenvolvido em níveis redobrados de eficiência e segurança. Para tanto, além da previsão de recursos para o desenvolvimento, em 2004, de novas tecnologias associadas a veículos lançadores e para a reconstrução da torre móvel de lançamento no Centro de Lançamentos de Alcântara, foi buscada a cooperação internacional, caracterizada pelo apoio oferecido por técnicos da Rússia às investigações do acidente e pelo intercâmbio subsequente, que poderá tornar aquele País parceiro estratégico no prosseguimento do projeto. Da mesma forma, cooperação técnica para o lançamento de foguetes no Centro de Lançamentos de Alcântara, como é o caso do acordo já firmado com a Ucrânia, prevendo o lançamento de foguetes da série Cyclone, em muito contribuirá para a nova fase do desenvolvimento da infra-estrutura aeroespacial do País. O Programa Nacional de Atividades Espaciais- PNAE, em 2003, lançou, com sucesso, o satélite CBERS 2, em outubro, na China. Deverá propiciar um novo grau de autonomia para o Brasil, além de favorecer países da América do Sul e da África;

Tecnologia Nuclear

O Brasil, um dos maiores produtores de urânio do mundo, em breve não precisará mais exportá-lo *in natura* para importá-lo enriquecido. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB) são a empresa responsável pela fabricação e montagem dos elementos combustíveis para as usinas nucleares brasileiras. O Programa Nuclear tem obtido avanços significativos, principalmente quanto às aplicações nucleares na área médica. Esse processo avançou com a inauguração, em 2003, das instalações no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) para produção industrial de quatro diferentes radiofármacos. São substâncias usadas no diagnóstico e tratamento de doenças, principalmente em cardiologia e oncologia. O IPEN é o único fornecedor desse tipo de material radioativo, usado em mais de 300 hospitais e clínicas, com atendimento a mais de dois milhões de pessoas em todo o País, anualmente.

Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)

Os centros visam a criar oportunidade de qualificação profissional e geração de renda, agregando inovação aos processos produtivos locais. Já foram assinados convênios no valor de

R\$500 mil cada, com estados do Nordeste, com o Espírito Santo e Minas Gerais para a implantação de um CVT em cada uma dessas unidades da Federação. São interligados por Infovias para Difusão e Desenvolvimento Tecnológico, além de dispor de salas de videoconferência, laboratórios de física, química, biologia, análise de solos, eletromecânica, informática, biblioteca multimídia, visaando a qualificar jovens tecnicamente.

Revitalização de quatro redes de pesquisa em nanociência e nanotecnologia

As 4 redes de nanotecnologia existentes foram avaliadas por um Comitê de Avaliação Internacional e receberam recursos de R\$5 milhões para continuidade de suas pesquisas. O fortalecimento dessa área se reflete na sua inclusão nos Editais do CT-Petro, CT-Energ e CT-FVA, lançados em 2003.

Implantação da Rede Brasil de Tecnologia

Em julho, por meio do Decreto nº 4.776, foi criada a Rede Brasil de Tecnologia (RBT), com o objetivo de promover a articulação institucional do Governo Federal de modo a propiciar a interação eficiente entre a administração pública, a universidade brasileira, as empresas e os agentes financeiros, para o desenvolvimento tecnológico dos setores produtivos locais. A RBT tem como diretrizes gerais estimular o desenvolvimento de redes de tecnologia a aproximar as empresas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento visando ao desenvolvimento tecnológico, articular a formação de grupos de trabalho entre empresas e centros de pesquisa e desenvolver projetos tecnológicos articulados que promovam a substituição competitiva das importações de bens e serviços em setores estratégicos.

Apesar de recente, a Rede já conta em seu banco de dados com mais de 500 instituições cadastradas (empresas e universidades) interessadas no financiamento à inovação, que em 2003 priorizou as empresas que deverão produzir equipamentos atualmente importados, contribuindo para a substituição de importações na área de petróleo, gás natural, energias renováveis e mineração, em cooperação com a Petrobras, a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia. Os R\$10 milhões investidos em 2003, que resultaram na inscrição de 63 projetos, sofrerão aumento significativo em 2003, quando a Rede será, também, ampliada para a agregação de valor aos produtos do agronegócio.

Aumento do Número de Bolsas

Uma das primeiras medidas do governo foi elevar o número de bolsas em 10%. Foram criadas novas modalidades de bolsa como a de iniciação científica júnior (3.320 bolsas), além de terem sido concedidas 4.763 bolsas-prêmio para os pesquisadores do CNPq até outubro do ano passado. Outro incentivo à pesquisa foi o restabelecimento das taxas de bancadas para mais de 6 mil pesquisadores e das taxas escolares para cursos de excelente nível oferecidos por entidades privadas. O número de bolsas de Desenvolvimento Científico Regional, exclusivas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi duplicado. Nesse mesmo sentido, o CNPq criou, para ser implementadas em 2004, duas modalidades de bolsas para doutorandos desenvolverem projetos de interesse de empresas. São também os primeiros passos para atingir a meta de formar 10 mil doutores por ano, até 2006 – um aumento de quase 70%. Com essas bolsas, o MCT está incentivando o desenvolvimento de pesquisas em áreas prioritárias como biotecnologia, nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, estudos espaciais e nucleares. De outra parte, houve a correção no valor das bolsas concedidas aos pós-graduandos residentes nos países membros da Comunidade Européia e Reino Unido. Os estudantes passaram a receber 1.100 Euros e 769 Libras, respectivamente. O CNPq reajustará em 2004 os valores das bolsas de mestrado e doutorado – o que não acontece há dez anos.

Ciência de Todos nas Escolas de Ensino Médio

O objetivo é melhorar a qualidade do ensino das ciências nas escolas públicas de ensino médio, por meio da capacitação de professores e implantar estrutura de laboratórios de suporte. Deverá, ainda, estimular práticas científicas baseadas em experimentos construídos pelos próprios docentes e alunos, na perspectiva do contexto social, econômico e cultural de cada região. O investimento realizado é de R\$11,5 milhões, com benefícios para aproximadamente 600 mil alunos da rede pública em todo o País. O projeto foi elaborado envolvendo a parceria do MCT com o MEC.

Implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (CEITEC)

A construção do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (CEITEC), no Rio Grande do Sul, para a produção de microeletrônica, é passo importante para a substituição seletiva e competitiva de importações, numa área de grande déficit da balança comercial. Numa cooperação com o Governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre, foram repassados cerca de R\$6 milhões para a sua construção. A partir de 2005, funcionará como um

centro multiusuário, capaz de oferecer serviços de projeto, prototipagem, fabricação e teste de circuitos integrados e sistemas *on-chip* para equipamentos de informática, telecomunicações, automação, eletrônica embarcada e de consumo.

Instituto Internacional de Neurociências

As neurociências constituem uma das áreas de maior crescimento no mundo. A pesquisa na área cria alternativas para a recuperação de funções do cérebro e de motricidade em casos de lesão (como de pacientes tetraplégicos) ou degeneração do sistema nervoso central (Mal de Parkson, Mal de Alzheimer). O Instituto deverá ter de 10 a 15 laboratórios e conta com recursos de R\$1,0 milhão repassados, em 2003, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, devendo atingir R\$2,5 milhões, com a participação da Finep.

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Após mais de dois anos de inatividade, tomou-se a iniciativa de reinstalar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de propiciar à comunidade científica o espaço para uma efetiva participação no desenho do modelo de CT&I do País. A estrutura desse Conselho foi ampliada, incorporando representantes da comunidade acadêmica.

Biossegurança

A biotecnologia tem se destacado como um setor de importância crescente no mundo e no Brasil. Sendo a informação e o conhecimento insumos atualmente imprescindíveis para o aumento da competitividade e a agregação de valor nos diversos setores da economia, os avanços da engenharia genética têm tido papel relevante no aumento das exportações brasileiras, por meio dos ganhos de produtividade e qualidade proporcionados pelo agronegócio.

Ações realizadas pela Embrapa colocam o País na vanguarda da pesquisa genética, tendo sido produzido, em 2003, o primeiro bovino clonado pela empresa. Participante ativa da elaboração da Lei de Biossegurança, a empresa está implantando, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) procedimentos para avaliação da segurança ambiental e da saúde alimentar. Além de gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades geneticamente modificadas, a empresa tratará de compor métodos, protocolos e roteiros para cuidar da identificação e caracterização dos possíveis efeitos negativos dos organismos transgênicos à saúde humana e ao meio ambiente, em observância ao princípio da precaução, um compromisso do governo.

Dado à importância do tema, o Governo Federal editou, em fevereiro deste ano, o Decreto nº 4.602, criando um Grupo Interministerial para: a) avaliar e apresentar propostas para tornar efetiva a ação governamental; b) harmonizar a legislação que trata das competências dos órgãos e entidades federais; e c) tratar de outros temas relacionados à biossegurança e à manipulação e uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Como resultados, destacam-se: (i) apresentação de solução para a comercialização da soja plantada ilegalmente no País, por meio da MP nº 113, convertida na Lei nº 10.688/2003; (ii) regulamentação (MP nº 131/03), em caráter excepcional, do plantio da safra de 2003 da soja geneticamente modificada, porém, incluindo salvaguardas ambientais no que se refere às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, mananciais hídricos, entorno de áreas de conservação e áreas indígenas; e (iii) elaboração do Projeto de Lei nº 2.401/03, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a política nacional de biossegurança.

Produção de vacinas

O MCT firmou convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a retomada da construção da fábrica de vacinas contra tuberculose da Fundação Ataulpho de Paiva, com recursos da ordem de R\$6,6 milhões. Devido, em grande parte, à exclusão social, observa-se o retorno da tuberculose como enfermidade endêmica no Brasil, com a ocorrência de 100 mil novos casos por ano. Com a fábrica em operação, o Brasil será o segundo maior produtor mundial de BCG (60 milhões de doses por ano). O País consome 15 milhões de doses, o que permitirá que parte da produção possa ser exportada.

Perspectivas para 2004

As principais ações em 2004 estarão concentradas em cinco grandes objetivos: consolidar a gestão participativa; realizar a inclusão social, com redução das desigualdades regionais; dar ênfase à inovação voltada à substituição competitiva de importações; ampliar a formação de pesquisadores em áreas estratégicas, articulando a cooperação entre universidades e empresas; intensificar a cooperação internacional para desenvolvimento de C&T.

Assim, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia deverá se consolidar como o principal órgão formulador da política de P&D. Sua concretização, no entanto, será em parceria com os



ministérios, o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, as fundações de amparo à pesquisa, as organizações científicas governamentais e não-governamentais e as que representam o setor empresarial. Nesse sentido, serão realizadas conferências regionais de ciência e tecnologia, que culminarão em uma grande conferência nacional.

A região Nordeste, Norte e Centro-Oeste receberão um tratamento especial, sem prejuízo algum ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, no Sudeste e no Sul. Ao contrário, os centros de excelência dessas regiões deverão contribuir para a construção de um sistema mais equilibrado e forte de Ciência e Tecnologia em todo o País.

Na área de pesquisas, o Banco da Amazônia (BASA) deverá contribuir com recursos próprios no valor de R\$5 milhões, voltados para o apoio de projetos focados em estudos de cadeia produtiva na Amazônia, trabalhando em parceria com as universidades e centros de pesquisa da região.

O Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) dá suporte às atividades de pesquisa de universidades e centros tecnológicos nordestinos e conta com recursos da ordem de R\$5 milhões anuais.

Em 2004, além de projetos de pesquisa, serão também contemplados projetos de difusão de tecnologias e ações no âmbito do Instituto Nacional do Semi-Árido que, dentre outras ações, coordenará a Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), para o qual o Banco do Nordeste e o MCT aportarão recursos da ordem de R\$2,7 milhões.

Serão empreendidos esforços no sentido de ampliar a formação de cientistas, incentivar as áreas portadoras de futuro e aproximar a infra-estrutura de pesquisa das empresas, agregando valor aos produtos e serviços.

Esse trabalho interno se completará com o fortalecimento da cooperação internacional, principalmente na América do Sul, na África e com países emergentes, visando a fortalecer um movimento mundial em favor da paz e da democratização do acesso ao conhecimento.

Pesquisa e desenvolvimento em Telecomunicações

A transição e a convergência tecnológica, o apoio à tecnologia nacional, bem como a universalização e a busca de soluções de baixo custo acessíveis às classes de baixa renda

foram importantes diretrizes que orientaram as ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento no Ministério das Comunicações. Essas diretrizes foram formalmente instituídas por intermédio do Decreto nº 4.733, de 10/07/2003, que estabeleceu novas políticas públicas de telecomunicações.

A fim de atender às necessidades da população e ampliar a presença da tecnologia nacional no setor, o Ministério das Comunicações, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação CPqD1 e utilizando recursos do Funtel, tem como metas para 2004 prioritariamente, os seguintes projetos:

- Tecnologias de baixo custo para serviços de telecomunicações;
- Telecomunicações e seus impactos na saúde e meio ambiente;
- Comunicação para deficientes;
- Modelo de informação e sistemas de informações geográficas para políticas públicas de telecomunicações;
- Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD);
- Rede experimental de alta velocidade (GIGA);
- Segurança em informação e comunicação;
- Segurança da Rede Nacional de Telecomunicações;
- Desenvolvimento e projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro – SGB-1 e SGB-2

10. TURISMO

Plano Nacional do Turismo

O plano teve como pressupostos básicos na sua elaboração a ética e a sustentabilidade e, como princípios orientadores, a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, criação de empregos e ocupação e o equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

O dispositivo traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento econômico, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística, embasado num modelo de gestão descentralizado e participativo, que busca construir e estabelecer um sistema permanente de comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos.

Implementação de gestão democrática e participativa

O caráter democrático e participativo do Plano Nacional do Turismo teve seguimento prático no modelo de gestão implantado em 2003. Foi definido e constituído o núcleo estratégico da ação do MTur, que se assentou no tripé formado pelo Conselho Nacional de Turismo, fórum de secretários e dirigentes estaduais de turismo e os fóruns estaduais de turismo.

O Conselho Nacional de Turismo foi ampliado em 2003 e conta, na sua composição, com a participação de 53 representantes do governo e da sociedade civil. No âmbito do Conselho, foram criadas oito câmaras temáticas para aprofundar o debate em temas específicos: financiamento e investimento; infra-estrutura; legislação; qualificação profissional; qualificação da superestrutura; promoção e comercialização; regionalização e segmentação.

O fórum de secretários e dirigentes estaduais foi reconhecido e valorizado dentro do sistema de gestão nacional, integrando o núcleo estratégico de implementação da política nacional do turismo.

Os fóruns estaduais de turismo constituem instrumento fundamental de descentralização e de regionalização das ações, reproduzindo o modelo do Conselho Nacional de Turismo com representação do poder público municipal, estadual e da sociedade civil – iniciativa privada e ONGs. Em 2003, foram instaladas todas as 27 representações estaduais. O esforço de mobilização dos estados na constituição dos fóruns ou conselhos estaduais.

Criação e ajuste de linhas de financiamento, desconto e crédito

O MTur estabeleceu diversas parcerias com outros órgãos do Governo Federal e instituições financeiras oficiais com vistas ao financiamento das atividades do setor, bem como da infra-estrutura: Ministério do Trabalho e Emprego e Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) viabilizaram linha de crédito no total de R\$200 milhões; Ministério da Integração Nacional vai possibilitar a aplicação de 12% dos recursos (R\$700 milhões) dos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO) no desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo;

e BNDES no atendimento de empresas de qualquer porte, nacionais ou estrangeiras, com financiamentos de R\$490 milhões.

Além disso, foi lançado programa de crédito para estimular o turismo interno, tornando as viagens a passeio acessíveis para a maioria dos trabalhadores. O benefício será concedido pela Caixa Econômica Federal, que destinará R\$400 milhões para o programa. A proposta é que as pessoas possam comprar pacotes de viagens em prestações de até 12 vezes, com juros mensais entre 1,8 e 1,9%, a ser oferecidos pelas agências de turismo.

Formulação do Projeto Regionalização do Turismo

Elemento central da Política Nacional do Turismo e referência para todas as ações do MTur, o projeto Regionalização do Turismo, em estreita articulação com a iniciativa privada, fundamenta-se na construção coletiva de um planejamento territorial turístico para o Brasil, pela constituição de roteiros integrados, articulando os municípios em uma escala regional.

O projeto foi totalmente elaborado em 2003, a partir de uma intensa mobilização que envolveu: levantamento dos principais produtos turísticos brasileiros e da situação da atividade turística nos municípios brasileiros; reunião com as 27 capitais brasileiras para participação e engajamento no projeto Roteiros Integrados.

Para dar suporte a estas ações, bem como para o acompanhamento e avaliação da implementação da política de turismo foi realizado acordo com o IBGE para implementação da metodologia das contas satélites, recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que, juntamente com outros estudos, viabiliza a montagem de um sistema nacional de informação turística.

Capacitação profissional e qualificação do produto turístico

Diversas ações vêm sendo realizadas no campo da capacitação e qualificação profissional, de modo a mais bem posicionar o produto turístico para a sua inserção mercadológica, valorizando um sentido de brasiliade inerente. Aqui se inserem ações relativas à normatização da atividade e avaliação da qualidade e certificação, bem como a fiscalização dos serviços turísticos, por uma atuação descentralizada em parceria com os órgãos de turismo estaduais.



De caráter inédito e inovador, o Ministério do Turismo, em parceria com outros três ministérios e o setor privado, está apoiando o desenvolvimento da certificação em turismo sustentável. Estas normas devem servir de balizador para o planejamento da sustentabilidade dos empreendimentos turísticos, como estratégia de diferenciação e agregação de valor ao produto turístico brasileiro.

Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) foi redirecionado para que seu foco seja, exclusivamente, no mercado internacional, sendo responsável pela promoção, *marketing* e suporte à comercialização do destino Brasil. Um dos primeiros resultados dessa nova fase foi o estabelecimento de uma inovadora agenda de promoção comercial do turismo, dobrando as ações nesse setor de 15 para 30 eventos internacionais, os quais envolveram 381 empresas privadas e órgãos oficiais de turismo, atingindo 4.723 agentes de viagens e operadores de turismo com um público geral nos estandes de 118.765 pessoas.

A atuação da Embratur provocou aumento expressivo no desembarque de passageiros no Brasil. De fato, constatou-se aumento de 12,6% no desembarque em vôos internacionais e de 35,7% nos desembarques em vôos não-regulares (*charters*).

Fórum Mundial de Turismo

O Brasil assinou memorando de entendimento com a OMT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e com o Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para promover e sediar, de 2004 a 2006, o Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, como também o Movimento Brasil de Turismo e Cultura. Com esta iniciativa, o País coloca em discussão o vínculo do turismo, como atividade econômica, com a promoção da diversidade cultural, a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento econômico-social e as condições para a paz no mundo, com um impacto positivo na imagem internacional do Brasil como destino turístico de qualidade.

As metas do Ministério do Turismo para 2004 objetivam atingir um número de desembarques internacionais de 4,9 a 5,3 milhões de turistas estrangeiros e gerar uma receita cambial que deve variar de US\$4 bilhões a US\$4,2 bilhões em divisas, com geração de 180 a 220 mil postos de trabalho.

Até março deste ano, serão definidos os 108 pólos turísticos prioritários onde se concentrarão as ações definidas em três eixos básicos: desenvolvimento da infra-estrutura, qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos e a promoção do Destino Brasil. Será desenhado, com isso, o mapa do desenvolvimento turístico brasileiro, com investimentos previstos de R\$220 milhões, acompanhados do fortalecimento da gestão estadual, regional e municipal e da ampliação da oferta de produtos turísticos, por meio da realização de 27 rodadas de negócios com pequenas e médias empresas do setor.

A Embratur irá ampliar as atividades de promoção, passando de 30 eventos internacionais para 57, com ação direcionada para os nove países da América do Sul. Outro passo importante será instalação de mais três escritórios brasileiros de turismo no exterior, perfazendo um total de nove, a fim de promover o destino Brasil na Europa e Estados Unidos.

No eixo de qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos, o foco será dado no apoio à criação do sistema brasileiro de certificação em ocupações e competências em turismo e a definição do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) como organismo acreditador desse sistema.

Os investimentos em infra-estrutura serão priorizados com recursos da ordem de R\$117 milhões, incluindo os investimentos destinados ao conjunto de programas para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística – Prodetur NE II, Prodetur Sul e Prodetur JK.

11. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As desigualdades sociais têm uma dimensão regional e seu enfrentamento passa por uma nova política de desenvolvimento com atenção às regiões. A geografia do Brasil – com uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma pequena parcela do espaço – é uma geografia das desigualdades sociais e econômicas; vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. Em ambos os casos são regiões com reduzida capacidade de competir com os territórios mais dinâmicos.

A consolidação da estratégia de crescimento sustentável com inclusão social pressupõe a substituição desse processo assimétrico de desenvolvimento, de consequências negativas para as áreas atrasadas, tanto quanto para as regiões prósperas. Estas últimas já sofrem com os problemas de deseconomias, resultantes da aglomeração urbana desordenada.



A geografia desejada para os próximos anos deve privilegiar o desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social.

Em suma, a política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma questão nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão econômica e social do País.

A estratégia regional contempla em especial as potencialidades econômicas do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste e dá atenção diferenciada às zonas deprimidas, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda.

O governo atuou em 2003 no sentido de redefinir os instrumentos tradicionais de estímulo ao desenvolvimento regional, enfrentando também os problemas emergenciais, como a seca no semi-árido nordestino e organizando os arranjos produtivos locais, num esforço de desconcentrar a base produtiva do País. Redefiniu também o modelo de intervenção das infraestruturas inserindo-as dentro de um plano mais amplo, de desenvolvimento regional sustentável, capaz de assegurar ao mesmo tempo investimentos integrados e coerentes entre si na área social, econômica e ambiental.

Recriação de órgãos regionais de desenvolvimento

No primeiro ano de governo, foi dada a prioridade à elaboração de proposta de criação das novas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e do Centro-Oeste (SUDECO). O desenvolvimento das regiões, numa perspectiva nacional, não pode prescindir de reformulação dos atuais instrumentos de atuação: fundos constitucionais, incentivos e agências regionais.

A Sudene ressurgirá com a compreensão de que não basta fazer crescer a economia, é preciso encarar, em regime de emergência, a pobreza endêmica. Hoje há um Nordeste dividido: lugares com certo dinamismo econômico que contrastam com a miséria que se agrava especialmente de forma concentrada no semi-árido.

Novidade também é as medidas cautelares para prevenir a fraude nesse novo fundo de financiamento a ser criado, partilhando-se o risco com as instituições financeiras, obrigando-as a indenizar o fundo, qualquer que seja a imprudência. Outra proposta importante é a garantia da participação dos trabalhadores no resultado das empresas beneficiadas pelos

incentivos e financiamentos. Além disso, todos os empreendimentos têm de demonstrar sua sustentabilidade ambiental também antes de merecer a eleição para qualquer uma das ferramentas de apoio.

Com a mesma intenção, de reduzir as desigualdades inter-regionais e intra-regionais e combater a fraude, a proposta da nova Sudam tem o desafio de reconciliar o progresso e a natureza num cenário monumental: 1/3 da floresta tropical do planeta; 61% do território nacional; 21 milhões de brasileiros e brasileiras; quase 30% das formas possíveis de vida na Terra; e 6,5% da água disponível no planeta. Um elenco de riquezas minerais e imensa fonte de princípios ativos, de inestimável interesse para o presente e para o futuro da humanidade.

Já a idéia da Sudeco está em fase de preparação. Deverá ser criada como autarquia especial, dotada de flexibilidade administrativa e financeira. Para cumprir o seu papel, todas as superintendências regionais contarão com um conselho de desenvolvimento, do qual participarão governadores dos estados, representantes da sociedade civil e dos prefeitos das respectivas regiões.

Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o financiamento ao desenvolvimento dessas regiões

Os fundos constitucionais FNO, FNE e FCO aplicaram, de janeiro a setembro de 2003, em empreendimentos produtivos, cerca de R\$1,8 bilhão, podendo gerar cerca de 140 mil empregos diretos e indiretos. Até dezembro do corrente ano, espera-se atingir o montante de R\$3,5 bilhões em aplicações, com a expectativa de 300 mil colocações diretas e indiretas.

O FNE realizou 24.899 operações de crédito, com R\$1,02 bilhão. Os pequenos e médios produtores rurais e empresas receberam 48,2% do total aplicado pelo fundo.

Foram contratadas, com recursos do FCO, 10.918 operações, no montante de R\$742,3 milhões, proporcionando 31.848 empregos diretos e 54.438 empregos indiretos. Em setembro, o número de empréstimos para pequenos, miniempreendedoras e microempreendedores (7.698) superou pela primeira vez o quantitativo de médios e grandes empreendedores (3.220).

O FNO contratou, no exercício de 2003, 23.584 operações de crédito, no valor de R\$1.075 milhões. Dos contratos realizados, 89% foram firmados com miniprodutores e pequenos produtores rurais e empresas. O setor rural foi beneficiado com 22.800 financiamentos, no total



de R\$682,3 milhões, correspondentes a 63,5% dos recursos. Além desses financiamentos a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) incentivou projetos, com o montante de R\$14 milhões, visando a incrementar as exportações da Amazônia; melhorar o acesso às comunidades isoladas; facilitar o escoamento de produtos e a assistência social à população local; e propiciar uma melhor logística para a atração de investimentos.

Tendo como base a previsão de dotação de recursos do FNO, estima-se alcançar, ao final do exercício de 2004, as seguintes metas: aplicação da ordem de R\$785,5 milhões; pulverização do crédito, de modo a incluir o maior número de beneficiários com previsão de atingir 32.900 novos projetos; e colaborar para o aumento no Valor Bruto da Produção em R\$1.045 milhões.

O Crediamigo, programa de microcrédito do BNB, é o maior dessa modalidade da América do Sul. Opera com empréstimos a taxas reduzidas para valores até R\$1,0 mil. A intenção é ampliar, em 2004, o acesso a produtos bancários para o público de baixa renda, com a abertura de conta corrente para os clientes do Crediamigo, facilitando a movimentação de recursos dos microempresários por meio de cartão magnético, com acesso a qualquer agência do BNB. O programa deve expandir sua atuação, com um aumento de volume de empréstimos em torno de 30%, cerca de R\$480 milhões, o que inclui a nova linha de microcrédito rural. Essa nova linha contemplará também atividades não-agrícolas no meio rural, priorizando o atendimento a municípios que não disponham de agências.

O BNB deverá ampliar suas operações de apoio à exportação, por meio da oferta de financiamento em condições diferenciadas para implantação e modernização de empresas exportadoras, bem como para a compra de insumos, no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Outra linha que será ampliada de forma expressiva em 2004 será o financiamento às exportações, utilizando recursos externos captados no mercado internacional.

Instituto Nacional do Semi-Árido

A cidade de Campina Grande (PB) sediará o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA). O Instituto, criado por Medida Provisória, estará totalmente implantado num prazo máximo de dois anos. Além de organizar e difundir a produção científica brasileira sobre o semi-árido, o INSA terá a responsabilidade de propor programas e subsidiar políticas públicas que minimizem os problemas provocados pela seca, que castiga 22 milhões de pessoas em nove

estados nordestinos e parte de Minas Gerais. A preocupação maior é mudar a diretriz de trabalho, não mais tentando "acabar" com a seca, mas procurando criar tecnologias para conviver com ela e retirar riquezas da região. O INSA abriu edital para projetos de pesquisa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), no âmbito do semi-árido brasileiro. O valor global do edital é de R\$12,7 milhões, parceria do MCT com o Banco do Nordeste. A parte do MCT corresponde a R\$7,7 milhões, até 2005.

Arranjos produtivos locais

Em dezembro de 2003, foi constituído o grupo de trabalho permanente sobre arranjos produtivos locais. A abordagem de arranjos produtivos locais é uma opção estratégica da política industrial brasileira pois tem a capacidade de conjugar as potencialidades locais ou regionais com os aspectos setoriais da organização da produção e de propiciar o aumento da competitividade da indústria brasileira.

A gestão desta iniciativa será compartilhada por 21 instituições: 10 ministérios e outros órgãos como a Agência de Promoção de Exportações (APEX-BRASIL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Banco do Nordeste.

A tarefa dá continuidade às estratégias dos Fóruns de Competitividade, com ênfase naqueles elos das cadeias produtivas que possuem forte concentração de microempresas, pequenas e médias empresas.

Consolidação do Plano Amazônia Sustentável (PAS)

O governo tem a convicção de que a única via eficaz e legítima para o desenvolvimento é o planejamento democrático de médio e longo prazo. A partir do Plano Plurianual 2004-2007 e de sua vertente regional, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que teve origem no compromisso firmado em maio, no encontro de Rio Branco reunindo o Presidente da República, governadores da região Norte e ministros, pretende-se restaurar a dimensão planejada do desenvolvimento regional no Brasil, por meio da cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e Integração Nacional.

Rede de Pesquisa nas Universidades da Amazônia

A criação da Rede de Grupos de Pesquisa da Amazônia, entre as universidades federais, é um dos instrumentos para desconcentrar conhecimentos e dinamizar a tecnologia na região. Um dos

objetivos é a criação de cursos de mestrado e doutorado, em parceria com instituições de excelência em pesquisa, como a USP. As áreas de estudo estão sendo definidas pelas universidades do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. O baixo índice de mestres e doutores nesta região, hoje pouco mais de mil titulados, é agravado pelo desnível intra-regional (enquanto o Amapá tem apenas sete doutores o Pará dispõe de mais de 200). Isso dificulta o processo de desenvolvimento sustentável da região. A produção científica da região Norte representa apenas 2% do total do País.

Implantação do Sistema Nacional de Alerta e Alarme

O Sistema Nacional de Alerta e Alarme visa à interligação do órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) com os órgãos estaduais, municipais e do Distrito Federal, criando uma rede de informações que possibilite a antecipação de medidas preventivas, a emissão imediata de alertas, a tomada de decisão oportuna e a rápida mobilização de recursos para pronto atendimento emergencial, em todo o território, de forma a garantir a segurança da população.

Nova abordagem para obras de infra-estrutura de impacto regional

O Ministério da Integração Nacional está trabalhando na constituição do consórcio empresarial – produtores de soja do Mato Grosso e industriais da Zona Franca de Manaus –, que irá contrair financiamento junto a diversas fontes para executar a pavimentação da BR-163. Da mesma forma, será concluída em 2004 uma proposta de modelagem jurídico-financeira para a construção da Ferrovia Transnordestina.

Consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Forte ênfase será dada à exploração dos potenciais de desenvolvimento que emergem da diversidade econômica, social, cultural e ambiental do País. A iniciativa congrega um conjunto de atividades de grande repercussão político-institucional, em especial para as áreas menos dinâmicas e com menores capacidades de geração de emprego e renda. Articulam-se a essa iniciativa os fundos constitucionais de financiamento, que têm por objetivos contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante financiamento aos setores produtivos, atendendo aos respectivos planos regionais de desenvolvimento. Articulam-se, também, os novos fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, que precisam ser reformulados para mais bem contribuir aos empreendimentos estratégicos de infra-estrutura econômica. As políticas públicas ganham consistência com a

viabilização das instituições de desenvolvimento regional propostas pelo MI – Sudene, Sudam e Sudeco. Essas instituições têm papel importante na formulação e gestão dos planos estratégicos de desenvolvimento das macrorregiões e de áreas especiais, como o semi-árido, e na operação das iniciativas de âmbito subregional.

12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Uma política de desenvolvimento sustentável depende do exercício intenso da transversalidade na atuação governamental. Implica interferir para que a variável ambiental seja considerada em todas as áreas importantes, para sua harmonização num modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social.

O Ministério do Meio Ambiente deu prioridade ao desenvolvimento de agendas bilaterais com os demais ministérios. É o caso das iniciativas voltadas ao ordenamento territorial, à reforma agrária e à exploração florestal com o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou a concepção do PAS e do novo padrão de acesso ao crédito na Amazônia, vinculado à responsabilidade ambiental, com o Ministério da Integração.

A decisão do governo de discutir uma nova abordagem para infra-estrutura, envolvendo os ministérios que têm interface com essa matéria, também deve ser destacada como uma inovação importante em 2003. Envolveu o Ministério de Minas e Energia, no âmbito do novo modelo energético, debruçando-se sobre aspectos que vão da definição de áreas para a exploração de petróleo em regiões sensíveis – como o arquipélago de Abrolhos – até o desenvolvimento de energias renováveis e a redefinição dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Com o Ministério dos Transportes, estão sendo discutidas as diretrizes para inserção da dimensão ambiental na definição da matriz nacional de transportes e no planejamento da expansão dos empreendimentos do setor.

Outras parcerias mostram a importância da construção de uma agenda positiva para a questão ambiental. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), para além das suas atribuições, tem colaborado no combate ao tráfico de animais silvestres. Já a Embrapa, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem atuado no licenciamento para pesquisa com transgênicos, questões relativas à exploração do mogno, remessa de material genético, com fins de pesquisa, e combate ao desmatamento.

Amazônia é uma prioridade ambiental

Em 2003, o Programa Amazônia Sustentável recebeu R\$7 milhões do Programa Fome Zero, dos quais R\$3 milhões estão em fase de repasse às instituições, para execução de cerca de 40 projetos de caráter produtivo. No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), foram aprovados cerca de 340 projetos em 2003, totalizando R\$1,4 milhão.

Combate ao desmatamento

Em 2003, um grupo de trabalho com representantes de 11 ministérios elaborou o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira, encaminhando medidas de controle e de incentivo a atividades produtivas que privilegiam o desenvolvimento sustentável. Com a divulgação mensal, a partir de 2004, dos dados sobre o desmatamento na região será possível acelerar a fiscalização e dar ao Ibama e aos órgãos estaduais de meio ambiente instrumentos para a luta mais efetiva contra a destruição em curso. Em 2003, o governo concentrou seus esforços de fiscalização em uma área crítica que envolve 60 municípios no estado do Pará, Mato Grosso e Rondônia, no chamado Arco do Desflorestamento. É também sobre este eixo que será deflagrado, este ano, um conjunto de ações de combate ao desmatamento e incentivo às atividades produtivas sustentáveis.

Outra frente de atuação é o combate ao uso ilegal de terras públicas, procedendo a um rápido processo de regularização e destinação das terras públicas para uso econômico, segundo legislação vigente, e para a criação de unidades de conservação nas áreas críticas. Além disso, o Governo Federal quer atuar na mudança da lógica dos agentes financeiros locais (Basa, Banco do Brasil, CEF) que operam com fundos públicos, de modo a concentrar o financiamento em empreendimentos baseados no uso sustentável das florestas, recuperação e aproveitamento econômico das áreas já desmatadas.

Programa Nacional de Florestas

Em parceria com ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foram executados, em 2003, 29 projetos, orientando e incentivando aproximadamente mil produtores rurais a desenvolver atividades na área de produção e coleta de sementes; reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente; e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em áreas de

reserva legal. Até o final do ano passado foram iniciados mais de 10 projetos. Para atender ao Pronaf Florestal, foram executados, ainda em parceria com o FNMA, 10 projetos de assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais na região de Mata Atlântica, área correspondente a 200 hectares, com empenho de R\$1,3 milhão.

O uso sustentável das florestas e expansão da base florestal plantada deverá merecer atenção especial, em 2004. A lógica de atuação é dar foco à pequena propriedade rural e à expansão da área florestal manejada, consorciada com a proteção de áreas de alto valor para conservação. Neste sentido, serão formuladas e implementadas políticas de desenvolvimento sustentável para comunidades tradicionais, visando à melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, por meio do apoio financeiro e da assistência a empreendimentos produtivos e iniciativas de auto-organização associados à gestão ambiental. Mais de 50% das florestas brasileiras com potencial de produção estão em áreas públicas e hoje não existem mecanismos para regulamentar o acesso a esses recursos de maneira econômica e ambientalmente sustentável. Será enviado ao Congresso Nacional, para aprovação em 2004, o projeto de lei de gestão de florestas públicas. Em 2004, o Pronaf Florestal contará com pelo menos R\$70 milhões. Além disso, os 100 mil metros cúbicos de madeira, apreendidos em ações de fiscalização do Ibama, propiciarão a construção de 5 mil residências em assentamentos no estado do Pará. Trata-se de iniciativas importantes, sinalizadoras de uma política florestal que envolve os pequenos agricultores.

Enfase é dada para a atividade de manejo florestal, por intermédio do FNO-Floresta (R\$41,4 milhões), em apoio a atividade em escala empresarial e comunitária, como forma de reduzir a taxa de desmatamento.

Regulamentação do manejo florestal do mogno

Por meio de decreto editado em junho, a exploração do mogno passou a ser condicionada à existência de planos de manejo sustentável. O decreto também proíbe, por cinco anos, a derrubada de árvores, inclusive nas áreas com autorização para desmatamentos. Dos mais de 64 mil metros cúbicos de mogno apreendidos nos últimos dois anos, 14 mil metros cúbicos foram beneficiados e o resultado utilizado para o financiamento de projetos que visam à proteção e ao uso sustentável da floresta amazônica. Quantidade equivalente de toras foi doada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Sustentabilidade ambiental dos assentamentos

O governo engajou-se, com o apoio do Ministério Público Federal, no equacionamento do passivo derivado da falta de licenciamento ambiental sobre cerca de 4.500 assentamentos implantados até hoje, como determina a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 289/2001. Já os novos modelos de assentamentos são centrados no desenvolvimento sustentável, em conformidade com as características dos biomas onde serão implantados e em respeito à cultura das populações.

Incentivo a fontes alternativas de energia

Com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o Brasil inaugura uma estratégia de desenvolvimento das fontes eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. Para isso, dispomos de vantagens comparativas consideráveis, capazes de promover ganhos de escala, acelerar a aprendizado tecnológica e garantir competitividade industrial no mercado interno e externo. Um projeto que utilize fonte limpa e sustentável tem mais condições de gerar benefícios técnicos, ambientais e socioeconômicos. Alterações na legislação que instituiu o Proinfa permitiram seu aperfeiçoamento e uma maior justiça federativa.

A chamada pública do Proinfa está prevista para o início de fevereiro deste ano, com a licitação de 3.300 (MW) de novas usinas eólicas, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que deverão entrar em operação até o final de 2006. Hoje já existem mais de 5.000 (MW) de projetos autorizados pela Aneel e com Licença Ambiental de Instalação, para concorrer à primeira etapa do programa (1.100 (MW) para cada fonte). Os investimentos serão privados, de R\$8 bilhões, e promoverão a criação de 150 mil postos de trabalhos diretos e indiretos. Além dos benefícios ambientais, a chamada permitirá a diversificação da matriz energética brasileira.

Também houve avanços no desenvolvimento da bioeletricidade com a finalidade de estimular o uso do biodiesel, oriundo de óleos vegetais, na geração de energia elétrica, para sistemas isolados nas regiões Norte e Nordeste, assim como o aproveitamento do gás produzido a partir do lixo e esgotos em centros urbanos. Além da geração de energia a partir de fontes renováveis, a iniciativa pretende fortalecer a economia regional, gerando trabalho e renda para as famílias locais, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Com a criação da comissão executiva interministerial encarregada de implementar a produção de óleo vegetal como fonte alternativa de energia, o governo iniciou o processo para

implementação de uma política nacional para o biodiesel. A previsão é regulamentar o combustível de forma a permitir o uso e a comercialização até o primeiro semestre de 2004.

Áreas de preservação ambiental

O patrimônio natural do Brasil é um trunfo para as atuais e futuras gerações e a sua preservação depende da ampliação das áreas de proteção, como da sua efetiva manutenção. Foram criadas em 2003 a Reserva Biológica da Mata Escura (MG) e a Reserva Extrativista do Batoque (CE) e foi ampliada a Estação Ecológica do Taim (RS).

Recursos Hídricos

Iniciou-se a primeira experiência de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba do Sul, dando seqüência ao processo de implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em todo o País.

Água para a população do semi-árido é outra das iniciativas. Visa a aumentar a oferta e democratizar o acesso à água de boa qualidade para consumo humano, em especial à população de baixa renda residente em localidades difusas do semi-árido brasileiro. Ancora-se na implementação de projetos-piloto, para difusão de boas práticas e implementação de projetos de fornecimento de água por intermédio de sistemas simplificados de captação de água (cisternas). O programa água doce será um dos principais vetores desta proposta – as ações de promoção do acesso à água por parte da população do semi-árido brasileiro, por meio da construção de cisternas domiciliares. Foram implementadas 5.542 cisternas rurais.

Emergências ambientais

Dante da crescente demanda gerada por acidentes ambientais no País, em especial com produtos químicos perigosos, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o ministério da Saúde, Transporte, Integração Nacional (defesa civil) e Trabalho e Emprego, bem como órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, iniciou a implantação de um sistema integrado de preparação, prevenção e resposta rápida a acidentes com produtos químicos. Somente em 2003 foram atendidos 581 casos dessa natureza, reforçando a necessidade de ações de prevenção e redução de danos ao meio ambiente e à saúde humana. A parceria prevê a sistematização de informações, a capacitação de pessoal e o mapeamento de áreas de risco e instrumental.



Licenciamento ambiental na área de energia elétrica

Outra importante iniciativa é o licenciamento ambiental de hidroelétricas e termoelétricas, passíveis de licitação ou já licitadas. Frente à necessidade de expansão sustentável do setor elétrico, serão empreendidas iniciativas, envolvendo uma ação conjunta entre o MMA e o MME, de priorização para a avaliação e seleção do conjunto de empreendimentos considerados ambientalmente viáveis. Essa iniciativa se dá no contexto de transição entre o antigo e o novo modelo do setor elétrico, avaliando empreendimentos já licitados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e outros a licitar, nas regras definidas pelo novo marco regulatório.

Um novo enfoque para a infra-estrutura: BR-163 Sustentável

Cabe destaque ainda a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região de influência da BR-163, em 2004. Trata-se do planejamento e implementação de ações de ordenamento territorial, incluindo o Zoneamento Ecológico-Econômico, prevenção e mitigação de desflorestamento, fomento a atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle ambiental e inclusão social nesta região. A iniciativa visa a consolidar uma nova forma de tratar os investimentos em infra-estrutura na região Norte. Neste sentido, o projeto é expressão das novas diretrizes do Plano de Amazônia Sustentável como do Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Desmatamento.

Financiamento à sustentabilidade ambiental

O Banco do Nordeste do Brasil deverá aplicar, em 2004, recursos da ordem de R\$50 milhões do FNE em projetos da atividade produtiva privada que visem a mitigação de impactos ambientais, recuperação de passivo ambiental, produção orgânica, produção mais limpa, geração e distribuição de energia alternativa e econegócios.

Como agente responsável pelo desenvolvimento regional e consciente da necessidade de manter a sustentabilidade dos ecossistemas da Amazônia, o Bnab intensificará o suporte a iniciativas econômicas que incorporem a variável ambiental. Para 2004, programas de financiamento darão prioridade ao extrativismo, desenvolvimento florestal e turismo sustentável, cujo orçamento alcança R\$271,4 milhões.

13. ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO PARA INFRA-ESTRUTURA

Promoção de Projetos de Parcerias Público-Privadas

No atual ambiente de restrição fiscal, tornou-se necessário implementar mecanismos criativos e eficientes de promoção do desenvolvimento. Os projetos de Parceria Público-Privadas (PPP) são mecanismos inovadores que poderão superar as restrições fiscais de curto prazo, para a contratação de obras de infra-estrutura e de operação de serviços públicos; contribuem, assim, para o aumento da eficiência econômica e do bem-estar social, sem comprometer a consistência fiscal de longo prazo. Após consultas à sociedade civil, por meio de debates no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Projeto de Lei que viabiliza juridicamente as PPPs foi enviado ao Congresso Nacional em novembro de 2003.

Na mesma direção, e com o objetivo de proporcionar maior apoio à participação do setor privado no financiamento de projetos prioritários para o País, o governo iniciou a preparação de um manual de captação de recursos externos para o setor privado. Seu objetivo é disponibilizar, inclusive em meio eletrônico, informações relativas a procedimentos para a obtenção de empréstimos externos e às condições financeiras oferecidas pelos organismos financeiros internacionais.

Elaborada pelo Governo Federal, a primeira carteira de projetos passíveis de ser implementados na modalidade PPP totaliza R\$13 bilhões em investimentos na área de transporte, recursos hídricos e irrigação. Os recursos públicos a ser aplicados serão de 20% a 30% do valor total. As licitações deverão ocorrer ainda no primeiro semestre de 2004.

14. ENERGIA ELÉTRICA

Novo modelo para o setor elétrico

As novas regras anunciadas, ainda em 2003, têm o objetivo de garantir o abastecimento de energia do País, assegurar a adequação das tarifas para o consumidor e permitir a retomada de investimentos na expansão do sistema. O modelo setorial prevê o planejamento integrado dos componentes da matriz energética do País – petróleo, gás natural, hidroeletricidade e fontes alternativas –, por meio de medidas que visam a equacionar as deficiências encontradas no padrão anterior.

O novo modelo resultou de um processo de negociação, troca de informações e atenção às expectativas entre o governo e os agentes setoriais. Três estruturas estão sendo criadas para assegurar o cumprimento destes objetivos: a Empresa de Pesquisa Energética (EPE); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Essas entidades não representarão custos adicionais para o consumidor, pois os recursos estão garantidos por fontes existentes no setor elétrico.

Assim, os elementos fundamentais do novo modelo são: reestruturação do planejamento de médio e longo prazo; monitoramento, no curto prazo, das condições de atendimento e implantação de novos empreendimentos para geração e transmissão; redirecionamento da contratação de energia para longo prazo, compatível com a amortização dos investimentos realizados; e competição na geração, com licitação de energia pelo critério de menor tarifa. Além disso, admite-se a coexistência de dois ambientes de contratação de energia: um sujeito a normas (Ambiente de Contratação Regulada – ACR), protegendo o consumidor cativo; e outro livre (Ambiente de Contratação Livre – ACL), estimulando a iniciativa dos consumidores. Entre as características vitais do padrão moderno de mercado energético estão a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia, a ser comprada pelos concessionários de distribuição; a desverticalização do serviço de distribuição para impedir custos adicionais aos consumidores; a previsão de uma reserva conjuntural para o restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda; e a restauração do papel do Executivo como Poder Concedente.

O MME estará, em 2004, empenhado na consolidação do novo marco regulatório. Para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia em todo o território nacional, dentro dos preceitos de qualidade do atendimento, adequação tarifária e atração de novos investidores, o MME centrará na expansão setorial. Conta para isto com a implementação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada para subsidiar as ações e decisões de Governo. No escopo de atuação dessa empresa, serão intensificados os estudos sobre potenciais energéticos e de viabilidade técnica, econômica e socioambiental dos empreendimentos de geração de energia elétrica, com destaque para os aproveitamentos hidrelétricos.

Expansão da oferta de energia elétrica

Em 2003 foram agregados ao parque gerador brasileiro 4.291MW de potência instalada, dos quais, 2.094MW em usinas hidrelétricas. Destacam-se nesse conjunto as três primeiras

máquinas da segunda etapa de Tucuruí, que adicionam 1.125MW ao sistema e a Usina Hidrelétrica Itapebi, no rio Jequitinhonha (BA), com 450MW. No segmento de termelétricas foram instalados 1.358MW relativos ao Programa Prioritário de Termoelétricas (PPT), sendo 845MW na região Nordeste. Registra-se ainda a instalação de 730MW de fontes alternativas de geração como pequenas centrais hidrelétricas.

Em 2003 a expansão da transmissão foi de 4.730 quilômetros de linhas: 3.683km em 500kV e 1.047km em 230kV. Como obras de importância, pode-se citar: a conclusão do reforço da interligação Sul/Sudeste com a linha de transmissão ligando Bateias a Ibiúna; a entrada em operação da primeira interligação Sudeste–Nordeste, unindo Serra da Mesa (GO) a Governador Mangabeira (BA), com 1.050km de extensão, em 500kV e, associado, 9.612MVA em novas subestações; a conclusão da expansão da interligação Norte–Nordeste, 924km entre Tucuruí (PA), Marabá (PA), Imperatriz (MA) e Presidente Dutra (MA).

Para 2004 está previsto um acréscimo total de 6.390MW em obras de geração, e de 3.568km em linhas de transmissão, com destaque para as linhas de transmissão Cachoeira Paulista/Adrianópolis e Ouro Preto/MG/Vitória (ES).

Regulamentação para expansão da subtransmissão

Em 2003, o MME desenvolveu uma ação concreta para o equacionamento das responsabilidades e da remuneração dos agentes envolvidos, com a implantação dos reforços necessários à rede de subtransmissão, de forma a evitar estrangulamentos que pudessem causar problemas no atendimento aos consumidores.

Sistema de acompanhamento da expansão

Visa a eliminar eventuais restrições quanto ao cumprimento do cronograma das obras de geração e transmissão. Na busca de solução para impasses na obtenção de licenças ambientais dos empreendimentos, foram estabelecidas parcerias entre o Ministério de Minas e Energia e Meio Ambiente – Ibama e com órgãos estaduais de meio ambiente. Dentre os resultados alcançados, estão: a obtenção de licenças para as linhas de transmissão Ouro Preto (MG)–Vitória (ES), Fortaleza (CE)–Pici, Marabá (PA)–Açailândia (MA), para a interligação Sudeste–Nordeste (ligando Serra da Mesa a Governador Mangabeira) e para a usina hidrelétrica de Salto Pilão.

Para 2004, o MME deverá centrar esforços no equacionamento, sobretudo, de questões socioambientais que estão obstruindo o início da construção de 18 hidrelétricas já licitadas e a continuidade de outras 17.

Leilão de novas linhas de transmissão

Para aumentar a segurança do sistema elétrico e reforçar a infra-estrutura de transmissão, foi realizada a licitação de 11 linhas na região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, totalizando 1.832km. São investimentos da ordem de R\$1,7 bilhão, que irão resultar em 3,6 mil empregos diretos e 8 mil indiretos, em 144 municípios. Pelas regras aplicadas, as empresas vencedoras foram as que apresentaram o menor preço na tarifa, o que resultou em um deságio médio de 36,5%. O leilão contou também com a participação das empresas estatais, que, no governo anterior, estavam impedidas de participar.

No âmbito da transmissão, estão previstos dois leilões, onde serão licitadas 18 linhas de transmissão, num total de 7.731km. Envolve investimentos de R\$6,6 bilhões. Dentre esses empreendimentos destacam-se: a linha de transmissão (LT) entre Cuiabá e Itumbiara, em 500kV; as LT's Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu, em 230kV; o terceiro circuito da interligação Norte-Sul, em 500kV; a interligação Norte-Centro-Oeste, através da LT Jauru-Vilhena, em 230kV; a LT Colinas-Ribeiro Gonçalves-São João do Piauí-Sobradinho, em 500kV, que reforçará a interligação Sudeste-Nordeste; e a interligação Tucuruí-Macapá Manaus, em 500kV, que integrará esses sistemas isolados da Amazônia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Garantia de energia às áreas isoladas

Para o atendimento às áreas isoladas, foi lançado edital para contratação de projetos de geração de energia elétrica com fontes locais, alternativas aos derivados de petróleo, que afeta sobretudo a região Norte. Para garantir o abastecimento de Manaus (AM) em 2003, o Governo Federal viabilizou um reforço de energia, disponibilizando 56MW de geração adicional, que evitara restrições ao consumo de energia em Manaus até a implantação de soluções estruturais de médio e longo prazo.

Dentro da premissa de um planejamento energético integrado, destaca-se a conclusão dos estudos das linhas de transmissão que irão conectar os subsistemas de Manaus, Macapá e outras localidades a Tucuruí; o estado do Acre e Rondônia ao subsistema de Mato Grosso e, a partir

dele, ao do Sudeste/Centro-Oeste, integrando todos ao Sistema Integrado Nacional de energia elétrica, promovendo um tratamento mais homogêneo.

Equilíbrio financeiro das concessionárias

A primeira liquidação do Mercado Atacadista de Energia (MAE) foi conduzida com sucesso. Foram liquidados os valores referentes às transações de compra e venda de energia, realizadas entre setembro de 2000 e setembro de 2002. O total de adimplência atingiu 88,4%, o que correspondeu a R\$1,074 bilhão. Essa operação resgatou a normalidade do mercado de energia e a estabilidade nas relações do setor, superando um período de incertezas.

Outra ação importante foi o saneamento financeiro das distribuidoras, viabilizado com o apoio do BNDES, que propiciou condições para o equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas, garantindo o abastecimento de energia e a retomada dos investimentos.

Os empréstimos do BNDES para o setor elétrico também viabilizaram o início e a continuidade de obras de usinas hidrelétricas, totalizando 5.882MW.

Leilão de sobras de energia

O governo realizou leilão da energia resultante da economia no consumo, registrado no País depois do racionamento. Com esta ação, foram comercializados cerca de 1.000MW, reduzindo o déficit das geradoras e estimulando o aumento da produção industrial, com a oferta de melhores condições para a compra de estoques energéticos.

Adequação das tarifas de energia

Com o fim de evitar impactos significativos nas tarifas de energia em 2003, em decorrência das revisões periódicas contratuais de 17 concessionárias, o governo definiu regras mais justas. Foi possível evitar o repasse total, ao consumidor, dos aumentos da inflação. Houve um menor ajuste tarifário para o ano, ficando o restante diferido para os anos subsequentes. Os contratos repactuados incluem um fator que reparte os ganhos de produtividade das empresas com os consumidores, o que acarretará redução no valor dos reajustes nos anos seguintes, até a próxima revisão.



Também foi decidido o adiamento, por 12 meses, do repasse dos custos em dólar das distribuidoras de energia para as tarifas. Essa medida significou um reajuste inferior nas tarifas de até 6,42%. O reajuste decorrente será parcelado em 24 meses.

15. PETRÓLEO E GÁS

Com a orientação de gerar empregos e fortalecer a indústria nacional, preservando a competitividade, a Petrobras modificou, em fevereiro de 2003, os editais de contratação das plataformas P-51 e P-52, com um valor estimado de R\$3,5 bilhões. Os contratos terão um conteúdo nacional mínimo entre 60% e 75%. O contrato da P-52 foi assinado em 19 de dezembro. A exigência da participação da indústria nacional nas obras da Petrobras foi um dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Com esta medida, abrem-se pelo menos 5.000 novos empregos diretos e 14 mil indiretos.

Exploração e produção de petróleo, com conteúdo nacional mínimo

A mesma política foi seguida na 5ª rodada de licitação para a exploração e produção de petróleo em novas áreas. As novas concessionárias se comprometeram a adquirir, junto a fornecedores nacionais, um mínimo obrigatório de bens e serviços por exigência do edital de licitação, sendo critério para a apuração dos vencedores. Na licitação dos blocos localizados em áreas profundas, por exemplo, o mínimo obrigatório era de 30%. As ofertas vitoriosas das concessionárias variaram o conteúdo nacional de 30% a 100%. Com o sucesso das novas atividades exploratórias, milhares de empregos serão gerados.

Dando continuidade à meta de fortalecimento da indústria nacional de petróleo e à geração de emprego, pretende-se licitar e iniciar, até o segundo semestre de 2004, a obra de adaptação da plataforma P-34, para produção da fase 1 do projeto de desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Jubarte, parte norte da Bacia de Campos, no estado do Espírito Santo. Além disso, está prevista para 2004 a conclusão da construção da plataforma P-43, P-48 e P-50, devendo estas entrar em produção até o final de 2004; as plataformas de gás dos campos de Peroá e Cangoá (ES) deverão entrar em operação no segundo semestre de 2004. Também deverá ser concluída a obra de adaptação da P-47, para melhoria da qualidade do petróleo escoado a partir do campo de Marlim (RJ).

A produção média nacional de óleo e liquefeito de gás natural (LGN) deverá crescer cerca de 5% em relação a 2003. Espera-se para junho a entrada em operação da unidade flutuante de produção, armazenamento e produção Marlim Sul, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia.

Infra-estrutura de gás natural no Nordeste e Sudeste

No âmbito do Projeto Malhas (expansão da rede de gasodutos no Sudeste e Nordeste), foram assinados os contratos de financiamento entre a Petrobras, o JBIC, banco japonês, e outros bancos comerciais. O valor estimado do projeto é de R\$3,3 bilhões, com um conteúdo nacional mínimo de 70% do valor total dos contratos, e previsão de geração de 10.000 novos empregos diretos, cerca de 30.000 indiretos.

Novas descobertas de gás natural e petróleo

O ano de 2003 revelou-se como um dos de maior sucesso exploratório nos 50 anos da Petrobras. As novas províncias de óleo e de gás identificadas são de excelente qualidade, permitindo mudar o atual perfil da companhia. Outro fato importante é que as descobertas ocorreram fora da Bacia de Campos (RJ), com o provável surgimento de novos e importantes pólos de produção. Avalia-se que estas descobertas, ainda em processo de avaliação exploratória, quando confirmadas, praticamente triplicarão o volume de gás natural descoberto no País.

Os investimentos com recursos próprios, em 2003, deverão ser superiores a R\$7,5 bilhões, refletindo um aumento de 21% sobre o mesmo período do ano anterior.

A produção nacional média de óleo e LGN atingiu 1.540 mil barris por dia (bpd), o que representa um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (1.500 mil bpd), sem a implantação de nenhum projeto de grande porte. Em decorrência desse aumento de produção, a Petrobras registrou novo recorde de produção mensal de óleo e LGN no Brasil.

As reservas provadas domésticas da Petrobras em 2003 atingiram a marca de 12,6 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), volume 14% superior ao registrado no final de 2002.

Política de Gás Natural no Brasil

No primeiro semestre de 2004 serão definidas as bases da política de gás natural, com vistas à ampliação da sua participação na matriz energética brasileira. Para isso serão definidas

diretrizes para a formação de preço do gás natural, considerando seus competidores de origem fóssil ou renovável; o aproveitamento das reservas nacionais de gás natural; a adequação do marco regulatório; e a expansão da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, também por meio de modais alternativos.

As principais obras de infra-estrutura de transporte de gás natural a ser iniciadas em 2004 são:

Expansão da malha de gasodutos do Nordeste e Sudeste – destaca-se, no Sudeste, o Gasoduto Campinas (SP)–Japeri (RJ), com mais de 450km, que permitirá aumentar o fluxo de gás do gasoduto Bolívia–Brasil ao estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Nordeste, destaca-se o Gasfor II, ligando Guamaré (RN) e Fortaleza (CE), com 370km, que dobrará a capacidade atual de fornecimento ao estado do Ceará.

Gasoduto Cacimbas–Vitória – primeiro trecho do Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste), compreende aproximadamente 100km e permitirá o escoamento do gás a ser produzido nos campos ao norte de Vitória (notadamente Peroá–Cangoá), aumentando a oferta de gás no Espírito Santo.

Gasodutos da região Norte – os dois principais gasodutos ligarão o campo de Urucu à cidade de Porto Velho (RO) e Manaus (AM) e juntos perfazem 1.275km; demandarão cerca de R\$3,4 bilhões. O principal benefício será a substituição de derivados de petróleo na geração de energia elétrica.

Projeto TSB – as conclusões do grupo de trabalho para viabilização do Gasoduto Uruguaiana–Porto Alegre (TSB) apontam para a viabilidade e necessidade de construção do segundo trecho do gasoduto, ligando Uruguaiana à Grande Porto Alegre.

Rastreabilidade de preços e qualidade dos combustíveis

Esta é uma iniciativa decisiva para assegurar que o repasse da redução do preço efetuada na refinaria chegue aos consumidores. Com base no monitoramento de preços da cadeia de petróleo e gás natural e com a implementação e uso de simuladores de formação de preço, foi viabilizado o rastreamento, nas diferentes rotas, das possíveis anomalias existentes no mercado. Desde a implantação do programa, percebe-se maior uniformidade dos preços praticados, bem como redução significativa de adulteração. Outra ação determinante foi a divulgação regular da lista dos postos que vendem produtos adulterados.



Regulação da revenda e distribuição de GLP

Com o objetivo de melhorar a competitividade do setor de distribuição e revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e, consequentemente, garantir menores preços ao consumidor, o MME, em parceria com a Agência Nacional de Petróleo e o Ministério da Fazenda, revisou a regulamentação das atividades de revenda e distribuição do produto. As novas portarias darão maior equilíbrio às relações entre os agentes da cadeia de GLP. Foi editada a primeira Portaria, nº 297/03, específica para a revenda, que até então era tratada como parte da distribuição geral.

Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP)

O Prominp foi instituído pelo Presidente da República no dia 19 de dezembro. Com o programa, a produção de petróleo e gás natural, transporte marítimo e dutoviário, refino e distribuição de derivados tornam-se oportunidades de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços. Pretende-se que haja uma verdadeira transformação no índice de nacionalização dos empreendimentos realizados no País, como aconteceu com os editais de licitação das plataformas P-51 e P-52.

Ao longo do desenvolvimento da carteira de projetos e da implantação de seus resultados, a indústria estará gradativamente se preparando para atender às demandas dos setores de petróleo e gás, as quais totalizam investimentos da ordem de US\$41 bilhões no período de 2003-2007.

Reativação da indústria da construção naval

Está prevista a abertura de licitação para construção de 22 navios, com entrega até 2010. Envolve investimentos de R\$3 bilhões, em cumprimento ao programa de governo que previa a reativação da indústria da construção naval brasileira, com consequente melhora na balança comercial, causada pela diminuição do afretamento de embarcações estrangeiras. Estima-se a geração de 14 mil novos empregos.

Refino de petróleo

As perspectivas para a área de refino, para o ano de 2004, envolvem a conclusão do ciclo de unidades de hidrotratamento de diesel iniciado em 1998, com a entrega desse dispositivo em

diversas refinarias, que ratificam a meta de melhoria da qualidade do combustível, com reflexos no meio ambiente. Simultaneamente, prosseguem as obras de implantação das unidades de coqueamento retardado em diversas refinarias, permitindo a redução da produção de óleo combustível e o aumento da produção de derivados leves, possibilitando um perfil de refino mais adequado às necessidades do País.

16. RECURSOS MINERAIS

O governo retomou a função imprescindível do planejamento na área de geologia e mineração, implementando políticas públicas eficazes na gestão dos recursos minerais e na geração de novos conhecimentos geológicos básicos, que possam levar à descoberta de jazidas e a um melhor conhecimento do território nacional.

Essa ação foi acompanhada do estreitamento institucional entre a Secretaria de Minas e Metalurgia, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A intenção é fortalecer e harmonizar a atuação destes agentes públicos, de maneira a permitir que o Setor de Geologia e Recursos Minerais possa contribuir efetivamente com as propostas do Governo Federal, em especial com as questões de inclusão social, geração de emprego e renda, desenvolvimento regional sustentável, redução da dependência externa e agregação de valor ao produto mineral brasileiro.

Retomada dos levantamentos geológicos básicos

Esses levantamentos possibilitarão o crescimento da atividade extractiva mineral a partir de um novo ciclo de investimentos públicos e privados. Essa ação está sendo realizada em parceria com os estados e vem ao encontro da proposta do governo de diminuir a dependência externa e aumentar a produção mineral.

Solução de conflitos da atividade minerária

Os conflitos ocorrem, em geral, por causa da ilegalidade na posse dos direitos minerários. Essa situação tem sido combatida com ações direcionadas para a legalização e a formalização da extração mineral, que terá como consequência uma maior inclusão social. As ações têm sido focadas no estado do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Minas Gerais.

17. INFRA-ESTRUTURA DE RECURSOS HÍDRICOS

Em 2003 foram aplicados recursos da ordem de R\$266,1 milhões, com vistas à finalização de obras e/ou etapas de projetos. Numa visão global dos investimentos em infra-estrutura hídrica e irrigação, foram construídos 145 km de distribuição de água, 15 km de drenagem urbana, 270 km de adutoras e 6,7 bilhões de m³ de água bruta que beneficiarão uma população de cerca de 4,1 milhões de habitantes.

Integração de Bacias do Semi-Árido e do Vale do São Francisco

O tema da transposição do Rio São Francisco, em 2003, evoluiu para uma visão ampla de integração de bacias hidrográficas, aliada à revitalização destas bacias para o desenvolvimento do Nordeste Setentrional, e em áreas onde a água é o fator limitante. Para tanto foram redesenhados novos eixos de transposição, abrangendo estados deficitários em recursos hídricos e que antes não estavam contemplados, como a Bahia, Minas Gerais e Piauí. Também foram agrupados como parte deste empreendimento estudos para implantação de um conjunto de barragens visando otimizar a regularização da vazão do médio São Francisco.

Proágua Infra-Estrutura

O Proágua Infra-Estrutura, responsável pela construção de açudes e barragens para aumento da oferta de água, centrou sua atuação sobre os espaços do território nacional com problemas de água, tanto em quantidade, como em qualidade, beneficiando especialmente as comunidades mais carentes e gerando também oportunidades produtivas.

Foram priorizadas as seguintes obras:

- Barragem Castanhão (CE): concluída; retomadas as obras do acesso rodoviário, beneficiando a cidade de Fortaleza e 12 municípios, uma população de 3,5 milhões de habitantes;
- Adutora do Agreste Alagoano (AL): conclusão dos serviços complementares do sistema de adução, beneficiando uma população de 402.000 habitantes, em 18 municípios dessa região;
- Adutora de Juçazinho (PE): concluídos o ramal Norte e Sul até Caruaru, com 270 km de extensão, beneficiando 90 mil pessoas. Situação atual: obras em fase de teste;

- Drenagem urbana em Vilhena (RO): execução de 8,5 km de rede de drenagem, beneficiando cerca de 59 mil habitantes de Vilhena;
- Projeto Teles Pires (MT): conclusão de 138 km de rede de distribuição de água no município de Sorriso (MT), beneficiando uma população de 42 mil habitantes;
- Barragem Poço do Marruá (PI): encontra-se em avanço físico de aproximadamente 30%; com os recursos no valor de R\$13,0 milhões, repassados em dezembro de 2003, estima-se que se poderá chegar a 45% das obras ainda em 2004, o que irá beneficiar uma população de 60 mil habitantes, gerando cerca de 290 empregos diretos;
- Barragem Arneiroz II (CE): construção com volume de acumulação de 197,06 m³, para abastecimento de um total de 40.181 habitantes da cidade de Arneiroz e Saboeiro e de algumas localidades marginais ao Rio Jaguaribe. Obra em andamento, com 73% de execução física;
- Recuperação do sifão Umburanas (CE): recuperação do trecho de 13 km do Canal do Trabalhador, para mais bem atender à região metropolitana e entorno de Fortaleza. Obra em andamento, com 95% de execução física, a ser iniciada a recuperação do Canal de Ireré e sifão Pirangi, perfazendo um total de execução física de 40%;
- Sistema de abastecimento Águas Vermelhas (MG): as obras consistem em sistemas independentes (Bloco 1, 2 e 3) de abastecimento de água, esgoto e coleta com tratamento de resíduos sólidos, visando a atendimento a 20.300 habitantes do município de Curral de Dentro, Águas Vermelhas e Divisa Alegre, além da localidade de Maristela e 14 comunidades rurais. Situação atual: Bloco 1 – obras concluídas, com inauguração prevista para fevereiro de 2004; Bloco 2 – concluído em novembro de 2002; Bloco 3 – obras em andamento, com 60% executados;
- Sistema adutor do Congo (PB): obra com captação no Açude Cordeiro e adução de água tratada para três sedes municipais e uma localidade. Tem 160 km de extensão, beneficiará quatro cidades e 55 mil pessoas. Obra em andamento, com 35% executados;
- Sistema adutor de Afogados da Ingazeira (PE): captação por meio de poços com tratamento simplificado e adutora com extensão de 75 km, atendendo a uma população



de 46 mil habitantes da cidade de Afogados da Ingazeira, Quixadá e Carnaíba. Obra em andamento, com 89% de execução física;

- Sistema adutor de Afrânio e Dormentes (PE): adutora com cerca de 160 km de extensão, a partir do reservatório R3 do projeto Maria Tereza da Codevasf, para atender a um total de 33.600 habitantes de Rajada, Afrânio e Dormentes, na região de Petrolina. Em andamento, 84% executados;
- Canalização do Córrego Botafogo (GO): conclusão do canal com extensão de 7,7 km no primeiro semestre de 2004. Beneficiará a população de Goiânia.

Aproveitamento dos recursos hídricos na irrigação

Os maiores esforços foram dirigidos para as áreas em que as condições climáticas não permitem garantir uma produção agrícola sustentável, caso típico do Nordeste brasileiro.

Em 2003 foram priorizados os seguintes projetos de irrigação e drenagem:

- Projeto Propertins (TO), Barragem Manoel Alves: conclusão prevista para o início de 2004. Possui um volume acumulado de 8,5 milhões de m³ de água, visando a atender a uma população de 20 mil habitantes;
- Implantação do perímetro de irrigação baixio de Irecê (BA);
- Implantação do perímetro de irrigação Luís Alves do Araguaia (GO);
- Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe (PI);
- Implantação do perímetro de irrigação Salitre (BA);
- Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas (CE);
- Implantação do projeto-piloto de irrigação no município de Santa Rosa (PI);
- Implantação do projeto-piloto de irrigação marrecas no município de São João do Piauí (PI).



Em 2004, terão prioridade as seguintes ações:

1) Integração de bacias do semi-árido e do Vale do São Francisco

As primeiras iniciativas concretas para integração de bacias do semi-árido e do Vale do São Francisco terão início em 2004. Para o eixo Norte e Leste, pretende-se: concluir a obtenção das licenças prévias, executar o cadastramento fundiário e a elaboração dos projetos básicos ambientais e, mais tarde, com a licença de instalação, realizar a aquisição de terras, realocação de famílias e licitação para compra de equipamentos.

No que tange à revitalização do Rio São Francisco, indica-se a escolha, por meio do conselho gestor e com a aprovação do comitê da Bacia do São Francisco, dos projetos prioritários para reflorestamento, saneamento, controle da erosão, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental, para o período de 2004 a 2007; instalação da rede de monitoramento hidrológico do Alto São Francisco, de um sistema em tempo real do desmatamento na bacia, e implantação da rede de monitoramento da qualidade da água na Bacia do São Francisco, além da implementação de um projeto-piloto para recomposição da vegetação e proteção de área de nascentes em Minas Gerais.

2) Oferta de água tratada e não-tratada para abastecimento humano, animal, industrial e para as empresas de saneamento

Em 2004, o Governo Federal quer viabilizar a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em escolas do meio rural, nos municípios que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): perfuração e instalação de poço, reservatório, dessalinizadores, sanitários e cozinha, por meio da ação implantação de sistemas sanitários e de abastecimento de água em escola pública, do programa Promeso.

No programa Proágua Infra-Estrutura destaca-se para 2004 a continuidade na execução de grandes sistemas de abastecimento e a conclusão das etapas de reassentamento das áreas de barragens.

3) Agricultura irrigada

Para 2004, pretende-se implantar 10.564 hectares e colocar em operação 20.526ha de área irrigada, além de buscar soluções, via Lei de Concessões e parceria público-privada, para projetos em andamento que dependam de grandes volumes de investimento no PPA 2004-2007.

4) Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)

Atualmente, 12 obras estão em andamento e beneficiarão em torno de 2,45 milhões de habitantes; consumirão recursos da ordem de R\$170 milhões, propiciando o armazenamento e a distribuição de água às populações do semi-árido brasileiro carentes desse recurso. Estas obras em andamento terão prioridade para término em 2004, além da análise e possível contratação de outras 16 obras.

18. TRANSPORTES

O setor de transportes foi marcado, ao longo de décadas, por um excessivo domínio rodoviário, tanto de carga quanto de passageiros, por ausência de um planejamento integrado de desenvolvimento multimodal. Por esta razão, o foco tradicional em obras rodoviárias ou de infra-estrutura portuária foi redirecionado para logística, centrada na integração multimodal, na integração nacional, no desenvolvimento regional, na integração com os países do Mercosul e no projeto da saída para o Pacífico.

As estradas, no início de 2003, estavam em estado caótico, devido a um elenco de obras inacabadas associado à falta de recuperação, manutenção e conservação. O governo estabeleceu como prioridade absoluta a recuperação da malha. Dessa forma foi possível realizar a recuperação e a conclusão de algumas obras inacabadas de grande importância para o sistema viário nacional.

Outra diretriz foi o estabelecimento do diálogo com todos os setores envolvidos na produção e utilização das diversas modalidades de transporte, tanto no diagnóstico setorial quanto na priorização das ações emergenciais de 2003 e na elaboração do Plano Plurianual de 2004-2007.

O governo tomou também decisões visando a combater a corrupção e propiciar maior transparéncia aos atos administrativos. Neste sentido, determinou novos procedimentos licitatórios, de fiscalização e de atesto de obras, em parceria com entidades da sociedade civil (CRAs) e governamentais (Comando do Exército, universidades, Caixa Econômica Federal), além de acatar as recomendações dos órgãos de controle externo e interno.

Obras de Infra-Estrutura

No programa de manutenção da malha rodoviária federal foram restaurados 2.128 km até outubro. Algumas das rodovias beneficiadas foram a BR-101, 116, 153, 163, 158, 364, 230, 262, 135, 381 e 267. Foram sinalizados 12.781 km, em 20 estados, superando em 18% a meta prevista.



Pelo programa de manutenção de rodovias em regime de gestão terceirizada, foram restaurados 206,5 km e conservados 2.936 km. Foram ainda executados os serviços de manutenção preventiva, rotineira e emergencial de 32.562,3 km até outubro.

No Corredor Nordeste, foi feita a adequação de 8,3 km da BR-232, entre Recife e Caruaru. No Corredor Oeste–Norte, foram completados 37,2 km da BR-364 no trecho Campo Novo dos Parecis–Comodoro–entrancamento com a BR-174, objetivando a redução de custos de transporte de grãos. Ainda neste corredor foram executados mais 20,1 km, no trecho Casa de Tábua a Santana do Araguaia (BR-158/PA). No Corredor Fronteira Norte foram construídos 17 km da BR-156/AP, o único corredor de acesso terrestre aos municípios do estado do Amapá.

No Corredor Leste (BR-381) e Transmetropolitano (BR-116) foram concluídas obras de arte especiais. Importante destacar a conclusão da ponte de Porto Alencastro, sobre o rio Paranaíba, na BR-497, na divisa entre o estado de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Com extensão de 672,7 metros, ela facilita o escoamento da produção regional, permitindo a ligação dos dois estados. A obra, iniciada em 1994, foi paralisada oito vezes, antes da sua entrega no ano passado.

No Corredor Araguaia–Tocantins foi concluída a Plataforma Intermodal de Aguiarnópolis, no estado do Tocantins, interligando 217km da Ferrovia Norte–Sul com a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Itaqui/MA, a 730km. Este pátio intermodal permite o acesso à BR-226, Rodovia Belém–Brasília.

Na recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária foram beneficiados o porto de Sepetiba, Areia Branca, Aratu, Ilhéus, Santos, Espírito Santo e Maceió.

Em 2004, considerando as prioridades do governo, destacam-se a recuperação das principais rodovias responsáveis pelo escoamento da safra agrícola do País; os trechos da Ferrovia Norte–Sul e Transnordestina, como importantes projetos para a revitalização do sistema ferroviário; o terminal salineiro de Areia Branca, manutenção de hidrovias e a construção da Eclusa de Lageado em Tocantins como ações que visam à promoção da Navegabilidade de Hidrovias Interiores. Ainda no que se refere às rodovias, ressalta-se a ampliação da capacidade da BR-381/MG/SP e BR-116/SP/PR/SC, construção da BR-116/BA e a construção da ponte sobre o rio Acre, na fronteira com o Peru.

Compõem a agenda do Ministério dos Transportes para o ano de 2004 importantes iniciativas para a modernização do setor: o aperfeiçoamento do processo de concessão de rodovias; resgate

do trem de passageiros no transporte ferroviário; estudos para seleção de projetos com viabilidade de Parceria Público Privada-PPP; participação no Planejamento Energético Integrado (Biodiesel); alterações na legislação do Fundo da Marinha Mercante-FMM e do Adicional de Frete da Marinha Mercante-AFRMM, visando ao aprimoramento da navegação de cabotagem; aprimoramento do Marco Regulatório da Navegação Marítima, Fluvial, e nos Portos e Terminais Portuários, Transporte Rodoviário e Ferroviário de Passageiros, de Cargas e Registro Nacional de Transportadores de Cargas; implantação dos Sistemas de Segurança nos Portos (ISPS-CODE).

Ferrovia Transnordestina

Este projeto sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional tem como objetivo possibilitar a articulação dos sistemas multimodais de transporte na região Nordeste com o restante do País, proporcionando redução de custos na cadeia produtiva inter-regional e o aumento de competitividade de pólos industriais e agroindustriais. O primeiro passo para a implementação do projeto foi dado com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto de 11 de junho de 2003), que já concluiu a proposta preliminar para a viabilização da Transnordestina.

Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos

Em 2003, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) aplicou mais de R\$450 milhões nos 65 aeroportos que estão sob a sua responsabilidade. Entre as obras, destacam-se:

- Construção do novo terminal de passageiros do aeroporto de Maceió (AL);
- Construção do novo terminal de passageiros e do edifício garagem do aeroporto de Recife (PE);
- Construção do terminal de passageiros do aeroporto de Campinas (SP).
- Construção do novo terminal de passageiros do aeroporto de Porto Velho (RO);
- Construção do terminal de passageiros, torre de controle e administração do aeroporto de Joinville (SC);

- Reforma do terminal de passageiros e construção da torre de controle do aeroporto de Navegantes (SC).

A aviação civil deverá ter um novo marco regulatório buscando: impulsionar o setor e a exportação de serviços; incentivar formas de financiamento à aquisição de aeronaves; viabilizar ligações aéreas de interesse estratégico para o País; intensificar a utilização da aviação em proveito da agricultura; desenvolver a infra-estrutura aeroportuária; e ampliar o programa de formação de recursos humanos.

Em 2004, a Infraero pretende aplicar cerca de R\$682 milhões na construção, ampliação e reforma da infra-estrutura de sua rede de aeroportos, com destaque para as seguintes obras:

- Ampliação e modernização do terminal de passageiros e construção da 2ª pista do Aeroporto Internacional de Brasília;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia;
- Adequação do terminal de passageiros do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha;
- Ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Santos Dumont;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Vitória;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Maceió;
- Ampliação e modernização no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional do Recife;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Macapá;
- Desapropriação de imóveis para a ampliação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos;
- Adequação do terminal de passageiro, do Aeroporto de São Paulo/Congonhas;



- Desapropriação de área para a 3ª pista e construção do terminal de passageiros nº 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos; e
- Projeto para implantação de novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Florianópolis.

19. TELECOMUNICAÇÕES

Novo serviço público de telecomunicações

Os serviços de telecomunicações de banda larga vêm assumindo caráter essencial na sociedade. Hoje é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade a informação e comunicação multimídia, em que é crucial o acesso a informações eletrônicas, como dados, sons e imagens. Neste contexto social, a expansão dos serviços de banda larga é imperativo para a universalização e inclusão digital.

Para esse desafio, está sendo instituído um serviço público de telecomunicações, denominado Serviço de Comunicações Digitais (SCD). O SCD permitirá o atendimento às demandas sociais de telecomunicações previstas na lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), dentre elas a operação do novo serviço em cerca de 180.000 escolas públicas. Além disto, implicará a criação de novas empresas prestadoras de serviço e deverá promover melhor aproveitamento da infra-estrutura existente, bem como sua expansão. Propiciará ainda a utilização de *software* livre e o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à indústria nacional, devendo atrair novos investimentos para o Brasil.

Proteção aos usuários dos serviços de telecomunicações

Com o Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que trata da política de telecomunicações, o Governo Federal passou a dispor de um instrumento eficaz para organizar a exploração dos serviços de telecomunicações e fomentar a indústria e o desenvolvimento tecnológico. Foram contemplados importantes pontos do programa de governo:

- Inclusão social, pela universalização da oferta de telecomunicações e inclusão digital;
- Políticas tecnológicas e industriais que, além de gerar empregos, estão orientadas às necessidades da sociedade brasileira;



- Inclusão digital, a partir de terminais de uso coletivo, que permitirão acessar a Internet;
- Implantação das unidades de atendimento de cooperativas para levar serviços de telefonia e Internet para as comunidades rurais;
- Defesa do consumidor, com a instalação gradativa de postos de atendimento pessoal, para serviços e reclamações, distribuídos no território nacional;
- Atendimento a portadores de necessidades especiais, por meio de telefones de uso público adaptados para esses usuários.

TV Digital

Até o final de 2002, a implantação da TV Digital no Brasil vinha sendo abordada como uma simples inovação tecnológica, cabendo ao governo apenas escolher um entre os três padrões internacionais então existentes.

No governo Lula, introduziu-se uma visão nova a respeito da implantação da Televisão Digital no País. Após ampla consulta, foi definida uma nova política de governo e editado o Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, instituindo o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). O dispositivo define a organização institucional do SBTVD e estabelece uma sistemática para desenvolvimento do padrão brasileiro para o setor, além de incorporar outros aspectos estratégicos. Vale dizer: a inclusão dos cidadãos na sociedade da informação; a redução da dependência tecnológica do País; o incentivo à pesquisa e ao emprego de alto conteúdo intelectual nas universidades e centros de pesquisa; e a renovação do parque de televisores e respectivos componentes.

No início de 2004 serão instalados os órgãos de coordenação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD): comitê de desenvolvimento, comitê consultivo e grupo gestor. Igualmente no começo de 2004 serão contratadas cerca de 30 instituições de pesquisa para o desenvolvimento do modelo de referência da tecnologia nacional do SBTVD, utilizando recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), no montante de R\$65 milhões.

Plano Geral de Metas de Universalização

O Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) é uma obrigação pertinente aos contratos de concessão para exploração da telefonia fixa comutada pelas concessionárias de telecomunicações em regime público. Esses contratos estão sendo renovados para o período



2006-2025. O objetivo do PGMU é garantir à população de baixa renda acesso aos serviços básicos de telecomunicação a preços justos, corrigindo distorções decorrentes de modelos regidos pelo princípio de rentabilidade.

As metas do PGMU para o período 2006-2025 abrangem os seguintes compromissos: (i) manter uma densidade de seis telefones públicos por habitante em todas as localidades em que a telefonia fixa é oferecida; (ii) instalar facilidades de apoio a portadores de necessidades especiais; (iii) instalar progressivamente postos de serviços públicos com acesso à Internet a partir de 2006, na proporção de um posto para cada grupo de 50 mil habitantes; (iv) prover telefones individuais para a população carente, com tarifa diferenciada e qualidade.

Inclusão digital via Fust

O Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), após três anos de sua criação sem nunca ter sido utilizado, obteve o sinal verde, em 2003, para a sua implementação, com o acordão do Tribunal de Contas da União (TCU). Com isto foi dada a partida para a criação de um novo serviço público de telecomunicações (Serviço de Comunicações Digitais – SCD), com a finalidade de levar a Internet banda larga às instituições públicas. Dessa maneira, a inclusão digital, prioridade do governo, vai contar com o programa universalização dos serviços de telecomunicações. Para a aplicação desses recursos, o Governo Federal estabeleceu sete segmentos: educação, saúde, telecomunicações, atendimento a deficientes, segurança pública, regiões remotas e de fronteiras e bibliotecas públicas. Nesses segmentos, os recursos do Fundo devem promover a universalização, não só da telefonia fixa comutada, mas também do acesso à Internet em alta velocidade, podendo incluir o fornecimento do equipamento terminal, além do pagamento das contas.

No 4º trimestre de 2004 será iniciado o processo de disponibilização de conexão em banda larga a cerca de 180 mil escolas da rede pública; quase 63 mil pontos em hospitais universitários e estabelecimentos públicos de saúde; e aproximadamente 5 mil bibliotecas públicas.

Inclusão digital via governo eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

O projeto Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) instala telecentros comunitários e propicia a montagem de acessos eletrônicos coletivos. Em parceria com o

Ministério da Educação, o Gesac está disponibilizando conexão Internet banda larga ao parque de informática já instalado nas escolas de ensino médio e fundamental, ampliando o atendimento às regiões carentes e racionalizando os investimentos governamentais. O mesmo projeto contempla ainda pontos distantes de fronteira, em parceria com o Ministério da Defesa e municípios abrangidos pelo Fome Zero.

As plataformas de satélite são o meio de acesso do Gesac. Reformulado, o Governo Eletrônico visa a constituir postos de serviços públicos – na prática, telecentros comunitários. O projeto criará espaços de uso compartilhado das tecnologias da informação e comunicação, dedicados ao desenvolvimento pessoal e comunitário, para promover o acesso à Internet em lugares nos quais a malha física telefônica ainda não chegou.

Rádios comunitárias

Sendo uma das mais simples formas de comunicação social, o segmento das rádios comunitárias constitui-se numa poderosa arma em defesa da cidadania, sobretudo pela sua simplicidade e capacidade de interagir com a realidade comunitária local. Visando a organizar e democratizar o setor, o governo instituiu uma força-tarefa e analisou os cerca de 4.500 requerimentos, anteriormente protocolados, para exploração do serviço de radiodifusão comunitária. No período de 90 dias todos esses processos foram examinados. No exercício de 2003, foram assinadas 340 portarias de autorização de rádios comunitárias, 686 licenças provisórias e definitivas e 905 termos de operação e liberação. O Ministério das Comunicações colocou em consulta pública a minuta de norma complementar ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, que simplifica procedimentos e implanta um sistema de informática, permitindo o cadastramento via Internet e o acompanhamento do processo pelos interessados no serviço, num procedimento semelhante ao do Imposto de Renda.

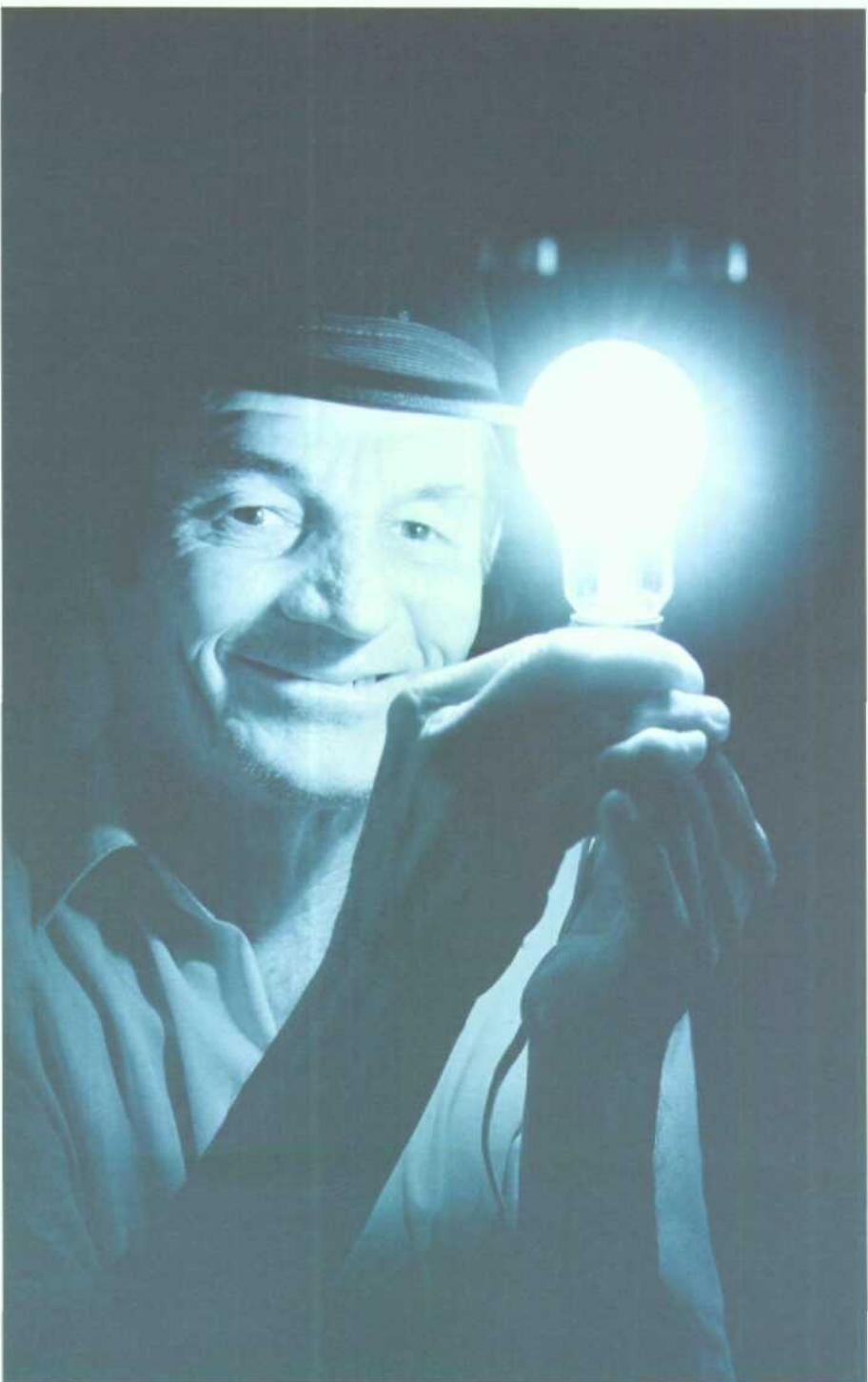
Está prevista a concessão de 1.500 outorgas, sendo 1.150 de rádios comunitárias, 50 de rádios e emissoras de televisão educativas e 300 de rádios e TVs comerciais. A meta é contemplar 3.336 municípios com pelo menos um serviço local de radiodifusão. Além disso, prevê-se a elaboração de projeto de lei de comunicação de massa que refletia a nova realidade brasileira, a partir da convergência tecnológica dos meios, contemplando TV digital, rádio digital, novos serviços interativos de telecomunicações em banda larga, radiodifusão comunitária, Internet e regionalização da programação.



Inclusão bancária

O Banco Postal é outro projeto de grande impacto popular. Busca contemplar os segmentos da população socialmente excluídos do sistema financeiro nacional. Por meio desse projeto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos atua como correspondente dos serviços bancários básicos (aberturas de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, recebimentos de títulos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros), mediante utilização da sua rede de atendimento postal. Até dezembro de 2003, o Banco Postal foi instalado em cerca de 4 mil agências dos Correios, alcançando-se a marca de 1,2 milhão de contas abertas e 8,5 milhões de transações bancárias realizadas mensalmente. O Banco Postal incorpora o programa do microcrédito com o propósito de disponibilizar recursos para a população mais carente.

Em 2004, o Banco Postal será instalado em mais 1.553 agências, o que permitirá a abertura de 1,5 milhão de novas contas.



Cidadania e Inclusão Social

2004

As ações desenvolvidas pelo governo na área social, mesmo diante das dificuldades econômicas, mostram que, para o Governo Federal, priorizar os mais pobres é uma meta inalienável. Articular o desenvolvimento social com a retomada do desenvolvimento econômico fundamenta-se nos princípios éticos e nas prescrições constitucionais relacionadas com o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à justiça social.

O Brasil precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, evitando a dispersão e a fragmentação, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais. Neste sentido, as iniciativas de governo visaram à unificação de diversos programas de transferência de renda em um único programa, o Bolsa Família, e à definição do enfrentamento da fome como questão primeira na pauta política nacional, com o Fome Zero.

Buscou-se também o princípio da universalização, principalmente no que se refere à educação básica (obrigatória e gratuita), à saúde, à assistência social, ao saneamento e à habitação sempre na perspectiva de uma política de inclusão social.

O governo adotou medidas de valorização da cultura nacional, em sua dimensão regional, como elemento de resgate da identidade do País, ampliando sua projeção no cenário mundial.

O combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, ao contrabando de armas e drogas foi outro esforço do governo na área da justiça e segurança pública. Atuar integrado com estados, municípios e os demais poderes demonstra o respeito aos cidadãos e à sociedade reforçando a crença nas instituições democráticas.

A ampliação da repressão ao trabalho escravo e ao combate ao trabalho infantil, a adoção de medidas de proteção às nações indígenas, à mulher vítima de violência, o combate à discriminação racial, a defesa dos direitos humanos e da reparação das vítimas da ditadura militar são demonstrações inquestionáveis de que o atual governo veio para mudar.

1. PRIORIDADE PARA OS MAIS POBRES

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola ou o Bolsa Alimentação, representaram um avanço no campo das políticas públicas, mas não superaram características

marcantes das políticas sociais: pulverização dos recursos, superposição de público-alvo, competição entre as instituições, ausência de coordenação, elevado custo administrativo e uma visão setorial do enfrentamento da pobreza. Além disso, os programas setoriais operavam com restritas cotas de atendimento, reduzido valor da transferência monetária e ignoravam a existência de programas similares, conduzidos pelos estados e/ou municípios. Finalmente, cada um dos programas se voltava, exclusivamente, para um segmento do grupo familiar – crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos (Bolsa Escola); crianças entre 6 meses e 6 anos (Bolsa Alimentação).

Tendo em vista esse diagnóstico e ao final de alguns meses de debates e de trabalho conjunto entre ministérios, num exercício até então inédito de articulação intersetorial no âmbito do Governo Federal, desenhou-se o Programa Bolsa Família, oficial e legalmente lançado em 20 de outubro de 2003.

O programa se fundamenta em algumas premissas. Em primeiro lugar, a de que a transferência de renda não é um fim em si mesmo, embora no plano imediato alivie a situação de penúria e privação das famílias; a complementação de renda favorece o acesso a direitos universais de educação, saúde e alimentação. Em segundo lugar, a de que é fundamental combinar a transferência de renda com outras políticas e programas (microcrédito, capacitação profissional, qualificação, cooperativismo, agricultura familiar, etc.) para criar possibilidades de as famílias se desvincularem do programa numa situação distinta daquela que lhes permitiu o ingresso. Para isso, portanto, foi necessário ter todos os membros do grupo familiar como público-alvo. Em terceiro lugar, entender o Cadastro Único como uma ferramenta destinada ao planejamento de políticas públicas no âmbito dos territórios. Finalmente, realizar a combinação de esforços com estados e municípios em dois planos: a integração com seus programas de transferência de renda, pondo fim às superposições e incorporando as famílias aos demais programas e políticas. Essa é a maneira de potencializar o conjunto dos investimentos públicos de caráter social e respeitar o sentido da cooperação no pacto federativo.

Além das discussões interministeriais e com os gestores dos programas setoriais, a formulação e a implementação do programa também foram discutidas com a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios, a Associação Brasileira de Municípios e representantes dos governos estaduais, assim como os próprios governadores. Finalmente, o programa foi apresentado e discutido com os mais diversos conselhos – Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar – e na Comissão de Família e Seguridade Social da Câmara de Deputados.



O programa utilizou a base de dados dos programas federais de transferência de renda (Cadastro Único – CADÚNICO) para atender aos grupos familiares do programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás com renda familiar *per capita* até R\$100,00. Para o grupo com renda familiar por pessoa até R\$50,00, o benefício consiste em um piso de R\$50,00 e em um valor variável (R\$15, 30 ou 45) associado ao número de crianças e adolescentes até 15 anos. As famílias nessa faixa de renda e sem crianças e adolescentes em sua composição recebem a quantia fixa de R\$50,00. Para o grupo com renda familiar *per capita* superior a R\$50,00, o valor do benefício é variável (R\$15, 30 ou 45).

Ao lançar o programa no dia 20 de outubro, o Presidente da República reiterou o que já havia afirmado em outras ocasiões: a meta era atingir 3,6 milhões de famílias em 2003 e 11,4 milhões em 2006 de modo a tornar o programa universal.

Já em novembro o programa atendeu a cerca de 3 milhões de famílias, em 5.447 municípios, praticamente antecipando a meta estabelecida para o mês de dezembro de 2003, atingindo a marca de 10 milhões de beneficiados.

Quanto ao valor médio do benefício, no primeiro mês foi R\$73,72 e em novembro R\$75,43. Assim, o programa Bolsa Família triplicou o valor médio dos benefícios.

No mês de dezembro, com início do pagamento no dia 22, o programa Bolsa Família ultrapassou a meta estabelecida, atingindo 3.615.596 famílias, cerca de 13 milhões de pessoas beneficiadas e com um volume de recursos mensal de R\$263 milhões. Estes recursos, por região, foram distribuídos da seguinte forma: Norte, R\$21,7 milhões; Nordeste, R\$159 milhões; Sudeste, R\$50,6 milhões; Sul, R\$23,4 milhões; e Centro-Oeste, R\$8,3 milhões.

O esforço de migrar para o programa esse número de famílias antes atendidas nos programas setoriais, elevando em mais de 300% o valor médio dos benefícios, correspondeu a um aumento significativo das dotações orçamentárias para os programas de transferência de renda. Em 2002 foram R\$2,6 bilhões e em 2003, R\$4,3 bilhões, representando um aumento de 65%. Para 2004, serão R\$5,3 bilhões, duplicando os recursos investidos em 2002.

Esse volume de recursos tem forte impacto nos mercados locais, criando sincronias e efeitos multiplicadores favoráveis à geração de ocupação e renda, particularmente importantes nos pequenos e médios municípios. Integrados a outras políticas como, por exemplo, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, do Fome Zero, os recursos das transferências



do programa Bolsa Família terão forte impacto social, impulsionando novas dinâmicas de desenvolvimento com inclusão social.

No Nordeste, por exemplo, o volume de recursos destinados pelo Bolsa Família equivale a 26% dos recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios, a 44% dos recursos do Fundef e a 16% do total das transferências constitucionais. Nesta região, para os municípios do estado do Maranhão, Piauí e Paraíba, as transferências do programa equivalem a 51, 53 e 58% do Fundef, respectivamente. Em alguns municípios, como Belágua e Lagoa Grande, no Maranhão, as transferências realizadas representam 23 e 20%, respectivamente, da renda das famílias.

Em conjunto com a Caixa Econômica Federal, agente gestor do Cadastro Único, o Cadastro está sendo aperfeiçoado e foram desenvolvidos instrumentos para permitir o acesso por parte das prefeituras, algo que até recentemente era impossível. Os gestores municipais de políticas sociais estão acessando todas as informações contidas no Cadastro relativas aos seus municípios, passando a contar com uma ferramenta preciosa para o planejamento de suas ações. Paralelamente, estão sendo corrigidos erros do Cadastro, como, por exemplo, a duplicidade de beneficiários. Até o final de novembro foram identificados 13.175 casos de duplidade, sendo providenciado o seu bloqueio.

Enquanto não migram para o Bolsa Família, mais de 6 milhões de famílias continuam sendo atendidas nos critérios do programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. As famílias que recebem benefícios de vários programas e cujo valor final ultrapasse o teto de R\$95,00 não terão redução no valor do benefício até completarem o tempo de permanência previsto em seus respectivos programas.

FOME ZERO

Ao criar o Fome Zero, o novo governo colocou no centro da agenda nacional o problema da fome. E essa agenda foi assumida pela sociedade brasileira, que não só participa nesse esforço nacional, como também avalia positivamente as ações do governo.

O apoio da população ocorre em função da prioridade expressa aos excluídos, ao resgate da cidadania, ao atendimento aos que sempre foram esquecidos pelo poder público, à articulação para a construção de uma política de segurança alimentar para o País e, em especial, diante dos primeiros resultados alcançados.

Nos municípios por onde o Fome Zero começou, são visíveis os sinais de transformação. Em Guaribas e Monsenhor Hipólito, no Piauí, e em São Bento do Norte e Tenente Laurentino Cruz, no Rio Grande do Norte, por exemplo, não houve óbito algum de crianças menores de um ano. Guaribas e Vera Mendes (PI) e Campo Redondo (RN) apresentaram melhorias em todos os indicadores nutricionais.

A efetiva articulação de políticas dá resultados promissores também em outras áreas. Há dois anos, a população de Guaribas percorria quilômetros para pegar água na fonte. Hoje, a distância foi reduzida e a água consumida é de boa qualidade, graças à construção de cisternas e à implantação de uma rede de distribuição.

Criou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que conta com representantes da sociedade civil e do governo. Instrumento de articulação para propor as diretrizes das políticas e ações na área da alimentação e nutrição, parte de uma preocupação com o direito humano à alimentação. Foi também estimulada a formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, sendo que até outubro já tinham sido instalados 20 órgãos estaduais e 66 municipais. Além disso, o Consea está preparando a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a ser realizada no início de 2004.

Neste primeiro ano de governo, foram priorizadas as ações emergenciais e iniciadas as ações estruturais do Fome Zero.

a) Ações Emergenciais do Fome Zero

Cartão Alimentação

O programa deu preferência às ações de ampliação do acesso à alimentação de famílias do semiárido e Norte brasileiro e à infância, além de dar atenção às comunidades de acampados, quilombolas e indígenas.

Até outubro, quando foi criado o programa Bolsa Família, o Cartão Alimentação havia alcançado 1.070.957 famílias em 1.227 municípios, especialmente do Nordeste e Norte do País. A partir desse mês, passaram a receber os recursos por meio do Bolsa Família. Nessa última região, a transferência de renda alcançou 71,5% das famílias extremamente pobres.

Instâncias locais participativas, os comitês gestores do Cartão Alimentação foram idealizados para fiscalizar o programa e articular outras iniciativas necessárias à emancipação

socioeconômica das famílias, juntando as ações estruturais no âmbito local e microrregional. Até dezembro de 2003, foram criados 2.238 comitês gestores em todo o semi-árido nordestino e na região Norte.

Participação da sociedade

O Mutirão contra a Fome, que incentiva a participação da sociedade e das empresas, contou com grande adesão. As doações em dinheiro nas contas da Caixa Económica Federal e no Banco do Brasil somaram R\$7,5 milhões, que estão sendo utilizados na construção de cisternas, para a captação de água da chuva, possibilitando o consumo básico. Além disso, 96 empresas apresentaram projetos de inclusão social e outras 1.412 instituições foram autorizadas a utilizar a logomarca do Fome Zero em espetáculos, exposições, jogos de futebol e eventos, que arrecadam alimentos e recursos destinados ao programa.

Distribuição de água e cestas básicas

Simultaneamente, todos os 234 mil trabalhadores sem terra acampados; 15 mil famílias, em 150 comunidades remanescentes de quilombos; e 20 mil famílias, de 63 comunidades indígenas, têm recebido cestas básicas de qualidade de forma emergencial.

Após mapeamento das áreas do semi-árido atingidas pela seca, caminhões-pipa fazem a distribuição de água em 256 municípios, atendendo a 1,15 milhão de pessoas, com a ajuda do Exército.

Banco de Alimentos

É uma iniciativa para reduzir o desperdício de alimentos. Os produtos não-comercializados por estar com o prazo de validade próximo do vencimento ou por apresentar problemas na embalagem, desde que não comprometa a qualidade, são recolhidos pelos bancos de alimentos para ser distribuídos. O estoque recebido é avaliado por nutricionistas, reembalado e distribuído a entidades cadastradas. Já foram conveniados oito municípios para instalação, ampliação e modernização de sistemas de Banco de Alimentos. O Serviço Social do Comércio (SESC), por meio do Projeto Mesa Brasil, faz o mesmo em 28 outros municípios.

b) Ações estruturais do Fome Zero

O Fome Zero é composto por um conjunto de ações que estão sendo implementadas gradativamente. Têm como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros e atacar as causas estruturais da pobreza.



Para tanto, foi necessário desenvolver, ao lado das ações emergenciais, um conjunto de ações estruturais, que têm como objetivo garantir condições para o desenvolvimento sustentável das comunidades pobres.

Destacam-se:

Produção

O Programa de Aquisição de Alimentos se dedica a incentivar a agricultura familiar por meio da compra da produção de pequenos agricultores. O produto comprado pode ser distribuído a pessoas em situação de insegurança alimentar ou utilizado na formação de estoques estratégicos de segurança. São duas modalidades: compra antecipada e direta da produção que se destina à manutenção de estoques de segurança e compra local de alimentos, pelas prefeituras, para ser distribuídos em creches, asilos, hospitais, etc. As aquisições de seis tipos de produtos limitam-se a R\$2.500 por agricultor/ano e já atingem 59 municípios. Na modalidade de compra direta, até 31 de dezembro de 2003, foram adquiridas 6.935 toneladas de alimentos. Em relação à modalidade de compra antecipada, foram atendidos 44 mil produtores.

O programa de incentivo à produção e ao consumo de leite tem a finalidade de fortalecer os pequenos produtores de laticínios, remunerar a produção com preço justo e atender à população carente com a distribuição dos alimentos. Serão atendidos os pecuaristas que ordenham até 100 litros por dia, o que representa 96% de todo o Nordeste. Já foram assinados convênios atingindo 774 mil litros/dia até maio de 2004.

Água

Para a construção de cisternas e de pequenas obras hídricas no semi-árido nordestino, foi realizado primeiro o mapeamento dos municípios mais atingidos pela seca. O programa de cisternas para captação da água da chuva está sendo efetivado por um convênio assinado com a Articulação do Semi-Árido (ASA) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), que prevê 22 mil instalações. Até dezembro de 2003, foram construídas 5.445. Para isso, 784 pessoas foram capacitadas como pedreiros e 4 mil famílias foram treinadas em gestão de recursos hídricos.

Está sendo realizado o cadastramento de 70 mil poços de águas subterrâneas, notadamente na região do semi-árido. O objetivo é descobrir novas jazidas de água e disponibilizar o seu acesso às comunidades. O programa tem como ponto de partida as localidades atendidas pelo Fome Zero.

Desenvolvimento, implantação e operação de Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos

A ação envolve a identificação e o aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos no semiárido. Foi assinado convênio entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM) para implementar a completa detecção, perfuração e distribuição de água para as populações do semiárido. As ações deste programa foram iniciadas nos municípios de Guaribas e Acauã, no Piauí.

Merenda Escolar

Houve aumento nos valores repassados para as merendas na pré-escola: de R\$0,06 *per capita* para R\$0,13, atendendo a 4,3 milhões de crianças de quatro a seis anos; e nas escolas indígenas de R\$0,13 *per capita* para R\$0,34, atendendo a 116 mil alunos em 1.711 escolas.

Pela primeira vez na história, o governo começou também a repassar recursos para a merenda nas creches, com repasse de R\$0,18 *per capita*, atendendo a 881 mil crianças de 0 a 3 anos, matriculadas em 17,6 mil creches.

A inclusão do peixe na merenda escolar, em 150 mil refeições por semana, em 20 municípios do estado da Bahia e Piauí, está prevista para 2004, por meio de convênio celebrado com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Alfabetização

O Programa Brasil Alfabetizado já atende a 1,05 milhão de pessoas em 840 municípios do semiárido beneficiados pelo Fome Zero.

No âmbito do projeto Pescando Letras, para alfabetização de pescadores, foi realizado o curso de preparação das coordenações estaduais e elaborada a Cartilha de Alfabetização.

Desenvolvimento das comunidades

O Plano Safra 2003-2004 permitiu a ampliação da linha de crédito para programas de assistência técnica e seguro-safra para agricultores familiares, com previsão de aplicação de R\$5,6 bilhões, com prioridade aos municípios que integram o Fome Zero.

Estão sendo implementados 20 Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), que reúnem, em média, 20 municípios situados em regiões menos desenvolvidas dos estados, onde serão implementadas ações estruturais interligadas. Essas iniciativas compreendem o microcrédito, a inclusão digital, a institucionalidade da associação dos municípios, a elaboração de diagnóstico e do plano de desenvolvimento regional e o incentivo à agricultura familiar.

Foi assinado convênio com a Embrapa para a adequação de tecnologia no semi-árido e disseminação de programas de hortas comunitárias, banco de sementes, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, suinocultura e produção de camarão nos municípios atendidos pelo Fome Zero.

Para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades da Amazônia estão sendo executadas ações de compra dos produtos extrativistas; incentivo à agricultura familiar; emprego de mão-de-obra local; organização de associações e cooperativas de produtores; e consolidação das reservas extrativistas de uso sustentável. Já estão funcionando 19 projetos de associações no estado do Maranhão, Pará, Amazonas, Tocantins e Acre. Há mais 24 projetos já aprovados, em processo de tramitação, referentes a associações indígenas de Rondônia, Pará, Acre, Roraima, Amazonas, Tocantins e Maranhão. Para esses projetos, o Programa Amazônia Sustentável (PAS) recebeu R\$7 milhões do Fome Zero, dos quais R\$3 milhões estão em fase de repasse às instituições para execução.

Estão sendo investidos recursos, em parceria com a Fundação Palmares, para execução de investimentos em meios de produção destinados a 150 comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar. As principais metas são: levantamento da realidade socioeconômica e cultural das comunidades em todas as regiões; implantação de banco de dados sobre remanescentes; implementação de ações estruturantes, por meio de investimentos em meios de produção, tais como implementos agrícolas, materiais para pesca artesanal, para artesanato e sistemas de irrigação para pequenas lavouras.

Foi firmado com o estado do Mato Grosso do Sul convênio para atender a 11 mil famílias indígenas, a fim de incentivar a expansão da agricultura para consumo próprio; manejo de solo; criação de pequenos animais; incentivo ao artesanato e ações de desenvolvimento local sustentável.

Houve ampliação do número de seringueiros que utilizam a Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha na Amazônia (TECBOR). A Tecbor reduz o tempo de beneficiamento e melhora a qualidade da borracha produzida, além de ser ecológica, pois reduz a emissão de gás carbônico.

A Eletrobrás liberou o cultivo de roças familiares nas faixas de servidão de linhas de transmissão do estado do Paraná. A Eletrosul auxilia na limpeza do solo e na orientação técnica de plantio, por meio de parcerias com prefeituras, Emater-PR e outros órgãos. Neste ano, estão sendo atendidas cerca de 400 famílias de pequenos agricultores. Até 2005, a meta é chegar a 4 mil famílias, estendendo o projeto para os demais estados de atuação da Eletrosul (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Cidadania

A emissão de registro civil gratuito é outra ação do Fome Zero e está sendo realizada em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN). No dia 25 de outubro teve início campanha do registro civil em todo o País, com adesão de cerca de seis mil cartórios. Até novembro mais de 100 mil registros foram realizados e a meta até 2006 é erradicar o subregistro no País.

Uma ação específica no Maranhão, no quilombo de Frechal, em Mirinzal, emitiu mais cinco mil registros para os quilombolas. Os indígenas também começaram a ser atendidos no estado: em Jenipapo dos Vieiras (MA) mais de dois mil indios da etnia Guajajara receberam seus registros.

Em 2004, o Governo Federal atuará junto aos municípios nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades e nos Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar (CONSADS), visando à construção de sistemas municipais de segurança alimentar. Serão ampliados o programa de compras da agricultura familiar e os investimentos em programas educativos, com o objetivo de melhorar os hábitos alimentares.

Os Sistemas Municipais de Segurança Alimentar pretendem implantar programas integrados no plano municipal, microrregional ou estadual por meio de ações que interferem nas etapas do fluxo de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos. Envolvem ações de: apoio à construção e ampliação de redes de bancos de alimentos e colheita urbana, no sentido de combater o desperdício; formar restaurantes populares públicos; implantar a rede solidária de restaurantes privados; implantar cozinhas comunitárias e hortas urbanas, associados a

programas de educação alimentar e nutricional. A meta é atingir 800 municípios, sendo prioritariamente nos grandes e médios municípios e nos Consads. O objetivo deste projeto é ampliar o acesso à alimentação, reduzir o desperdício e aumentar a oferta de alimentos produzidos localmente, gerando emprego e renda.

A ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos permitirá o benefício direto a 78 mil famílias e a geração de 217 mil empregos diretos. Além disso, proporcionará o aumento da renda ao agricultor, pela melhoria do preço recebido, como já vem ocorrendo desde o seu lançamento.

O programa de Educação Alimentar e Nutricional tem por fim disseminar práticas de segurança alimentar, valorizando a melhoria do hábito alimentar e de consumo, a alimentação regional e local. Será baseado na capacitação de agentes locais e na utilização de meios de comunicação de massa, como rádio e televisão. Os agentes locais trabalharão também no auxílio à identificação da situação alimentar e nutricional da população, contribuindo para a implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), juntamente com o Ministério da Saúde.

Em 2004, em continuidade à Campanha Um Milhão de Cisternas, serão construídas 19 mil cisternas, gerando 3.800 empregos diretos de pedreiros e capacitadores e 1.500 empregos indiretos; diminui, dessa forma, a demanda pela ação emergencial de distribuição de água.

Em relação à maior transparência e democratização do aparato público, será realizada, junto com o Consea, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em março de 2004, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE). A Conferência terá como objetivo envolver a sociedade na proposição de diretrizes para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no período de 2004 a 2007. Será a etapa final de um processo iniciado nos municípios, com a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, que realizarão suas conferências municipais, microrregionais e mesorregionais para indicar seus delegados para as conferências estaduais indicarão seus representantes para a etapa nacional. O Relatório Final da II Conferência conterá as proposições de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, a avaliação das experiências de segurança alimentar e nutricional e a indicação de procedimentos destinados a retirar as famílias da dependência dos programas de transferência de renda.

Como tarefa institucional, espera-se avançar na institucionalização do direito humano à alimentação e na aprovação do Estatuto do Bom Samaritano, que visa a estimular a doação de alimentos a terceiros.

Luz para Todos

O programa Luz para Todos foi lançado em novembro de 2003 com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008 e acabar com a exclusão elétrica no País. A prioridade é para as comunidades rurais, onde 80% das famílias ainda estão sem acesso a esse serviço. O programa possibilita que a energia elétrica seja um vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Além disto, a chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do Governo Federal, assim como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

O principal avanço do Luz para Todos é o fato de o consumidor estar isento de participar financeiramente do investimento para a construção das redes de distribuição rural, como ocorria no Programa Luz no Campo. O programa foi feito em parceria com todos os estados e participação das concessionárias.

Em 2004, espera-se realizar cerca de 400 mil atendimentos em todo o território nacional, seja pela extensão das redes existentes, seja pelo atendimento descentralizado com redes isoladas ou mesmo individuais. O valor total a ser investido no ano é de R\$1,4 bilhão, sendo R\$910 milhões do Governo Federal.

Para sua operacionalização, será criada uma estrutura formada pela comissão nacional do programa Luz para Todos, pelo comitê gestor nacional, e ainda comitês estaduais em todas as unidades da Federação. Os agentes executores serão as concessionárias de distribuição, com as cooperativas de eletrificação rural, que serão os agentes executores do programa.

Como parte integrante do programa Luz para Todos, o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios implementará o Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem, que inclui levantamento, diagnóstico técnico, recuperação, tombamento e regularização patrimonial dos 9.000 sistemas fotovoltaicos e de bombeamento d'água instalados ou em estoque.

2. EDUCAÇÃO

a) Alfabetização

A meta do programa Brasil Alfabetizado para 2003 era colocar em processo de alfabetização 3 milhões de pessoas. Esta meta foi superada. O programa já atingiu 3,25 milhões de pessoas. Cerca



de 2,1 milhões estão saindo do analfabetismo por meio de 189 convênios com estados, municípios, organizações não-governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIIPS), enquanto 1,17 milhão de pessoas estão sendo alfabetizadas por meio de protocolos de intenção firmados sem aporte de recursos da União. O Brasil Alfabetizado gera ainda emprego e renda para 106 mil professores e possibilita a ocupação de mais 56 mil alfabetizadores/colaboradores. Este programa tem como parceiros: Serviço Social da Indústria e Confederação Nacional das Indústrias (SESI/CNI); Alfalit Brasil; Alfabetização Solidária; Secretaria de Educação do Ceará, Piauí e Bahia; prefeitura de Itabuna (BA), Recife e Belo Horizonte; Companhia Vale do Rio Doce; Tim/Pirelli; Fiat; Fundação Banco do Brasil, entre outros.

Em parceria com 207 Instituições de Ensino Superior, o Projeto Rádio Escola mostra a abrangência desse veículo em processos educacionais de formação de alfabetizadores de jovens e adultos. Em novembro, foi assinado um convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para instalação de emissoras de rádio em escolas de Ensino Médio nos estados da região Centro-Oeste. O convênio, no valor de R\$666,3 mil, permitirá a capacitação de 140 professores para utilização de equipamentos em atividades educacionais. Transmissores de pequeno alcance serão instalados em 70 escolas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, beneficiando cerca de 2.100 alunos.

O Governo Federal tem atuado na educação de jovens e adultos, utilizando-se de metodologias voltadas para o meio rural. Além do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) conta com cursos de nível médio, técnicos profissionalizantes e de nível superior. Atualmente, possui cerca de 63,9 mil alunos nas salas de Educação de Jovens e Adultos (escolarização fundamental e média). Além destes, há ainda 1.872 alunos nos cursos técnicos e 832 no nível superior.

b) Educação Básica

O Bolsa Escola foi ampliado em 2003, contando com a adesão de 5.558 municípios, do universo de 5.561, e o atendimento estendeu-se a cerca de 5,1 milhões de famílias, beneficiando aproximadamente 8,3 milhões de alunos. A partir de outubro de 2003 os programas de transferência de renda foram unificados no programa Bolsa Família. As famílias beneficiadas pelo Bolsa Escola estão sendo gradativamente incorporadas ao Bolsa Família.

Em 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu a 37,5 milhões de alunos. O aporte extra de mais de 10% ao orçamento inicial permitiu que o valor *per capita*



repassado a quase 5 milhões de alunos matriculados no pré-escolar das escolas públicas e filantrópicas tivesse um aumento de 116%: de R\$0,06 para R\$0,13. A partir de junho o Governo Federal passou também a atender às crianças de zero a três anos matriculadas em creches públicas e filantrópicas, com um valor *per capita* de R\$0,18/dia – uma revolução desde que a Merenda Escolar foi oficializada há 49 anos. Em 2003 foram aplicados R\$24 milhões para atender a 881 mil crianças matriculadas em 18 mil creches, durante 151 dias letivos. Outra novidade foi a criação do PNAI, alimentação escolar para os povos indígenas. Foram atendidos, em 2003, mais de 115 mil alunos matriculados em 1.684 escolas indígenas distribuídas em 177 municípios de 22 estados. O diferencial do PNAI é que o valor *per capita/dia* por aluno matriculado é de R\$0,34, objetivando respeitar os hábitos alimentares dos povos indígenas.

Foram adquiridos 98,4 milhões de livros didáticos destinados aos alunos de 1^a a 8^a série da rede pública de ensino fundamental e 3,3 milhões de dicionários de língua portuguesa para os alunos da 1^a série. Além disso, foram repassados R\$74,8 milhões à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para a aquisição direta de 17,5 milhões de livros didáticos destinados às quatro primeiras séries do ensino fundamental, para reposição aos alunos de 5^a a 8^a série, além de dicionários para a 4^a série e livros paradidáticos. No total, foram adquiridos 115,9 milhões de exemplares.

O projeto Biblioteca do Professor beneficiará inicialmente 721 mil professores de classes de alfabetização e da 1^a à 4^a série do Ensino Fundamental. Eles receberão, no início do próximo ano letivo, os dois livros escolhidos no final de 2003, entre 144 títulos representativos da literatura brasileira indicados pela Academia Brasileira de Letras. Além disso, 20 milhões de alunos, de vinte mil escolas públicas, serão beneficiados com o mesmo acervo da Biblioteca do Professor.

O Governo Federal está iniciando o piloto do programa Escola Ideal em 29 municípios do estado do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, alcançando 598 escolas e atendendo 88,5 mil alunos. No âmbito desse piloto estarão incluídos 100 municípios de até 15 mil habitantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo do programa é atingir todas as escolas de educação básica, tanto urbanas como rurais, de cada município. Em convênio com governos estaduais e municipais e com envolvimento dos demais setores, recursos serão repassados para reforma e ampliação de todas as escolas, aquisição de mobiliário, distribuição de uniforme escolar a todos os alunos, *kit bandeira*, instalação de laboratórios de Informática, Física e Química, transporte escolar e implantação de bibliotecas e malas do livro, que são minibibliotecas domiciliares. A contrapartida dos governos estaduais



será a capacitação dos professores, diretores e funcionários e a melhoria da remuneração dos docentes; a dos governos municipais, erradicar o analfabetismo, ter toda criança na escola e também ficar responsável pela adequação salarial dos professores.

Duas mil e setecentas escolas públicas de educação básica receberam, em 2003, o *kit* Nossa Bandeira, contendo uma Bandeira Nacional em tamanho e padrão oficial, um CD-ROM e uma fita cassete com a gravação do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, folhetos impressos com a letra dos hinos e publicações sobre os símbolos do País. Nesse ano letivo, todas as 125.641 escolas públicas contarão com um conjunto idêntico. O projeto Nossa Bandeira, em parceria com a Petrobras e os Correios, visa a reforçar nos estudantes brasileiros a noção de que o respeito aos valores nacionais desenvolve sentimentos patrióticos que fortalecem atitudes de cidadania.

No programa Luz para Todos, o Governo Federal dá prioridade à eletrificação de cerca de 20 mil escolas não servidas por energia elétrica. A iniciativa permitirá a implementação de outros programas de acesso a modernas tecnologias, como o TV Escola e o Programa Nacional de Informática na Educação.

Cerca de 43 mil escolas públicas da rede de educação básica estavam equipadas com o *kit* da TV Escola (aparelho de TV, videocassete e antena parabólica), em 2002. Até outubro de 2003 mais 15 mil escolas receberam o *kit*. Foi firmado um convênio com a Eletronorte para a instalação de ambiente tecnológico em 580 escolas públicas do Maranhão. A TV Escola Digital Interativa entrou em operação em 18 escolas brasileiras de sete estados, sete capitais e sete Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Este é o primeiro sistema do gênero no País e possibilitará a interação com os professores do Ensino Básico.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil abriram uma linha especial de crédito aos professores da rede pública para financiar a compra de computadores individuais a juros reduzidos.

O Exame Nacional de Certificação de Professores tem o objetivo de elaborar um sistema nacional de formação e certificação de docentes, em apoio aos sistemas estaduais de avaliação, com implementação de avaliações periódicas. Apesar de os professores não serem obrigados a prestar o exame de certificação nem a se matricular nos cursos de formação continuada, serão estimulados a fazê-lo pelo oferecimento de bolsa federal de incentivo à formação. Ela pode representar, em algumas regiões, acréscimo de até 30% nos rendimentos do professor.



c) Ensino Superior

Em 2003 foram oferecidas 72.272 vagas para o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), das quais 55.000 foram efetivamente contratadas. A distribuição regional foi mais justa. Foram alterados os critérios de seleção de candidatos ao FIES: prioridade aos alunos egressos de escolas públicas; a professores da educação básica; a candidatos de 18 a 24 anos oriundos de estados com maior concentração de pessoas nessa faixa etária fora da universidade; a alunos que cursam Licenciatura; e a candidatos de instituições que oferecem maior número de cursos com qualidade comprovada.

O novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi elaborado com a finalidade de aferir a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o de aprendizado e a responsabilidade social das instituições de Ensino Superior. Será desenvolvido em cooperação com os sistemas estaduais de educação e substitui o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. Para isso, o governo encaminhou ao Congresso a Medida Provisória nº 147, de 15/12/03.

Foram investidos R\$37,6 milhões na aquisição de equipamentos para a modernização dos hospitais de ensino.

d) Educação Especial

O Governo Federal vem implementando a política de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, pela implantação de salas de recursos, aquisição de materiais didáticos para alunos cegos e com baixa visão, distribuição de dicionários da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) para escolas que atendem a alunos surdos, cursos de formação de professores que atuam com alunos com deficiência visual e auditiva para o uso do Sistema Braille e de Libras e curso para re-significação das oficinas pedagógicas para o trabalho com alunos com deficiência.

As ações do Ministério da Educação em 2004 convergem para uma nova forma de atuação da área federal no processo educacional brasileiro, amparada em quatro eixos principais.

Alfabetização de jovens e adultos

O Programa Brasil Alfabetizado estará propiciando a alfabetização de seis milhões de jovens e adultos. Parcerias com o Distrito Federal, estados, e municípios; instituições de ensino superior



federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e Oscips, que desenvolvem e executam projetos de alfabetização de jovens e adultos, se responsabilizarão pela execução das ações financiadas pelo programa.

Inclusão Educacional

O MEC estenderá a distribuição de merenda escolar para os estudantes do Ensino Médio e para jovens e adultos matriculados na rede pública de ensino. A merenda cumpre importante papel no combate à evasão escolar e na melhoria da qualidade nutricional dos educandos.

O Congresso Nacional apreciará no início de 2004 proposta de criação de ação de apoio ao estudante do Ensino Superior, para a concessão de 30 mil bolsas por ano. É o primeiro programa oficial, massivo, de distribuição de bolsas de estudo na história do País. Para 2004 será oferecido em duas modalidades: bolsa de estudo integral, para alunos carentes de universidades particulares que cursem, prioritariamente, licenciatura; e bolsa de manutenção a alunos de universidades públicas. A retribuição ao financiamento recebido se dará sob a forma de serviços à comunidade, especificamente a alfabetização de adultos.

Encontra-se em estudo a possibilidade de fornecer aos alunos da rede escolar pública provenientes de famílias carentes mais um incentivo do Governo Federal. A ideia é viabilizar ajuda financeira para os alunos do Ensino Fundamental e Médio, aprovados e matriculados para a série ou ciclo seguinte.

O Ministério da Educação lançou, no dia 3 de dezembro de 2003, o programa Escola de Todos, com o objetivo de promover a inclusão educacional de 1.495.643 crianças e adolescentes brasileiros de sete a 14 anos que, de acordo com dados do Censo 2000 (IBGE), se encontram fora da escola. O MEC quer conhecer cada criança e cada adolescente que hoje está ausente das salas de aula. Isso ocorrerá com a participação efetiva de todas as prefeituras do País, mediante assinatura de termo de adesão ao programa, que prevê três etapas de implementação:

- I) Mapa da exclusão educacional no Brasil: apresentando o diagnóstico quantitativo da exclusão em todos os municípios brasileiros;
- II) Cadastramento das crianças e adolescentes que se encontram fora da escola;
- III) Ações de inclusão educacional: os municípios implantarão procedimentos de inclusão educacional adequados à realidade local, como melhoria da qualidade do ensino;

implementação de ações educativas complementares; combate ao trabalho infantil, às desigualdades e vulnerabilidades sociais, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação das ações de inclusão educacional. Inicialmente, entretanto, será verificado se as famílias das crianças e adolescentes excluídas estão cadastradas no programa Bolsa Família.

Qualidade do Ensino

O Governo Federal iniciou, em 2003, o projeto-piloto do programa Escola Ideal, abrangendo 29 municípios do estado do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, num total de 598 escolas e atendendo a 88,5 mil alunos.

Em 2004, cerca de 130 municípios receberão recursos do MEC para, entre outras ações, propiciar educação em tempo integral: apresentar projeto político-pedagógico consistente; planejamento coletivo das atividades pedagógicas; melhorias no prédio escolar; merenda com qualidade (pelo menos três refeições diárias); transporte escolar (também para escolas da zona urbana); materiais pedagógicos em quantidade e qualidade; oferta de ensino a distância; equipamento (mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, computadores, etc.) completo e moderno; ações de promoção da saúde escolar; laboratórios de informática e de ciências equipados, biblioteca, acesso à Internet; arte, cultura, lazer, esporte e horta na escola, com professores não-leigos e trabalhadores da educação, todos capacitados, motivados e valorizados.

Em 2004, o MEC ampliará a assistência financeira aos municípios também para a educação infantil, que hoje, segundo dados do IBGE (2001), apresenta um déficit de atendimento de aproximadamente 90%, com demanda crescente. Dessa forma, somada à educação fundamental, média e tecnológica, o Ministério cobrirá todos os níveis de ensino com políticas de apoio às ações executadas por estados e municípios.

Além de expandir a Educação Infantil para crianças de até três anos de idade, o programa Educação na Primeira Infância visa a promover a capacitação dos profissionais dessa área, distribuindo material didático, bem como apoiando projetos municipais.

Ao contingente de 1,8 milhão de professores será oferecida oportunidade de capacitação e formação continuada associada a planos de carreira, cargos e salários. Além disso, eles contarão com promoções para o acesso a bens culturais e a meios de trabalho, como forma de estimular e garantir a qualidade educacional a que o País aspira.

O programa Valorização dos Trabalhadores e Professores da Educação será implantado em parceria com o Distrito Federal, estados, municípios, instituições governamentais, não-governamentais e instituições federais de ensino, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.

Neste ano que se inicia, os estudantes do Ensino Médio das escolas públicas receberão, pela primeira vez, livros didáticos de Português e Matemática. O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foi criado para prover a rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal com livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos e professores abrangendo os componentes curriculares para essa etapa da Educação Básica, por meio das ações de ampliação do público-alvo do livro didático.

Neste primeiro ano está prevista a distribuição de um milhão de exemplares para os alunos matriculados na 1^a série do Ensino Médio. A meta é implantar o Programa de forma progressiva em todo o País entre 2005 e 2007, prazo em que serão acrescentadas as demais disciplinas.

Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB-2001) indicam que 59% das crianças na 4^a série do Ensino Fundamental não adquiriram os conhecimentos e as competências básicas de leitura (alfabetização e letramento) e 52% deixaram de ter os conhecimentos matemáticos apropriados a essa faixa de escolarização. Foi com base nesse diagnóstico e tendo como referência os eixos norteadores da política educacional do governo que o Ministério da Educação lançou o Toda Criança Aprendendo. A estratégia contém três linhas de ações prioritárias:

- Implantação de uma política nacional de valorização e formação de professores baseada na proposição de piso salarial, na definição de Diretrizes Nacionais para a Carreira Docente e na criação do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores. O pacto nacional pelo aprendizado se configura como instrumento para incentivar, definir e orientar políticas públicas nacionais comprometidas com a qualidade da educação; para articular e integrar as diferentes ações desenvolvidas pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação em prol da qualidade do ensino, de modo a ampliar suas repercussões e efeitos.
- Apoio à construção de sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica possibilita aos estados monitorar o processo de ensino e aprendizado desenvolvido em suas unidades escolares e constitui uma condição para implementação de uma política nacional de

investimentos crescentes na educação básica. Uma estratégia de redução de desigualdades e elevação do rendimento, assentada nas unidades de ensino, depende de medidas confiáveis de desempenho que favoreçam a avaliação permanente dos processos educativos por parte da comunidade escolar e do poder público.

- O programa Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino promoverá e fortalecerá a gestão democrática nos estados e municípios, assegurando a aplicação, de forma contínua e eficaz, das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, com a adoção de novos mecanismos de participação e controle social. O programa visa a atender a gestores, professores, alunos, servidores da educação, associações de pais, entidades representativas da sociedade civil, órgãos de classe, conselhos, instituições governamentais e não-governamentais vinculadas ao setor educacional.

Universidade como Fator de Desenvolvimento

O conceito de universidade à distância ganhará incremento em 2004. Os objetivos são os de ampliar e democratizar as oportunidades de acesso à Educação Superior inicial e continuada, por meio de programas de ensino remoto, desenvolvidos em articulação ou diretamente pelas instituições públicas de ensino superior do País. Pretende-se ainda difundir padrões de qualidade, promovendo a eqüidade e incentivando o aperfeiçoamento continuado, na perspectiva contemporânea de aprender sempre, além de inserir nas instituições públicas as novas linguagens e tecnologias da educação distanciada, de modo a modernizar e contextualizar a Educação Superior brasileira.

Em dezembro de 2003 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com a finalidade de avaliar a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o aprendizado e a responsabilidade social das instituições de Ensino Superior.

O novo método vem substituir o extinto Provão e, uma vez que prevê a análise de um número maior de quesitos, possibilita um retrato qualitativo completo dos cursos e das escolas que os oferecem.

O MEC já começou a discussão da reforma universitária em 2003, com a realização do seminário Universidade do Século XXI. Em 2004, as discussões continuarão com a instalação do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior pelo Ministério da Educação, de forma a discutir com

o meio acadêmico e demais representantes da área a nova configuração da universidade brasileira e seu papel na inclusão social e no desenvolvimento do País.

3. SAÚDE

a) Fortalecimento da atenção básica

Mais de 2.000 novas equipes de saúde da família em atuação, até novembro de 2003, totalizando 18.815 equipes responsáveis pela cobertura de 35,2% da população (cerca de 62 milhões de pessoas), e 7.679 novos agentes comunitários de saúde, totalizando 183.142 agentes responsáveis pela cobertura de 53,8% da população (cerca de 94 milhões de pessoas). Vale ressaltar a importância da implantação do Projeto de Expansão da Saúde da Família, em 196 municípios com mais de 100 mil habitantes, como uma das estratégias do Ministério da Saúde para ampliar a cobertura da população pelas equipes de saúde da família em grandes centros urbanos.

Incremento de 20% no valor do incentivo para o Programa de Saúde da Família (PSF), significando um aumento de cerca de R\$368 milhões, perfazendo um volume de aplicação neste ano de R\$1,152 bilhão.

Incremento de 1.617 equipes de saúde bucal no PSF, em 2003, totalizando 5.878 equipes em atuação, responsáveis pela cobertura de uma população de mais de 32,4 milhões de pessoas (situação em novembro/03) e aumento de 20% no valor do incentivo financeiro para implantação destas equipes. O valor destinado às equipes com cirurgião-dentista e atendente passou de R\$13.000,00 anuais/equipe para R\$15.600,00. Para as equipes com cirurgião-dentista, atendente e técnico em higiene bucal, o incentivo passou de R\$15.000,00 para R\$19.000,00.

Revisão do valor *per capita* para o custeio da atenção básica, de R\$10,50 para R\$12,00, aumentando em R\$152 milhões o repasse federal aos municípios.

Transferência “Fundo a Fundo” de R\$3,6 bilhões aos estados e municípios para o custeio da atenção básica, no período de janeiro a outubro de 2003, significando um acréscimo de 10,3% em relação aos recursos repassados nesta mesma modalidade e período em 2002.

Incremento de 1.326.909 (82%) bolsas-alimentação, passando de 1.623.000, em dezembro de 2002, para 2.949.909, em setembro de 2003, impactando na diminuição das taxas de prevalência da desnutrição na infância, da anemia ferropriva em gestantes, diminuição da taxa de prevalência

da desnutrição e carências nutricionais no idoso. A partir de outubro de 2003, os programas de transferência de renda foram unificados no Programa Bolsa Família. As famílias beneficiadas pelo Bolsa Alimentação estão sendo transferidas gradativamente para o Bolsa-família.

b) Ampliação do acesso da população à atenção ambulatorial especializada e hospitalar e aos medicamentos e insumos estratégicos

Redistribuição dos recursos para as ações de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, no intuito de diminuir as diferenças regionais e atendendo ao princípio da equidade, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



*Comparação entre o teto anual 2002 – Base dez/02, com a inclusão dos procedimentos custeados pelo Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação (FAEC) - com o teto anual 2003 – base set/03, incluído FAEC + Impacto Consultas + Aumento CIT

Transferência “Fundo a Fundo” de R\$6,5 bilhões aos estados e municípios para o custeio da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, no período de janeiro a outubro de 2003, significando um acréscimo de 25% em relação aos recursos repassados nesta mesma modalidade e período em 2002.

Lançamento da campanha de massa, em 18 de novembro de 2003, para conscientização dos profissionais de saúde e de toda a sociedade sobre a importância da doação de órgãos e tecidos.

Incremento de 104 novas equipes no Sistema Nacional de Transplante, totalizando agora 1.056. Aumento de 62 estabelecimentos credenciados nesse Sistema, totalizando 465.

Redução das filas para cirurgias eletivas – próstata, varizes, catarata – e tratamento da retinopatia diabética. Foram realizadas, com o apoio dos mutirões, 98.911 cirurgias de varizes, 36.990 cirurgias de próstata, 317.579 cirurgias de catarata e 96.837 fotoagulações a laser.

Realização de 526.681 procedimentos de radioterapia/mês e de 107.881 procedimentos de quimioterapia/mês, representando um incremento de 15% e de 22,4%, respectivamente, em relação à média mensal registrada no ano anterior.

Incorporação, pela rede pública, do reajuste das consultas médicas especializadas, concedido, em 2002, apenas à rede privada cadastrada no SUS. Foram despendidos pelo Ministério da Saúde R\$419 milhões, possibilitando a realização, pela rede cadastrada no SUS, de 84,7 milhões de consultas especializadas no ano de 2003.

Gastos da ordem de R\$972 milhões – no período de janeiro a dezembro de 2003 – para a realização de 8,2 milhões de procedimentos de terapia renal substitutiva na rede do SUS, incremento de 21% e 15%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período em 2002, alcançando 96% dos portadores de problemas renais. Destaca-se aumento de 10,25% – sendo 5% em maio e 5,25% em novembro – no valor dos procedimentos de hemodiálise no SUS, os quais não eram reajustados desde outubro de 2001.

Atendimento projetado de 7 mil gestantes portadoras de HIV, com diagnóstico, tratamento e fornecimento de "leite fórmula infantil", representando um aumento de 18,2% em relação a 2002 (5.923).

Atendimento de 86 mil pessoas nos serviços assistenciais de HIV/Aids (hospital-dia, serviço de ambulatório especial e assistência domiciliar terapêutica). Em 2002, foram atendidas 75 mil pessoas, significando um acréscimo de 14,7%.

Distribuição de anti-retrovirais para 15 mil novos pacientes portadores de HIV, no ano de 2003, estando em tratamento mais de 140 mil pacientes. Em 2002, foram tratados 125 mil pacientes, o que representa um aumento de 12%.

Ampliação da distribuição de preservativos, passando de 148 milhões, em 2002, para 309,9 milhões, em 2003, correspondendo a um aumento de 109%.

Investimento de R\$14 milhões, sendo 90% pelo Governo Federal e 10% pelo governo do Acre, para instalação de fábrica de preservativos masculinos de látex em Xapuri.

Aquisição e distribuição de 16,4 milhões de doses de vacina contra a influenza, com a aplicação de recursos correspondentes a R\$78,1 milhões, o que possibilitou a ampliação da cobertura vacinal de idosos de 74,1%, em 2002, para 82%, em 2003.

Incremento de 4,8 milhões de doses de vacina contra pneumococo, difteria, tétano e febre amarela, tendo sido aplicados recursos da ordem de R\$14,2 milhões para sua aquisição.

c) Atendimento às necessidades de grupos estratégicos

Lançamento do programa De volta para Casa, que consiste em um conjunto de medidas para a ressocialização dos portadores de transtornos mentais egressos de longa internação em hospitais psiquiátricos, entre as quais o auxílio reabilitação psicossocial (benefício mensal de R\$240,00 *per capita*). Para tanto, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 10.708/03, de iniciativa do Presidente da República. O referido programa foi operacionalizado a partir de dezembro de 2003, beneficiando inicialmente 206 pacientes dos 1.700 inicialmente programados.

Repasso de R\$12 milhões a estados e municípios para consolidação da rede extra-hospitalar de atenção psiquiátrica (CAPS) e redução de leitos em manicômios. O número de procedimentos ambulatoriais na área da atenção psicossocial passou de 154.495 procedimentos/mês, em 2002, para 274.478, em 2003, o que representa um incremento de 77,6%.

Expansão do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, com a adesão de mais 298 municípios, totalizando 4.284, e com a reativação da Comissão Nacional de Morte Materna e implantação de notificação compulsória da morte materna.

Realização, até dezembro de 2003, de 9,9 milhões de exames para a prevenção e detecção do câncer cérvico-uterino, intensificando as ações na área de atenção à saúde da mulher.

Realização de 171.966 exames de mamografia/mês, significando um incremento de 13% em relação à média mensal registrada no ano anterior.

d) Reorganização da rede de serviços de atenção à saúde no SUS

Lançamento da Política Nacional de Atenção às Urgências e dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com a instituição do componente hospitalar móvel em municípios de

todas regiões do País. Na primeira etapa, estão sendo adquiridas 650 unidades de suporte básico e 150 unidades de suporte avançado.

Ampliação da oferta de mais 1.142 leitos de terapia intensiva na rede do SUS, de junho a novembro de 2003, implicando incremento de R\$42,8 milhões/ano, relativo ao repasse de recursos financeiros federais para o custeio das internações desta natureza. Em maio de 2003, a rede SUS dispunha de 14.036 leitos de UTI. Com os novos credenciamentos, foi possível reduzir em um terço o déficit que há nessa área, passando essa rede a dispor de 15.178 leitos de UTI.

Definição de política para hospitais de pequeno porte para atendimento integrado entre os diferentes níveis de atenção à saúde e para os hospitais universitários e de ensino, com a destinação de R\$100 milhões – sendo R\$50 milhões do MS e R\$50 milhões do MEC – para modernizar a gestão dos hospitais universitários e promover uma maior inserção destes hospitais no SUS.

Cadastramento de 60 centros de referência em saúde do trabalhador para atuar na vigilância do ambiente e acidentes do trabalho, no diagnóstico precoce das doenças ocupacionais e na reabilitação.

No âmbito da inspeção dos ambientes e condições de trabalho, até outubro de 2003, 113 mil inspeções foram realizadas, configurando um acréscimo de 9% em relação ao ano de 2002.

Organização de 83 serviços de atendimento à mulher vítima de violência.

Ampliação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) – em 25% –, atingindo 500 unidades em 2003. O valor mensal despendido pelo Ministério da Saúde para o atendimento ambulatorial nessa área passou de R\$3,0 milhões, em 2002, para R\$4,6 milhões, em 2003, representando um incremento de 53,2%.

Credenciamento de mais dois Centros de Referência Nacional em Hanseníase (Centro de Saúde D. Libânia/CE e Faculdade de Medicina da USP/Ribeirão Preto/SP).

Implantação de mais seis Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).

Acreditação, em 2003, de 33 Hospitais Amigos da Criança, significando um acréscimo de cerca de 12% na oferta de hospitais nesta categoria, em relação à situação em 2002.

e) Combate às epidemias e endemias (dengue, malária, tuberculose, hanseníase e outras)

Redução em 62% dos casos de dengue no País, quando comparado ao ano de 2002. Destaca-se, em relação à febre hemorrágica, a redução em 69% dos casos e de 63% dos óbitos.

Instituição do Comitê Nacional de Mobilização Social Contra a Dengue e realização da Campanha Dia Nacional de Mobilização Contra a Dengue (Dia D).

Contratação de 8 mil agentes de campo (mata-mosquito), em 525 municípios, e distribuição a todas as unidades federadas e DF de 1,1 milhão de tampas e 3,0 milhões de capas para vedação de caixas d'água.

Redução de 8,1% no registro de casos de malária, sendo 21,8% de malária falciparum, em relação ao mesmo período de 2002.

Realização de Campanha Nacional de Sinais e Sintomas de Hanseníase e elaboração de campanha educativa no âmbito nacional para TV e rádio, visando à prevenção e controle da tuberculose, bem como garantia dos medicamentos específicos, imunobiológicos e anti-reacionais para todos os pacientes em tratamento de hanseníase no País e para os pacientes em tratamento de tuberculose, incluindo os multidrogaresistentes. Foram repassados R\$11,7 milhões para prevenção e controle da tuberculose aos municípios prioritários.

Adoção das providências preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com disseminação de informação atualizada sobre a ocorrência da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), orientação para o preparo e resposta frente à pandemia e credenciamento de 46 hospitais, dos quais 34 receberam apoio financeiro no valor de R\$100.000,00 para cada unidade.

f) Saneamento básico em saúde

Aporte de recursos financeiros a estados e municípios no montante de R\$845,8 milhões para obras de saneamento básico, beneficiando 158.242 famílias; reforma de área física e aquisição de equipamentos de controle da qualidade da água em diferentes estados; e manutenção de 657 sistemas de abastecimento de água e 296 módulos sanitários instalados em aldeias indígenas.



g) Vigilância sanitária

Criação de fator de incentivo gradual para habilitação de municípios ao Termo de Ajuste e Metas na área da vigilância sanitária.

Criação da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED), que implementa e coordena atividade econômica relativa a regulação do mercado de medicamentos.

Cancelamento da autorização de funcionamento e dos registros de todos os produtos do fabricante do medicamento Celobar e suspensão da propaganda de medicamentos ou tratamentos relacionados à dificuldade de ereção e desempenho sexual.

Implantação do Sistema de Informação em Serviços de Saúde na rede hospitalar, para estudo da infecção hospitalar e implementação do Projeto Hospitais Sentinelas para notificar eventos adversos e queixas técnicas.

Implementação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA).

Implementação do Sistema de Gerenciamento de Produtos Controlados.

Estruturação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Falsificação de Medicamentos.

Implementação do projeto de monitoramento de propaganda e publicidade de medicamentos e produtos para a saúde.

A Saúde em 2004

O Ministério da Saúde, em 2004, dará continuidade às medidas relacionadas à Saúde para a Família Brasileira e à necessidade de enfrentar os problemas identificados pelos gestores estaduais e municipais, bem como pelos participantes dos fóruns de controle social, todos debatidos nas instâncias intergestores de pactuação e no Conselho Nacional de Saúde.

Essas medidas estão agrupadas em 13 linhas de ação voltadas para a ampliação do acesso, promoção da qualidade e da humanização dos serviços e à distribuição dos recursos mais equitativa, respeitando as diversidades regionais.

A prioridade este ano será a busca de maior qualidade na atenção à saúde. É necessário que ao mesmo tempo o Ministério da Saúde, estados e municípios sejam um pacto voltado para a qualidade e a humanização do atendimento. Reduzir filas, aumentar a capacidade de resposta de cada unidade de saúde, elevar a satisfação dos usuários com os serviços são algumas das tarefas inadiáveis para o SUS. As principais metas a ser alcançadas em 2004 são:

- Ampliação para 23 mil equipes de saúde da família, além da ampliação da estratégia de saúde da família em 4.323 municípios e expansão do número de equipes de saúde da família em todos os municípios com população acima de 100 mil habitantes (Projeto de Expansão do PSF/Proesf);
- Ampliação para 9 mil equipes de saúde bucal e implantação de cerca de 350 centros de especialidades odontológicas e laboratórios de próteses; implantação de sistemas de fluoretação para, aproximadamente, 621 estações de tratamento de água, visando à prevenção da cárie dentária; distribuição de 1,9 milhão de *kits* de higiene oral para mais de 470 mil alunos da rede pública do ensino básico, em parceria com o Ministério da Educação;
- Adequação de 14 mil unidades de prevenção e detecção precoce de doenças crônicas-degenerativas; implantação de dois novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACONS);
- Estruturação de 1.899 unidades de atenção especializada e instalação de modalidades alternativas à atenção hospitalar (internação hospitalar/hospital em casa);
- Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes e realização de 13,3 mil transplantes;
- Atenção à saúde de mais de 14 mil pessoas residentes em áreas ribeirinhas da Região Amazônica, em cooperação com a Marinha;
- Estruturação de 110 serviços de atenção às urgências e emergências por violências e causas externas;
- Atenção à saúde mental de cerca de 352 mil pessoas e atendimento de 2.600 pacientes com o auxílio-reabilitação psicossocial (De volta para casa); implementação e adequação



de 420 serviços extra-hospitalares para portadores de transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e outras drogas;

- Estruturação de 273 unidades de saúde para atendimento à população indígena; promoção da segurança alimentar e nutricional de 411,6 mil indígenas; capacitação de 6 mil profissionais para a atenção à saúde desta população; ampliação das ações de saneamento básico em aldeias indígenas, com a cobertura de 877 destas comunidades; e implantação de sistema de informação em saúde indígena;
- Atendimento de 200 mil pessoas com HIV/Aids e outras DST, de 161 mil pessoas com medicamentos para tratamento dos pacientes e de 400 mil pessoas com ações de promoção da saúde e de práticas seguras de prevenção; e habilitação de 439 municípios/estados para o recebimento do incentivo financeiro destinado à prevenção e controle da Aids/DST;
- Implementação de 19 projetos de fomento à produção farmacêutica e insumos estratégicos; estruturação de 27 serviços de assistência farmacêutica; instalação de 50 farmácias populares; atendimento a cerca de 213 mil pacientes com medicamentos excepcionais e produção de 1,1 bilhão de unidades farmacêuticas e de 93,5 milhões de doses de imunobiológicos; adequação de 10 laboratórios públicos de produção de imunobiológicos e da rede de frio;
- Atendimento de municípios com até 30 mil habitantes com ações de saneamento ambiental, beneficiando cerca de 140 mil famílias com tratamento de água, 33 mil famílias com tratamento de esgoto e 40 mil famílias com melhorias sanitárias domiciliares; de 48 mil famílias com ações de drenagem urbana visando ao controle da malária; de 6 mil famílias com melhorias habitacionais visando ao controle da Doença de Chagas; e de 141 mil famílias com ações no âmbito de resíduos sólidos urbanos (o MS poderá executar ações em municípios maiores, caso haja surtos de dengue);
- Promoção de hábitos e de alimentação saudáveis para prevenção das obesidades e das doenças não-transmissíveis; prevenção e controle das carências nutricionais, com atendimento de 6 milhões de pessoas com micronutrientes; monitoramento da situação nutricional em 556 municípios; e realização de 25 pesquisas com enfoque na recuperação nutricional e na alimentação saudável.

- Atendimento de 7,6 mil pacientes portadores de coagulopatias e de 10 mil de hemoglobinopatias; capacitação de 500 profissionais em serviços de hemoterapia e certificação da qualidade de 930 serviços; implementação da Rede Nacional de Informações em Sangue e Hemoderivados; e início da implantação da fábrica de fracionamento do plasma;
- Incentivo financeiro a estados/municípios com mais de 50 mil habitantes para o desenvolvimento de ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária e aos municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para ações de vigilância sanitária;
- Atendimento a 6 milhões de reclamações pela Ouvidoria Nacional de Saúde; divulgação de experiências inovadoras de controle e participação social em saúde; e realização de 12 pesquisas para aferição do nível de satisfação do usuário do SUS e de estudos sobre gestão participativa, intersetorialidade e reforma sanitária;
- Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação do SUS e implantação de 17 observatórios de recursos humanos em saúde; capacitação de 243 mil profissionais de nível técnico e de 85,6 mil agentes de controle social; apoio a 57 escolas/centros formadores, pós-graduação de 33 mil profissionais e capacitação à distância de mil profissionais e de 10 mil pessoas nos princípios da educação popular em saúde.

Democratização, transparéncia e inovação da gestão

Outro grande desafio, em 2004, será o de elevar os níveis de eficiência dos gastos públicos em saúde, no Brasil. A intenção é reduzir ao máximo os desperdícios, qualificar o controle sobre a descentralização de recursos – incluindo o controle social. A ênfase deve recair no incremento do monitoramento, avaliação e controle dos recursos do SUS, por meio da estruturação do Sistema Nacional de Auditoria, e a criação de mecanismos de acompanhamento dos gastos, elevando o rigor das sanções na existência de desvios comprovados. Outro passo é a qualificação da gestão e do processo de regionalização no SUS, capacitando os gestores públicos e agregando técnicas de gerenciamento inovadoras.

De outra parte, deveremos ter como prioridade a consolidação do arcabouço legal do SUS, com a regulamentação de Emenda Constitucional nº 29, assegurando as responsabilidades de cada ente da Federação com o financiamento da saúde.



Outra ação importante diz respeito ao Sistema de Saúde Suplementar, voltada ao aprimoramento do processo de regulação, que compreende a efetivação do resarcimento dos atendimentos realizados pelo SUS aos clientes de operadoras.

O conjunto de ações dirigidas aos trabalhadores da saúde é outro foco de atenção fundamental, no qual as nossas prioridades são aquelas destinadas à desprecarização das relações de trabalho e à permanente capacitação das pessoas que operam o sistema de saúde, abrangendo todos os setores e categorias profissionais.

Por último, cabe destacar a aprovação, em 2004, do Plano Nacional de Saúde, pautado na política de saúde, decorrente das diretrizes emanadas da 12ª Conferência Nacional de Saúde. O processo de construção em curso tem como princípio uma escuta forte e uma ampla mobilização dos gestores do SUS, dos profissionais de saúde e de representantes da sociedade civil organizada.

Internamente, o Ministério da Saúde deve consolidar a reformulação da sua estrutura, que agregou a gerência da atenção básica àquelas relativas aos demais níveis da assistência, de modo a promover a integralidade do atendimento. Deve, igualmente, conferir atenção especial às ações de vigilância em saúde, reunir toda a área de insumos (como medicamentos, sangue e hemoderivados.), além de criar a Secretaria de Gestão Participativa.

Nesse âmbito está previsto o pleno funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite, caracterizada pelo modo democrático de fazer gestão, incluindo-se aí um debate sobre as desigualdades e as especificidades regionais, demandando formas diversas de pontuação e de alocação de recursos financeiros de modo diferenciado, como a instalação de novos leitos de UTI e a revisão dos tetos financeiros dos estados.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende hoje a quase 810 mil crianças e adolescentes que se encontravam em situação de trabalho; esse atendimento representa 21,3% do universo contabilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 1995), que indicou 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 12 e 14 anos inseridas no mercado de trabalho. Foram retiradas 13 mil crianças do serviço doméstico em mais de mil municípios, desvendando uma forma de exploração de difícil combate e caracterização.



As ações são coordenadas pelos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAS) existentes nas 27 Delegacias Regionais do Trabalho. Além da função de fiscalização, afastando as crianças dos ambientes de trabalho e buscando regularização da situação do trabalhador adolescente, esses grupos também são responsáveis pela articulação e estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para o empreendimento de ações educativas, sensibilização da sociedade e divulgação da legislação sobre o tema. Os Gectipas encaminham dados e informações para a concessão da Bolsa Criança Cidadã, no âmbito do Peti, além de outros programas de transferência de renda que existam na localidade.

Além disso, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) estão atualizando o mapa de indicativos do trabalho infantil, acrescentando, como novidade, informações sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, bem como dados sobre narcotráfico e narcoplantio.

A Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) elaborou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil após discussão com a sociedade civil e outras instituições governamentais. A fiscalização, coordenada pelos Gectipas nos estados, alcançou em 2003 o total de 114.739 crianças e adolescentes na faixa etária até 18 anos (setor formal e informal), sendo exigido o imediato afastamento daqueles com idade inferior a 16 anos ou trabalhando em condições prejudiciais à saúde. Com relação aos aprendizes, foram regularizados, no mesmo período, 48.882 adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos. Para 2004, está prevista a atualização do mapa indicativo do trabalho infantil, com previsão de publicação no primeiro trimestre de 2004.

b) Atenção à criança de zero a seis anos

O programa tem como objetivo assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou alternativas comunitárias, com meta física estimada de 1,6 milhão de atendimentos por mês.

Outra importante ação se refere ao pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas portadoras de deficiência. O pagamento desse benefício, cujo número de beneficiários cresce a uma taxa de cerca de 11% ao ano, gera um efeito positivo do ponto de vista da redistribuição de renda regional, em especial nos estados e municípios de baixa capacidade financeira.



c) Brasil Jovem

O governo está empenhado em dar continuidade à atenção e proteção ao jovem em situação de vulnerabilidade social por meio de um maior comprometimento nas ações de caráter socioassistencial e cultural. O programa demonstra a preocupação do governo brasileiro com a problemática que afeta os jovens mais pobres e vulneráveis e atende a 55 mil jovens por mês.

d) Programa Sentinel

O programa destina-se a desenvolver ações de atendimento às crianças, aos adolescentes e famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial; está sendo objeto de uma reavaliação de impacto, objetivando redesenho, buscando a centralidade na família, a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de poder no seu co-financiamento. Este programa já está presente em 315 municípios de 26 estados da Federação, com previsão de atender a 25.790 crianças e adolescentes/mês, sendo que a média ponderada de atendimento mensal, até outubro de 2003, foi de 17.870 crianças e adolescentes.

e) Atenção a pessoa com deficiência

Com a finalidade de assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas com deficiência este programa atende a cerca de 150 mil pessoas. Uma importante ação é o pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas com deficiência, gerando um efeito positivo do ponto de vista da redistribuição da renda regional.

f) Atenção ao Idoso

A aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção do Estatuto do Idoso pelo Presidente da República atenderam à antiga reivindicação de reunir em um só diploma legal a garantia de direitos da pessoa idosa na área de saúde, previdência social, trabalho, assistência social, educação, justiça, direitos humanos, habitação e transporte. O estatuto proporciona melhorias reais na situação do idoso, reduzindo de 67 para 65 anos a idade para recebimento do benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF) é um instrumento de efetivação da assistência social como política pública garantidora de direitos e promotora de desenvolvimento social. Atua no sentido de prevenir e superar desigualdades e exclusão social, considerando a família como núcleo de atenção.

O Paif pressupõe o compromisso dos três entes federados na articulação das ações assistenciais e intersetoriais de atendimento às múltiplas necessidades dos diversos membros das famílias, contribuindo para a criação de um sistema único de assistência social. Dessa forma, serão implementados nos municípios centros de referência da assistência social – as Casas da Família. Também serão ampliadas e qualificadas as redes locais socioassistenciais, de acordo com as necessidades dos usuários.

Nas Casas funcionarão unidades descentralizadas da assistência social municipal voltadas para o atendimento à população destinatária, e tendo como base territorial as comunidades onde há maior concentração de famílias vulneráveis.

O Centro de Referência Casa da Família articulará em rede um conjunto de programas, projetos, serviços, inclusive pertencentes a outras políticas básicas, dedicados ao atendimento dos diversos membros das famílias: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiências.

Essa estrutura operacional é financiada pelo apoio do Governo Federal a projetos técnicos municipais que se enquadrem em uma ou mais das seguintes condições: adequação e potencialização de centros de referência já existentes e mantidos com recursos públicos (do Governo Federal, dos estados e dos municípios); implantação em localidades com concentração de população em situação de risco social; e implantação em municípios selecionados pelo programa Fome Zero e Bolsa Família.

Os recursos disponibilizados pelo Paif financiarão também novos programas, projetos e serviços necessários ao atendimento demandado pelas famílias, servirão à ampliação de metas de serviços já existentes e garantirão a reorganização dos serviços socioassistenciais, de acordo com a demanda identificada pelos municípios.

O Paif conta com um orçamento de R\$80 milhões para 2004. Já foram estabelecidos convênios com 402 municípios em 2003, para implantação de 496 Casas da Família. Até junho de 2004,



serão instalados mais 379 novos centros e até dezembro mais 759 Casas da Família, perfazendo 1.234 em funcionamento, com atendimento previsto para 370.200 famílias, num total de 1.851.000 beneficiários. Até 2007, espera-se atingir a meta de atender, em articulação com as redes de assistência social, nas Casas, seis milhões de famílias brasileiras qualificadas como em situação de extrema pobreza e exclusão social.

Com a implementação do Paif, os programas já existentes no Ministério da Assistência Social (MAS) terão as seguintes alterações:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

- Ampliação da faixa etária, beneficiando crianças e adolescentes entre cinco e 16 anos;
- Remanejamento de metas, beneficiando municípios que apresentam demandas não atendidas;
- Repasse de recursos do Governo Federal de acordo com projetos municipais de erradicação do trabalho infantil, elaborados com base em diagnósticos apontando as demandas locais;
- Repasse de recursos aos estados para que executem projetos de capacitação, monitoramento e avaliação das ações.

Programa de Enfrentamento da Violência Sexual (SENTINELA)

- Organização das redes de atenção, com definição de competências e atribuições;
- Atendimento aos familiares das crianças e adolescentes submetidos à violência;
- Implantação de sistemas integrados de notificação;
- Instalação de serviços de retaguarda: abrigos, família substituta e família acolhedora;
- Mapeamento dos locais onde se encontram crianças e adolescentes em situação de violência sexual;

- Abordagem educativa, nas ruas, das crianças e adolescentes em situação de violência sexual;
- Articulação com outros ministérios para enfrentamento da violência sexual.

Serviços de Ação Continuada (REDE SAC)

- Implantação de novas modalidades de atendimento para crianças de zero a seis anos, incluindo atendimento em casa-lar, família substituta, centros comunitários socioeducativos e outros;
- Implantação de novas modalidades de atendimento para portadores de deficiência, incluindo centro-dia, casa-lar, reabilitação na comunidade, atendimento domiciliar, residência com família acolhedora e abrigos para pequenos grupos;
- Desenvolvimento de projeto de habitação adaptado para pessoas portadoras de deficiência, em parceria com o Ministério das Cidades;
- Desenvolvimento de projeto de universalização na área de telecomunicação para portadores, em parceria com o Ministério das Comunicações.

Atenção à Pessoa Idosa

- Implementação das novas modalidades de atendimento à pessoa idosa: repúblicas, centros-dia, casa-lar, vila residencial, atendimento domiciliar;
- Revitalização, modernização e adequação da rede existente;
- Capacitação de recursos humanos para atendimento direto à pessoa idosa;
- Realização da 1ª Conferência Nacional do Idoso para revisão da política nacional, após 10 anos de sua promulgação;
- Elaboração e implantação do Programa Nacional de Cuidadores de Idosos.



Programa para a Juventude

- Ampliação da faixa etária, passando a beneficiar jovens entre 14 e 24 anos;
- Ampliação do atendimento de jovens na faixa etária de 14 a 18 anos no Sistema de Aprendizado Profissional, em parcerias com o Sistema S (Sesi, Senac, etc.) e com o Ministério do Trabalho e Emprego;
- Inclusão dos jovens atendidos por programas da assistência social no programa Primeiro Emprego, do MTE.

Em 2004, serão também desenvolvidas as seguintes ações:

- Financiamento de programas estaduais e municipais de atendimento a adultos em situação de rua e migrantes, que tenham como objetivo reintegrá-los à vida familiar e comunitária e que favoreçam a reabilitação de sua capacidade produtiva;
- Financiamento e co-financiamento de programas e projetos de capacitação profissional e de geração de renda, adaptados ao segmento da população que apresenta limitações que dificultam sua inserção em cursos convencionais de qualificação profissional, no mercado de trabalho e em propostas associativas;
- Financiamento e co-financiamento de programas e projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, que tenham como objetivo reintegrá-los à vida familiar e comunitária e garantir o atendimento psicossocial de suas famílias nos centros de referência (Casa da Família).

5. POLÍTICAS AFIRMATIVAS

IGUALDADE DE GÊNERO: CONDIÇÃO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As metas executadas pelo governo em 2003, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República, visam a construir relações igualitárias entre mulheres e homens em nosso País e estão alicerçadas em dados expressivos das desigualdades ainda existentes. Sendo assim, a Política de Transversalidade de Gênero busca romper com o modelo tradicional que coloca o referente masculino no centro das práticas político-sociais. Uma estratégia inovadora que significa uma ruptura na forma de pensar e elaborar as políticas,

e que está sendo implementada mediante um processo permanente de sensibilização e diálogo com os diferentes órgãos do Governo Federal e com a sociedade.

Cabe destacar que importantes ações já incorporaram a perspectiva de gênero, destacando-se o Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, preferencialmente destinado às mulheres responsáveis pela família, critério ampliado para o Programa Bolsa-Família. Da mesma forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) abriu um espaço privilegiado para as trabalhadoras rurais, viabilizando crédito, por meio do Pronaf Mulher, além da definição de que a titularidade da terra deve ser em nome do homem e da mulher. Também devem ser assinaladas a Campanha do Registro Civil e o Programa de Alfabetização.

Várias ações afirmativas foram realizadas pelo governo em 2003:

- a) Pela primeira vez, o Brasil fez apresentação oral do Relatório Nacional sobre a Situação da Mulher no Brasil junto ao Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, demonstração inequívoca da determinação do Governo Federal de colocar o combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres como tema central de sua agenda;
- b) Reunião Técnica da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), no Brasil, com especialistas de 14 países que debateram o tema “O papel dos homens e dos meninos para alcançar a igualdade de gênero” e produziram recomendações aos governos para a construção da igualdade;
- c) Convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU), para implementação do projeto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero, tendo como objetivo a elaboração de um diagnóstico sobre a pobreza numa perspectiva de gênero;
- d) Promoção dos Diálogos de Concertação – Ações Concertadas para a Construção da Igualdade na Diversidade, e do Fórum Erradicação da Pobreza, Geração de Emprego e Igualdade de Gênero e Raça: Experiências Internacionais, articulando ações afirmativas em gênero e raça, nos três níveis de governo e sociedade civil;
- e) Realização de audiências públicas temáticas sobre: direitos sexuais e direitos reprodutivos com ênfase no planejamento familiar; mulher, política e poder no Brasil; mulher, paz e solidariedade; gênero e raça na construção de novas práticas pedagógicas, entre outras;



- f) Ampliação do diálogo com a bancada feminina do Congresso Nacional, resultando no aprimoramento dos direitos da mulher. A exemplo das leis sancionadas: nº 10.714, de 13/8/2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a receber denúncias de violência contra a mulher; nº 10.745, de 9/10/2003, que institui 2004 como o Ano da Mulher; e nº 10.778, de 24/11/2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

O ano de 2004 – Ano da Mulher no Brasil – será de grande significado para as mulheres brasileiras. O governo reafirma seu compromisso com a igualdade de gênero, pela ampliação dos programas com recorte de gênero no Plano Plurianual 2004-2007. A SEPM, além de reformular e aprofundar o programa existente de Combate à Violência contra as Mulheres, definiu outros dois programas: Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho e Gestão da Política de Gênero.

No Programa de Combate à Violência contra as Mulheres destaca-se o apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência e o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico que trata da violência contra as mulheres, a partir da apreciação da legislação existente sobre violência doméstica e sexual. Esta ação envolve o Congresso Nacional, a bancada feminina, os poderes constituídos e as entidades não-governamentais que atuam em questões de gênero. Espera-se como resultado a efetivação de lei sobre os crimes de violência doméstica e sexual.

Já no programa Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, a ação Capacitação de Mulheres Gestoras no Setor Produtivo rural e urbano tem como meta treinar 2.700 trabalhadoras rurais e urbanas, buscando, dessa forma, garantir sua inclusão no mundo do trabalho, com acesso, ascensão, salários e demais direitos trabalhistas, em condições de igualdade com os homens.

O programa Gestão da Política de Gênero – Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres – tem como objetivo coordenar o planejamento, a formulação, a avaliação e o controle das ações para a igualdade de gênero. Isto se dará a partir da integração com órgãos das diferentes esferas governamentais (federal, estaduais e municipais), conselhos dos Direitos da Mulher, coordenadorias, secretarias da mulher, visando à inserção da perspectiva de gênero em programas, projetos e atividades.

Em junho de 2004 será realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero. A Conferência Nacional tem como objetivo ampliar o diálogo entre governos e sociedade e propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Governo Federal demonstrou sua preocupação em atuar de forma decisiva para a promoção da igualdade racial no Brasil, criando uma secretaria ligada à Presidência da República com a missão de coordenar a formulação e a implementação de políticas voltadas à promoção da igualdade racial.

Juntamente com a Seppir foi instituído o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como instrumento de participação de entidades da sociedade civil organizada na definição das políticas do setor a ser implementadas pelo Governo Federal.

O Governo Federal editou, em 20 de novembro de 2003, o Decreto nº 4.887, que regulamenta o procedimento para a regularização das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. A inclusão de ação específica no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e o envolvimento de diversos órgãos governamentais garantirão, ao longo desse período, a regularização das terras, permitindo que as comunidades quilombolas finalmente obtenham os títulos de propriedade, conforme prevê o art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal. Desenvolveram-se ainda iniciativas para superar a pobreza dessas populações, com atendimento a demandas estruturais e emergenciais, como o projeto Juventude Quilombola, que tem por fim ampliar os horizontes. Essas ações são promovidas em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Petrobras.

Também em novembro de 2003, foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que prevê diversos procedimentos afirmativos para combater a discriminação e a desigualdade racial. Destaca-se o incentivo à incorporação da população afro-brasileira no mercado de trabalho, dando prioridade aos jovens negros no programa Primeiro Emprego e promovendo sua capacitação em parceria com a iniciativa privada.

Destacam-se também programas para a inclusão educacional dos afro-brasileiros, como Diversidade na Universidade, além da criação de grupo de trabalho para definição de uma política de cotas nas universidades. Os resultados desse grupo de trabalho possibilitarão a implementação desse programa já em 2004.

Outra linha importante no primeiro ano de governo foi a produção de conhecimento que orientasse as políticas de promoção à igualdade racial. Estão em desenvolvimento estudos sobre

o Índice de Desenvolvimento Humano da População Negra, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A proposta de monitoramento e avaliação de políticas de promoção à igualdade racial, por meio de convênio com a Fundação Ford, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Unesco, bem como a retomada do censo racial dos servidores públicos são outras ações relevantes.

No ano de 2003 foram realizadas campanhas educativas. Uma delas foi a Ação Afirmativa – Atitude Positiva, em parceria com o Centro de Articulação das Populações. Foram firmados convênios para a produção de programas de televisão sobre a questão racial no Brasil com o Centro Brasileiro de Informação e Documentário do Artista Negro, a TV Globo e a Fundação Roberto Marinho.

A mudança de postura dos que lidam com a população negra foi uma prioridade enfatizada na formação de gestores públicos. Em função disso, foram assinados convênios para capacitação de gestores em projetos que visam a promover a igualdade racial. Salvador, Porto Alegre, os municípios do ABC Paulista, 101 municípios do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri (MG, BA e ES), além de todo o estado de Alagoas, foram os primeiros a deflagrar esse processo.

No âmbito da cooperação internacional, o Governo Federal tem realizado amplo trabalho em torno das questões de promoção da igualdade racial, especialmente com países da África.

Dadas as suas características de luta e resistência, ao lado de sua importância cultural, as comunidades remanescentes de quilombos são prioridade em 2004. Serão implementadas ações com vistas à criação de alternativas de desenvolvimento sustentável; desenvolvidos projetos de apoio sociocultural a crianças, adolescentes e mulheres quilombolas; e lançadas ações de apoio à implantação de infra-estrutura para a população. Essas iniciativas têm por finalidade melhorar a qualidade de vida de 60 mil pessoas em 150 comunidades quilombolas somente neste ano. Será efetuado o Censo Quilombola, que permitirá ao Governo Federal planejar melhor sua intervenção nesta área, a partir de um conhecimento mais preciso da realidade.

Com o objetivo de tornar a discussão da temática racial parte do exercício de cidadania de todos os brasileiros, a Seppir levará a questão da promoção da igualdade racial para dentro das escolas de ensino médio e fundamental neste ano de 2004. Serão apoiados e premiados projetos de experiências inovadoras, tendo como alvo milhares de estudantes da rede pública de ensino. Além disso, serão intensificados os debates sobre Ações Afirmativas nas Universidades brasileiras.

Como uma das formas de reverter o atual quadro de exclusão socioeconômica dos negros e negras brasileiros buscar-se-á disseminar a cultura do empreendedorismo junto a esse público, objetivando a formação de nichos de mercado e a organização de empresas em áreas onde sua presença é significativa. Assim, espera-se um avanço, tanto na mobilidade racial quanto no aumento da oferta do trabalho digno entre os afro-brasileiros. Paralelamente, dar-se-á prosseguimento às políticas de ações afirmativas nas empresas que prestam serviços ou vendem produtos e mercadorias para o Governo Federal.

O alcance das metas estabelecidas na política nacional de igualdade racial passa pela necessidade de preparar um número cada vez maior de pessoas para entender e promover melhorias no atual padrão de relações raciais da sociedade brasileira. Nesse sentido, pretende-se capacitar 300 agentes e técnicos para atuar em políticas e medidas de saúde, com foco na população negra; 720 operadores de direito anti-racismo e lideranças do movimento negro em políticas públicas de ações afirmativas; e 240 servidores públicos federais e professores da rede pública de ensino para que incorporem e sempre considerem a vertente racial no desenvolvimento de suas atividades.

Serão realizadas audiências públicas, seminários e conferências envolvendo milhares de pessoas, com o objetivo de ampliar e sistematizar o debate em torno da questão da igualdade racial no Brasil. Em novembro deste ano, realizar-se-á em Brasília a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

POVOS INDÍGENAS

Existem hoje no Brasil, sob a responsabilidade da Funai, 615 terras indígenas, sendo que, dessas, 444 já têm definidos os seus limites, ocupando uma superfície de 99.522.993ha. Essa área corresponde a 11,68% do território nacional. A população indígena reconhecida é de aproximadamente 390 mil índios, de 215 etnias, falando cerca de 170 línguas. Existem também grupos de índios isolados que não tiveram contato algum com a sociedade e que a Funai, diferentemente do que ocorria no passado, não busca mais o seu contato físico, procurando tão somente identificar o território, para que seja demarcado e protegido.

O Governo Federal, na questão indígena, orientou as ações para a proteção de terras, gestão territorial e etnodesenvolvimento dos povos indígenas, nas quais estão sendo investidos recursos expressivos.

Foi aplicado cerca de R\$1,8 milhão, possibilitando a demarcação ou aviventação de 536.847 hectares, garantindo-se assim, para 6.016 índios de nove etnias, o direito às terras que tradicionalmente ocupam.

No que diz respeito à ação Regularização Fundiária de Terras Indígenas, foram aplicados R\$23,4 milhões para a legalização de 5.739.247 hectares. Procedeu-se à realização de 15 levantamentos em terras indígenas, o que resultou na identificação de 4.214 ocupações não-indígenas; efetivou-se o pagamento de indenizações de benfeitorias de boa fé em 31 terras indígenas, num montante de R\$15,5 milhões, implicando a remoção de 492 ocupações não-indígenas. Foi assegurado, dessa forma, o direito à posse e usufruto das terras a uma população de 3.912 índios.

Foram ainda iniciados os procedimentos técnicos para identificação de 55 terras indígenas, demarcação de oito, e foram alocados recursos de contrapartida para o pagamento de indenização de benfeitorias não-indígenas em nove locais.

Foram realizadas 357 operações de fiscalização, em parceria com Ibama e Polícia Federal. Cabe citar algumas dessas operações:

Operação Yanomami (retirada de garimpeiros) – realizada há vários anos, mas que estava interrompida, por falta de recursos, foi reiniciada no primeiro semestre de 2003, após disponibilização de recursos. Mais de 40 garimpeiros foram retirados durante o ano;

Operação Araribóia (Terra Indígena Araribóia) – para coibir a ação de madeireiros, no sudoeste do Maranhão. Encontra-se em andamento, com resultados parciais positivos. Até agora já foram retirados mais de 200 madeireiros;

Operação Alto Rio Guamá (Terra Indígena Alto Rio Guamá) – no leste paraense, concluída, com retirada total dos madeireiros invasores, cerca de 138 famílias;

Operação Alto Turiaçu (Terra Indígena Alto Turiaçu) – no Maranhão. Está em andamento, procedendo-se a processo para retirada de madeireiros. Até o momento foram afastados cerca de 400.

Operação Urubu Branco (Terra Indígena Urubu Branco) – retirada total de madeireiros e posseiros da terra dos índios Tapirapé, em Mato Grosso. Foram retiradas 133 famílias.

O atendimento às populações indígenas ocorre na área de saúde, educação, atividades produtivas, incluindo projetos de auto-sustentação e outros de cunho social, como o Fome Zero. Este tem atendido à quase totalidade da população indígena no Nordeste, impedida de plantar suas roças em função da grande estiagem que perdura na região. Para esses, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem firmado várias parcerias: governos estaduais, ONGs, com vistas a mitigar a situação de calamidade pública provocada pela seca, que atinge sobretudo as crianças.

Foram atendidos 4.691 índios com ações de assistência social e 5.565 indígenas com assistência jurídica. Nas ações voltadas para a educação intercultural, foram atendidos 8 mil estudantes, fora de suas aldeias, sendo que mais de 900 em universidades particulares, além de 200 professores indígenas que ingressaram no 3º grau. A Funai capacitou, para as escolas indígenas, 1.294 professores, editou e distribuiu 13 mil exemplares de livros produzidos por professores indígenas, garantiu o funcionamento de mais de 600 escolas e supervisionou 26 casas de estudantes, garantindo a assistência a 580 estudantes.

Foram, ainda em 2003, aplicados na ação Fomento às atividades produtivas em áreas indígenas recursos da ordem de R\$10 milhões, beneficiando 33.906 famílias; a maior parte deu ênfase às atividades extrativistas; beneficiamento do óleo da castanha-do-Pará; apoio à produção e comercialização; aquisição de motores de centro para embarcações destinadas ao escoamento da produção; e fortalecimento das lavouras comunitárias e familiares por aldeias (arroz, feijão e milho).

Foram aplicados aproximadamente R\$250 mil na Capacitação de indígenas e técnicos de campo para o desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis, abrangendo 286 pessoas. Os cursos em comunidades indígenas abordaram assuntos como avicultura, piscicultura, apicultura e agricultura; promoveu-se também a capacitação de lideranças indígenas nas atividades produtivas e de organização social. Realizou-se ainda treinamento em gestão ambiental e territorial; criação de abelhas sem ferrão; e sustentabilidade de recursos naturais. Relevante também destacar a formação de agentes para o cadastramento de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, tais como o Fome Zero.

Por fim, cabe ressaltar a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, momento maior do respeito às diferenças e de promoção da diversidade cultural e étnica. O evento em Tocantins contou com a participação de mais de mil representantes de 60 diferentes etnias, espalhadas por 12 estados brasileiros. O destaque desse ano, porém, passa a ser o reconhecimento internacional do evento,

pois compareceram delegações do Canadá e da Guiana Francesa, numa celebração que, mais que um acontecimento esportivo de competição, é uma ocasião de integração e uma manifestação de amor à vida e à natureza.

Em 2004, serão investidos R\$52 milhões na regularização fundiária de terras, processo que se inicia na identificação das áreas e termina com o seu registro oficial, visando a manter a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas.

Destaca-se, nesse sentido, que o governo efetuará o reconhecimento dos direitos dos índios, traduzido na demarcação e homologação de 51 terras indígenas, identificação de 58 e delimitação de 80 terras em processo de identificação. A previsão para 2004 chega a 13,2 milhões de hectares homologados.

Há o compromisso público do Ministério da Justiça no sentido de concluir as atuais pendências fundiárias até 2006. Nesse sentido, a programação elaborada pela Funai prevê o avanço do índice de regularizações em 10% ao ano. Para 2004 estima-se que as homologações passem de 72,0% para 81,7%.

6. DIREITOS HUMANOS

a) Erradicação do trabalho escravo

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em março de 2003 a partir da articulação de atores governamentais e não-governamentais. Em menos de um ano foram libertados 4.932 trabalhadores que eram mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, quase o dobro de todo o ano de 2002 (2.306). Após serem libertados, estes trabalhadores receberam R\$5.911.966,39 em verbas rescisórias, além da documentação para se cadastrarem no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e isto os habilitou a receber o seguro-desemprego, que passou a ser pago neste ano para os libertos.

b) Registro civil de nascimento

A cidadania integral começa pelo registro civil de nascimento. Em 1996, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava um percentual médio de subregistro para o Brasil de 25,3%. Isso significava que aproximadamente um milhão de crianças/ano no País não possuíam a Certidão de Nascimento e Registro Civil – o primeiro documento de cidadania. O

compromisso é erradicar o subregistro nos próximos dois anos. Para alcançar esse objetivo teve início, em 25 de outubro passado, uma mobilização pelo Registro Civil de Nascimento.

c) Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

Uma comissão interministerial foi montada para que o enfrentamento do problema fosse feito de maneira consistente, por uma rede de agentes, e não mais por meio de programas estanques – que não permitem uma visão global do combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O trabalho em conjunto resultou no aumento de casos investigados pela Polícia Federal nos estados e na formatação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público, em cada unidade da Federação, para tratar exclusivamente dos casos de exploração sexual. O foco dos trabalhos é considerar a questão como crime organizado e, como tal, punir os responsáveis. Assim, foi colocada à disposição da população uma linha telefônica só para receber as denúncias de irregularidades.

O Disque-Denúncia possibilita a análise estrutural das instituições do Sistema de Garantias de Direitos, receptoras da reclamação. Outro fator é que, desde a sua inauguração – maio de 2003 – a novembro de 2003, foram registradas 3.904 queixas: 514 de exploração sexual comercial; 2.179 de maus-tratos e 1.211 de abuso sexual. Verifica-se, portanto, que o número de denúncias registradas em seis meses de funcionamento, só no ano passado, foi maior do que o total recebido nos cinco anos. A decisão de trazer para o governo o Disque-Denúncia reafirma a vontade política de colocar na agenda do Governo o combate ao abuso e exploração sexual.

Além destas ações, o Governo Federal lançou o guia escolar para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Com o guia, os professores podem detectar mudanças no comportamento de crianças vítimas de violência.

d) Adolescentes autores de ato infracional

Ainda persistem práticas institucionais que seguem o modelo correccional-repressivo, necessitando de redobrado esforço para um avanço ainda maior. Está sendo estimulada a elaboração de planos estaduais de atendimento socioeducativo, a fim de integrar as ações dentro da perspectiva de rede e do princípio da incompletude institucional, para garantia dos direitos. Já foram elaborados 13 planos estaduais.



São iniciativas importantes na área dos direitos da infância e da juventude: a prevenção à violência nas escolas; o apoio a organizações de jovens; a implantação de módulos do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência; o apoio a unidades de defesa; a ampliação da rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; e o apoio a serviços de atendimento jurídico-social a crianças e adolescentes ameaçados de morte, que dá suporte ao programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, lançado pelo atual governo.

e) Assistência a vítimas e testemunhas

O programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas tem por objetivo garantir proteção especial a sobreviventes de crimes, contribuindo, dessa forma, no combate à impunidade, salvaguarda de vidas humanas, promoção e defesa dos direitos humanos. Nos termos da Lei nº 9.807/99, seus beneficiários são as testemunhas e seus familiares que se encontram em situação de ameaça por colaborar com investigação ou processo criminal. Também se enquadram como beneficiários os depoentes especiais, as vítimas da violência urbana e técnicos dos serviços estaduais de proteção a testemunhas (PROVITA) e dos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC). Os Provitas atenderam, em 2002, a cerca de 550 testemunhas. Desde a implantação, em 13 de julho de 1999, até hoje, mais de 1.100 pessoas já foram protegidas pelo programa, sem que nenhuma delas tenha sido morta ou sofrido algum atentado enquanto sob proteção. Atualmente mais de 650 pessoas estão sob efetiva proteção da rede.

No ano de 2003 foi assegurada a continuidade de 16 Provitas – com capacidade de atendimento de 600 beneficiários – e 11 CAVCs, que atendem anualmente a mais de 6 mil vítimas.

f) Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

Foram estabelecidos no plano os seguintes compromissos: promover vidas saudáveis; prover educação de qualidade; proteger contra abuso, exploração e violência; e combater o HIV/Aids.

Para garantir o cumprimento desses compromissos, foram identificados 16 desafios prioritários para enfrentamento no período de 2004 a 2007, por meio de um conjunto de mais 200 ações desenvolvidas por diversos ministérios. A responsabilidade pela implementação do plano será de um Comitê Gestor Interministerial criado por Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2003, coordenado pela SEDH.

g) Atenção à pessoa com deficiência

Com relação à política destinada à pessoa com deficiência, uma visão assistencialista deu lugar à garantia dos direitos individuais e coletivos e à inclusão social. O governo tem realizado esforços para desenhar e implementar uma política pública capaz de atender às necessidades urgentes e emergentes das pessoas com deficiência, além de construir uma política de natureza estruturante, capaz de modificar a lógica de intervenções pontuais e isoladas. Está em fase de consulta pública uma minuta do decreto que regulamentará a lei nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que dispõem sobre o atendimento prioritário e ao acesso da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, foram reunidos os órgãos setoriais co-responsáveis pela formulação e implementação do programa nacional de acessibilidade. A previsão é de que o decreto seja publicado em março de 2004, após a análise dos resultados da consulta pública.

Destacam-se ainda, em 2003, as seguintes ações: capacitação de recursos humanos para atenção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; promoção de eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa com deficiência e apoio a organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho protegido para pessoa com deficiência.

h) Anistia

Visando a garantir a celeridade nos procedimentos de anistia, o Governo Federal, por meio da sua comissão de anistia, julgou 5.941 processos em 2003, o que representa um aumento de 131% em relação à soma dos julgados em 2001 e 2002, um total de apenas 2.569. Desses, 1.121 requerimentos foram deferidos no ano passado, contra uma média de 933 em 2001 e 2002, o que representa um aumento de 20% nos deferimentos.

Para o ano de 2004, serão desenvolvidas prioritariamente as seguintes ações.

1. Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes

A realização de diagnóstico das redes de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos estados do Norte e Nordeste; a articulação e fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção; a defesa e responsabilização; e a integração dos serviços de atendimento são passos fundamentais na direção do combate à violência contra a população jovem. Para isso, a construção de competência local na área política, técnica e programática, associada à participação social, estimula o protagonismo juvenil e dá a essa faixa etária mais condições de se defender das ameaças.



2. Fortalecimento do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei

Ampliação do sistema socioeducativo em meio aberto, assim como a qualificação dos atores nele envolvidos. A meta é diminuir o número de adolescentes privados de liberdade por delitos pouco graves e consolidar um sistema socioeducativo integrado, municipalizado, regionalizado e de qualidade. Especial atenção será dada aos jovens com deficiência que, no caso de regime fechado, enfrentam grandes dificuldades. Para os adolescentes com deficiência física, o local de detenção difficilmente tem rampas e outros requisitos de acesso. Em relação àqueles com deficiência mental, na maior parte das vezes não existe um sistema separado de detenção e esses jovens são colocados junto aos demais; por isso, geralmente sofrem os mais diversos tipos de violência.

3. Erradicação do trabalho escravo

Outra prioridade é a implementação, em estreita articulação com a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), das 75 metas previstas no plano nacional para a erradicação do trabalho escravo. O plano estabelece ações e propostas legislativas. Propõe o aperfeiçoamento na estrutura administrativa da ação de polícia, melhorias na estrutura da fiscalização móvel e iniciativas de conscientização e sensibilização contra o trabalho escravo. São, portanto, ações de duas naturezas: preventivas e repressivas. Dando prosseguimento à política de evitar as reincidências de trabalho escravo, além da concessão do benefício do seguro desemprego, deverão ser implementadas iniciativas de emprego e renda nos locais de recrutamento de mão-de-obra.

4. Assistência a vítimas e testemunhas

O Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas tem como macroobjetivos o combate à impunidade; a salvaguarda de vidas humanas; a promoção e a defesa dos direitos humanos, atuando em duas frentes básicas: a implementação e manutenção de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas (PROVITA); e a implementação e manutenção de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC).

Até o final do ano o Governo Federal deverá ampliar a capacidade de atendimento para a proteção de 950 testemunhas e para assistência a 6.500 vítimas da violência. Em 2004, serão realizadas quatro oficinas, para 280 operadores do sistema nacional, e formalização de convênios para a implantação de mais um Provita e mais quatro CAVCs.

5. Disque Direitos Humanos

O Disque Direitos Humanos será um instrumento de informação, orientação e encaminhamento de denúncias relativas a direitos humanos, canal rápido de acesso ao Estado, que deve primar pela resposta rápida e solução prática para as queixas apresentadas. Em 2004, será definida a estrutura de funcionamento, dentro do enfoque de modelo sistêmico, com a elaboração de normas internas e diretrizes de funcionamento. A rede do Disque DH permitirá a interligação do sistema central com as unidades da Federação.

7. PREVIDÊNCIA SOCIAL

a) Inclusão previdenciária

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2001), o Brasil possui uma população economicamente ativa de 70,5 milhões de pessoas. Desse total, 40,6 milhões de pessoas não estão contribuindo para a Previdência Social, ou seja, não têm direito a benefício previdenciário algum. Um contingente de 18,7 milhões de brasileiros com renda igual ou superior a um salário mínimo dispõem de condições para ser contribuintes e poderão contar com a Previdência Social entre seus direitos básicos. Em relação aos 21,8 milhões restantes, uma proposta de emenda constitucional propõe a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda. Nesse sentido, várias deliberações, descritas abaixo, estão em curso.

Em dezembro de 2002, 336 municípios ainda não tinham instituição financeira para efetuar o pagamento da Previdência. De abril a dezembro de 2003, 304 municípios passaram a receber pagamentos da Previdência Social por meio dos guichês eletrônicos da Caixa Econômica Federal, o Caixa Aqui.

A Previdência Social vem apresentando incremento em seus números de beneficiários. De dezembro de 2002 a dezembro de 2003, houve um crescimento de 3,3% no número de benefícios emitidos, passando de 21,1 milhões para 21,8 milhões. Dentre esses, cerca de 12,7 milhões (58%) se referem a benefícios pagos a pessoas da área urbana, 6,7 milhões (31%) a pessoas da área rural e 2,3 milhões (11%) são benefícios assistenciais.

Em relação ao valor médio dos benefícios, também houve melhorias entre 2002 e 2003. Enquanto em 2002 o valor médio de um benefício da Previdência Social era de R\$399,66, esse valor subiu para R\$451,10. Ou seja, houve um aumento de 12,9%. Em todos os principais

benefícios da Previdência Social registraram-se aumentos reais. A única exceção foi para o salário-maternidade, em decorrência de mudança nas regras de pagamento.

A população foi informada sobre seus direitos e deveres previdenciários por meio de ações de comunicação. O governo lançou, no dia 1º de maio, o Guia do Trabalhador, e em agosto foi realizada uma campanha educativa de rádio, no País todo, com 50 comunicadores populares, no intuito de esclarecer à população quais os requisitos para estar seguro pela Previdência Social e os benefícios decorrentes dessa condição.

As ações de educação previdenciária foram ampliadas e reestruturadas para alcançar de forma eficaz e dirigida os segmentos profissionais com maior taxa de exclusão previdenciária. Um comitê em cada uma das 102 gerências realizou um trabalho educativo em feiras, convenções, escolas e nas ruas das cidades.

Com o programa de Qualidade do Atendimento na Previdência Social foram desenvolvidas ações que também contribuíram para a questão da inclusão social, promovendo a melhoria contínua do atendimento ao usuário. Dentre essas, pode-se citar:

- A reformulação de 41 agências da Previdência Social que, além de estruturar as instalações físicas da rede de atendimento, centralizou investimentos em informatização;
- A disponibilização de serviços em canais virtuais, como o teleatendimento (Prev-Fone), a prestação de serviços pela Internet (Prev-Net) e os quiosques de auto-atendimento (Prev-Fácil); e
- A consolidação do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

b) Previdência Complementar

Buscou-se fortalecer a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) como órgão fiscalizador e como difusor da previdência complementar fechada, importante instrumento de proteção das reservas acumuladas pelo trabalhador com vistas a sua aposentadoria. Até dezembro, a SPC analisou cerca de 2.300 processos, muitos relativos ao período de 1998 a 2002. Foram aprovados mais de 150 novos planos de benefícios patrocinados por empresas médias e grandes. Os fundos instituídos, entidades de previdência complementar formadas a partir de vínculos associativos, sem obrigatoriedade de uma empresa patrocinadora, foram, afinal, regulamentados. Vários fundos desse tipo entraram em funcionamento em julho de 2003.

c) Reconhecimento de direitos

Foi reconhecido pelo governo o direito de 175 mil pessoas à aposentadoria por tempo de contribuição. Apesar de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitir ao INSS anular a contagem especial de tempo de contribuição para trabalhadores que tiveram exposição a agentes nocivos, o governo decidiu reconhecer as aposentadorias especiais já concedidas por liminar e realizar a conversão de contagem especial de tempo, sem período mínimo. A medida beneficiou centenas de milhares de segurados que trabalham ou trabalharam nessas condições.

O Decreto nº 4.845, de 24 de setembro de 2003, manteve a qualidade de segurado especial do produtor rural, mesmo quando se outorga a exploração em parceria de até 50% do imóvel rural, limitada a até quatro módulos fiscais. Anteriormente, o parceiro outorgante, em qualquer situação, era excluído da condição de segurado especial. Também foi permitido o registro de prova de trabalho rural há mais de dez anos e meio no momento da solicitação do benefício, o que antes era vedado.

Também foi ampliada a proteção social do trabalhador exposto a agentes nocivos por meio do Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, quanto ao nivelamento dos critérios da aposentadoria especial com a insalubridade. Esse decreto determinou que, para fins de aposentadoria especial, fossem adotados os mesmos limites de tolerância observados na legislação trabalhista para o adicional de insalubridade, bem como se assumisse a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).

Foi revertida, por meio da Lei nº 10.710/03, a exigência do comparecimento da gestante a uma agência da Previdência Social para pleitear o salário-maternidade. Com a mudança, o benefício volta a ser pago pelo empregador, que compensará os valores na contribuição previdenciária.

Com a aprovação da Lei nº 10.666, estendeu-se a aposentadoria especial ao cooperado filiado à cooperativa de produção e de trabalho e se assegurou que não será considerada a perda da qualidade de segurado na concessão das aposentadorias por tempo de contribuição especial. Igualmente, na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, 240 contribuições mensais.

A Lei nº 10.699/03 permitirá a antecipação dos pagamentos de benefícios até o quinto dia útil de cada mês, a partir de abril de 2004, evitando transtornos aos aposentados que, em períodos com feriados, chegam a receber no dia 18 do mês.

Muitos são os desafios diante da Reforma da Previdência. Entre os temas que demandarão esforço significativo do Ministério da Previdência Social, pode-se elencar:

I – Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

- Regulamentação da desoneração da folha de pagamento, prevista na Emenda Constitucional nº 42, para o primeiro quadrimestre de 2004, com redução parcial do encargo previdenciário patronal incidente sobre a folha e o risco que isto representa para as contas da Previdência Social, envolvendo uma cifra estimada de R\$31,0 bilhões em 2003.
- Flexibilização das alíquotas de contribuição das empresas ao seguro do acidente de trabalho, determinada pela Lei nº 10.666 até maio de 2004, cujos trabalhos técnicos estão bastante avançados.
- Implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário e seqüência à atualização da política de segurança e saúde do trabalhador, em conjunto com o Ministério da Saúde e do Trabalho e Emprego.
- Intensificação do processo de absorção de 40,7 milhões de pessoas ocupadas sem cobertura previdenciária, que hoje não contam com garantia alguma de renda no momento da interrupção do trabalho; nesse universo, 18,7 milhões possuem idade e renda suficientes para ser contribuintes e estar, assim, cobertos pela Previdência.
- Implementação de melhorias no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com vistas a tornar mais simples o processo de concessão de benefícios e, dessa maneira, levar ao reconhecimento dos direitos previdenciários; eliminar a exigência de numerosos documentos que o segurado tem dificuldade em apresentar, vendo-se na iminência de perder seus direitos. Já foram validadas as informações do CNIS para o período de 1994 e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6765, cuja proposição é estender este processo até o período de 1976.
- Implementação e validação de um modelo gerencial que permita às unidades de atendimento do INSS formas de assegurar, para os segurados do Regime Geral de Previdência Social, os prazos legais previstos para o atendimento, bem como a satisfação

de suas necessidades. Como impacto de curto prazo, reduzir o Tempo Médio de Espera (TME) para atendimento nas unidades-piloto em 20%, no prazo de seis meses, contado a partir da implementação do projeto na unidade. Atualmente, o TME é da ordem de uma hora. Reduzir em 40% o estoque de todos os processos de trabalho das unidades-piloto no prazo de um ano.

II – Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

- Implementação da Reforma, com a regulamentação de dispositivos previstos na Constituição Federal, bem como apoio aos estados, Distrito Federal e municípios. Dentre as principais ações destacam-se a alteração na legislação federal, por meio de medida provisória, no intuito de atender a pontos urgentes decorrentes da Emenda Constitucional nº 41; reestruturação da Lei nº 9.717/98 – Lei Geral da Previdência Pública; implementação efetiva da fiscalização dos regimes próprios de previdência social, implantação da compensação entre regimes próprios de previdência social.
- Implantação da base de dados de todos os servidores públicos (SIPREV), para fins atuariais e financeiros, em especial para a aplicação do limite constitucional de remuneração e proventos na União, Distrito Federal, estados e municípios.

III – Previdência Complementar

- Fortalecimento da estrutura administrativa e logística do órgão fiscalizador da previdência complementar fechada, de maneira a proporcionar recursos humanos, equipamentos necessários e suficientes para cumprir suas competências legais, tendo por base a expansão projetada para o sistema;
- Realização, com o apoio de entidades da sociedade civil, de seminários regionais, com o objetivo de esclarecer e orientar sindicatos, conselhos de profissionais liberais e demais entidades associativas para a criação de fundos de pensão;
- Autorização para o funcionamento de planos de previdência instituídos por sindicatos, associações, entidades de classe e cooperativas (planos de instituidores), buscando a adesão de 180 mil novos participantes a planos de benefícios;
- Supervisão das atividades de previdência complementar e fomento à expansão do sistema como mecanismo de inclusão social, envolvendo 100% das entidades de previdência fechada.



8. CULTURA

O Governo Federal resgatou a centralidade do papel da cultura no debate e desenvolvimento do País, estabelecendo diretrizes que abrangem a dimensão antropológica e econômica da cultura brasileira.

Neste sentido, formularam-se ações estratégicas para o turismo cultural sustentável, para o desenvolvimento urbano, para a capacitação técnica e geração de emprego e para a ampliação do mercado de massas no setor cultural.

Iniciativas de fomento foram destinadas a toda a cadeia produtiva da cultura. O seminário Cultura para Todos contou, em todas as regiões, com a participação de cinco mil profissionais da área e servir de base para a revisão da lei de incentivos fiscais à cultura e de subsídio para a construção, ao longo de 2004, de um Sistema Nacional da Cultura.

Esforços conjuntos realizados pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional possibilitaram a elevação do teto de renúncia fiscal em projetos culturais de R\$160 milhões para R\$401 milhões.

a) Setor de Cinema e Audiovisual Brasileiro

O Governo Federal redirecionou os investimentos para setores-chave na determinação da quantidade e qualidade do acesso aos bens culturais, quais sejam: distribuição, formação de público, salas de cinema e circuitos paralelos de exibição. A atual política pública não deixou de absorver as grandes cadeias de entretenimento como espaço estratégico, válido para a implementação de programas, combatendo com eles as práticas monopolistas do setor.

A política do audiovisual inverteu o indicador fundamental na formulação de suas políticas. Se, até 2002, a eficácia era medida pelo número de filmes realizados e pelo financiamento de projetos artísticos, agora o que se leva em conta é a ampliação do público de cinema e, em especial, de cinema brasileiro. Como exemplo disso, os editais de curta, roteiro e documentários foram orientados para públicos estratégicos, como o infanto-juvenil e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

No fim de 2003, foram divulgados os resultados dos editais de fomento à produção. Aguardam-se mais de 150 títulos a ser lançados em 2004, com a geração direta de nada menos que 3.202 empregos, a partir de um investimento de R\$20,7 milhões. Editais realizados com parcerias incentivaram de forma pioneira a melhor divulgação do filme brasileiro.

No sentido de democratizar o acesso, recursos no valor de R\$1.051.520,00 foram destinados a oficinas de audiovisual em cidades com menos de 20 mil habitantes.

Uma das inovações é o Doc TV, uma série de 26 documentários sobre diversidade cultural do País, que muito contribui para o fortalecimento da produção regional. Em parceria com a Fundação Padre Anchieta (FPA/TV Cultura de São Paulo) e com a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), os documentários serão exibidos de junho a dezembro de 2004 pela rede pública de televisão. Um concurso em 20 estados da Federação realizou a pré-seleção de 628 inscritos para esse projeto. Outra novidade é a aproximação de duas categorias historicamente distantes no processo cultural nacional: os realizadores independentes organizados e as emissoras de TV. Juntos, formam pólos regionais de realização e uma rede nacional de teledifusão de documentários.

Durante o 36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, foi lançado o Doc TV América Latina e o Doc TV países de Língua Oficial Portuguesa. Na América Latina, o programa contará com parcerias importantes: Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano, presidida pelo escritor Gabriel García Márquez, e a Televisão da América Latina, associação de uma centena de televisões públicas no continente.

b) Memória e patrimônio cultural

Neste setor, o governo reformulou sua atuação, priorizando ações em 26 municípios de todas as regiões. Foram realizadas intervenções físicas e de capacitação nos municípios e comunidades, objetivando a revitalização dos sítios históricos e a criação de condições de desenvolvimento do potencial turístico, gerando renda, emprego e elevando a auto-estima da população.

O Programa Monumenta também inovou sua gestão, invertendo a curva de gastos em 2003. Foram canalizados os recursos existentes para o patrimônio cultural, na conservação em coberturas, instalações elétricas, recuperação de fachadas, descupinização, restauração de elementos artísticos, entre outros, em monumentos tombados pela União, num total de R\$12.533.961,00.

Com o fim de assegurar a integridade de bens que se encontram em situação de deterioração, em 17 estados brasileiros pode-se destacar: Museu Jaguariabano – Aracati (CE); Hotel Parque São Clemente – Rio de Janeiro (RJ); casa de Davi Canabarro – Porto Alegre (RS); Igreja de Nossa Senhora do Amparo – São Cristóvão (SE); recolhimento do Bom Jesus dos Perdões e Capela da Piedade – Salvador (BA); Igreja Nossa Senhora do Rosário – Pirenópolis (GO); Igreja Matriz de



Nossa Senhora da Conceição – Sabará (MG); inscrições rupestres – Ilha do Campeche (SC); Igreja de Nossa Senhora dos Pretos – Recife (PE); imóveis – São Luís e Alcântara (MA); e Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Serro (MG).

A recuperação dos bens tombados, de espaços culturais e museus da União foi a tônica deste primeiro ano. Mereceram intervenções o Museu Histórico Nacional, no valor global de R\$1.940.000,00, e o Museu Nacional de Belas Artes, com um montante de R\$2.548.316,00, ambos no Rio de Janeiro. Foram também garantidas condições de funcionamento a todos os museus da União, com obras de modernização.

Pela primeira vez foi articulado em todas as regiões do País o Dia Internacional de Museus. De 12 a 18 de maio, museus e secretarias de cultura promoveram aproximadamente 270 eventos; exposições, palestras, mostras, cursos, espetáculos e visitas guiadas, dentre outros. Foi também ampliado o programa Música no Museu e lançada a Política Nacional de Museus, visando à democratização do acesso público, de forma a garantir aos brasileiros o direito à memória e o exercício pleno da cidadania.

Com a ação de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, previu-se ênfase no treinamento de técnicos do setor, com aumento da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. Com o Cadastro Nacional de Museus, o governo pretende criar uma base de dados unificada, com uma plataforma de informações sobre os museus brasileiros.

Foram desenvolvidas também ações de caráter simbólico, para valorizar nossas identidades, nossa história, o pensar e fazer brasileiros. Pontuam-se aqui os trabalhos de sistematização e registros de manifestações culturais populares, como o jongo, o bumba-meu-boi, as ceramistas do Vale do Jequitinhonha, os cururueiros do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, dentre outros.

Em comemoração à data em que o compositor Ary Barroso completaria 100 anos, foi feita a reedição do livro Recordações de Ary Barroso, que desenha o perfil de um artista apaixonado por tudo o que fazia e que se tornou mundialmente conhecido com o hino Aquarela do Brasil.

c) Democratização da produção cultural

No campo das artes, o principal esforço tem sido reorientar os programas, para que deixem de enfocar fatos, produtos e expressões pontuais e passem a ser sistêmicos, incorporando todos os

elos das cadeias produtivas da cultura, especialmente a difusão e a capacitação. Trata-se de adotar regras e critérios para a gestão saudável do dinheiro público, com a divulgação nacional dos editais e concursos.

A Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) vem democratizando suas ações, desconcentrando os investimentos do eixo Rio–São Paulo. Os editais voltados para a dramaturgia – obras inéditas na categoria teatro adulto, para a infância e a juventude prevêem premiações aos três primeiros colocados das cinco regiões do País. Pela primeira vez na história do concurso, foi valorizada a cultura local, seja garantindo a premiação e a concorrência regional, seja atentando para a composição dos júris, formados por representantes da diversidade brasileira.

O Projeto Prima Obra oferece uma visão panorâmica da produção artística contemporânea ligada ao pensamento, além de divulgar novos talentos. Os trabalhos selecionados estão sendo apresentados na Galeria da Funarte, em Brasília.

A Oficina e Curso de Preservação Fotográfica em Caxias do Sul (RS), em convênio com o Arquivo Municipal da cidade, oferece formação nessa área, além de curso de reprodução fotográfica e de duplicação de negativos de vidro, ministrados pela equipe técnica do Centro de Preservação Fotográfica (CCPF).

Em 2003, foram realizados os seguintes eventos:

- VII Festival Nacional de Arte sem Barreiras, II Congresso e Festival Nordestino de Arte sem Barreiras e I Seminário Gestão Cultural e Inclusão – realizados em Aracaju, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória (SE).
- Projetos de Arte Contemporânea – coletiva com artistas selecionados por edital público para ocupação das galerias da Funarte no Rio de Janeiro.
- Festival Internacional de Bonecos (IV Edição) – apresentação de 34 espetáculos de grupos nacionais e internacionais, oficinas e mesas-redondas sobre produção cultural, em Brasília (DF), destinado ao público infanto-juvenil, inclusive da rede pública de ensino.

O Ministério da Cultura também apoiou ações que terão maior visibilidade este ano, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo e a Bienal de São Paulo, programada para 2004.

O Ministério da Cultura deverá centrar suas energias na continuidade da formulação de uma política pública de cultura e nas diretrizes estratégicas e integradas que abrangem a maioria dos programas previstos para 2004. Trata-se da geração de emprego e renda para os brasileiros, da democrática distribuição espacial dos projetos, da inclusão social pela cultura e da preservação do patrimônio cultural.

A principal diretriz – **Inclusão Social Pela Cultura** – tem como meta oferecer capacitação técnica, emprego e condições materiais às iniciativas de brasileiros que produzem cultura nas periferias das grandes metrópoles e nas cidades com menos de 20 mil habitantes. Atuando de forma integrada com ações de inclusão social, a **Frente de Circulação de Bens Culturais** persegue o desafio de descentralizar e nacionalizar o acesso à produção tradicionalmente elitizada de teatro, cinema, música e artes visuais. Em paralelo, a **Frente de Regulação das Economias da Cultura** permitirá ampliar o mercado de massas, de maneira a diminuir as restrições à plena expressão da diversidade cultural brasileira.

A Inclusão Social pela Cultura se fundamenta no Programa **Cultura, Identidade e Cidadania** e na instalação das Bases de Apoio à Cultura (BACs) como projeto estratégico. Estas últimas serão implantadas em regiões de vulnerabilidade social, onde não existem cinemas nem teatros e onde há carências de formação técnica, de inclusão digital e de domínio da linguagem escrita e audiovisual. No primeiro ano, serão 20 espaços implantados, cuja gestão deverá ser compartilhada com a comunidade, valorizando as culturas locais. O programa **Cultura Afro-Brasileira** será essencial, ao focalizar a inclusão do negro no mercado de trabalho.

A atuação do Conselho Superior de Cinema e a transformação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) em Agência Nacional do Cinema e Vídeo (ANCINAV) propiciará a reestruturação do mercado audiovisual, pela proteção das empresas brasileiras e pela regulação da circulação dos conteúdos nacionais em todas as mídias. A Agência terá como meta acentuar a diversidade cultural e a concorrência econômica no mercado interno. O resultado esperado é a ampliação do acesso criativo e crítico dos brasileiros ao produto audiovisual nacional e de todo mundo.

Ações de fomento serão destinadas a toda a cadeia produtiva. A distribuição de filmes nacionais será significativamente incentivada, favorecendo uma maior penetração no mercado interno e a consequente capitalização de exibidores, distribuidores e produtores. Os exibidores deverão receber uma linha de crédito incentivando a construção de novas salas. Uma rede de cinema popular será viabilizada em parceria com estados e municípios.

Entre curtas infantis, documentários para TV pública e filmes de baixo orçamento, os projetos apoiados em concursos do MinC irão gerar 3.202 empregos diretos e mais de 150 títulos de filmes. O acesso à produção e fruição cultural ganha total prioridade, com novos editais voltados para todas as etapas do processo cinematográfico, inclusive a reflexão e a memória. Será também, 2004, o ano de selar novas parcerias estratégicas com a Rede Pública de Televisão, como forma de valorizar o acesso gratuito à produção de filmes e documentários.

Objetivando ampliar o acesso dos brasileiros aos bens culturais, está prevista a discussão sobre marcos regulatórios para as economias da música e do mercado editorial, envolvendo uma abrangente discussão com os agentes dessas áreas. Com regras mais claras, isenção tributária e preços mais baixos nas prateleiras, as indústrias culturais irão minimizar a pirataria e atingir um público mais amplo. Deverão também criar mais empregos e expressar a diversidade cultural, hoje longe da visibilidade ideal. Além do apoio inédito à comercialização de filmes, a Frente de Circulação de Bens Culturais abrangerá teatro, música e patrimônio. Com previsão de oferta de trabalho para 9.300 pessoas, entre elas 400 artistas e músicos, o consagrado Projeto Pixinguinha deverá fazer circular música brasileira em 310 espetáculos por todo o País.

Os artistas, técnicos e produtores de teatro poderão participar do projeto nacional de circulação de artes cênicas, que permitirá alcance nacional às obras e um acesso amplo ao público de regiões fora do eixo Sul – Sudeste.

Com a iniciativa Fome de Livro o MinC vai instalar centenas de novas bibliotecas pelo Brasil, integrando-se às BACs, às escolas públicas, às igrejas e clubes de vizinhança. Irá também criar novos espaços de leitura em parques, campos de futebol, estações de metrô, trens, ônibus e aeroportos.

Em 2004 os esforços estarão voltados para o patrimônio cultural brasileiro, para a recuperação da capacidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de forma a qualificá-lo para responder pela missão de proteger e difundir os bens nacionais. Percebendo a política cultural como elemento central da política urbana e de turismo, o conjunto de ações nessa área promoverá a formação de mão-de-obra qualificada e o emprego direto de milhares de pessoas, nas obras e serviços de conservação e restauro de bens móveis e imóveis.

Com um trabalho de restauração dos sítios tombados de nossa memória, o programa Monumenta continuará a criar condições para que as comunidades possam, de forma auto-sustentável, usufruir culturalmente e economicamente de suas próprias tradições. Prevê-se a inclusão de mais nove cidades no programa, além de outras atividades, como programas para TV Escola, implantação de museus e núcleos de capacitação.



Após os seminários realizados em 2003, o Ministério da Cultura irá encaminhar ainda no começo deste ano a reforma da Lei Rouanet, buscando corrigir distorções que hoje favorecem a concentração de recursos em certas regiões e no poder de uma minoria de produtores.

Este é o ano em que se inicia a implantação do Sistema Nacional de Cultura, que irá favorecer a descentralização da política cultural brasileira e uma distribuição de recursos mais equilibrada e justa por todas as regiões do Brasil. A criação do Instituto Nacional de Museus e do Sistema Nacional de Museus também será decisiva para o maior acesso da população aos acervos nacionais.

Internacionalmente, o MinC permanecerá atuando em defesa da diversidade cultural. Essa preocupação orienta o Fórum Cultural Mundial, que acontecerá na cidade de São Paulo, entre junho e julho de 2004.

9. ESPORTE

Programa Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade

Até novembro de 2003, foram beneficiados pelo programa Esporte na Escola 365.550 jovens, em 1.427 núcleos. Esta atividade será desenvolvida, a partir de 2004, pelo programa Segundo Tempo, que traz consigo novos valores. O Segundo Tempo dará ênfase à implantação de um segundo turno escolar, ampliando o tempo de permanência de crianças e jovens num ambiente saudável, oferecendo-lhes alimentação adequada e a possibilidade de prática esportiva guiada. A expectativa, em 2004, é de atender a 1 milhão de crianças com atividades esportivas em núcleos de esporte.

O programa Esporte Solidário beneficiou 71.013 pessoas com práticas desportivas. As suas ações estão sendo incorporadas pelo programa Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade, previstos no PPA 2004-2007. Este último objetiva garantir o acesso da população a atividades esportivas e diversão para todos e contará com a parceria do Ministério da Saúde, utilizando a estrutura do SUS e do Programa Saúde da Família para incentivar a prática esportiva.

Jogos Pan-Americanos

A participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo (República Dominicana) teve o melhor resultado dos últimos tempos. Foram 122 medalhas e pela primeira vez disputou-

se, com chances reais, a 3^a colocação na competição. O Brasil levou a sua maior delegação – 467 atletas, mostrando que um número maior de brasileiros obteve índice para participação. O próximo grande desafio é a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007. Criou-se para isto o programa Rumo ao Pan 2007.

O governo brasileiro apoiou ainda a edição deste ano dos Jogos da Juventude, dos Jogos dos Povos Indígenas e a participação nos II Jogos Para-Pan-Americanos.

Pintando a Liberdade

O Projeto foi mantido em 2003, em função do reconhecimento de sua importância social. A participação no Projeto proporciona a redução da pena em 1 dia para cada 3 dias trabalhados e, ainda, uma remuneração em função do que se produz (em média R\$80,00 por mês). Ademais, o nível de reincidência é fortemente reduzido entre os presos que participam do Projeto, passando, em média, de 90% para pouco mais de 30%.

No âmbito deste Projeto foram produzidos, até novembro, 775 mil itens de material esportivo, atendendo a 6.082 escolas públicas e outras 52 instituições não-governamentais. Atualmente o Projeto conta com 58 Núcleos, distribuídas por 26 estados, mais o Distrito Federal.

Em termos econômicos, devemos considerar que o material produzido custa para a sociedade cerca de 35% a menos que o valor de mercado, possibilitando uma economia de mais de R\$3 milhões no ano de 2003. Outra forma de economia para os cofres públicos diz respeito à diminuição do tempo de detenção do infrator no estabelecimento prisional, uma vez que, a manutenção do preso custa, em média, R\$800,00 por mês.

Cidadania ao Menor

Projeto com as mesmas características do Pintando a Liberdade, este é voltado aos menores em conflito com a lei. O projeto beneficiou 850 menores, que produziram 75 mil materiais esportivos em 4 Núcleos: um em São Paulo (FEBEM/Tatuapé) e os outros três na Bahia (Feira de Santana).

O Pintando a Liberdade ganha com o PPA 2004-2007 *status* de programa. Em 2004, em parceria com a Petrobras, serão criadas 30 novas fábricas de material esportivo em comunidades carentes, gerando 9 mil empregos e duplicando a produção.



Participação da sociedade

A sociedade terá forte influência na definição da política para o setor. De fevereiro a junho será realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte. Será implantada ainda em janeiro a ouvidoria do Ministério do Esporte; serão mantidas as reuniões periódicas do fórum de secretários estaduais de esporte, que funciona como órgão consultivo do ministério; e o Conselho Nacional de Esportes passa a ter papel importante como órgão consultivo nas decisões.

Financiamento ao esporte

A regulamentação da atividade dos bingos vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social. Surgirá uma nova loteria, a Timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério do Esporte, que, por sua vez, investirá parte desses recursos no atendimento a pessoas portadoras de deficiências. Oitenta times vão partilhar R\$80 milhões/ano previstos pela Caixa Econômica Federal. A contrapartida principal será manter equipes de futebol feminino.

Competições

Serão implantados os Centros de Alto Rendimento de São Paulo (SP), Manaus (AM) e Goiânia (GO). Eles serão referências regionais para os esportes olímpicos. Um quarto centro será criado no Nordeste.

Há grande expectativa com a participação brasileira nas Olimpíadas de Atenas, em agosto, garantida pelo alto nível técnico dos atletas brasileiros que deverão participar. Ainda sobre Olimpíadas, será criada a Casa do Brasil, que manterá atividades culturais e de divulgação, como parte da campanha para o Rio sediar as Olimpíadas de 2012.

Quanto às competições com caráter mais integracional dos participantes, serão cinco eventos, já com data marcada, a ser realizados no ano de 2004: Jogos da Juventude, Escolares, Universitários, Indígenas e dos Esportes de Aventura.

O Ministério do Esporte deverá buscar junto ao Congresso Nacional a aprovação do Estatuto do Esporte, que será o marco regulador do setor de esportes no Brasil; igualmente, está sendo aguardada a aprovação da lei que cria a Bolsa-Atleta, destinada a pessoas carentes. Para 2004, o Ministério do Esporte participará da formulação a Lei do Incentivo, proposta que contemplará todos os setores, inclusive o futebol, assegurando o desenvolvimento do esporte na base.



Futebol

Será criado, ainda no primeiro semestre, o Conselho Nacional de Segurança nos Estádios. Está prevista a realização de uma campanha com o tema "Ano da Paz nos Estádios". O Ministério do Esporte quer ainda garantir a aplicação plena do Estatuto do Torcedor, pois os prazos fixados pela lei para a adequação dos estádios de futebol já venceram.

10. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

O fortalecimento das instituições brasileiras na área policial, penitenciária e judiciária constituiu a prioridade neste primeiro ano de gestão. Chegou-se ao fim de 2003 com a presença reavaliada e demarcada do Governo Federal na segurança pública para atuar como protagonista na redução dos indicadores de violência e no desmantelamento da máquina criminosa que age no País.

a) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O Susp tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. O sistema é único, mas as instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades. Servem de modelo para o Susp experiências de missões especiais e forças-tarefa, em que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado, metas e metodologia bem-definidos. Os seis principais eixos de atuação do Susp são a gestão unificada da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias; prevenção e instalação de ouvidorias independentes; e corregedorias unificadas.

O governo adotou uma estratégia de integração entre todas as unidades federadas que aderiram ao Susp visando a superar a ineficácia de iniciativas de segurança pública pontuais e isoladas. Por meio desse sistema, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem financiados e fiscalizados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), dentro de normas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Assim, estados e municípios têm condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, bem como análise de dados e estatística. Foram empenhados R\$298,3 milhões de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a estruturação do Susp e aparelhamento das estruturas de combate ao crime no País, que, somados aos R\$49,1 milhões de restos a pagar de 2002, totalizam R\$347,4 milhões disponibilizados para a área neste ano.

Uma das principais mudanças instituída pelo Susp na relação entre as polícias é a implantação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que se encontra em operação no Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, além do GGI, criado para integrar as ações desenvolvidas na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). O GGI-Sudeste dá suporte na investigação e no combate ao crime organizado, agrupando os trabalhos de inteligência, operações e informação. A coordenação do GGI-Sudeste é da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA). Tendo como representantes estados, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Os gabinetes auxiliam na coordenação das operações das secretarias estaduais. Assim, as ações são definidas de forma concertada, com atuação dos representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e da Guarda Municipal no suporte às operações.

Prevê-se, em 2004, a implantação dos seguintes projetos de prevenção da violência no âmbito do programa Segurança do Cidadão do PPA 2004-2007: sistema nacional de gestão do conhecimento e de informações criminais; modernização de estruturas físicas de unidades funcionais de segurança pública; modernização organizacional das instituições do sistema de segurança pública (segurança cidadã); intensificação da repressão qualificada; reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança; sistema integrado de formação e valorização profissional.

O Susp garantirá o aumento da cobertura do policiamento preventivo e judiciário em comunidades vulneráveis e áreas de risco, evitando, assim, a expansão da ação criminosa e a redução da insegurança pública com uma presença mais efetiva dos agentes da lei, inibindo violações por meio de uma repressão qualificada; propiciará uma sensível melhora na prestação de serviços da polícia à comunidade, ampliando a capacidade dos órgãos de perícia forense na elucidação de crimes, hoje estimados em 6.000 casos que aguardam a obtenção de prova científica para a sua elucidação; integrará os sistemas de informações criminais, de modo a permitir, de forma ágil e confiável, a identificação dos criminosos em todo o País, consolidando a autonomia e independência do controle externo da atividade policial e as atividades da Guarda Municipal, no âmbito de segurança urbana, em atividades de agentes de cidadania.

Para tanto, foram estabelecidas as metas físicas abaixo elencadas:

- Implementação dos gabinetes de gestão integrada de segurança pública nos 27 estados, bem como no âmbito regional (Norte, Sul, Centro-Oeste e Nordeste), a exemplo do já

realizado na região Sudeste, visando à integração das ações de prevenção e combate à criminalidade;

- Formalização de convênios com municípios, contemplados nos projetos de prevenção à violência, por meio da valorização de práticas culturais, esportivas e de programas de geração de emprego e renda, com 65 municípios e duas regiões metropolitanas, distribuídos pelas cinco regiões do País. Serão beneficiados, aproximadamente, 75.000 mil jovens, na faixa etária de 12 a 25 anos, em situação de vulnerabilidade social;
- Consolidação das 12 ouvidorias de polícia existentes no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Pará e Sergipe; criação e consolidação de, no mínimo, cinco ouvidorias de polícia, nos estados que ainda não as possuem, para executar o controle externo das atividades policiais;
- Reaparelhamento das polícias estaduais, com a aquisição de 4 mil veículos policiais, para os 27 estados, sendo 3 mil veículos relativos a convênios celebrados no ano de 2003 e 1 mil de convênios a serem celebrados em 2004;
- Licitação de bens e serviços para implantação de cinco laboratórios regionais de análise de DNA; implementação de dois laboratórios regionais;
- Implantação de sistema integrado de armazenamento e análise de impressões digitais de criminosos em 50% dos estados;
- Criação de uma rede de ensino a distância, integrando os órgãos da justiça criminal, federais e estaduais, em 200 pontos de recepção, nos 27 estados, alcançando 200 mil alunos por ano;
- Implantação e modernização de 150 delegacias especializadas de atendimento à mulher e de 50 delegacias de proteção à criança e ao adolescente, com a aquisição de bens e serviços (mobiliário, equipamentos de informática, veículos, etc.), totalizando 200 unidades;
- Capacitação de gestores e membros dos 27 gabinetes de gestão integrada, alcançando 200 servidores treinados;

- Implantação, em cinco academias integradas de polícia, da matriz curricular unificada;
- Disponibilização de sistema de informação policial para integração dos 27 estados, visando a uma repressão qualificada à violência (tráfico de armas, drogas, seres humanos e lavagem de dinheiro);
- Implantação de centros de atendimento médico psicossocial para os profissionais de segurança pública, em sete estados da Federação;
- Execução de 74 convênios, com 27 estados, um município e do consórcio metropolitano de Recife, totalizando R\$177,7 milhões, empenhados em 2003.

b) Combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro

Foi intensificado o combate à lavagem de dinheiro, atividade-fim do crime organizado, com a criação, já neste primeiro ano de gestão, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. Cabe a ele articular o conjunto de ações governamentais que deverão combater a lavagem de dinheiro, recuperar os recursos que tenham saído ilegalmente do País e, paralelamente, recompor o patrimônio público lesado. Com esse objetivo, o Departamento intensificou, este ano, a negociação de acordos de cooperação mútua em matéria penal com diversos países, dentre os quais Suíça, Reino Unido, Espanha, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Alemanha, Austrália e Bahamas. Outras medidas foram a obrigatoriedade da notificação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda, sobre retiradas ou depósitos em espécie acima de R\$100 mil, além da criação do Cadastro Geral de Correntistas, dispensando a necessidade de aviso circular aos bancos e instituições financeiras toda vez que o Coaf detectar um suspeito de lavagem de dinheiro. Visando a proporcionar a agilidade necessária no desempenho de suas responsabilidades, o Coaf foi reestruturado, passando a ser integrado, neste ano, por representantes do Ministério da Justiça e da Controladoria-Geral da União e recebendo novos funcionários e investimentos em tecnologia de informação.

No sentido de aumentar a efetividade das ações de governo no médio prazo, foi definida a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro para 2004 (ENCLA-2004). Pela primeira vez, os dirigentes dos principais órgãos que atuam na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, do Executivo, Judiciário e Ministério Público, estiveram reunidos para definir uma estratégia de atuação conjunta.



A Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro para 2004 tem como principal meta a elaboração da política nacional de combate à lavagem de dinheiro, assim como o acompanhamento da implementação dessa política. Outras recomendações definidas foram: sindicância patrimonial de agentes públicos, seguindo o modelo já adotado pela Polícia Federal; flexibilização do sigilo bancário e fiscal para outros órgãos do governo que sejam responsáveis pela investigação e combate ao crime; apresentação de proposta de criação do bloqueio administrativo de bens, em caso de suspeita de lavagem de dinheiro; inclusão dos crimes de sonegação fiscal, entre outros, no rol de antecedentes do crime de lavagem de dinheiro; criação de um código de ética dirigido aos agentes públicos responsáveis pela investigação e denúncia de delitos, com respeito às suas relações com a imprensa; imposição de limites para diferir transações bancárias suspeitas; criar mecanismos que permitam o acesso dos investigadores aos cadastros nacionais de imóveis, embarcações, aviões, telefones, eleitores e composições societárias de empresas.

Nesse contexto, a atuação da Controladoria-Geral da União é fundamental, uma vez que a lavagem de dinheiro está sempre relacionada à ação ou omissão de algum agente público ou político para facilitar o fluxo desses recursos ilicitamente obtidos. Nesse contexto, destaca-se a ação integrada com outros órgãos do governo no combate à chamada “grande corrupção”, como as remessas ilegais de dinheiro (US\$30 bilhões, segundo as denúncias) para o exterior por meio das chamadas contas CC-5, com utilização da agência do Banestado em Nova Iorque, a partir de agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu – PR. Neste caso, a Controladoria conseguiu, junto ao Poder Judiciário a extensão da quebra do sigilo bancário dos envolvidos e está fazendo o cruzamento desses dados com o cadastro de agentes públicos federais, para identificar eventuais remessas irregulares para o exterior oriundas de corrupção e responsabilizar esses agentes por ação ou omissão em qualquer caso de envio irregular para o exterior. Esta é a primeira vez na história da Administração Federal brasileira que foi tomada esta atitude.

Destaque-se ainda a Operação Anaconda, que possibilitou desmontar uma organização que atuava em São Paulo, Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, acusada de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva. Outras ações fizeram com que as Polícias Federais mostrassem à sociedade o alto grau de especialização e de inteligência que este governo está imprimindo na repressão ao crime organizado.

Destaca-se, em 2004, o empenho do Governo Federal no combate ao crime organizado pela implantação da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que prevê, dentre outras metas, a negociação de novos acordos de cooperação jurídica em matéria penal com

13 países e a aprovação de cinco acordos em tramitação no Congresso Nacional; criação do cadastro nacional de imóveis; criação do sistema de consulta simultânea aos cadastros de veículos, embarcações e aeronaves; estabelecimento de instrumento normativo e campanha para orientar os órgãos públicos federais e estaduais a investigar sinais exteriores de riqueza e outros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro apresentados por seus funcionários.

Espera-se com isso desenvolver, juntamente com a Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo, projeto-piloto de capacitação das secretarias estaduais de fazenda para atuação no combate à lavagem de dinheiro; elaborar, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério Público Federal, projeto de código de ética que oriente os agentes públicos envolvidos em atividades investigatórias sobre o relacionamento que devem ter com a imprensa, equilibrando a liberdade com necessidade de sigilo para o êxito das investigações e a preservação da presunção de inocência; alterações nos projetos de lei que ampliam a tipificação do crime de lavagem de dinheiro, desvinculando-o do rol de crimes antecedentes.

O programa operações integradas de combate ao crime e redução da violência busca a otimização do emprego da força policial federal, mediante ações destinadas a potencializar as operações, por meio da integração das polícias federais com outras instituições da área de segurança pública e da segurança institucional do País (polícias estaduais civis e militares, Receita Federal, Forças Armadas, Banco Central, ABIN, etc.). O objetivo é otimizar recursos materiais e humanos, bem como reverter o sentimento de insegurança da população e desmistificar a crença na impunidade de grupos criminosos.

Para o ano de 2004 o programa tem orçamento estimado em R\$208 milhões e as seguintes metas, como desafio:

- 150 operações policiais de combate ao crime organizado e 2.500 operações de repressão e combate aos crimes contra bens, serviços e interesses da União;
- Implantação do sistema Afins, informatizando milhões de fichas de impressões digitais dos arquivos dos diversos institutos de criminalística e permitindo às instituições policiais de todo o País o acesso através dos computadores instalados nas bases operacionais e em viaturas; o sistema oferece, além disso, outros benefícios, como a facilidade na coleta de impressões digitais; maior segurança e confiabilidade na expedição de documentos; agilidade e precisão na expedição de antecedentes criminais; agilidade de perícias papiloscópicas em locais de crimes e efetivo intercâmbio de informações criminais das diversas polícias, incluindo as polícias internacionais;

- Manutenção dos índices de acidentes, nas rodovias federais, abaixo da média nacional verificada, reduzindo, assim, em 60% o número de acidentes de trânsito, verificados em igual período de 2003.

Os resultados esperados com a implantação do Programa de Modernização, Aagilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP) são: a diminuição dos problemas enfrentados pelos brasileiros ao ingressar em outros países, pois viajarão com um documento que atende às normas internacionais de passaporte seguro; redução das restrições e exigência de visto em diversos países; maior controle do fluxo de viajantes internacionais; realização de controle e localização de pessoas, no momento de entrada e saída do Brasil, que estejam em situação irregular, sejam procuradas ou impedidas de entrar ou sair.

c) Sistema Penitenciário

Buscando o fortalecimento institucional do País, rumo à criação de um ambiente seguro ao cidadão e ao efetivo cumprimento da justiça, o Ministério da Justiça está colocando em prática uma política nacional para o sistema penitenciário.

Em 2003, o Fundo Penitenciário Nacional repassou R\$39,5 milhões em recursos aos estados para a construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, com o objetivo de diminuir o grande déficit de vagas no sistema prisional, bem como para a ressocialização dos apenados e egressos.

O projeto-piloto de informatização da atividade carcerária já foi adotado por 21 estados, o que permitirá a melhor gestão das unidades e a inclusão da população carcerária em programas sociais.

O programa de redução do déficit de vagas no sistema penitenciário brasileiro, cujo orçamento para 2004 é de R\$202 milhões, tem como meta a criação de 4.200 vagas conveniadas, por meio da transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) aos estados e recebimento de aproximadamente 9.200 vagas conveniadas em 2003.

Merece destaque, ainda, o inicio do Projeto de Realinhamento do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Tal projeto é pautado na necessidade de utilização de um sistema informatizado que seja moderno e tenha a eficiência desejada, para possibilitar a administração



prisional nas novas penitenciárias federais, bem como a necessidade de obtenção de informes estratégicos, em tempo real, nos estados.

Por meio do programa de construção de presídios federais, cujo orçamento previsto para 2004 é de R\$202 milhões, tem início a construção de três presídios federais, com gerenciamento pela Caixa Econômica Federal, no estado do Mato Grosso do Sul, Rondônia e Paraná e reforma do presídio de Cuiabá, com a criação de uma ala federal com 40 vagas.

O objetivo da penitenciária federal é abrigar os presos de maior periculosidade (menos de 1% da população prisional), visando a atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado local. A ressocialização do preso comum é mais fácil quando aquele de maior periculosidade é afastado do convívio. Assim, a penitenciária federal será de grande importância para estabelecer o clima de paz nos presídios e oferecer condições de maior segurança à sociedade civil.

d) Redução da demanda de drogas no Brasil

O governo promoveu a integração e o debate entre seus diversos órgãos, a partir da Política Nacional Antidrogas, resultando no lançamento das orientações estratégicas e diretrizes para o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD). Avançou-se no estabelecimento de novos paradigmas para a abordagem do assunto, reconhecendo que o uso indevido e o tráfico ilícito de drogas são questões de Estado e devem ser consideradas problemas de cidadania, não apenas de saúde ou de segurança pública. Ampliou-se a abordagem da redução da demanda, incluindo as drogas lícitas como álcool e tabaco.

O governo descentralizou as ações de regularização e alienação dos bens e valores apreendidos em decorrência do tráfico ilícito de tóxicos. Para tanto, recursos de R\$1,4 milhão do Fundo Nacional Antidrogas foram repassados, mediante convênio, a diversos entes federados.

A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) promoveu, em 2003, profunda transformação na condução da redução da demanda de drogas no País. Podemos destacar as seguintes atividades: realização do seminário Novos cenários para a Política Nacional Antidrogas; criação de três câmaras de assessoramento na área científica, jurídica e de articulação política e 14 câmaras técnicas; desenvolvimento de metodologia de avaliação do desempenho nacional na redução da demanda, com a geração de indicadores de gestão; e ampliação dos recursos do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), permitindo uma maior interação e troca de conhecimentos entre as estruturas do Sisnad.

Com a portaria interministerial assinada com o Ministério do Trabalho e Emprego, foi recomendada a inclusão do tema redução da demanda de drogas no ambiente de trabalho na pauta de atividades regulares das comissões de prevenção de acidentes das empresas. Um levantamento nacional sobre padrões de consumo do álcool, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo e Universidade do Texas – Estados Unidos e um diagnóstico nacional sobre o consumo de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio, nas 26 capitais brasileiras e no DF se juntam à realização de pesquisa nacional sobre consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, nas 26 capitais brasileiras e no DF.

Na área de treinamento, houve o lançamento do curso de capacitação à distância em prevenção do uso de drogas para educadores da rede pública e o projeto-piloto, também por meio de educação remota, para 3 mil membros dos conselhos municipais antidrogas, tutelares, de direitos da criança e do adolescente, de saúde, de educação e de segurança comunitária. Aulas para formadores de agentes multiplicadores em prevenção, destinadas aos reservistas das Forças Armadas, deverão ser ministradas pelo Ministério da Defesa. Já foi iniciada a elaboração de oito cartilhas de orientação comunitária sobre o uso de drogas e problemas decorrentes, dirigidas a públicos específicos.

e) Reforma do Judiciário

Foi criada a Secretaria da Reforma do Judiciário, com o fim de contribuir na interlocução com os membros do Poder Judiciário para que, em parceria, possam ser implementados projetos de modernização nos tribunais, enquanto também se discutem as alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Após a elaboração de um diagnóstico do Poder Judiciário, a Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ) buscará desenvolver uma interlocução com os membros do Poder Judiciário visando à implementação de projetos de modernização nos tribunais, enquanto também se discutem as alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Visando a otimizar a prestação jurisdicional, a SRJ desenvolverá projeto que define padrões de conduta de representação da administração pública, apóia a modernização e informatização dos juizados especiais federais e prevê a implementação de serviços da justiça federal nos Centros Integrados de Cidadania (CIC).

f) Estatuto do Desarmamento

O Governo Federal contribuiu e apoiou a nova lei que cria regras rígidas para o porte e comercialização de armas de fogo no País, de forma a desestimular a sociedade brasileira a adquirir esse tipo de equipamento para uso pessoal.

g) Fiscalização nas rodovias e estradas federais

O patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais está baseado na presença física e na ação policial direta, objetivando a preservação da incolumidade pública, ao longo e às margens das rodovias federais.

Como atividade complementar de suporte operacional, a PRF, por meio do patrulhamento ostensivo de ronda com viaturas, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos; apreensão de animais a esmo nas rodovias; assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito. A atuação dos policiais rodoviários tem repercussão na redução do número de mortos nas estradas federais, em decorrência de acidentes.

No contexto de segurança pública, está prevista no plano nacional de segurança pública, no que diz respeito ao combate à criminalidade mediante a repressão ao roubo de cargas e veículos, ao tráfico de entorpecentes e à elisão fiscal.

h) Defesa dos direitos do consumidor

Articula-se, para 2004, a intensificação da repressão a condutas anticoncorrenciais, com ênfase em setores da economia capazes de gerar um grande número de empregos. Igualmente, será dada ênfase ao aperfeiçoamento das normas relacionadas ao combate aos cartéis e à intensificação da parceria entre a Secretaria de Direito Econômico (SDE), a Polícia Federal e o Ministério Público e os estados, pois a repressão a cartéis exige medidas rigorosas de investigação mais afeitas à atuação destes órgãos, como buscas e apreensões, escutas telefônicas, ações de inteligência, intimações de pessoas, etc.

Será implementado um programa efetivo de combate a cartéis, com adesões de firmas ao ISO antitruste, representando o início de uma mudança de cultura para se criar um ambiente desfavorável à formação de cartéis, facilitador da repressão àqueles que surgiem. Também haverá a criação de um centro de inteligência.

i) Segurança Institucional

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) uma proposta de política nacional indigenista. Pretende discutir igualmente as ações preventivas necessárias dos órgãos com responsabilidade sobre os efeitos, no Brasil, de crises ocorridas em países vizinhos e dar seguimento à consulta à

sociedade sobre a atividade de inteligência. Além de continuar a implantação do projeto de unificação do formulário do viajante.

A Saei planeja ainda finalizar o projeto de georeferenciamento para apoiar a concessão de assentimento prévio na faixa de fronteira; fazer o acompanhamento de temas e gerenciamento de crises, bem como dar suporte aos demais órgãos da Presidência, além de concluir o desenvolvimento do sistema de gestão, em parceria com a Universidade de Santa Catarina.

A Coordenadoria-Geral de Estudos está programando a organização da Rede de Estudos-Repensa e a realização de três encontros sobre temas de relevância. Está prevista também a publicação de revista sobre temas estratégicos e a realização de seminário sobre a revisão do conceito de faixa de fronteira para defesa e segurança.

A Abin enfatiza a formação de uma cultura nacional que valorize a proteção do conhecimento estratégico gerado no País. Para tanto, vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização de empresas e instituições públicas, com a realização de simpósios nacionais, ressaltando a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas na Amazônia, e a pertinente salvaguarda dos recursos da biodiversidade e seu reconhecimento como componente estratégico do patrimônio brasileiro. Na área de segurança da informação, a agência prossegue no desenvolvimento de equipamentos e soluções próprias para a segurança das comunicações de voz e de dados, os quais foram fornecidos a diversas instâncias governamentais.

O aprimoramento do Sistema Brasileiro de Inteligência vai otimizar as ações dos diferentes órgãos de inteligência do País, de modo a contribuir no planejamento das atividades de combate às organizações criminosas, à lavagem de dinheiro, ao terrorismo e em outras questões de interesse do processo decisório nacional.

O Comitê Gestor da Segurança da Informação buscará consolidar a implantação da cultura de segurança da informação nos órgãos da administração pública federal, com vistas à proteção do conhecimento confiado ou produzido pelo governo.

Na área da Secretaria Nacional Antidrogas destacam-se três linhas estratégicas: I) promoção e socialização do conhecimento técnico-científico, com projetos para promoção de diagnósticos situacionais sobre o consumo de drogas no País; produção de conhecimento técnico-científico; capacitação de agentes do Sisnad para atuação na redução da demanda de drogas;



desenvolvimento de metodologias e socialização do Conhecimento; II) fortalecimento das estruturas do Sisnad; III) suporte à gestão do Sisnad.

Essas estratégias são fundamentais na consolidação da agenda do Governo Federal para a redução da demanda de drogas. O plano se caracteriza pela integração das políticas públicas setoriais, pela mobilização e conscientização da sociedade e pela ampliação de espaços para a participação de diferentes atores públicos, privados e não-governamentais. Nas linhas de atuação estabelecidas, estão contemplados mecanismos de avaliação de desempenho, que possibilitam o acompanhamento e o redirecionamento necessário à execução dos projetos, garantindo que os recursos sejam otimizados e os resultados, maximizados.

Cabe ressaltar que as estratégias desdobradas pela Senad reafirmam o compromisso de governo de estreitar as relações com a sociedade, estimulando o compartilhamento de responsabilidades e fazendo com que as ações de redução da demanda de drogas possam chegar aos mais longínquos pontos e realidades do território nacional.

11. Habitação e Infra-Estrutura Urbana

a) Nova política e ação habitacional

A área da habitação apresentava as seguintes distorções históricas:

- Dos recursos investidos em habitação popular, uma parte ínfima era destinada à população com renda de zero a três salários mínimos, embora esta faixa responda pela maior parte do déficit habitacional.
- A execução orçamentária não acompanhava a distribuição geográfica do déficit de habitações no País.
- A maior parte dos financiamentos concedidos era canalizada para a aquisição de imóveis usados, em detrimento da construção de novas moradias, o que pouco contribuiu para a redução dos problemas habitacionais.

As correções promovidas pelo governo, na execução dos programas habitacionais federais, são descritas a seguir.

Um dos primeiros esforços foi o estabelecimento de metas para aplicação dos recursos, no valor de R\$5,3 bilhões, provenientes de diversas fontes, disponíveis para o exercício de 2003. Considerou-se principalmente a possibilidade de focalizar a faixa de renda até cinco salários mínimos, levando-se em conta a distribuição geográfica e a prioridade na produção de novas unidades. Até o final de dezembro de 2003 foram contratadas operações que atingiram 95% dos objetivos inicialmente previstos – 300 mil famílias, totalizando 284,4 mil atendimentos habitacionais, com a aplicação de R\$4,4 bilhões.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) passou por uma ampla revisão. Foram contratadas 21 mil operações, referentes a leilões realizados em 2002 e, no exercício de 2003, foram leiloados 41 mil créditos, que estão em fase de contratação. Essas iniciativas beneficiarão 62 mil famílias, três vezes mais que no ano de 2002. Além disso, a revisão do programa permitiu a distribuição espacial de recursos entre unidades da federação; atenção às famílias de mais baixa renda; ampliação da participação do poder público local e possibilidade de atuação nas áreas rurais e metropolitanas. Também está sendo viabilizado o ingresso de novos agentes promotores e financeiros na implementação de programas habitacionais, com medidas voltadas ao fortalecimento da atuação das Companhias de Habitação Popular (COHABs), e para inclusão das cooperativas e associações habitacionais autogestionárias. Em 2003 foram assinadas com as cooperativas rurais 1.500 créditos no âmbito do PSH.

Uma inovação é a criação do Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), instituído pela Medida Provisória nº 133/03. O PEHP foi criado em sintonia com os propósitos da nova política, no sentido de proporcionar o estabelecimento de parceria com estados e municípios, otimizar e reunir fontes de recursos, e responder à crítica quanto à rigidez dos atuais programas. A execução do PEHP será o ponto de partida para o Plano de Ação que se dedica a apoiar estados e municípios na redução dos problemas habitacionais das Regiões Metropolitanas.

Até 31 de dezembro de 2003, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), aumentou em 50%, em relação ao ano anterior, a quantidade de famílias atendidas, passando de 30 mil para 44 mil famílias.

Foi conferida absoluta prioridade à execução do Habitar-Brasil/BID. Em 2003, foi alocado o dobro dos recursos dos últimos três anos. Equivale dizer que, de setembro de 1999 a dezembro de 2002, foram aplicados R\$63 milhões, e considerando apenas 2003 foram empenhados R\$120

milhões. O total dos empenhos beneficiará 42.186 famílias com obras de urbanização de assentamentos precários.

Outra inovação, na busca por ampliar os recursos direcionados para o setor habitacional, foi o lançamento, pela Caixa Econômica Federal, do fundo Caixa Brasil Construir Residencial São Paulo, primeiro fundo de investimento em direitos creditórios a ser lançado à luz do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS). Por meio dele, a Caixa irá captar mais de R\$100 milhões de recursos financeiros privados que possibilitarão financiar a construção de 1.694 imóveis residenciais e comerciais na cidade de São Paulo.

b) Regularização fundiária

Com a iniciativa Papel Passado, criada em 2003, buscou-se auxiliar a regularização fundiária de assentamentos precários em áreas urbanas, ocupados por população de baixa renda. Em 2003, a política nacional de regularização fundiária avançou na construção de um novo marco jurídico para a questão, construindo uma nova relação com a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. A adoção de novas práticas cartorárias, com a Associação dos Notários e Registradores (ANOREG) e o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) resultou em convênio-piloto com os cartórios de Gravataí (RS), que já asseguraram gratuidade de registro para 7.265 famílias, tornando-se referência para outros convênios em elaboração. Em relação aos anos anteriores, tudo o que foi feito é novidade, pois inexistiu uma política de regularização de terras no Brasil.

O Governo Federal está apoiando os municípios na formulação de programas de legalização do solo, o que já resultou em contratos de aforamento (cessão gratuita) dos terrenos de marinha. Em 2003 foram concedidos contratos de aforamento para o município do Rio de Janeiro, beneficiando 1.586 famílias; em Recife, 1.859 famílias foram atendidas.

Foram firmados ainda convênios com três estados (Rio de Janeiro, Mato Grosso e Acre), abrangendo 219 municípios, e quatro acordos estão em elaboração (Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul). Os convênios de cooperação técnica, firmados entre União e estados, visam ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas, destinadas a qualificar e acelerar o processo de regularização fundiária.

Os processos para cessão de aforamentos, nas gestões anteriores, duravam em torno de 10 a 20 anos. O governo conseguiu, em menos de um ano, desburocratizar e agilizar os processos e já concedeu aforamento para as primeiras áreas.

c) Nova política e ação em saneamento

Até 2003, a atuação federal no saneamento básico era empreendida por meio de 80 ações, 24 programas, oito ministérios e de duas instituições financeiras da União. Neste governo, um mecanismo cooperativo de atuação inaugurou um processo de trabalho potencializador de energias e de recursos: cinco programas unificados de saneamento ambiental, sob gestão colegiada, estão previstos no PPA 2004-2007.

O recurso à criatividade e o intenso trabalho empreendido já permitem afirmar que a meta estabelecida pelo Presidente da República de realizar os financiamentos pelo FGTS (R\$1,4 bilhão em 2003) foi ultrapassada, atingindo R\$1,6 bilhão, quantia seis vezes maior do que nos quatro anos anteriores (R\$273 milhões).

Em relação à política nacional de saneamento ambiental, foi constituído oficialmente em setembro um Grupo de Trabalho Interministerial com o propósito de realizar estudos e elaborar propostas para promover a integração das ações de saneamento ambiental no âmbito do Governo Federal. No Grupo estão sendo realizadas discussões com o objetivo de gerar contribuições para o processo de formulação da nova política nacional de saneamento ambiental, incluindo a redefinição de competências entre os órgãos federais.

d) Mobilidade e transporte urbano

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) concebeu um novo modelo de regionalização dos metrôs de Belo Horizonte e Recife, com base na gestão tripartite – governos municipais, estaduais e federal –, no qual os recursos federais ficam dependentes, em termos de integração intermodal do desempenho do sistema de transporte.

Foram praticamente retomadas, considerando o ritmo lento em que se encontravam, as obras dos metrôs de Belo Horizonte, Salvador e Recife. Parte das linhas de Belo Horizonte e Recife será inaugurada em 2004. Os trens urbanos (Natal, João Pessoa, Maceió, Recife, Salvador e Belo Horizonte) vêm apresentando aumento no volume de passageiros transportados, sendo que a receita própria foi de R\$54 milhões em 2003. O total de passageiros transportados nesse ano chegou a 89.369 mil, com média de 286 mil passageiros por dia útil, valores superiores em 12% e 5%, respectivamente, ao de 2002. Essa elevação se deve ao incremento da demanda no sistema de Recife, com a entrada em operação, no final de 2002, do trecho Rodoviária–Camaragibe, e ao valor da tarifa do trem, que está bem inferior às das modais concorrentes.

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB) ampliou a oferta de trens em diversos horários, tendo como consequência maior número de usuários.

Foi lançado o Pró-Transporte, programa que apoiará as prefeituras com obras relacionadas ao transporte público. O Governo Federal recebeu propostas para contratação no Pró-Transporte, e a efetivação das operações será possível no exercício de 2004.

e) Trânsito Urbano

Foram definidas e intensificadas ações conjuntas com o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), envolvendo a aplicação do Código de Trânsito Brasileiro, para fazer frente aos mais de 300 mil acidentes, com perda de mais de 30 mil vidas ao ano. Para tanto, destacam-se três tipos de ações:

- Ações educativas, que promoveram mudança de atitude no trânsito, valorizando o pedestre, fiscalizando e controlando os veículos. São resultado de diversas iniciativas: campanhas anuais educativas de trânsito; Semana Nacional de Trânsito, que em 2003 distribuiu 3 milhões de folhetos, 50.000 cartazes e 27 murais; e III Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, com entidades educativas que defendem os valores da vida e a convivência civilizada.
- Ações que estão viabilizando o Registro Nacional de Infração de Trânsito (RENAINF) vão permitir a extinção da impunidade das multas entre diferentes estados da federação. Atualmente, essas ações estão em fase de testes com os Detrans de Goiás, Distrito Federal, Bahia, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Em seguida, o sistema será implementado em todos os estados, vencendo uma situação historicamente retrógrada, que tem favorecido a ilegalidade e o crime.

Ações para a definição do Modelo de Inspeção Veicular concluíram, após diversas audiências públicas, um relatório final. A portaria interministerial será publicada no início de 2004. O modelo permitirá tornar mais seguros os veículos, diminuindo a possibilidade de acidentes.

f) Capacitação dos municípios para a Política Urbana

A Constituição brasileira determina que a competência nas áreas de saneamento, transporte urbano municipal, uso e ocupação do solo é municipal. Para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano, foi criado o Programa Nacional de Capacitação das Cidades. O

programa visa a fortalecer os municípios. Em 2003, foram promovidas as seguintes atividades de capacitação:

- 1) Na área de saneamento ambiental, ações voltadas para assistência técnica a 16 estados e 41 municípios; elaboração de projetos e planos diretores de manejo sustentável em relação a resíduos sólidos.
- 2) Na área de habitação, ações de treinamentos, estudos, consultorias, num total de 12 contratos, que capacitaram 636 técnicos municipais no âmbito do programa Habitar-Brasil.
- 3) No que se refere à modernização das informações urbanas, foi promovido em novembro de 2003, com parceria do Lincoln Institute of Land Policy, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal, o curso Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana; teve a participação de 135 inscritos, entre eles 90 representantes de municípios brasileiros.
- 4) Com relação ao apoio para a elaboração de planos diretores, foram realizadas em 2003 diversas atividades de capacitação em municípios brasileiros: São Luís (MA); Rio Branco (AC); Campina Grande (PB) e 31 municípios do cariri paraibano; Curitiba (PR) e 18 associações microrregionais de municípios do Paraná que abrangem mais de 200 municípios do Estado.

Em dezembro de 2003 foi realizado encontro de especialistas de todo o País com o objetivo de discutir o Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

Em 2004, o Ministério das Cidades priorizará a aplicação de recursos para implementar um Plano de Ação destinado às Regiões Metropolitanas. Dada a concentração de problemas urbanos e sociais nessas áreas, a dispersão e a desarticulação dos investimentos nos diversos níveis de governo; a falência do modelo instituído em décadas anteriores; e a ausência de padrão integrado de gestão para transporte, saneamento e outros serviços urbanos, propõe-se um Pacto Federativo. Com estados e municípios e envolvendo participação social, tem o objetivo de articular as intervenções nas Regiões Metropolitanas críticas, a fim de enfrentar conjuntamente os graves problemas dos centros urbanos.

Com vistas à redução dos elevados déficits habitacionais registrados nessas áreas, o Ministério das Cidades irá investir R\$1,94 bilhão na provisão de novas unidades habitacionais, urbanização de áreas precárias, requalificação urbana, provimento de saneamento básico e infra-estrutura.

No setor habitação, espera-se realizar 582 mil atendimentos com a aplicação dos recursos geridos pelo Governo Federal da ordem de R\$7,4 bilhões, provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (R\$4,05 bilhões); Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$200 milhões); Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (R\$1 bilhão), orçamentos fiscal e de segurança (R\$654,6 milhões) e Caixa Econômica Federal (R\$1,5 bilhão). Para ampliação da participação do mercado formal de habitação, em atendimento às faixas de baixa renda, será dada continuidade ao Grupo de Trabalho com representantes dos ministérios das Cidades e da Fazenda, da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O grupo está tratando de assuntos como “patrimônio de afetação”, “fundo de fomento à liquidez”, “pagamento do incontroverso”, “Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)”, “Letras de Crédito Imobiliário (LCI)”, “execução hipotecária extraordinária” e “carta de recompra”.

Além disso, está em construção a Política Nacional de Habitação, que implementará o novo Sistema Nacional de Habitação, após discussão no governo e amplo debate no Conselho das Cidades. O ano de 2004 será o ano de transição para esse novo modelo, quando será instituído o marco regulatório necessário para que em 2005 sua implantação esteja efetivada.

O Ministério das Cidades irá investir R\$5 milhões em regularização fundiária, na iniciativa Papel Passado, priorizando a regularização de favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais, o que possibilitará a obtenção do endereço de cidadania para milhares de famílias. O Ministério das Cidades continuará o trabalho de revisão da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano), iniciado em 2003 com a formulação de um substitutivo. A tarefa se desenvolve em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados (CDUI), e deverá estabelecer bases para o acesso à terra dos setores de baixa renda, bem como um novo marco regulatório para a questão.

Na área de saneamento, os investimentos diretos e financiamentos federais são da ordem de R\$4,7 bilhões, sendo R\$1,8 bilhão do FGTS, R\$1,6 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$1,3 bilhão dos orçamentos fiscal e de segurança. Envolve os ministérios das Cidades, Integração Nacional, Saúde e Meio Ambiente e levará benefícios a 5,1 milhões de famílias, com a expectativa adicional de criar 760 mil empregos. Desse total, R\$1,218 bilhão serão investidos nas Regiões Metropolitanas, em sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários e fossas sépticas. Em dezembro de 2003 foram assinados contratos de saneamento com recursos de R\$1,7 bilhão do FGTS, que começarão a produzir resultados a 1,88 milhão de famílias em 2004, com perspectiva de 276 mil empregos.

Integrado ao objetivo do combate à fome, o Ministério das Cidades coordenará, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o desenvolvimento de um projeto destinado à inserção social dos catadores e à erradicação de lixões nos municípios brasileiros, contando com a participação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e dos ministérios do Meio Ambiente, Trabalho e Emprego e Educação.

As propostas da Política Nacional de Saneamento Ambiental e do marco regulatório já foram elaboradas e estão em fase final de avaliação no Governo Federal, para serem encaminhadas ao Congresso Nacional ainda no primeiro trimestre de 2004.

Além disso, o Conselho Monetário Nacional, com a Resolução CMN nº 3.153, ampliou em R\$2,9 bilhões o limite de novas operações de crédito para financiamento de ações de saneamento aos estados e municípios. Tais operações deverão estimular significativamente os investimentos nessa área ao longo do ano de 2004.

Na área de infra-estrutura de transporte urbano, o Ministério das Cidades irá investir R\$700 milhões para a implantação de corredores estruturais de transporte, ciclovias, passagens, calçamento para pedestres e equipamento de acessibilidade a pessoas com restrição de mobilidade. Paralelamente, serão implementados projetos de capacitação de agentes públicos e sociais, incluindo a elaboração dos Planos Diretores de Transporte para as cidades com mais de 500 mil habitantes, visando a dar prioridade nos transportes urbanos aos meios coletivos e não motorizados.

Para dar continuidade à implantação dos metrôs de Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador (trecho Lapa–Pirajá) e recuperação dos trens urbanos do Rio de Janeiro e Salvador (trecho Calçada–Paripe), o Ministério das Cidades pretende investir cerca de R\$179 milhões. A implementação deste conjunto de obras deve redundar em cerca de 8.200 empregos locais, só na fase de construção.

Também será promovida a implantação de um sistema de gestão de transportes entre os governos federal, estadual e municipal; um sistema de bilhetagem eletrônica; a melhoria e ampliação da rede de integração dos trens urbanos e metrôs com os modais ônibus, bicicletas e automóveis; a melhoria física das estações e a implantação de um conselho de usuários.

Para a organização do setor de transporte e mobilidade urbana, será encaminhado ao Congresso Nacional o novo marcorregulatório, estabelecendo condições essenciais para viabilização um modelo tarifário e as parcerias público-privadas, abrindo novas perspectivas de investimento para o transporte coletivo urbano.

Na área de trânsito urbano, a implantação da Inspeção Técnica de Segurança Veicular (ITV) resultará na redução do número e dos custos de acidentes de trânsito, redução dos custos de manutenção dos veículos e maior controle sobre a frota nacional (moralização do mercado de automóveis usados, redução do número de roubos e da impunidade). Para tanto, serão construídas 3 mil estações de inspeção que permitirão, no primeiro ano, a geração de cerca de 130 mil empregos, dos quais 45 mil diretos.

Com a implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito, será instituído, até meados de 2004, um novo modelo de banco de dados, que reunirá todas as notificações de infrações de trânsito no território nacional e possibilitará aos órgãos e entidades executivas de trânsito o registro e compensação de multas. Esse sistema permitirá que motoristas que cometam infrações fora do domicílio de registro dos veículos sejam efetivamente autuados, acabando assim com a sensação de impunidade, além de aumentar em cerca de 30% a arrecadação.

O projeto executivo da ação de Educação para a Cidadania no Trânsito deverá ser contratado e desenvolvido até maio de 2004, assim como serão estabelecidas parcerias com universidades, instituições com reconhecida prática em metodologia de educação popular e instituições da área de trânsito, na intenção de dar suporte ao desenvolvimento da ação e sua implementação. A partir de maio de 2004, a ação será divulgada e implementada em todo o País, visando alcançar, neste primeiro ano, cinco milhões de estudantes e 150 mil professores.

Por fim, o Ministério das Cidades, sabendo da importância do planejamento para o desenvolvimento urbano, oferecerá apoio técnico e financeiro aos municípios. Realizará ações de mobilização e conscientização sobre a importância do planejamento territorial e controle do uso do solo, para uma política de redistribuição de renda e inclusão social, com vistas à elaboração dos Planos Diretores, obrigatórios para cidades com mais de 20.000 habitantes até 2006, conforme estabelece o Estatuto da Cidade.

Em 2004, o Ministério das Cidades promoverá a implantação do Conselho Nacional das Cidades e de suas câmaras setoriais; garantirá, dessa forma, o debate e a definição de critérios para distribuição de recursos orçamentários e de programas temáticos de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, trânsito e gestão urbana.



Inserção Soberana

2004

Liderança internacional por um mundo mais justo

No esforço de promoção da paz e da estabilidade regional e mundial, o Presidente da República se empenhou para que a crise do Iraque fosse resolvida de forma pacífica, com pleno respeito aos princípios das Nações Unidas e do direito internacional. Na América do Sul, o Brasil se dedicou a contribuir para a condução pacífica da situação política na Venezuela, tendo proposto a criação do Grupo de Amigos da Venezuela; para o encaminhamento de uma solução pacífica para a complexa situação colombiana; para a transição democrática na Bolívia, sempre com pleno respeito aos princípios da autodeterminação, à não-intervenção, igualdade soberana dos estados e solução pacífica de controvérsias, inscritos na Constituição.

Um mundo multipolar está emergindo, como demonstra o processo de ampliação da União Européia; o célebre desenvolvimento da China; a afirmação da Índia; a recuperação nítida da Rússia; a articulação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Nesse mundo multipolar, nem o Brasil nem a América do Sul podem ser absorvidos por qualquer um desses pólos. A defesa de nossos interesses exige a construção da unidade sul-americana e a aliança estratégica com a Argentina. Daí a determinação de fortalecer o Mercado Comum do Cone Sul-Mercosul e de acelerar os acordos comerciais e de infra-estrutura, com vistas à integração sul-americana. O Mercosul deve consolidar-se como união aduaneira e transformar-se em um espaço comum, capaz de articular políticas agrícolas, industriais, sociais e de ciência e tecnologia. O Mercosul tem que criar e fortalecer suas instituições políticas, o que exigirá a eleição de um parlamento por voto direto. A articulação das políticas macroeconômicas conduzirá futuramente a uma moeda única. A proposta do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) permite, de um lado, a sua conclusão pragmática em 2005 e, de outro, preserva a identidade das sociedades latino-americanas e os instrumentos soberanos de política econômica e de desenvolvimento de cada País.

Paz e segurança internacional

A crise do Iraque e o agravamento da instabilidade no Oriente Médio foram os temas que dominaram a agenda internacional no campo da paz e da segurança em 2003. Esforçamo-nos para um encaminhamento pacífico da questão iraquiana, com base em nosso compromisso com o multilateralismo e com o direito internacional. Preconizamos a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a preservar e fortalecer o sistema de segurança coletiva. Nesse ambiente, a eventual admissão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja competência se vem expandindo, revela-se



essencial para tornar o órgão mais representativo dos países do Sul e nele contribuir para a paz e o desenvolvimento. As visitas recebidas e a série de viagens do Presidente não só contribuíram para articular a cooperação em relação à paz e ao desenvolvimento, como também lograram obter o apoio de países como a França, Alemanha, Reino Unido, Chile, Rússia, Colômbia, Venezuela, Equador, Espanha, Líbano e Moçambique, entre outros.

Um mundo mais solidário

O enfrentamento dos desafios brasileiros passa por uma reorientação das relações históricas de amizade e cooperação com os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e países da União Europeia.

Em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, o governo brasileiro reafirmou sua convicção de que um outro mundo é possível.

Em Davos (Suíça), no Fórum Econômico Mundial, o Brasil foi a voz dos pobres e excluídos de todo o mundo, quando lançou a proposta de um fundo mundial contra a fome. Em Evian (França), na Cúpula do G-8, o Brasil voltou a ter o mesmo papel, quando propôs a taxação do comércio internacional de armas e a criação de um fundo de investimentos de ajuda aos países em desenvolvimento. Nesses encontros, bem como na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, o País propôs a criação de um fundo mundial de combate à fome. A idéia foi recebida com entusiasmo pelos chefes de Estado. Como segunda forma de financiamento, foi proposta a criação de mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam nesse fundo percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Na reunião de Evian, o Brasil cobrou dos países desenvolvidos uma nova equação econômica, que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento. Foi lembrado que o Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço de adaptação às estratégias econômicas preponderantes, porém, não houve avanços importantes no combate à exclusão social. As mesmas posições foram defendidas na Reunião da Governança Progressista em Londres, bem como nas visitas de Estado à Espanha e a Portugal e nas visitas de trabalho à França e à Alemanha.

Na Cúpula Extraordinária das Américas, em Monterrey (México), predominou o enfoque, defendido pelo Brasil, segundo o qual não existe sustentabilidade econômica sem sustentabilidade social.

O Brasil tem defendido o desarmamento como a forma mais eficaz de não-proliferação e o seu direito de acesso às tecnologias de ponta, com o rigoroso cumprimento de nossos compromissos internacionais. Tem sustentado a plena entrada em vigor dos acordos internacionais sobre meio ambiente, em especial os compromissos derivados da convenção sobre as mudanças climáticas e a cooperação internacional no campo das energias renováveis, a partir de proposta apresentada em Joanesburgo (África do Sul), na reunião denominada Rio + 10. Observando o mesmo princípio, aderiu ao protocolo de Cartagena sobre biossegurança.

O Brasil tem prestado toda a cooperação aos esforços internacionais na luta contra as ameaças do narcotráfico e do terrorismo; assinou as convenções internacionais e tomou as medidas internas de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de armas que estão intimamente ligados àquelas ameaças.

O novo governo tem como seu maior compromisso com a sociedade brasileira a defesa dos direitos humanos das minorias, historicamente oprimidas. Assim, na esfera internacional, o País tem demonstrado a sua firme vontade de cooperar com todos os organismos de defesa dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, não permitir que o tema seja utilizado de forma política e discriminatória. Nesse mesmo campo, tem sido importante a defesa dos direitos das comunidades brasileiras no exterior.

Prioridade para a América do Sul

Cada vez mais o destino do País está relacionado à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. O Brasil participou, na Venezuela, da 4ª reunião do comitê de direção executiva da iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), em julho de 2003. Na presença dos 12 ministros de Planejamento e Infra-Estrutura dos países da América do Sul, apresentou a visão estratégica para a América do Sul, que será validada na próxima reunião em Lima (Peru).

No Rio de Janeiro, o BNDES e a Corporación Andina de Fomento (CAF) organizaram seminário onde cada País da América do Sul mostrou dois projetos prioritários de infra-estrutura. Esses projetos servirão de base para as definições a serem adotadas pelos presidentes da região.

O governo brasileiro removeu obstáculos que dificultavam a ampla utilização dos Convênios de Crédito Recíproco (CCR), instrumentos fundamentais para nossas relações econômicas e comerciais com nossos vizinhos.



Os trabalhos técnicos da IIRSA avançaram em 2003, com destaque para: (i) identificação dos projetos de infra-estrutura em cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento; e dos projetos-âncora; (ii) definição dos fatores de análise para priorização de projetos; (iii) organização da nova página na internet; (iv) realização da 1^a reunião do Grupo Técnico Executivo de Tecnologias de Informação e Comunicações (GTE-Tic); (v) realização de estudos sobre os processos setoriais (passagens de fronteira, transportes – aéreo, marítimo e multimodal, entre outros). Para 2004 estão previstas: a validação da visão estratégica para a América do Sul, considerando-a como uma região geoeconómica única; consolidação dos agrupamentos de projetos em cada um dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, nas áreas de transportes, energia e comunicações, e a definição dos projetos-âncora; e, a definição dos critérios para a priorização dos projetos de integração.

Foram iniciadas as negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Pelo “Programa de Bruxelas”, foi detalhado cronograma de reuniões para fechar um acordo de livre comércio até outubro de 2004. O programa prevê a apresentação de ofertas de abertura aperfeiçoadas, incluindo o mercado agrícola, no âmbito do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais. É a primeira vez que os europeus acenam a seus potenciais sócios sul-americanos com uma abertura no mercado agrícola.

Está sendo implementado o Fórum de Competitividade Mercosul de Madeira e Móveis. Serão definidas as cadeias produtivas que serão objeto de instalação de foros de competitividade Mercosul, em 2004. Foram promovidas diversas rodadas de encontros bilaterais entre os parceiros do Mercosul, sobretudo com a Argentina, proporcionando a solução de pendências. Foram intensificadas as negociações de acordos internacionais de comércio entre o Mercosul e alguns países, com destaque para a assinatura do acordo de livre comércio Mercosul-Peru.

Foi formado o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), no qual os ministérios da agricultura dos países do Mercosul, Bolívia e Chile se comprometem em atuar de forma articulada na análise das políticas agropecuárias, comerciais, sanitárias e fitossanitárias dos países envolvidos. Iniciativas comuns foram tomadas para o controle de febre aftosa na Bolívia.

No setor de turismo, teve destaque em 2003 a criação da Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul.

Foi promovido o Projeto Mercosul Social, que debateu o tema “A dimensão social como elemento central do Mercosul, Bolívia e Chile”; houve ênfase na luta contra a fome e a pobreza. O governo

brasileiro destacou o programa Fome Zero; a Casa da Família e a Rede de Proteção Social (RPS). Os países manifestaram interesse pela idéia brasileira de um fundo internacional de combate à pobreza; pela possibilidade de integração dos programas sociais nas áreas de fronteira e em alguns países (Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) há o interesse até mesmo em aderir ao Instituto Social Brasil-Argentina (ISBAC);

O Brasil se juntou a organismos oficiais argentinos vinculados ao Isbac no propósito de combater a pobreza, promover a integração regional e a cooperação bilateral na área social, a partir da criação de um comitê coordenador. O instituto atuará prioritariamente nas áreas de fronteira, consolidando a integração das políticas públicas dos dois países.

Para dar maior atenção às nossas relações com países sul-americanos foi realizado, em setembro de 2003, um concurso extraordinário de acesso direto à carreira diplomática para suprir a carência de diplomatas em países da América do Sul.

Por meio da assinatura de acordos com países vizinhos foi estabelecida cooperação para a vigilância das fronteiras comuns e para o controle do espaço aéreo. A incorporação prevista de parceiros sul-americanos ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) trará significativos dividendos no combate aos delitos transnacionais. Esta é mais uma medida que fortalece a crescente integração do subcontinente.

O governo promoveu, em abril, a primeira reunião de ministros da Defesa no âmbito específico da América do Sul. Na reunião, reiterou-se a importância atribuída à cooperação entre as Forças Armadas do subcontinente. Consolidou-se a percepção de que essa cooperação é fundamental para que se estreitem os laços de confiança entre os agentes militares da região. Em setembro, ocorreu, em Santiago do Chile, nova reunião de ministros da Defesa sul-americanos, numa demonstração de que a iniciativa brasileira está sedimentando, na América do Sul, um espaço de defesa adequadamente coordenado.

O governo tem procurado promover a integração das indústrias de defesa sul-americanas, visando a modernização de equipamentos de emprego militar, numa demonstração salutar de atuação conjunta dos governos da América do Sul – tanto como compradores e importadores quanto como produtores e exportadores. Agindo dessa forma, os países do subcontinente – com suas respectivas indústrias – serão capazes de alcançar coerência e escala econômica propícia a um aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis. Ademais, a integração de indústrias



de defesa constitui uma medida adicional de reforço de confiança mútua. Foram organizados também encontros dos chefes e técnicos dos serviços de inteligência dos países da América do Sul, em outubro.

O envio de militares para a missão de assistência humanitária na remoção de minas no Peru e no Equador marcou a contribuição das Forças Armadas brasileiras no concerto das nações.

Relações com a África

No esforço de reconstrução da política exterior brasileira tem sido atribuída importância capital às relações do Brasil com a África, em especial com a África Austral e os países de língua portuguesa. A intenção é resgatar a dívida histórica da sociedade brasileira com os povos africanos e estreitar com eles as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, contribuindo para o próprio reencontro do Brasil consigo mesmo. O País está realizando amplo trabalho de cooperação internacional em torno das questões de promoção da igualdade racial, especialmente com países da África. O Presidente fez visita a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Foram assinados diversos acordos, além da criação de Adidâncias de Defesa na Nigéria, em Moçambique e na Namíbia. Também no campo da saúde, a experiência de reconhecimento internacional do País no combate à Aids motivou um amplo projeto de cooperação na produção de medicamentos de combate a Aids.

Cooperação trilateral África do Sul–Brasil–Índia e avanços da diplomacia nos países árabes

A política externa conferiu, em 2003, especial importância à cooperação política e econômica com as grandes nações em desenvolvimento, que têm de vencer desafios semelhantes aos brasileiros. Além de articular a iniciativa África do Sul–Brasil–Índia, procurou com empenho a cooperação com a China, segundo maior parceiro comercial do Brasil, com quem tem o maior projeto de cooperação científica e tecnológica Sul–Sul: os satélites Brasil–China. Com a Rússia e com a Ucrânia, firmaram-se compromissos para desenvolver projetos de cooperação tecnológica de ponta, vencendo obstáculos de acesso, sem contar as iniciativas para expandir as trocas no campo industrial e comercial. A visita do Presidente aos países árabes (Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia) veio abrir para o Brasil novos horizontes de cooperação econômica e demonstrar a firmeza dos compromissos brasileiros com a paz no Oriente Próximo e com a construção do Estado Palestino.

Construção de um novo ambiente de participação do Brasil na economia internacional

Nas negociações da Rodada do Desenvolvimento (Doha, Qatar), o Brasil tem procurado fazer com que os países em desenvolvimento tenham uma participação articulada e ativa e não fiquem dependentes das decisões tomadas em conjunto pela União Europeia e Estados Unidos. As Rodadas constituem o mais amplo esforço de negociação econômica (não apenas comercial) em curso no momento, onde podem vir a ser geradas normas que afetam as possibilidades de política econômica interna. Assim, no tema central da agricultura, o Brasil articulou – com a participação intensa da Argentina, África do Sul, China, Egito, México e Índia, dentre outros – o chamado G-20, que apresentou proposta tecnicamente firme e constitui fato novo e relevante nas negociações da OMC. Dessa forma, o Brasil assumiu papel de liderança destacada na defesa de um equilíbrio do entendimento, que seja direcionado para tratar dos temas de real interesse comercial para o nosso País. Na recente reunião do G-20 em Brasília, o Brasil propôs que ele evoluía para uma zona de livre comércio aberta também a outros países fora do grupo.

A Petrobras tem conduzido com êxito suas atividades na América Latina, África, Oriente Médio e Estados Unidos. Na América Latina, houve aumento de participação da companhia, com a consolidação de iniciativas na Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela e o início de atuação no México. Na África, a companhia avançou em projetos onde já está presente (Angola e Nigéria) e tem posição ativa na busca de novas oportunidades de participação em outros países. A Petrobras consolidou sua posição nos Estados Unidos como *major player* no cenário de projetos de águas profundas no Golfo do México, participando de descobertas significativas. No Oriente Médio, a Petrobras participou de licitação no Irã e está avaliando oportunidades na Arábia Saudita e Emirados Árabes.

Em 2004, o governo continuará a desenvolver uma agenda diplomática intensa, com base nas prioridades e diretrizes estabelecidas.

As relações com a América do Sul seguirão merecendo atenção especial. As atividades relacionadas à parceria estratégica com a Argentina serão incrementadas e exigirão redobrado empenho diplomático neste ano, que culminará com uma cúpula de presidentes em Brasília, no segundo semestre. Continuarão os esforços de integração sul-americana, na sequência dos acordos que os países do Mercosul firmaram, no ano passado, com os países da Comunidade Andina.



No início de 2004, o Brasil assumiu também a presidência do Grupo do Rio. Trabalharemos para que nossa região se posicione e defenda com clareza e firmeza de propósitos seus interesses no plano global. Envidaremos esforços também para que, nesse mecanismo de concertação política regional, os processos de integração dos países da América do Sul e da América Latina sejam conduzidos, como devem ser, de maneira complementar e convergente.

No plano bilateral, continuaremos a acompanhar e a colaborar, sempre que solicitados – e com pleno respeito à soberania de nossos vizinhos –, para o encaminhamento favorável das situações na Bolívia, Colômbia e Venezuela. Tendo o Presidente Lula recebido, ao longo de 2003, visitas de trabalho de todos os homólogos da América do Sul, novos encontros de alto nível deverão realizar-se, já havendo sido pré-agendadas viagens presidenciais ao Chile e ao México. Na seqüência da Cúpula das Américas, em Monterrey, outros encontros entre o Presidente da República e mandatários da região estão previstos, à margem da Cúpula do G-15, a realizar-se em Caracas.

A política externa, na questão do desenvolvimento social e econômico, deverá beneficiar-se de uma série de contatos de alto nível, a começar pelo encontro, em Genebra, do Presidente Lula com o Presidente da França, Jacques Chirac, e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para discutir iniciativas internacionais para o combate à pobreza e à fome. Esta preocupação também deverá perpassar a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que o Brasil sediará em São Paulo, ocasião em que deverão ser examinados temas de interesse dos países em desenvolvimento, entre os quais a busca de regras mais eqüitativas e a eliminação das distorções existentes no comércio internacional. Nesse mesmo sentido, o Brasil, em aliança com países do G-20, mecanismo ao qual coube papel de grande relevo na reunião ministerial da OMC em Cancún (México), fará o que estiver ao seu alcance para que a Rodada do Desenvolvimento (Doha, Qatar), possa chegar a bom termo. Isso passa necessariamente pela eliminação dos vultosos subsídios agrícolas aplicados pelos países desenvolvidos e pela criação de condições mais favoráveis à inserção dos países em desenvolvimento no comércio mundial.

Entre outros encontros já programados, registrem-se as visitas de Estado à Índia e à China, e a possível visita do Presidente da Rússia ao Brasil. Revelaram-se promissores os contatos realizados em 2003 com essas nações, com as quais pretendemos estreitar nosso relacionamento, conforme salientou o Presidente Lula em seu discurso de posse. Com a África do Sul, especificamente, daremos seguimento à iniciativa do foro de diálogo trilateral (IBAS). Em março, será realizada, em Nova Déhli, a primeira reunião da comissão mista

trilateral, que se debruçará sobre projetos de cooperação, bem como sobre novas possíveis iniciativas globais destas três grandes democracias. Elas ganharam perfil político elevado, nas Nações Unidas, com a aprovação, por sua iniciativa, do fundo fiduciário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando o financiamento de projetos de cunho social em países em desenvolvimento.

Com os países africanos, pretendemos aprofundar a aproximação iniciada no ano passado na visita do Presidente Lula a Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Essa investida conferiu substância ao propósito governamental de forjar novos laços de cooperação com nossos vizinhos africanos, inclusive em função de nossa condição de País com a maior população de afro-descendentes.

Os países árabes também estão sendo objeto de um renovado interesse, como ficou patente com a visita presidencial à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. Em 2004, por iniciativa do Brasil, terá lugar uma pioneira Cúpula América do Sul-países Árabes, quando poderemos examinar projetos concretos de cooperação nas esferas econômico-comercial, científico-tecnológica, social e cultural. Também nutrimos a expectativa de entabular um diálogo político de alto nível sobre questões de interesse global, entre as quais se incluem os esforços que se dão em diversos quadrantes para promover para a paz no Oriente Médio.

Conforme transpareceu nos encontros que o Presidente Lula manteve com o Presidente George W. Bush em 2003 e já no início de 2004, as relações com os Estados Unidos continuarão a pautar-se pelo diálogo franco e maduro, com base no respeito mútuo e na defesa de valores comuns. Esse é o espírito que vem prevalecendo nas relações bilaterais e também nas discussões sobre a Alca. Sob a co-presidência dos dois países, acordaram-se, em Miami, os parâmetros de negociação e introduziu-se flexibilidade no projeto de liberalização comercial. Esses critérios deverão gerir as negociações da Alca no decurso deste ano, quando, aliás, caberá ao Brasil sediar a IX reunião ministerial.

Ainda na esfera comercial, vale destacar as negociações para uma associação entre o Mercosul e a União Européia. A conclusão dessas negociações, em 2005, coincidirá com o término previsto para os processos da OMC e da Alca, o que introduz uma saudável multipolaridade em nossas relações econômico-comerciais com o mundo desenvolvido. A adoção em novembro último do programa de trabalho de Bruxelas imprime novo impulso às negociações, com a indicação das tarefas a serem cumpridas em um cronograma acelerado de encontros bi-regionais. Com a União Européia, outra iniciativa de aproximação será Cúpula EU-América Latina, a realizar-se

em Guadalajara, México. No plano bilateral, dando seqüência aos encontros do Presidente Lula com líderes europeus em 2003, já foi pré-marcada visita a Brasília do Primeiro-Ministro da Alemanha, Gerhard Schröeder.

Na esfera das Nações Unidas, o Brasil ocupará, no biênio de 2004-2005, um assento não-permanente, pela nona vez, no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nessa condição, será ainda maior nosso envolvimento nas questões mais candentes afetas à paz e segurança internacionais, dando continuidade aos esforços que foram realizados em 2003 pelo Presidente Lula para um encaminhamento pacífico da crise no Iraque. Apoiamos a oportuna iniciativa do Secretário-Geral Kofi Annan de dar início a um processo intensificado de discussão sobre a necessária reforma das Nações Unidas, a começar pelo Conselho de Segurança, no entendimento de que a admissão do Brasil e de outros países em desenvolvimento como membros permanentes contribuirá para conferir maior representatividade, legitimidade e eficácia àquela crucial instância decisória. Também esperamos que possa ser revitalizado o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que poderia desempenhar papel mais determinante no acompanhamento, prevenção e solução de situações de crise cujos fatores de origem econômica e social sejam particularmente evidentes.

Integração do mundo do trabalho nas Américas

Em setembro de 2003, o ministro do Trabalho e Emprego do Brasil assumiu a presidência da XIII Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), da Organização dos Estados Americanos (OEA). A decisão foi tomada na reunião de Salvador (BA), que contou com a presença de representantes dos 34 estados membros da OEA dirigentes de instituições e agências regionais e internacionais.

A reunião ministerial aprovou a declaração e o plano de ação de Salvador, consubstanciando os valores, aspirações, interesses e iniciativas comuns em torno de um projeto de desenvolvimento continental com base na promoção do trabalho decente. As aspirações expressas na Declaração Ministerial enfatizam a promoção do trabalho digno como projeto para os povos americanos, com vistas à construção de sociedades mais justas e solidárias, um trabalho que proporcione a melhoria das condições de vida das populações e sua participação nos frutos do progresso material. Para tanto, faz-se necessário estabelecer um marco integrado de políticas econômicas e laborais, que valorize a atividade como fator indispensável ao desenvolvimento sustentável e com inclusão social.

O governo brasileiro, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, tem assumido, dessa forma, um papel de liderança no processo de integração do mundo do trabalho nas Américas. O MTE participou, em Miami, da reunião de ministros responsáveis por comércio no hemisfério, em novembro, e da reunião do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), encarregado da preparação da Cúpula Extraordinária das Américas, que se realizou nos dias 12 e 13 de janeiro de 2004, em Monterrey (México). Em ambas as ocasiões, o governo brasileiro defendeu a construção de um novo modelo de globalização e de integração hemisférica, que reconcilie a afluência econômica e a justiça social.

O governo está negociando o projeto de implantação do Fundo Interamericano de Fomento ao Trabalho Decente, com prazo de finalização previsto para junho de 2004, durante a 92ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT em Genebra. À semelhança do Fundo Social Europeu, o Fundo Interamericano visa sustentar uma estratégia hemisférica de promoção do trabalho decente, apoiando diretamente iniciativas, governamentais ou não, voltadas a esse objetivo. São os seguintes os pilares dessa ação solidária: Fomento ao emprego e à capacitação dos trabalhadores; Fomento à capacidade empreendedora; Igualdade de oportunidades; e Diálogo social e democratização das relações trabalhistas.

Espera-se que ainda em 2004 se inicie o apoio a projetos de incentivo ao trabalho justo no Brasil, com alocação de recursos em pelo menos três projetos na área do cooperativismo urbano ou rural, sobretudo os que se constituam em alternativas para a absorção de mão-de-obra libertada, a partir de ações de combate ao trabalho escravo.

Defesa Nacional

A prioridade à Amazônia foi um dado sempre presente na atuação do Ministério da Defesa. No cumprimento dessa diretriz, foram transferidos efetivos militares para a região amazônica. A realização de exercício combinado das três armas na Amazônia, denominado Operação Timbó, e a determinação de transferência de uma Brigada do Exército do Rio de Janeiro para São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, são exemplos do atendimento a essa diretriz. A aquisição das aeronaves AL-X, já em fase de recebimento das primeiras unidades, irá reforçar a vigilância da região e das zonas de fronteira, consolidando a defesa do espaço aéreo e permitindo uma atuação mais eficaz no combate aos vôos ilícitos. Da mesma forma, a modernização das aeronaves de caça F-5 propiciará um maior potencial operacional à Força Aérea Brasileira (FAB), trazendo como reflexo um aumento em sua capacidade dissuasória e a possibilidade de melhor resguardar a soberania do País.



Nas fronteiras, a presença do Estado também se faz sentir na prestação dos serviços públicos essenciais às populações, na intensificação das comunicações com o restante do Brasil e na preservação das riquezas naturais. Prova desse esforço é a instalação de mais de 400 pontos de internet nos longínquos vilarejos e pelotões de fronteira, em ação integrada com o Ministério das Comunicações. Na mesma linha, o desenvolvimento do projeto Fronteiras possibilita que as Forças Armadas disponibilizem suas experiências, instalações e capacidade logística na Amazônia para pesquisadores, com parceria de universidades e de outros ministérios e apoiados pela capacidade técnica e financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa Calha Norte executou, em 2003, obras de infra-estrutura para comunidades carentes dos municípios da calha norte do Rio Amazonas, com destaque para a reforma de escolas indígenas Yekunana, em Auaris (RR), e Tikuna, em Tabatinga (AM); obras comunitárias na Aldeia Tucano, em São Gabriel da Cachoeira (AM); construção de hidrelétricas de porte reduzido em Pari-Cachoeira (AM), beneficiando as comunidades indígenas Jandu, Cachoeira e Bela Vista; a construção de pontes, escolas, creches e infra-estrutura urbana em pequenas e médias cidades do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.

Com a finalidade de consolidar a posição do País no mundo, o governo buscou a projeção cada vez mais efetiva das Forças Armadas no cenário internacional. A atuação da FAB integrando a força multinacional de emergência em Búnia, no Congo; um pelotão do Exército, enviado para garantir a paz no Timor Leste; e militares brasileiros na missão de assistência humanitária que ajudou na remoção de minas na América do Sul – Peru e Equador –, demonstraram a contribuição do governo brasileiro no concerto das nações.

Para o ano de 2004, serão implementados projetos e programas ligados ao fortalecimento da defesa nacional e ao desenvolvimento econômico e social do País.

No que diz respeito à Defesa Nacional, podem ser ressaltados, dentre outros, a reconstrução da torre de lançamentos do Centro de Lançamentos de Alcântara; a retomada da construção do Veículo Lançador de Satélites (VLS 1); a aquisição de novas aeronaves de caça para a Força Aérea Brasileira; o prosseguimento dos programas nuclear e de reaparelhamento da Marinha; e a efetivação da transferência de novas unidades militares para a Amazônia.

A reconstrução da torre de lançamentos do Centro de Lançamentos de Alcântara, destruída no lamentável acidente ocorrido em agosto de 2003, será iniciada em breve. Paralelamente, o

projeto do novo veículo lançador de satélites, que o governo pretende lançar até o final de 2006, será retomado, dentro de parâmetros técnicos e de procedimentos aperfeiçoados, em função dos acordos de cooperação aeroespacial. Esses acordos possibilitarão considerável evolução no desenvolvimento do VLS.

A aquisição dos aviões de caça para a FAB – com recursos estimados em R\$140 milhões – dar-se-á após análise das propostas das empresas selecionadas. O programa nuclear da Marinha terá, em 2004, um novo ritmo de crescimento. Em virtude de uma nova modalidade de gestão a ser implementada e da busca de parcerias, pretende-se acelerar o desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos, o que representará considerável acréscimo de poder dissuasório aos meios de defesa nacional. A modernização dos demais meios navais, em particular das fragatas, corvetas e submarinos, também ganhará impulso.

Coerente com a priorização da Amazônia pelo governo do Presidente Lula, o Ministério da Defesa, por intermédio do Exército Brasileiro, efetivará, no ano de 2004, a transferência de uma brigada do Rio de Janeiro para a região amazônica, sendo a sede em São Gabriel da Cachoeira (AM). A transferência aumentará o efetivo militar na Amazônia em cerca de 2.400 homens, e levará à construção de instalações militares e dotação de material bélico adequado, envolvendo recursos de R\$6,4 milhões.

O apoio ao desenvolvimento econômico e social está contemplado em programas e projetos próprios, bem como em convênios com outros ministérios. Podem ser ressaltados, dentre outros: programa Calha Norte; projeto Soldado Cidadão; um convênio com o Ministério dos Transportes; e o plano geral de incorporação para 2004.

O Calha Norte teve sua área de atuação ampliada para o sudoeste do Amazonas, Acre, Rondônia e Ilha de Marajó. Está contemplado no orçamento de 2004 com recursos de R\$67 milhões. Destes, 20% serão aplicados em obras necessárias à transferência de unidades militares para a Amazônia e para a ampliação ou manutenção de diversas unidades militares de fronteira. Os restantes 80% serão destinados ao trabalho de infra-estrutura em benefício das populações fronteiriças, com ênfase nas que possibilitam geração de emprego e renda, além de serviços urbanos, de saúde, educação e bem-estar social. Adicionalmente, um total de R\$12 milhões, oriundos de convênio assinado com o BNDES, serão destinados a essas obras de apoio ao desenvolvimento econômico e social. Ao todo, 249 obras voltadas ao desenvolvimento regional serão executadas em 2004.

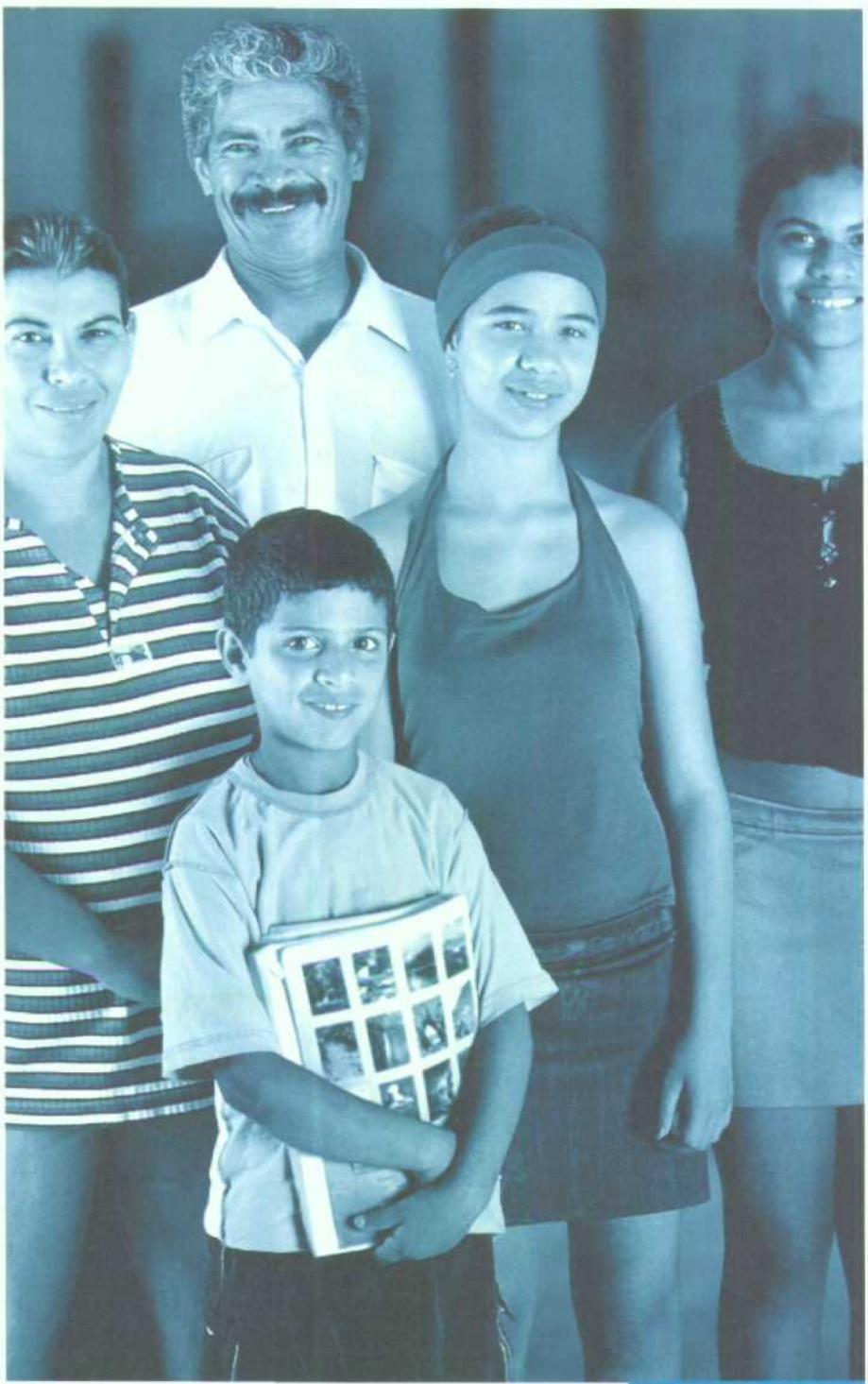


O objetivo do projeto Soldado Cidadão é estender-se pelo território nacional, proporcionando a jovens brasileiros, em idade de prestação de serviço militar, recrutados ou dispensados, melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Eles farão cursos, nas instalações militares, realizados mediante convênios com instituições de ensino profissionalizante. Na busca da integração nacional, o Projeto Rondon renasce valorizando o idealismo, o voluntariado e a solidariedade. Esse projeto, conhecido de todos os brasileiros, leva jovens universitários às comunidades carentes, dando-lhes uma chance de exercitar seus conhecimentos e habilidades.

O Programa Fronteiras fomentará a pesquisa científica das universidades na região amazônica, utilizando as instalações logísticas das Forças Armadas. A idéia é auxiliar a produção de conhecimento científico e tecnológico em áreas específicas, formar recursos humanos e colaborar para o desenvolvimento sustentável nessa área.

Para a engenharia militar está prevista, em 2004, significativa participação na melhoria das condições da malha viária brasileira. Por meio de convênio com o Ministério dos Transportes, os batalhões de engenharia do Exército executarão obras de construção e de restauração de rodovias brasileiras, com destaque para a reconstrução de 217km da BR-163, no Pará; a reparação de 137km da BR-324, trecho Tanquim – Capim Grosso, na Bahia; e restauração de trechos em São Paulo, Rio Grande do Sul e Piauí.

O plano geral de incorporação relativo ao ano de 2004 contempla a prestação do Serviço Militar inicial por cerca de 50 mil jovens de 19 anos. Considerando a relevância do serviço militar no desenvolvimento cívico e profissional do brasileiro e o compromisso com a geração de empregos, o Governo Federal estuda a ampliação do contingente, a ser incorporado em março, para 70 mil jovens, o que demandará recursos adicionais de R\$90 milhões.



Democracia e Diálogo

2004

Um dos grandes desafios do Governo é a reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade, conferindo plena efetividade aos princípios que conformam o moderno Estado democrático de direito. O Governo está empenhado em valorizar as instituições democráticas e, no espírito da Constituição Federal, estimular o exercício da democracia participativa, afirmando os valores republicanos e federalistas. Pretende-se assim, promover a consolidação dos novos espaços públicos de diálogo entre o Estado e sociedade e reestabelecer o equilíbrio do pacto federativo.

A superação desse desafio passa por dois caminhos, que começaram a ser trilhados pelo governo. Por um lado, a adoção de uma gestão pública participativa foi incorporada como um elemento-chave de nossa forma de governar. Assim, houve uma ação deliberada de constituição de novas esferas públicas democráticas, voltadas à co-gestão pública, à partilha de poder público, à articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Por outro, passa também por uma repactuação entre o governo federal, os estados federados e os municípios.

Concertação social e repactuação federativa constituem duas premissas essenciais ao projeto de reformulação da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade.

É por essa razão que foram redefinidas as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a ser o órgão responsável pela coordenação do diálogo político do Governo com a sociedade civil; que foi constituído o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e organizados os fóruns regionais de concertação; que foi realizado o debate público do Plano Plurianual; que foram criados importantes espaços democráticos de discussão das políticas públicas, como os congressos setoriais ou temáticos, e que foram retomados e fortalecidos os canais de interlocução com os estados e municípios e com as entidades e movimentos da sociedade brasileira.

NOVO PACTO FEDERATIVO

As reuniões nacionais e regionais dos governadores com o Presidente e seus Ministros, a participação do Presidente e seu governo na VI Marcha dos Prefeitos, no congresso da Associação Brasileira de Municípios e no Encontro Nacional da Frente Nacional dos Prefeitos, sinalizaram com vigor e credibilidade a busca de uma repactuação federativa, capaz de associar o conjunto da Federação brasileira à agenda estratégica do governo.

Interlocução com os municípios

A relação com os municípios teve como referência básica as demandas apresentadas ao governo federal durante a VI Marcha de Prefeitos a Brasília, ocorrida entre 11 e 13 de março de 2003. Naquele momento, foi assinado o “Protocolo de Cooperação Federativa”, instrumento que formalizou uma agenda conjunta de trabalho que será viabilizada pelo Comitê de Articulação Federativa.

A constituição desse comitê, em 9 de abril de 2003, e sua legitimação como espaço de negociação e pactuação entre o governo federal e os municípios pode ser definido como o principal e mais positivo saldo do trabalho do governo na sua interlocução com os municípios, reconhecendo a importância e o papel desse ente federado como nunca antes ocorreu na história do País.

A partir do Comitê de Articulação Federativa desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Construção de consensos em torno da proposta de Reforma Tributária, com incorporação de demandas dos municípios anteriormente ao envio do projeto ao Congresso Nacional e durante sua tramitação. Dentre elas, a progressividade do Imposto sobre Transferência de Bens Inter-Vivos (ITBI) e a retirada do texto constitucional dos critérios para transferência da cota-partes dos municípios no ICMS. Os municípios também ganharão com o fim da renúncia fiscal na base do ICMS, uma vez que 25% desses recursos pertencem a eles. Ao longo do debate, os municípios conquistaram ainda: participação na Cide, regulamentação da cobrança pelos serviços de limpeza, aumento do FPM (via proibição de compensação das contribuições não cumulativas no IPI), participação no Fundo de Compensação das Exportações, os recursos do ITR.
- Instalação dos Grupos de Trabalho de Modernização Administrativa, Previdência Pública e Transporte Público.
- Formatação de proposta para atuação dos municípios na área de segurança pública.
- Pactuação em torno da unificação dos programas de transferência de renda dos diferentes entes federados com o Programa Bolsa Família.
- Negociação e apoio à aprovação e à sanção do Projeto de Lei Complementar do ISS, que amplia e fortalece a principal base tributária própria dos municípios.



- Apoio à aprovação e sanção do projeto da chamada Lei do Transporte Escolar.
- Aprovação da Lei do Salário-Educação, que define de forma clara que os recursos referentes ao salário-educação serão repassados aos estados e municípios, segundo o número de alunos matriculados no ensino fundamental.
- Aprovação pela Câmara dos Deputados de projeto que permite aos municípios ter acesso aos recursos tributários depositados judicialmente.
- Discussão da regulamentação dos artigos da Constituição da República, que permite as formas públicas de consorciamento federativo; a revisão das formas de gestão das regiões metropolitanas; os critérios para criação, fusão e incorporação de municípios; os modelos de gestão e regulação do saneamento, dentre outros.

Interlocução com os estados

Tendo em vista a importância da pactuação com os estados, o Presidente da República discutiu a proposta das Reformas da Previdência e Tributária diretamente com os 27 governadores, com os quais realizou diversas reuniões ao longo do ano.

Outra demonstração eloquente dessa nova relação política federativa é a pactuação em curso para unificação dos programas de transferência de renda em torno do Programa Bolsa Família, por meio da qual o conjunto dos municípios, estados e a União começaram a construir uma política nacional de promoção da inclusão social.

Outra iniciativa importante foi a de construção de um novo canal de diálogo entre os estados e o Governo Federal, por intermédio das Representações de Governos de Estados em Brasília.

Além disso, o Governo Federal tem valorizado os fóruns de articulação dos secretários estaduais, nos quais vem discutindo os temas de interesse comum entre os estados e o governo federal. Esse movimento foi especialmente importante no caso da agricultura, saúde, planejamento, transportes e ciência e tecnologia, entre outros.

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

O governo brasileiro tem se empenhado em promover a democratização da administração pública federal. A interlocução com todos os segmentos da sociedade civil pautou a atuação do

governo e traduz o novo método de fazer política, que tem no diálogo a forma de equacionar democraticamente os conflitos e de construir patamares superiores de consenso social.

A nova cultura de participação permeia a política e a ação de todos os órgãos da administração pública federal. A Secretaria-Geral da Presidência da República assumiu o papel de órgão coordenador do diálogo político com a sociedade brasileira, apoiando as iniciativas dos ministérios no sentido de promover o debate regular e sistemático com as principais entidades do País.

O próprio Presidente da República participou diretamente do diálogo social: recebeu ou visitou as principais entidades nacionais de representação dos mais diversos segmentos da sociedade, das entidades empresariais às centrais sindicais, dos movimentos sociais às organizações de trabalhadores rurais, das ONGs às fundações, das igrejas às universidades, intelectuais e estudantes. A visita à Conferência da CNBB, os encontros com as centrais sindicais, as reuniões com a Contag e o MST, as audiências com a Andifes e com a UNE, as reuniões com a ABONG e outras entidades, são exemplos desse compromisso com o diálogo. O Presidente também manteve encontros com entidades e movimentos sociais nas 67 viagens que realizou no território nacional, bem como nas viagens internacionais, quando participou de atividades com entidades e personalidades dos países visitados, como as organizadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República em Portugal, Espanha e África do Sul.

Foi essa também a postura do governo, por meio dos seus mais diversos ministérios, em relação aos movimentos do campo, que se expressaram publicamente por meio do "Grito da Terra", da "Marcha das Margaridas" e das mobilizações do Fórum em Defesa da Reforma Agrária. O primeiro ano do governo permitiu que, por meio do diálogo e da negociação com a Contag, o MST e todos os movimentos de trabalhadores rurais, fosse possível criar o Plano Safra de Agricultura Familiar e o novo Plano Nacional de Reforma Agrária, que constituem importantes avanços no sentido da sustentabilidade e modernização da pequena propriedade, da justiça social e da paz no campo.

Os anteprojetos das reformas Previdenciária e Tributária foram debatidas pelo Presidente e ministros em uma encontro com o movimento sindical em São Paulo, da qual participaram os principais dirigentes em âmbito nacional de todas as centrais sindicais.

O novo estatuto e marco legal de relacionamento entre o Estado e as associações civis vem sendo debatido diretamente com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), com a Gifes e outras tantas organizações sociais.

O governo mantém uma interlocução permanente com as igrejas e promove encontros regulares com a intelectualidade, dialogando com as mais diversas percepções e visões presentes na sociedade brasileira.

Como expressão da orientação democrática do governo, foi criado o Fórum Governamental de Participação Social, com o objetivo maior de incentivar a consolidação de uma cultura democrática na administração pública federal. O Fórum, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência, reúne regularmente os assessores responsáveis em cada ministério pelo diálogo e articulação com as entidades da sociedade civil. Pretende dinamizar os conselhos participativos existentes, avaliar os novos instrumentos que estão sendo criados e propor outras formas de aperfeiçoamento da participação democrática da sociedade na formulação das políticas públicas e no acompanhamento das ações governamentais.

A Secretaria-Geral, ao longo do primeiro ano de governo, já realizou 871 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil. Essa disposição ao diálogo social, que se verifica também por parte dos mais diversos ministérios e órgãos federais, expressa o compromisso do governo com a construção de um novo padrão de relacionamento, bem como a energia e vitalidade políticas da sociedade brasileira, que cada vez mais assume a condição de sujeito ativo da transformação do Brasil numa das mais dinâmicas democracias do mundo.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A implementação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instância de interatividade entre o governo e os atores das áreas econômicas, categorias sociais e institucionais, é uma iniciativa pioneira de grande significado nacional. Seu papel é intensificar a participação social no Estado e promover a negociação em torno de prioridades e diretrizes das políticas do setor público, em prol do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

No âmbito do CDES, foram discutidas em profundidade as propostas das reformas Previdenciária, Tributária e Trabalhista. Essas discussões incorporaram elementos importantes à proposta final dos dois primeiros temas enviados ao Congresso Nacional.

O espaço privilegiado do CDES tem sido cenário de importantes debates relativos à temática do desenvolvimento. Para tanto, foram criados grupos para organizar o Plano Pluriannual, as parcerias público-privadas; a política industrial; a retomada do crescimento e as estratégias para as pequenas e microempresas, a autogestão e a informalidade. Mais recentemente foi

constituído o grupo de acompanhamento da conjuntura econômica, que propicia o enlace entre o conselho e a equipe do governo.

Em complemento a esse processo, as conferências e os diálogos de concertação constituem uma ferramenta adicional na busca de soluções e encaminhamentos consensuais sobre temas regionais. Foram realizadas dez experiências: quatro na região Nordeste; três na região Sul; duas na região Sudeste e uma na região Norte, mobilizando cerca de 8.500 lideranças em todo o País. Foram discutidos assuntos variados. Em Fortaleza (CE), debateu-se desenvolvimento local e inclusão social; em Salvador, inclusão em gênero e raça; em Recife, prevenção da violência urbana; e em Teresina, ética e transparéncia na aplicação de recursos públicos.

Para dar suporte ao trabalho desenvolvido, foi criado o programa nacional de apoio à concertação, que conta com a participação do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Unesco, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O CDES passou a integrar a diretoria da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e similares. Foram firmados convênios com os conselhos da França, Itália, Espanha, Portugal e da União Européia. Em dezembro de 2003, foi realizada, no Brasil, a Conferência Internacional Caminhos para o Novo Contrato Social, reunindo as principais experiências mundiais nessa área.

Entre as realizações para 2004, prevê-se:

- Um encontro nacional, em julho, como cumprimento da etapa inicial do processo de concertação em desenvolvimento, de modo a congregar os esforços de Sedes e de seus parceiros. Será a oportunidade de reunir os principais atores e movimentos envolvidos com a discussão do desenvolvimento econômico e social, a fim de avaliar o processo em curso e validar enunciados, diretrizes ou cláusulas que fundamentem a proposta de um novo contrato social. ; Reuniões do Conselho, quer em composição plenária, quer em grupos temáticos, para formular propostas sobre os temas atinentes a reformas e outras iniciativas agendadas pelo Presidente da República. Participação de Conselheiros do CDES, suplentes, convidados especiais e membros de entidades da sociedade civil no exame e debates de cláusulas que fundamentam um novo contrato social;
- Capacitação do poder público e da sociedade organizada para que estejam preparados a efetuar o processo de concertação nacional que viabilizará a constituição de um novo contrato social. Tal iniciativa se dará através de seminários, conferências regionais e fóruns



de diálogo, criados com o objetivo de atender às demandas em torno de agendas regionais ou nacionais;

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

Para promover o desenvolvimento sustentável do País era necessário que o Estado recuperasse a capacidade de planejamento estratégico com outra qualidade, projetando o futuro do Brasil de forma democrática, com participação da sociedade civil. Com esse objetivo, o governo criou o PPA Participativo – processo de debate público em torno das diretrizes do Plano Pluriannual para o quadriênio 2004-2007. Foram realizados fóruns do PPA nos 26 estados e no Distrito Federal, com a participação de 2.170 entidades e organizações de caráter nacional, regional ou temático, representando os mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Os fóruns regionais foram viabilizados em cada Capital, numa parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e a Inter-Redes.

Pela primeira vez na história do planejamento público brasileiro representantes das entidades empresariais do setor industrial, comércio e serviços, centrais sindicais de trabalhadores, entidades do setor de agronegócios, organizações de trabalhadores rurais, movimentos sociais em geral, igrejas, universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica, organizações não-governamentais, personalidades e especialistas puderam participar ativamente do debate sobre o Plano e apresentar suas demandas e propostas para o desenvolvimento do País.

O balanço qualitativo da participação social no PPA revela a efetividade do debate realizado. Foram incorporadas à mensagem presidencial do projeto de lei do PPA 6 novos desafios aos 24 originais. Destes, 21 tiveram a redação alterada; 16 novas diretrizes gerais foram incorporadas às 18 originais, que também receberam nove alterações; e 88 novas diretrizes específicas foram agregadas às 218 originais, que sofreram oito mudanças de redação.

A partir de 2004, o governo, o Congresso Nacional e a sociedade deverão acompanhar a execução do Plano e promover revisões anuais, para adequá-lo à nova dinâmica de crescimento sustentado do País.

Esse processo de aperfeiçoamento permanente deverá ser instalado no primeiro semestre de 2004, reeditando os mecanismos de participação adotados para a elaboração do projeto original. Serão reinstalados os fóruns estaduais de participação, para os quais convidaremos mais uma

vez as entidades empresariais e de trabalhadores, igrejas, ONGs, movimentos sociais, universidades, centros de pesquisa e outros setores sociais.

O governo também pretende estimular debates prévios aos fóruns, preparatórios às revisões anuais do PPA, e incentivar a auto-organização dos encontros regionais, com funcionamento autônomo e regular, para o acompanhamento permanente do Plano Plurianual.

Os instrumentos para tanto já estão sendo constituídos, com o cadastramento das entidades da sociedade civil participantes, elaboração de boletins informativos regulares e criação de uma rede pública com acesso universal, de diálogo e articulação das entidades e cidadãos entre si, e destes com o governo, em torno do Plano Plurianual, diretrizes do desenvolvimento e políticas governamentais.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS, CONSELHOS TEMÁTICOS E FÓRUNS

Uma tarefa levada adiante por todo o governo, com grande afinco, foi a criação de esferas públicas democráticas, a retomada e o fortalecimento daquelas existentes, tornando-as *locus* privilegiados de discussão das políticas públicas.

Reflexo da importância dessa ação de cunho transversal, no interior do governo, é a criação do Fórum Governamental de Participação Social, com o objetivo maior de incentivar a consolidação dessa nova cultura democrática na administração pública federal. O fórum, que reúne regularmente os assessores responsáveis em cada ministério pelo diálogo e articulação com as entidades da sociedade civil, tem como metas dinamizar os conselhos participativos existentes, avaliar os novos instrumentos que estão sendo criados e propor outras formas de aperfeiçoamento da participação democrática da sociedade na formulação das políticas públicas e no acompanhamento da ação governamental.

Entre as esferas públicas criadas, destacam-se:

- Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), com representantes da sociedade civil e do Estado, é um instrumento de articulação para propor as diretrizes para as políticas e ações na área da alimentação e nutrição para que o País garanta o direito humano à alimentação. Além da recriação do Conseal Nacional, está se estimulando a formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar. Já foram instalados, até outubro, 20 Conseals estaduais e 66 municipais.

- Fórum Nacional do Trabalho (FNT), responsável pelo diálogo nacional essencial em torno da reforma sindical e trabalhista. É composto por representações dos atores do mundo do trabalho e o desafio é promover a construção de consensos, pela via da negociação.
- Conselho das Cidades, que deverá ser brevemente regulamentado, será composto por 70 representantes de todas as categorias envolvidas com a questão urbana: movimentos sociais, empresários, concessionários privados, entidades sindicais de trabalhadores, ONGs, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa, operadores e concessionários públicos, poder público federal, estadual e municipal.
- Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca – A composição do conselho foi aprovada por unanimidade na 1^a Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca. Seu caráter é consultivo, servindo como uma instância de articulação institucional entre governo e sociedade na busca de melhores soluções para as questões relativas aos setores aquícola e pesqueiro.
- Conselho de Transparéncia Pública e Combate à Corrupção, já regulamentado, será o fórum privilegiado para o debate das sugestões relativas aos meios e estratégias de combate à corrupção e à impunidade, bem como a busca de crescente transparéncia para todos os atos da administração pública.
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial já regulamentado, será instância de estabelecimento de diretrizes e de acompanhamento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- A Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFOR) foi concebida para a participação da sociedade na formulação e gestão do Plano Nacional de Florestas.
- Conselhos de Previdência Social, como unidades descentralizadas do Conselho Nacional de Previdência Social, com funcionamento junto às superintendências ou gerências-executivas do INSS.
- Câmaras setoriais. No âmbito da agricultura foram criadas 10, para apoiar a formulação de políticas sobre culturas de inverno; carne bovina; açúcar e álcool; milho, sorgo, aves e

suínos; vitivinicultura; hortaliças; eqüideocultura; leite; negociações agrícolas internacionais; e ciências agrárias.

- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) foi criada para acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- O Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca, cuja competência é acompanhar, formular e promover a articulação institucional das ações da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP). O estímulo à criação dos Conselhos Estaduais de Aqüicultura e Pesca visa dar capilaridade às diretrizes formuladas pelo Conselho Nacional.

Foram reativados o Conselho do Agronegócio, o Conselho Nacional de Política Agrícola e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), sendo que este último estava desativado há dois anos. O CCT, além disso, teve a sua composição ampliada para incorporar representantes de entidades de caráter nacional representativas dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia.

Também foi reestruturado, em outubro de 2003, o Conselho Superior do Cinema, que tem por finalidade a formulação e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. O Conselho, que será reinstalado brevemente, teve sua composição ampliada para 19 membros, incluindo seis representantes dos diversos setores da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional e três representantes da sociedade civil.

O ano de 2003 foi marcado também pela realização das conferências nacionais, espaços democráticos que envolvem gestores, usuários e prestadores de serviços em torno de uma agenda estratégica comum.

A I Conferência Nacional das Cidades, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, das quais 2.510 eram delegados eleitos em Conferências Estaduais, representando 3.457 municípios e segmentos da sociedade organizada, aprovou os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Na mesma ocasião foi proposta a composição do Conselho das Cidades.

A I Conferência Nacional de Meio Ambiente e a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente envolveram diretamente, em sua preparação, mais de 80 mil pessoas no segmento adulto e cerca de 6 milhões de pessoas em 15 mil escolas, na seção Infanto-Juvenil nas Pré-Conferências. A tarefa dos 900 delegados foi debater as diretrizes da política ambiental brasileira. Trata-se de iniciativa pioneira em mais de 30 anos desde a criação do primeiro órgão ambiental no âmbito federal.

A I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca foi realizada em Luziânia (GO), com a participação de cerca de 1 mil delegados dos 27 estados brasileiros e cerca de 300 convidados. O plenário da Conferência aprovou o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Sustentado para o setor e a composição do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca.

A V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi realizada em Brasília, tendo como tema central Pacto Pela Paz – Uma construção possível. Participaram 780 delegados de todo o Brasil, inclusive adolescentes, representando entidades governamentais e não-governamentais, que trabalham direta ou indiretamente com os direitos infanto-juvenis. Além dos delegados, compareceram 480 convidados de todo o País, como representantes dos ministérios, do Judiciário, promotorias da infância e adolescência, defensorias públicas, unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, entre outros.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, convocada em caráter extraordinário, foi realizada em Brasília, tendo como tema central Assistência Social como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania – 10 anos de Loas. Participaram 1.202 delegados e 300 convidados de todo o Brasil, representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, dos trabalhadores do setor e de entidades governamentais e não-governamentais que trabalham com o tema.

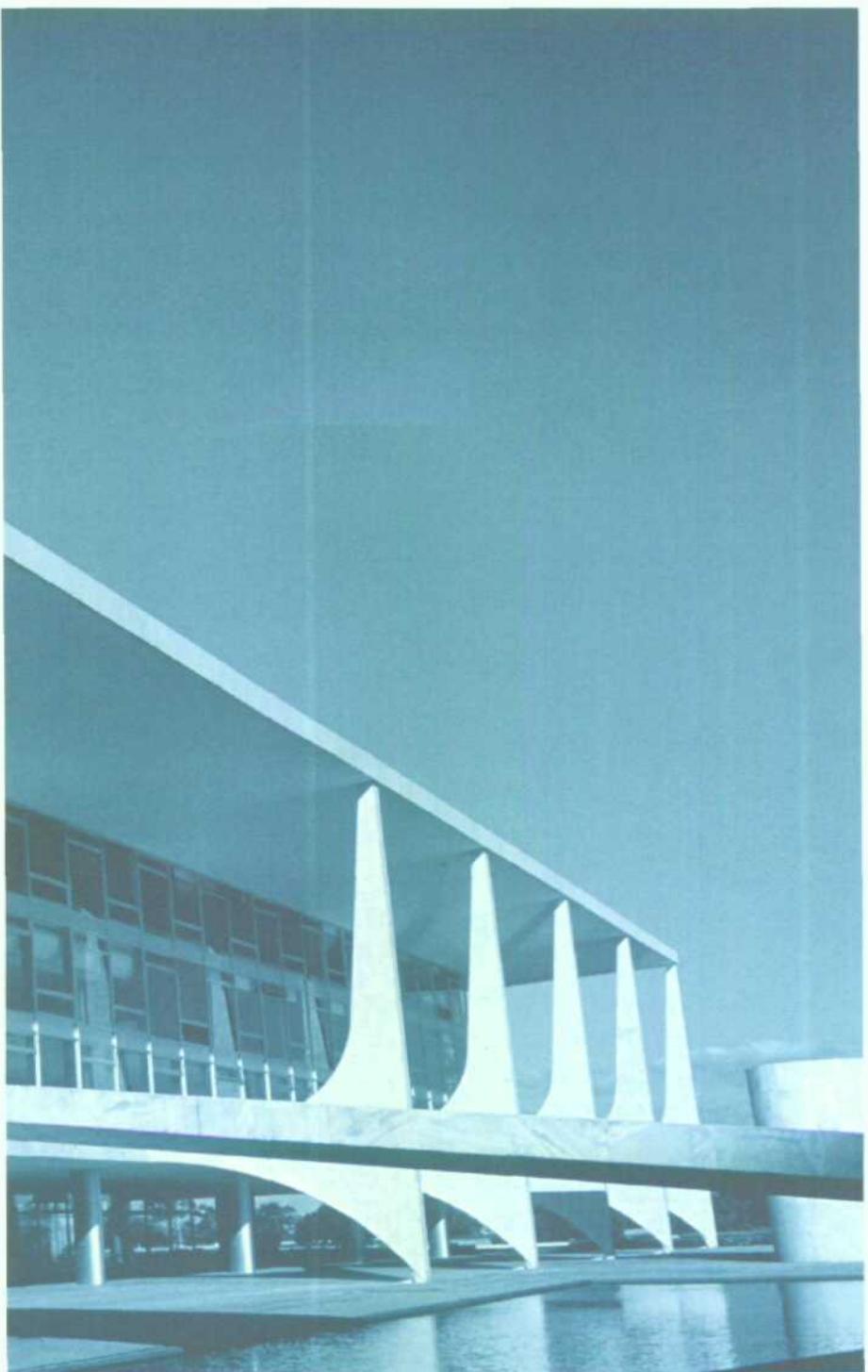
Realização, antecipada, da 12ª Conferência Nacional de Saúde – convocada por decreto do Presidente da República –, que reuniu mais de três mil participantes, dos quais cerca de 2.600 como delegados, a grande maioria eleita nas Conferências Municipais e Estaduais. Nessas etapas, que precederam a Conferência Nacional, participaram aproximadamente 300 mil pessoas, pelo menos a metade formada por usuários. O tema central das discussões foi “A saúde que temos – o SUS que queremos”, cujas diretrizes propostas orientarão a política de saúde do País.

A Conferência Nacional de Saúde se constitui em foro privilegiado de debates abertos a todos os segmentos da sociedade e teve por finalidade analisar os avanços e retrocessos do Sistema Único



de Saúde (SUS), à luz do texto constitucional e das propostas oriundas do Movimento da Reforma Sanitária, no decorrer de seus 15 anos de existência. Participaram 3.500 delegados e 1 mil convidados de todo o Brasil, representantes dos gestores, prestadores de serviços de saúde, trabalhadores de saúde e usuários.

A realização da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos é uma das prioridades da SEDH para 2004. A conferência ocorrerá entre os dias 16 e 18 de junho e tem como macroobjetivos: implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH); renovação do compromisso da sociedade com a execução do SNDH; a identificação dos principais desafios à sua implementação; proposição de prioridades para a própria atuação da SEDH; avaliação dos programas em andamento e legislações vigentes; e a revisão do programa nacional de Direitos Humanos. O Sistema Nacional de Direitos Humanos pretende articular os órgãos, mecanismos e instrumentos voltados para a proteção integral dos direitos de todos os brasileiros.



Nova Gestão do Estado e Combate à Corrupção

2 0 0 4

Em seu primeiro ano, o atual governo iniciou uma verdadeira revolução na gestão do Estado, visando a superar os problemas decorrentes das medidas de enxugamento e desmonte que o Estado brasileiro sofreu desde o início dos anos 90. Foram adotadas medidas importantes para valorizar o serviço público como a forma intersetorial e transparente nas tomadas de decisão, a retomada do planejamento estratégico, a realização de novos concursos e a recuperação da capacidade administrativa dos órgãos, as inovações administrativas, os programas de otimização dos recursos públicos e de combate à sonegação e às fraudes.

Em 2003 iniciou-se o trabalho de fortalecer institucionalmente a administração pública federal no enfrentamento sem tréguas à corrupção. Foi um ano de corrupção zero num governo que não mediou esforços para enfrentar fraudadores, sonegadores e quadrilhas que se formavam dentro e fora do aparelho estatal.

Os princípios da transparência, publicidade e impessoalidade na administração pública passaram a ser uma realidade concreta no dia-a-dia do novo governo, o que está permitindo a construção de uma nova relação Estado-Sociedade.

INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES

Um dos maiores desafios que estão colocados para a gestão pública é desmontar a prática da ação setorizada, que desconsidera a complexidade da realidade que é necessário enfrentar para a elaboração e implementação das políticas públicas.

Um diferencial importante nesse primeiro ano foi o esforço de conduzir as ações de governo de forma intersetorial. A reativação das Câmaras de Política Econômica, de Políticas de Infra-Estrutura e de Políticas Sociais, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Política de Recursos Naturais, de Comércio Exterior e de Regulação do Mercado de Medicamentos, do Conselho de Governo, e a criação de novas Câmaras (a Câmara de Política Cultural e a Câmara de Políticas de Gestão Pública, a ser instituída brevemente) além dos inúmeros Grupos Interministeriais de Trabalho, é uma demonstração inequívoca dessa nova forma de governar.

Desse ponto de vista, o processo de unificação dos programas de transferência de renda, que culminou no Programa Bolsa Família, é exemplar dessa nova forma de governar; visto que, a partir da constituição de um processo que envolveu todas as áreas diretamente relacionadas, instituiu-se um novo programa, que leva em conta a grande complexidade que o combate à pobreza requer.

Foram conduzidos de maneira similar a construção de inúmeros programas e projetos como a Lei de Biossegurança, a proposta de reformulação das agências reguladoras, os modelos regulatórios setoriais que estão em fase de finalização, a proposta de Parceria Público-Privada (PPP), o projeto para conclusão da Ferrovia Transnordestina, a proposta de Revitalização do Rio São Francisco, o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), a reformulação e ampliação do Seguro Safra, a renegociação das dívidas relativas ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (pagamento de empréstimos e financiamentos), etc.

Pode ser citada também a Criação do Fórum de Gestão Cooperativa das Empresas Estatais, com o objetivo de estabelecer um novo patamar de relacionamento entre o governo e as Empresas Estatais e, também, promover maior cooperação e integração das empresas entre si, potencializando a colaboração das empresas estatais no projeto de desenvolvimento do País.

TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES

Neste primeiro ano, foram desenvolvidas atividades de coordenação e articulação; sensibilização de autoridades públicas para criação de suas respectivas ouvidorias; e ações de defesa de direitos humanos para construir o perfil do Ouvidor-Geral da República. Existem, no Poder Executivo Federal, 62 unidades de ouvidoria, sendo que 21 delas foram criadas no ano de 2003. A Ouvidoria do Servidor é um exemplo.

No I Encontro Nacional de Ouvidores do Poder Executivo Federal, procurou-se formar um sistema de ouvidoria do Executivo e mobiliza os ouvidores públicos do País por meio do I Fórum Nacional de Ouvidores Públicos, realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2003. Foi um espaço para o debate e consenso acerca do modelo específico para a realidade nacional.

Estão sendo mapeadas pela Controladoria-Geral da União todas as origens e destinações de recursos federais transferidos e aplicados em estados e municípios. A partir desse trabalho, está sendo desenvolvido o Portal da Transparéncia, um sistema informatizado e capaz de disponibilizar aos cidadãos, via internet e por outros meios, em linguagem acessível, as informações sobre as verbas do governo. No momento, viabilizam-se os canais de comunicação e de dados, em articulação com os Correios, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros órgãos que dispõem de estrutura e capilaridade de agências, para facilitar a divulgação das informações ao maior número possível de pessoas.

O Ministério da Previdência cumpriu o previsto no artigo 81 da Lei nº 8.212, de 1991 que, há 12 anos, determinava ao INSS a divulgação da lista de devedores da Previdência Social, o que foi ignorado pelas gestões anteriores.

Tornaram-se públicas também as decisões do Conselho de Recursos da Previdência Social-CRPS e a lista com nomes das entidades filantrópicas que contam com isenção da contribuição patronal para o INSS – em ambos os casos, as informações podem ser obtidas pelo sítio oficial.

O Ministério das Comunicações, por meio de sua página na internet, tornou públicas as realizações do projeto de inclusão digital Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), o andamento das auditorias, o acompanhamento de processos, a licitação eletrônica, os editais e as licitações das estações de rádio e TV.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) passou, neste governo, a disponibilizar todos os seus dados, incluindo a execução orçamentária e financeira realizada por suas diretorias regionais, bem como todos os contratos firmados.

A inventariança da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-Sudam criou a Comissão Permanente de Apuração, destinada a agilizar os processos administrativos que apuram irregularidades nos projetos do Fundo de Incentivos da Amazônia (FINAM).

O Ministério dos Transportes determinou que as licitações do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) terão acesso público via Internet; igualmente, estarão em rede a cronologia de pagamentos e detalhes sobre os contratos de obras públicas.

Fruto da necessidade de integrar todas as áreas gerenciais do Banco do Nordeste, planejar compromissos a respeito das ações implementadas e futuras e colocar a direção geral em contato permanente com as agências, o fórum de gestão corporativo, instituído em setembro de 2003, vem se tornando um dos símbolos da transparéncia do Banco do Nordeste.

O relacionamento com os colaboradores foi uma das grandes questões priorizadas pelo BNB em 2003. A atuação visou o fortalecimento do corpo funcional, dos organismos de representação e das formas adequadas de negociação e debate, com o consequente fortalecimento da instituição. Ações foram empreendidas com o objetivo de mitigar descontentamentos e promover um amplo processo de democratização das relações trabalhistas.

VALORIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

O novo governo decidiu retomar a prática do planejamento estratégico, nacional e regional, como instrumento para uma boa gestão e alocação dos recursos públicos. A filosofia adotada é a de integrar planejamento e orçamento para garantir maior eficácia da gestão pública.

Por essa razão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual 2004-2007 e a Lei Orçamentária Anual 2004 foram desenvolvidas a partir de uma concepção de transparência e de melhoria da qualidade do gasto público, de modo a criar as condições necessárias para que o Estado cumpra as suas funções com o menor dispêndio de recursos e, ao mesmo tempo, melhore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Outra medida de garantir coerência ao processo de planejamento foi a análise da carteira de projetos de investimento com financiamentos de organismos financeiros internacionais, que indicou que vários empréstimos estavam sobreestimados, seja em relação à capacidade técnica de execução, seja em relação ao espaço orçamentário existente. Esse fato provocava custos financeiros desnecessários para o País e prejudicava o planejamento realista das atividades. Em função disso, empreendeu-se processo de revisão da carteira de projetos em execução, com o propósito de readequá-la à realidade fiscal e técnica. Além disso, em 2003, o novo governo adotou postura criteriosa com relação às novas contratações, no sentido de verificar a compatibilidade entre a solicitação de empréstimo e a capacidade do solicitante, tanto no que se refere ao desempenho de execução, como à disponibilidade financeira.

Em 2003, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foi reestruturado para participar da elaboração dos projetos prioritários do novo governo. Suas atividades de pesquisa, estudos e de formulação de políticas públicas buscaram revitalizar o planejamento de médio e longo prazo, de modo a propor diretrizes concretas para o desenvolvimento econômico e social do País. Nesse sentido, suas atividades se voltaram à formulação de políticas sociais; produção de diretrizes de política industrial, de comércio exterior e tecnológica; definição da política para transgênicos; acompanhamento da economia e à elaboração de políticas de estabilidade e desenvolvimento.

A atividade do planejamento depende também da existência de dados estatísticos confiáveis e de boa qualidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou, em setembro de 2003, as Estatísticas do Século XX, lançando olhar mais preciso sobre os últimos 100 anos da vida social do Brasil. Na mesma direção, cabe mencionar o encerramento da coleta de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) em junho último, que será divulgada ainda no primeiro trimestre de 2004.

A elaboração do Atlas Nacional e do Radar de Políticas Sociais tem como objetivo a criação de indicadores específicos para acompanhar as políticas sociais.

Em 2004, o plano de gestão do PPA deverá ser normatizado e implementado por todos os órgãos da administração pública federal. Isso possibilitará maximizar, na sociedade, os impactos da ação do Governo Federal mediante a utilização de processos e instrumentos adequados à obtenção de eficiência na ação de governo, fortalecendo e disseminando uma administração orientada para resultados.

Com relação aos investimentos que têm financiamento de organismos financeiros internacionais para o ano de 2004, ênfase será dada, pelas revisões periódicas da carteira, ao monitoramento do portfólio em execução. Ele é da ordem de US\$7,3 bilhões. A intenção é obter melhor desempenho. Preve-se inclusive o cancelamento de parcelas de empréstimos e redimensionamento de projetos.

Quanto aos novos financiamentos externos, a programação será ajustada às prioridades estabelecidas no PPA 2004-2007, para maximizar a utilização desses recursos nas ações de maior relevância para o País.

Serão desenvolvidas ainda ações preparatórias para a realização do censo agropecuário e de contagem da população em 2005. A ação principal envolve a atualização do mapeamento urbano e rural, abrangendo as áreas de expansão das cidades, as divisas intermunicipais, a identificação de assentamentos fundiários, e outras áreas.

MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

Para alcançar o objetivo de tornar o Estado capaz de prestar serviços de qualidade e compatíveis com as demandas dos cidadãos é necessário empreender um conjunto de medidas de aprimoramento e racionalização das estruturas organizacionais da administração pública federal, de utilização intensiva da tecnologia da informação, de definição de políticas e diretrizes para recursos humanos e fomentar, nos governos federal, estaduais e municipais, ações de desburocratização e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Marcando claramente a intenção de construir esse novo modelo de gestão, que permita o aprimoramento institucional do governo federal, foi elaborado o Plano "Gestão Pública para um Brasil de Todos", que leva em conta, de forma sistêmica, as diferentes dimensões da gestão pública.

Simultaneamente, desenvolveram-se inúmeras iniciativas de melhoria de processos e procedimentos, que resultaram em importantes ganhos para os usuários envolvidos.

Foi implantado, em São Paulo, projeto piloto para revisão dos processos de atendimento do INSS para, aliando nova tecnologia com novos processos de trabalho, otimizar os recursos e melhorar a qualidade de atendimento ao público. Neste trabalho, está incluído o projeto de atendimento agendado, para minimizar as filas.

O Ministério do Trabalho e Emprego reformulou os procedimentos na área de imigração, adotando critérios objetivos de julgamento e transparência. Foram eliminados procedimentos que eram predominantemente subjetivos e poderiam estimular a ação de lobby de pessoas e empresas.

No processo de pagamentos das obras de transporte, foi implantado novo modelo de fiscalização, em parcerias com o Exército, Caixa Econômica Federal, Creas e universidades – o que proporcionou melhor controle da qualidade das obras públicas.

Dentre todos os problemas da Previdência Social, identificados no início da gestão, nenhum era tão grave quanto o estado de esgotamento tecnológico da Dataprev, responsável por toda a Tecnologia de Informação da Previdência Social. A utilização de 95% da capacidade do sistema vinha provocando sérios prejuízos não só quanto ao atendimento ao cidadão, mas à própria segurança na concessão de benefícios, extremamente sujeitos às fraudes por falta de capacidade para cruzamento de dados e para a implementação de outros controles.

Para preparar a modernização do parque tecnológico da Dataprev e livrá-la da dependência que mantém em relação a um fornecedor privado desde sua criação, há 29 anos, efetuou-se contrato emergencial, que reduziu de R\$4,3 milhões para R\$2,2 milhões (média do semestre) o aluguel mensal pago pelos computadores que rodam o sistema da Previdência Social, incluindo um computador mais potente, que já está em plena operação. A Dataprev passou a operar com cerca de 60% de sua capacidade, abrindo espaço para um grande ganho de eficiência no atendimento e enfrentamento do crescimento vegetativo de nossos cadastros.

A Advocacia Geral da União iniciou o Programa de Qualidade da sua Secretaria-Geral, buscando melhorar a prestação dos serviços de suporte à sua atividade finalística.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento unificou os 32 protocolos espalhados pelo Brasil, por meio do Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentação

(SIGID), permitindo o acompanhamento do trâmite de documentos via Internet, com total transparéncia.

Da mesma forma, o Sistema de Autuações e Aplicações de Multas (SICAR), que está em ação na intranet do ministério, está servindo para agilizar e controlar melhor o acompanhamento de processos administrativos e pagamento de multas.

Em 2003, o Banco do Nordeste (BNB) deflagrou uma ampla revisão de sua estrutura organizacional, com o objetivo de atender aos desafios colocados pelo Governo Federal e pela atual administração da empresa. As mudanças proporcionaram maior agilidade ao processo decisório, deram atenção às necessidades de segregação de determinadas funções, integraram atividades de mesma natureza, eliminaram superposição de atividades e aumentaram a integração do banco com o mercado. O BNB também se preocupou com a qualificação do corpo funcional, criando 5.706 oportunidades (82% destinadas às agências), com destaque para o incentivo a 95 cursos de especialização, 17 de mestrado e 16 cursos de doutorado.

Nesse processo de recuperação e alavancagem da máquina pública, houve a maior autorização de concursos dos últimos nove anos. Foi autorizado o preenchimento de 24.808 novas vagas em áreas que foram solapadas nos governos anteriores, mas que oferecem bens públicos essenciais para a sociedade:

- O atual governo, somente no primeiro semestre de 2003, abriu mais vagas nas Instituições Federais de Ensino (IFES) do que o acumulado das gestões de 10 anos atrás. Foram autorizados concursos para 2.500 docentes, 3.782 técnicos-administrativos para as universidades e 7.700 para os Hospitais Universitários. Somados a mais 382 vagas resultantes de exonerações e de concursos não preenchidas no ano passado, totalizam 14.364 vagas.
- Foi autorizada a realização de concurso para 300 analistas de finanças e controle, além de realizado concurso para provimento de 90 cargos de gestores governamentais e 70 cargos de analista de planejamento e orçamento.
- Realizaram-se concursos para as carreiras de advogado da união e de procurador federal, tendo ingressado nas respectivas carreiras 219 advogados da união e 530 procuradores federais.

- Na área de Meio Ambiente realizou-se concurso público que permitiu iniciar a estruturação de seu corpo funcional e das autarquias vinculadas, com o preenchimento de 110 cargos efetivos da Agência Nacional de Águas (ANA) e 533 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- Foi autorizada a realização de concurso público e a nomeação para provimento de 450 cargos de auditor fiscal da Receita Federal e de 550 cargos de técnico da Receita Federal para o quadro de pessoal do Ministério da Fazenda. Autorizou-se ainda a nomeação de 76 cargos de fiscal federal agropecuário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- O INSS realizou seu primeiro concurso público (à exceção de auditores fiscais) após 18 anos sem a renovação do quadro permanente, substituindo funcionários terceirizados, cujas responsabilidades incluíam até a concessão de benefícios previdenciários. Foram nomeados 3.800 servidores, concursados para cargos de analista e técnico previdenciário, além de 350 novos procuradores. Além disso, autorizou-se a abertura de concurso com vistas à contratação de 250 novos auditores fiscais.
- O Banco do Nordeste realizou concurso público regionalizado para assistente administrativo, selecionando, dentre um total de 233 mil inscritos, 865 profissionais para assumir suas funções em todo o Nordeste a partir de fevereiro de 2004, melhorando as condições de funcionamento das agências do interior e os resultados da empresa.

Superou-se a precariedade jurídica da definição do quadro funcional das agências de regulação, permitindo a conclusão do primeiro concurso público para provimento de cargos de uma agência reguladora (Agência Nacional de Águas). Ainda no corrente exercício será viabilizada a realização de concurso para provimento de cargos efetivos em todas as demais agências, a fim de constituir-se o seu quadro permanente com base no sistema do mérito.

Para fortalecer os Ministérios, serão criados 600 cargos de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Houve também a regularização de mais de 3.000 contratados por projetos de Cooperação Internacional, sendo que 3 mil, com atividades caracterizadas como permanentes, serão substituídos por meio de concurso público até 31 de julho de 2004. Ao todo, 5.043 vagas em projetos de cooperação com organismos como o Pnud e Unesco, estão passando pelos processos

de seleção para contratação temporária, em cumprimento à legislação e ao Termo de Ajuste de Conduta, superando irregularidades cometidas em anos anteriores.

Além das novas contratações, caminhou-se na reestruturação de diversas carreiras incluindo-se as carreiras do Ciclo de Gestão, Ciência e Tecnologia, Banco Central, CVM e Susep, e a reestruturação de planos de cargos como o da Abin e das Instituições Federais de Ensino.

Após mais de 15 anos de divergências jurídicas, negociou-se com os representantes sindicais previdenciários a reformulação da carreira. Cerca de 56 mil servidores, inclusive aposentados, recebiam rendimentos menores que os colegas devido a decisões judiciais. Com essa reformulação, eles terão incorporação de 47,11%, pagos em quatro parcelas até 2005, além de uma nova carreira, com critérios de profissionalização e estímulo.

Para aquisição de novos conhecimentos, metodologias, desenvolvimento de competências e troca de experiências, foram desenvolvidos, em 2003, por meio da Escola Nacional de Administração Pública-Enap, projetos de cooperação técnica internacional com Canadá, França e Espanha, voltados ao desenvolvimento de dirigentes e gerentes estratégicos do Governo Federal e aperfeiçoamento de habilidades dos quadros técnicos. Essas iniciativas, aliadas aos cursos de gerenciamento de equipes e à aplicação de ferramentas de gestão, envolveram 14 mil servidores em 2003.

O grande destaque na área de recursos humanos foi a criação de um sistema nacional de negociação coletiva no serviço público, por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente, composta por uma Mesa Central, comissões temáticas e por Mesas Setoriais, que visa possibilitar o trato das demandas do governo e dos Servidores, de forma democrática e transparente e com a participação da sociedade. A mesa de negociação nacional foi instalada em fevereiro de 2003.

GOVERNO ELETRÔNICO

Para alcançar uma gestão pública mais transparente, voltada para os cidadãos e comprometida com a qualidade dos serviços públicos, é necessário acelerar a implementação do governo eletrônico, com a promoção da universalização do acesso aos serviços e a divulgação de informações governamentais.

Nesse sentido, o governo tem atuado buscando a interação com o cidadão, com parceiros e fornecedores em um grande número de iniciativas.

Ampliação do Pregão Eletrônico – Com relação à gestão das compras e contratações, verificou-se a ampliação do uso de modalidades avançadas de licitação, com o crescimento da utilização do pregão, que ampliou sua participação no total das despesas de 14% em 2002, para 20% em 2003 (dados relativos ao acumulado de janeiro a outubro), possibilitando a obtenção de reduções médias de 20% nos preços, porque intensifica a competição entre os fornecedores.

O Ministério da Educação criou dois novos instrumentos de consulta à disposição da sociedade por meio da Internet. O EdudataBrasil oferece informações educacionais de todos os níveis de ensino permitindo a construção de séries históricas de dados. O DataescolaBrasil complementa o programa anterior ao fornecer os mais diversos dados de todas as 180 mil escolas públicas de educação básica. São importantes ferramentas para aferição de resultados e o controle social da situação das escolas.

O Ministério da Educação criou ainda mecanismos de transparéncia no processo de repasse de verbas e de facilidade para a apresentação de projeto e prestação de contas. Agora, as secretarias estaduais e municipais podem se cadastrar e encaminhar seus projetos por meio da Internet.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizou toda a legislação federal agropecuária, informações relacionados à aplicação de produtos fitossanitários e recomendações de Indicação de Uso de Defensivos Agrícolas por meio dos sistemas Agrolegis e Agrofit.

O Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE), tornou mais ágil os trâmites de registro de produtos e estabelecimentos, o que permitirá maior eficiência no processo, reduzindo prazos e custos para o setor privado e o governo.

Em 2004, serão priorizadas a Infovia Brasília: implantação de infra-estrutura integrada de comunicação de voz, dados e imagem em 47 prédios da administração pública federal; a modernização do sistema eletrônico de compras governamentais, pela implantação de novas funcionalidades no Comprasnet, e a integração dos sistemas estruturadores do Governo Federal.

O Ministério das Comunicações por meio do projeto GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – instalou 200 telecentros comunitários que permitem a universalização do acesso gratuito às informações e aos serviços do Governo, por meio eletrônico. Além disso, o Gesac possibilita o acesso à Internet pública. Para o ano de 2004 está prevista a instalação de mais 100 telecentros, priorizando localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O CorreiosNet é um novo serviço dos Correios que vai transformar a vida de milhões de brasileiros, principalmente daqueles que, hoje em dia, não têm acesso a um computador. Em 2003, ainda em caráter experimental, foram disponibilizados no CorreiosNet-Endereço Eletrônico 10.600 contas de *e-mail* para recebimento e envio de mensagens e documentos e 74 lojas foram hospedadas no CorreiosNet-Shopping para a realização segura de transações comerciais de compra e venda de produtos e serviços pela internet. O CorreiosNet-Terminal de Acesso Público à Internet (instalação de terminais em todas as Agências de Correios para acesso à Internet) foi desenvolvido e testado em 2003 devendo suas operações serem iniciadas no decorrer de 2004.

O CorreiosNet-Endereço Eletrônico irá disponibilizar, gratuitamente à população brasileira, 1.018.000 endereços, enquanto que o CorreiosNet-Shopping deverá hospedar mais 300 lojas. Há previsão de instalação de 2.587 terminais do CorreiosNet-Terminal de Acesso Público à Internet.

OTIMIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

O Programa de Otimização de Recursos Públicos vem sendo implementado com o objetivo de garantir maior eficiência nos gastos públicos.

Já se efetuou a revisão dos principais processos e procedimentos de contratação de serviços de terceiros pelo setor público, como de limpeza e segurança; *software* e informática; telefonia, passagens e diárias; e serviços bancários, apresentando como resultado uma utilização mais eficiente dos recursos, o que permitiu que se fizesse mais e melhor com os poucos recursos disponíveis.

Entre 2002 e 2003, o Governo Federal obteve uma redução global preliminar de 28,8% das despesas com compras e contratações de bens e serviços. A criação de sistema informatizado de controle e a edição de normas, determinando a seleção de tarifas mais econômicas, possibilitaram a redução de cerca de 30% nos custos de transporte, nos trechos de maior utilização.

Com a entrada em operação do novo pregão presencial e eletrônico, dotado de maiores facilidades para os usuários, é esperada uma aceleração em sua utilização. Os ganhos médios em termos de redução dos valores gastos em aquisições públicas, dentro dessa modalidade, tem se situado na média de 25%. Outra novidade que entrará em operação no início de 2004 será a cotação eletrônica: permitirá a substituição, nas compras abaixo de R\$8 mil, dos antigos

procedimentos em papel. Os procedimentos desta natureza representam mais de 80% de todas as operações de aquisição de bens e serviços monitorados pelo Siasg/Comprasnet. Estima-se uma redução expressiva dos custos de realização de tais aquisições, além da agilização dos processos e ampliação de sua transparência.

Outra medida de grande importância para o tema será a publicação da norma que substituirá a atual Instrução Normativa nº 18/97, que disciplina a contratação de serviços a serem executados de forma indireta e contínua, celebrados por órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). A nova norma possibilitará uma maior capacidade de gestão sobre esses gastos, que representam cerca de 60% do custeio da administração pública direta federal.

Todos os ministérios adotaram medidas de racionalização na utilização dos recursos financeiros. Entre eles, podemos destacar:

- O Ministério da Saúde promoveu um conjunto de medidas que propiciaram, até outubro de 2003, uma redução de gastos de R\$432,2 milhões; aquisição direta de medicamentos e insumos estratégicos, especialmente hemoderivados e anti-retrovirais; revisão de contratos; realização de auditoria nos cinco hospitais e fundações de saúde federais, sediadas no Rio de Janeiro, para investigar denúncias de corrupção e eficiência na execução dos acordos de cooperação com organismos internacionais.
- O Ministério das Cidades promoveu um forte saneamento da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que apresentava sérios problemas de má gestão. Dentre essas iniciativas podemos citar: cancelamento de licitação irregular e promoção de nova licitação de obras no metrô de Recife com redução de custo da ordem de R\$9 milhões; anulação da concorrência para construção de terminal de passageiro do Vilarinho em Belo Horizonte, em decorrência de irregularidades; fechamento do escritório em Fortaleza onde a administração do metrô se encontra regionalizada; cancelamento de contratos de consultoria jurídica equivalentes a R\$800 mil/mês.
- O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento procedeu a revisão de contratos de manutenção, obtendo economia de R\$36 milhões no ano (23%).
- No início do 2003, o déficit orçamentário da administração interna do Ministério da Educação era estimado em cerca de R\$12 milhões. Por meio da renegociação dos contratos administrativos vigentes e da conscientização dos seus servidores, conseguiu-se reduzir o déficit pela metade em julho e, ainda, eliminá-lo completamente até o final do ano.

- O MCT realizou o saneamento financeiro e estancou o processo de descapitalização da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Em janeiro de 2003 havia R\$161,2 milhões de inadimplência. Até outubro de 2003 a inadimplência foi reduzida em 22%.
- No âmbito do Programa de Concessões de Rodovias Federais, o governo federal decidiu cancelar todos os processos de licitação para realizar nova modelagem destinada a dar segurança técnica, jurídica e econômica ao processo. A meta foi garantir contratos com tarifas mais razoáveis durante todo o período da concessão.

A atuação da Advocacia Geral da União em ações judiciais, com vitórias em diversos Tribunais, resultou numa economia de aproximadamente R\$111 bilhões aos cofres públicos, em apenas três ações. Além disso, o valor das execuções judiciais movidas contra a União foi de cerca de R\$7,2 bilhões, dos quais a AGU impugnou cerca de R\$5,3 bilhões, que estão sendo submetidos à apreciação judicial. Por outro lado, as ações em favor da União, resultaram no valor aproximado de R\$190 milhões, já tendo sido recolhidos aos cofres públicos cerca de R\$30 milhões.

COMBATE À SONEGAÇÃO E ÀS FRAUDES

A Previdência Social busca estabelecer novas estratégias de combate à sonegação e às fraudes.

A Procuradoria do INSS arrecadou R\$2,1 bilhões até outubro, o que significa 11,1% a mais do que o valor registrado em igual período de 2002. Foi adotada uma estratégia nova e bem-sucedida: pleitear na Justiça a penhora do faturamento dos devedores. Deste total, R\$631,1 milhões correspondem à arrecadação da Procuradoria nas ações trabalhistas, ou 10,76% além do auferido em igual espaço de tempo no ano passado.

O Resultado de Ação Fiscal (RAF), em todo o Brasil, até 30/11/2003, atingiu o montante de R\$13,2 bilhões, obtido mediante auditorias-fiscais e diligências efetuadas em mais de 78 mil contribuintes.

Foi estruturado um severo programa de combate às fraudes com resultados expressivos:

- No início do governo, apenas duas forças-tarefa (composta por auditores do INSS, delegados e agentes da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público Federal) combatiam crimes contra a Previdência Social, uma em São Paulo, praticamente desativada, e outra no Rio de Janeiro. Atualmente, existem 17 grupos espalhados pelo

Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. O resultado desse trabalho já contabiliza economia superior a R\$100 milhões, apenas neste ano, sem contar o efeito “pedagógico” do combate às fraudes.

- Até novembro de 2003, ações de fiscalização em órgãos públicos resultaram em créditos de R\$1,3 bilhões.
- Houve nova fiscalização em 127 empresas, nas quais a contabilidade havia sido esquadinhada em gestões anteriores. O resultado foi a identificação de R\$356 milhões em créditos sonegados.
- A fiscalização aprofundou-se também nos clubes e federações de futebol: R\$26,5 milhões sonegados foram descobertos.

O cadastro da Previdência Social foi abandonado nos últimos anos, sem gerenciamento e com raros investimentos tecnológicos. A atual gestão está diagnosticando as áreas de risco, mensurando de forma amostral os maiores focos de potenciais fraudes, e projetando as medidas de regularização do passado, além de determinar medidas preventivas em relação às concessões futuras de benefícios. Os cadastros passaram a ter gerenciamento dinâmico.

O INSS, com base em informações da Funasa, do SUS e de cartórios, descobriu que 20,7 mil benefícios estavam sendo pagos em nome de beneficiários já falecidos. O volume gasto com esses pagamentos indevidos chegava a R\$6,7 milhões. Há indícios de que o número de benefícios indevidamente não cessados é muito superior, pois as informações sobre falecimentos são imprecisas e dados do IBGE e do INSS indicam que há mais benefícios do que habitantes para as faixas etárias acima dos 70 anos de idade.

O Governo Federal está economizando R\$9,2 milhões por mês com as auditorias feitas na folha de pagamento dos servidores públicos civis, sendo o volume maior – R\$8 milhões, obtido com o cruzamento de dados entre o cadastro do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) do governo federal com o cadastro de controle de óbitos do INSS.

Além do cruzamento com a base de dados do INSS, tem sido realizadas auditorias operacionais identificando casos de acumulação ilegal de cargos por servidores de estados e municípios.

Outro ponto de destaque na auditoria da folha de pessoal refere-se ao projeto de negociação com a rede bancária visando a padronizar e estabelecer rotinas que permitam maior rapidez na suspensão de pagamentos de servidores falecidos. Hoje esta padronização está em execução com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e já foram revertidos pagamentos no valor de R\$3 milhões, revertidos para a União.

COMBATE À CORRUPÇÃO

A transformação e ampliação da antiga Corregedoria, que passa a ser a Controladoria-Geral da União (CGU), permitiu a integração das funções de controle interno (fiscalização e auditoria), com as de correição e ouvidoria.

Para cumprir essas funções, adotou-se uma prática de articulação que culminou na celebração de convênios com o Ministério Público Federal, ministérios públicos de todos os estados da Federação e com a Polícia Federal para o desenvolvimento de ações conjuntas de auditoria, fiscalização, investigação e apuração de desvios de recursos públicos.

O mais inovador nessa área foi a criação do programa de fiscalização dos municípios, a partir de sorteios públicos; desse modo, verifica-se a aplicação de todas as verbas federais e também dos atos regulatórios do governo. O programa usa o sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, os município a ser fiscalizados. Assim, busca-se despertar e estimular a participação das populações, na tarefa de controle sobre os agentes públicos locais.

Em 2003, foram fiscalizados 281 municípios, envolvendo recursos superiores a R\$1,5 bilhão, com mais de 14 mil ações de fiscalização e a geração de 2,5 mil relatórios encaminhados aos órgãos responsáveis pelas ações corretivas: ministérios gestores, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, etc. A visibilidade do programa tem feito crescer a confiança da população no governo, aumentando geometricamente o número de denúncias. Por essa razão, métodos de auditoria e fiscalização foram também adotadas naqueles casos em que a gravidade, consistência e relevância das irregularidades exigiam pronta atuação, justificando essa forma prioritária de ação.

Para aprofundamento e avaliação dos resultados, foi realizado em Teresina-PI, em dezembro, seminário para discutir formas de aprimorar o controle sobre a aplicação de recursos públicos por gestores de várias esferas da administração. A experiência servirá de piloto e estudará

quatro áreas-problema do ponto de vista da vulnerabilidade aos desvios: educação, saúde, assistência social e integração nacional.

Criado pela Lei nº 10.683, de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção será, a partir de sua instalação no primeiro semestre de 2004, o foro privilegiado, com expressiva participação da sociedade civil, para o debate das sugestões relativas aos meios e estratégias de combate à corrupção e à impunidade, junto com a busca de crescente transparência para todos os atos da administração pública.

Intensificaram-se as operações policiais para o combate ao desvio de conduta de servidores da Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos públicos, incluindo membros do Judiciário. Exemplo disso é o sucesso no combate à exploração ilegal de madeira e à grilagem de terras na Amazônia. Parcerias estabelecidas com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, além de firme atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), permitiram instaurar procedimentos de sindicância, processos administrativos disciplinares e ações de improbidade administrativa, tendo resultado em apenação e demissão de servidores. Destacam-se, nesse particular, inquéritos policiais, sobretudo nos estados da Amazônia, com a prisão preventiva de vários servidores e pessoas físicas arroladas por práticas criminosas.

Em 2004, a Controladoria irá consolidar o programa de fiscalização a partir de sorteios públicos, com ajustes e aprimoramentos que decorrem do primeiro ano de prática. O programa avançará em 2004 sobre a fiscalização de recursos federais aplicados pelas administrações estaduais, iniciando pelo exame de programas estratégicos. Estão previstas para o período 300 fiscalizações integrais em áreas municipais e 125 em programas executados pelos estados.

Diante da precariedade da atuação dos conselhos comunitários, especialmente no tocante às suas funções fiscalizadoras dos programas sociais nos estados e municípios, a CGU inicia no ano de 2004, de forma articulada com os ministérios, um trabalho de levantamento e análise da situação. A intenção é melhorar o desempenho dessas instâncias de controle social, incluindo possível revisão do quadro normativo que dispõe sobre sua composição. Completa esta ação um programa de capacitação para membros desses conselhos e de informação à população sobre funções e responsabilidades. Nesta ação está previsto o treinamento inicial de conselheiros de municípios em três regiões do País e a realização de três fóruns para a mobilização da comunidade em caráter de experiência-piloto.

A Controladoria dará início, também neste ano, a um programa de capacitação de agentes públicos municipais em gestão e controle de recursos públicos. Estão sendo elaboradas cartilhas informativas destinadas aos agentes públicos municipais, com orientações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, e à população em geral, com informações sobre as formas de denunciar e combater a corrupção. Prevê-se, no primeiro semestre, o treinamento de agentes municipais em municípios da região Nordeste, e a capacitação de 60 multiplicadores para a extensão do programa no semestre subsequente.

No combate à chamada grande corrupção, que se articula, com o crime organizado e implica quase sempre em lavagem de dinheiro, a Controladoria, entre outras iniciativas, dará sequência às deliberações do Encontro Nacional sobre Lavagem de Dinheiro. Preparará instrumento normativo e campanha de orientação aos órgãos públicos federais e estaduais para investigar sinais exteriores de riqueza e outros indícios de malversação de recursos, porventura apresentados pelos funcionários (sindicância patrimonial). Com a Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal e Ministério da Justiça, será feito estudo visando a criminalização do enriquecimento ilícito, o que leva em conta os termos das convenções da OEA e da ONU, assinadas pelo Brasil.

Outro projeto da Controladoria para este ano será a proposta de institucionalização de um sistema de corregedorias do Poder Executivo Federal, integrado por uma corregedoria setorial em cada ministério e corregedorias setoriais em órgãos de maior vulnerabilidade ou relevância, a exemplo das já existentes no INSS, Secretaria da Receita Federal e Departamento de Polícia Federal.

Fruto do descaso com o controle na administração que antecedeu a presente gestão, centenas de processos administrativos disciplinares estavam parados ou sequer haviam sido iniciados por absoluta falta de servidores capacitados para formar as comissões. Para acabar com esta grave situação, responsável pelo estímulo à cultura da impunidade, a CGU intensifica, este ano, um programa, iniciado no ano passado, de treinamento em massa de servidores federais para compor os grupos de trabalho encarregados dos processos. Para isso, com a finalidade de acelerar essa questão, proporá uma completa revisão na legislação sobre o assunto e promoverá o treinamento de 500 servidores federais em processo disciplinar.

Serão desenvolvidas ações preparatórias ao IV Fórum Global de Combate à Corrupção, megaevento que reunirá, no Brasil, ministros e outros representantes de mais de 100 países de todos os continentes, além de organismos internos, para discutir o aprimoramento dos métodos bem como a cooperação internacional nessa área.

2004 será também o ano da implementação, no âmbito interno, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, importante documento assinado, em dezembro último, no México, pelo governo brasileiro. A convenção, que trata da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e da repatriação de ativos ilícitos desviados para outros países, precisa ainda ser ratificada pelo Congresso Nacional.

A atuação judicial da AGU tem sido importante para o equilíbrio da situação econômico-financeira do País, à medida que tem obtido substanciais vitórias em ações judiciais movidas contra a União perante diversos Tribunais, uma vez que, em apenas três ações, a AGU evitou um gasto de aproximadamente R\$111 bilhões aos cofres públicos.

Relevante contribuição para o equilíbrio econômico-financeiro da Previdência Social – uma das grandes preocupações do atual Governo – tem sido alcançada pela Procuradoria Especializada do INSS, órgão da Procuradoria-Geral Federal, que tem conseguido evitar uma das grandes evasões da receita previdenciária, decorrente do fato de que em milhares de ações trabalhistas as decisões de mérito ou acordos homologados em juízo classificavam as verbas pagas aos trabalhadores reclamantes como indenizatórias, descharacterizando-as, assim, como fato gerador da incidência de contribuições previdenciárias. A atuação firme e constante da AGU/PGF tem conseguido reverter esse quadro, já tendo obtido para os cofres públicos uma arrecadação de cerca de R\$750 milhões, o que, inequivocamente, contribui para diminuir o déficit da Previdência Social.

Como exemplo da contribuição da atuação consultiva da AGU para a democratização do Estado, é relevante destacar o Parecer nº AGU/JD-1/2003, publicado no *DOU* de 23 de outubro de 2003, vinculante para a Administração Pública Federal -, que possibilitou uma interpretação do art. 6º da Lei nº 10.559, de 2002, de forma mais abrangente e benéfica para os militares anistiados, especialmente no que se refere às promoções a eles asseguradas.

Uma das grandes inovações na gestão da Advocacia-Geral da União foi a criação das Comissões Temáticas, com o objetivo maior de assistir ao Advogado-Geral da União quanto à atuação da Instituição em relação à representação judicial e extrajudicial da União e ao assessoramento jurídico ao Poder Executivo e ao Presidente da República.

A AGU, como instituição, consolidou a sua atuação de mediadora dos conflitos jurídicos no Governo e assumiu uma posição estratégica em momentos críticos.

Em 2004, as ações de integração e coordenação serão desenvolvidas para dar tratamento jurídico seguro, uniforme e preventivo às ações do Governo, com realce para o controle prévio da legalidade dos atos da Administração Federal, inclusive os destinados ao processo legislativo.

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO NA FAMÍLIA MINION, PARA TEXTOS, E
CAECILIA, PARA TÍTULOS, E IMPRESSO EM OFFSET SOBRE PAPEL
PÓLEN RUSTIC 80 G/M², EM FEVEREIRO DE 2004.